

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

VIVIANE MACHADO CAMINHA

MEDICAMENTOS JESUÍTAS: REPRESENTAÇÕES DA ESCRITA CIENTÍFICA
ATRAVÉS DA COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS – 1766

Rio de Janeiro

2017

VIVIANE MACHADO CAMINHA

***MEDICAMENTOS JESUÍTAS: REPRESENTAÇÕES DA ESCRITA CIENTÍFICA
ATRAVÉS DA COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS – 1766***

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Orientadora: Nadja Paraense dos Santos

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

M183m Machado Caminha, Viviane
MEDICAMENTOS JESUÍTAS: Representações da escrita científica através da Coleção de varias receitas - 1766 / Viviane Machado Caminha. -- Rio de Janeiro, 2017.
227 f.

Orientadora: Nadja Paraense dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, 2017.

1. Jesuítas. 2. Boticas. 3. Medicamentos. 4. Ciência. I. Paraense dos Santos, Nadja, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VIVIANE MACHADO CAMINHA

***MEDICAMENTOS JESUÍTAS: REPRESENTAÇÕES DA ESCRITA CIENTÍFICA
ATRAVÉS DA COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS – 1766***

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia.

Aprovada em 11 de Outubro de 2017.

Nadja Paraense dos Santos, Dra., UFRJ

Daniela Buono Calainho, Dra., UERJ-FFP

Eliane Cristina Deckmann Fleck, Dra., UNISINOS

Mercio Pereira Gomes, Dr., UFRJ

Regina Maria Macedo Costa Dantas, Dra., UFRJ

Suplentes

Rundsthen Vasques De Nader

Francisca Carla Santos Ferrer

DEDICATÓRIA

*Ao querido Sérgio de Paula Machado por fazer diferença com
acertadas palavras em momentos cruciais.*

AGRADECIMENTOS

Desde a graduação, nos idos de 2002, tenho ouvido falar da solidão persistente na caminhada de pós-graduandos. Não ousou confrontar tal afirmação. Mas, confesso que talvez seja uma pessoa de sorte, uma vez que nessa trajetória, apesar de momentos conturbados, fui cercada de pessoas queridas, que com paciência participaram das angústias e incertezas que se fizeram presentes. E, que também contribuíram com pontos de vista e análises de grande valor para a elaboração desse trabalho. Por isso, muitos são os agradecimentos.

A família encorajadora, agradeço imensamente cada momento.

Um agradecimento especial para a Professora Dr^a. Nadja Paraense dos Santos, que, mesmo fisicamente distante, se fez presente em cada passo dado nessa pesquisa, contribuindo com orientações cuidadosas.

Ao Professor Dr. Mercio Gomes e Professoras Dr^a. Daniela Calainho, Eliane Fleck e Regina Dantas, componentes da banca de defesa do doutorado, sou imensamente grata pelo aceite. Assim como aos suplentes Professor Dr. Rundsthen De Nader e a Professora Dr^a. Francisca Carla Ferrer.

Aos demais professores e funcionários do HCTE, meu muito obrigada pelas discussões, informações e conhecimento proporcionados.

A CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

Aos colegas, que assim como eu se encantaram pelos jesuítas, e que tive a oportunidade de conhecer ao longo dos anos de pós-graduação e congressos, agradeço as conversas e sugestões de leitura.

A Brasília, cidade que me acolheu e tem me proporcionado inúmeras descobertas. Agradeço, principalmente, aos amigos que fiz, com quem compartilho meu cotidiano e que se dispuseram a ouvir as descobertas feitas durante o trabalho, obrigada especial às Professoras Dr^a. Francisca Carla Santos Ferrer e M^a. Thalita Coelho Dantes. Sou grata ainda pelo cuidado, companheirismo e otimismo de Ludmilson Roberto da Silva e aos momentos e conversas proporcionados por Maíra Detomi Albuquerque.

Por fim, um agradecimento a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desse trabalho.

Não se conhece completamente uma ciência enquanto não se souber da sua história.

Isidore Auguste Marie François Xavier Comte

RESUMO

CAMINHA, Viviane Machado. *MEDICAMENTOS JESUÍTAS*: representações da escrita científica através da Coleção de Varias Receitas – 1766. Tese (Doutorado em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia) - Programa de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta pesquisa tem por finalidade analisar a atividade científica da Companhia de Jesus no campo do saber médico farmacológico durante a Época Moderna (séculos XVI-XVIII). Desde os primeiros momentos da trajetória das sociedades humanas, os homens se depararam com a necessidade e tentativa de curar as doenças e restabelecer a saúde do corpo. Nesse sentido, esse campo contou com a participação de diversos agentes sociais, abarcando as ordens religiosas. Muito embora a prática missionária tenha norteadado o trabalho dos jesuítas, estes se envolveram com a oferta dos serviços de saúde, o que, inicialmente, pressupôs sua inserção na obra caritativa. Contudo, esse trabalho parte da perspectiva de que a produção de medicamentos pelas boticas jesuítas, bem como a comunicação entre estas, constituiu e consolidou uma rede de poder através da circulação de informação e conhecimento sobre a utilização de plantas nativas e elementos químicos de potencial curativo, ilustrando que tal prática fez parte da cultura científica do período Moderno.

Palavras-Chave: Jesuítas; Boticas; Medicamentos; Ciência.

RESUMÉN

CAMINHA, Viviane Machado. *MEDICAMENTOS JESUÍTAS*: representações da escrita científica através da Coleção de Varias Receitas – 1766. Tese (Doutorado em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia) - Programa de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Esta investigación tiene por finalidad analizar la actividad científica de la Compañía de Jesús en el campo del saber médico farmacológico durante la Época Moderna (siglos XVI-XVIII). Desde los primeros momentos de la trayectoria de las sociedades humanas, los hombres se enfrentaron a la necesidad e intento de curar las enfermedades y restablecer la salud del cuerpo. En ese sentido, ese campo contó con la participación de diversos agentes sociales, abarcando las órdenes religiosas. Aunque la práctica misionera ha guiado el trabajo de los jesuitas, éstos se han involucrado con la oferta de los servicios de salud, lo que, inicialmente, presupuso su inserción en la obra caritativa. Sin embargo, ese trabajo parte de la perspectiva de que la producción de medicamentos por las boticas jesuitas, así como la comunicación entre éstas, constituyó y consolidó una red de poder a través de la circulación de información y conocimiento sobre la utilización de plantas nativas y elementos químicos de potencial curativo, ilustrando que tal práctica forma parte de la cultura científica del período Moderno.

Palabras Clave: Jesuitas; Boticas; Medicamentos; Ciencia.

ABSTRACT

CAMINHA, Viviane Machado. *MEDICAMENTOS JESUÍTAS*: representações da escrita científica através da Coleção de Varias Receitas – 1766. Tese (Doutorado em História das Ciências das Técnicas e Epistemologia) - Programa de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

This research aims to analyze the scientific activity of the Society of Jesus in the field of medical pharmacological knowledge during the Modern Period (centuries XVI-XVIII). From the earliest moments of human society trajectory, men have faced the need and attempt to heal diseases and restore the health of the body. In this sense, this field was attended by various social agents, including religious orders. Although missionary practice guided the work of the Jesuits, they became involved in the provision of health services, which initially presupposed their insertion in charitable work. However, this work is based on the perspective that the production of drugs by jesuit pharmacies, as well as the communication between them, constituted and consolidated a network of power through the circulation of information and knowledge about the use of native plants and chemical elements of curative potential, illustrating that this practice was part of the scientific culture of the Modern period.

Keywords: Jesuits; Boticas; Medicines; Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Teoria dos Humores.....	62
Figura 02: Dedicatória da Colecção de varias receitas.....	153
Figura 03: Prólogo ao leitor da Colecção de varias receitas.....	154
Figura 04: Composição das receitas de medicamentos encontrados na Colecção de varias receitas.....	167
Figura 05: Verbete <i>J</i> da Colecção de varias receitas.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação medicamento, valor e medida.....	129
Tabela 2: Relação medicamento, botica e custo.....	131
Tabela 3: Relação autor, medicamento.....	156
Tabela 4: Relação botica/colégio, medicamento.....	157
Tabela 5: Relação botica, medicamento.....	160
Tabela 6: Relação irmão boticário, medicamento.....	160
Tabela 7: Relação Manuel de Carvalho, medicamento.....	163
Tabela 8: Relação autor não especificado, medicamento.....	164
Tabela 9: Relação sistema de medidas, valor em gramas.....	169
Tabela 10: Relação medicamento, ingrediente químico, virtude.....	180
Tabela 11: Relação botica/irmão boticário, medicamento.....	185

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. O LUGAR DOS JESUÍTAS NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS.....	25
1.1 HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS EM PERSPECTIVA.....	25
1.2 OS CAMINHOS DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL.....	38
1.3 JESUÍTAS E ATIVIDADE CIENTÍFICA.....	48
2. SABER MÉDICO CIENTÍFICO NA COLÔNIA.....	60
2.1 CIÊNCIA E MEDICINA: DO MUNDO ANTIGO AOS TEMPOS MODERNOS.....	60
2.2 MEDICINA COLONIAL E OS SERVIÇOS DE SAÚDE DA COMPANHIA DE JESUS.....	75
2.3 MANUSCRITOS JESUÍTAS SOBRE O MUNDO NATURAL.....	86
3. BOTICAS JESUÍTAS: UMA OPERAÇÃO EM REDE.....	99
3.1 O OFÍCIO BOTICÁRIO E AS BOTICAS DA COMPANHIA DE JESUS.....	99
3.2 BOTICAS JESUÍTAS: DISCURSO, REDE DE PODER E CONHECIMENTO.....	117
4. MEMÓRIA E ESCRITA CIENTÍFICA NA COMPANHIA DE JESUS: INTERPRETAÇÕES SOBRE A COLEÇÃO DE VARIAS RECEITAS 1766.....	135
4.1 MONUMENTO À MEMÓRIA DO CONHECIMENTO JESUÍTA.....	135
4.2 EXPRESSÃO DE UMA ESCRITA CIENTÍFICA.....	151
5. CONCLUSÃO.....	187
6. FONTES E REFERÊNCIAS.....	191
7. APÊNDICES.....	201
8. ANEXOS.....	206

INTRODUÇÃO

Diante da variedade de temas que estudamos durante a graduação em História, as abordagens sobre a atuação da Igreja Católica durante a Época Moderna (séculos XVI-XVIII) sempre despertaram grande interesse. Nesse sentido, a história da Companhia de Jesus ocupou um lugar especial, configurando-se em objeto de pesquisa durante o mestrado, onde foi analisada a partir da perspectiva do teatro de missão, como um dos instrumentos utilizados para o processo de tradução do cristianismo e conversão das populações nativas na América portuguesa¹. Para tanto, as obras do José de Anchieta (1534-1597) se constituíram em material de estudo fundamental para a análise que se pretendeu.

Em meio a uma infinidade de informações e obras de autoria do jesuíta, acabamos por nos deparar com alguns escritos sobre medicina. Tal fato, contribuiu decisivamente para despertar nossa atenção para a atuação dos jesuítas em campos de trabalho que não estiveram relacionados diretamente à prática missionária e educacional. Uma vez iniciada a pesquisa sobre o papel e espaço que as ciências tiveram no seio da Ordem, deparamo-nos com uma menor quantidade de trabalhos, se comparados aos estudos sobre missionação. Nesse cenário, destacaram-se estudos e reflexões sobre a atuação dos inicianos no campo das ciências exatas, principalmente, no que diz respeito à astronomia e a matemática².

Contudo, a oferta dos chamados *serviços de saúde*, onde os jesuítas encarnaram o papel de enfermeiros, cirurgiões e boticários, se configurou em campo de ação que vem consolidando novas contribuições e permite enxergar a relação da Companhia de Jesus com o mundo científico. Enquanto uma das marcas da identidade jesuíta, a assistência aos doentes por meio do oferecimento destes serviços esteve intimamente relacionada à noção de caridade e salvação, sendo utilizado como mecanismo de expansão do catolicismo, conforme apontamento de muitos trabalhos³.

Das diversas atividades que envolveram os *serviços de saúde*, despertou nossa atenção o fato dos jesuítas terem se dedicado ao ofício boticário, produzindo uma variada gama de medicamentos. Para tanto, as boticas, espécie de laboratórios farmacêuticos ligadas aos

¹ CAMINHA, Viviane Machado. *Arte e Missionaço: o teatro de conversão na América portuguesa (séc. XVI)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2010.

² Ver Camenietzki (1999, 2005), Haddad (2014), Alves (2014), Silva (2014) e Fleck (2015).

³ Ver Goldfarb, Ferraz (2000), Gesteira (2004), Calainho (2005) e Fleck (2005).

Colégios jesuítas, se configuraram em espaços fundamentais de reunião, produção e disseminação do conhecimento científico. As boticas foram de tamanha importância para a Ordem que se encontravam em diversos estabelecimentos, desde os Colégios até as fazendas de propriedade dos inacianos.

Tal fato, contribuiu para o surgimento de trabalhos que apontaram para a questão da aquisição de renda com a comercialização dos medicamentos fabricados pelos irmãos boticários como fator de enriquecimento da Ordem, uma vez que havia muito cuidado para que as receitas destes não viessem a público e consequentemente fossem divulgadas. Os remédios de segredo, como eram conhecidos pelo sigilo de suas fórmulas, foram comercializados a preços elevados e, por isso, conferiram aos seus produtores bons lucros, além de um lugar destacado na sociedade em que estiveram inseridos.

Estudo bastante interessante dentro dessa perspectiva foi realizado por Patrícia Albano Maia (2012), que buscou averiguar as práticas terapêuticas da Companhia de Jesus a partir da análise de duas coleções jesuítas de receitas de medicamentos, a *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprasíveis e saudáveis folhas em que se deixão ver muitos e singulares remedios assim simples como compostos, que a Arte, a experiencia, industria e a curiosidade descobrio para curar com facilidade quase todas as doenças e queixas a que o corpo humano está sujeito principalmente em terras distituidas de Medicos e Boticas*, 1720, de Affonso da Costa e a *Colecção de varias receitas e segredos particulares da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. Compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais celebres que tem havido nestas Partes. Aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades*, 1766, de autor desconhecido. Dentre diversos pontos analisados pela autora esteve presente a questão das boticas jesuítas terem sido responsáveis pela geração de renda para os Colégios.

Outro trabalho de relevância, que partiu da análise da *Triaga Brasília*, medicamento de segredo produzido pela botica jesuíta do Colégio da Bahia, encontrada na *Colecção de varias receitas* de 1766, foi o de Fernando Santiago dos Santos (2003). Neste, o autor investigou os simples de origem vegetal utilizados no aviamento desse remédio, evidenciando, assim, o

conhecimento por parte dos jesuítas da flora nativa da América portuguesa, a partir do contato e interação com as populações indígenas da terra⁴.

Este trabalho fará uso da mesma documentação utilizada pelos autores acima mencionados a *Colecção de varias receitas* de 1766. Neste material, priorizaremos analisar as receitas de medicamentos referentes às boticas da América portuguesa, a saber: Bahia, Recife e Rio de Janeiro⁵. Nosso objetivo geral se constituiu em evidenciar a inserção da Companhia de Jesus na atividade e debate científico da Época Moderna (séculos XVI-XVIII), a partir do desenvolvimento do conhecimento médico farmacológico, que incluiu a exploração e o conhecimento da natureza para a utilização de plantas nativas e elementos químicos de potencial curativo na produção de medicamentos.

Deste, surgiram três objetivos específicos, sendo o primeiro o imperativo de sinalizar para a prática médico farmacológica dos inicianos, ressaltando a cultura científica desenvolvida pelos jesuítas. Ao passo em que o segundo consistiu em destacar o tipo de conhecimento produzido pelos jesuítas, oriundo da mescla promovida pelo intercâmbio cultural com as populações nativas. E, por fim, o terceiro se configurou na intenção de pensar as boticas jesuítas e seus medicamentos, enquanto espaços de produção de conhecimento/pensamento científico e, conseqüentemente, de poder. Assim, buscamos contribuir para preencher uma lacuna no campo dos estudos históricos relativos às ciências, questionando a noção de vazio científico presente na reflexão clássica sobre o desenvolvimento das ciências no Brasil, ao ressaltar a produção e o conhecimento científico da Companhia de Jesus.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão sobre o lugar ocupado pelos jesuítas no campo temático da História das Ciências, enfatizando os pressupostos das vertentes tradicional e renovada. Nesse sentido, predominou inicialmente uma escrita da História das Ciências, característica do século XIX, que valorizou grandes acontecimentos, nomes e instituições, de cunho descritivo e biográfico. As ciências foram pensadas a partir de explicações incessantes para o aparecimento da ciência moderna (séculos XVI-XVIII), ou seja, o campo temático da História das Ciências teve sua origem atrelada à própria ciência. Esse cenário, ganhou impulso com as premissas do positivismo ao empreender análises de caráter linear evolutivo do conhecimento humano.

⁴ Os símplices eram medicamentos elaborados a partir de ingredientes provenientes de um único reino da natureza, possuindo apenas uma substância ativa.

⁵ Ver mapa no Apêndice A.

No Brasil, o percurso desse campo não foi diferente. O século XIX foi marcado pela preocupação, no campo da intelectualidade, com questões relativas à identidade nacional. Nesse sentido, um grupo que ficou conhecido como “geração de 1870” pensou a nação a partir da exaltação de seus aspectos culturais e científicos. (ALONSO, 2002) Imergidos nas concepções de progresso social, essa geração apontou que em termos de desenvolvimento das ciências o país encontrava-se deveras comprometido em função do passado colonial. A pífia produção científica, fruto do inexistente incentivo, seria consequência direta da colonização, uma vez que as luzes não haviam penetrado à metrópole portuguesa. A exceção frente a esse cenário de infertilidade científica, segundo esses intelectuais, foi o período em que o nordeste brasileiro fez parte do governo holandês (1624-1654).

Ao caráter antilusitano se somou o fato de a educação, durante boa parte da história nacional, ter sido prerrogativa da Igreja. Assim, a Companhia de Jesus apareceu como um dos grandes entraves ao desenvolvimento das ciências no Brasil, contribuindo decisivamente para o estabelecimento de um clima desfavorável ao centrar-se no desenvolvimento de uma rotina teológica. Por conta disso, predominou uma visão onde os inicianos teriam, por um lado, se mantido fechados para o estudo das ciências experimentais e, por outro, inclinados aos estudos para a formação de sacerdotes, letrados e eruditos. Naturalmente, em face desse cenário, não se estabeleceu qualquer vínculo entre desenvolvimento científico e religião.

Essa tendência da escrita da História das Ciências passou por modificações a partir da década de 1960, sendo a obra de Thomas Kuhn (1962), *A estrutura das revoluções científicas*, uma referência ao destacar a dinâmica das sociedades enquanto fator de impacto na ciência. Assim, a mesma foi marcada por se constituir em atividade social, consequentemente produto de processos históricos. Apesar dessa nova perspectiva de análise, permaneceu uma escrita que valorizava questões internas das ciências, por isso denominada *internalista*. As contribuições extracientíficas ainda não estavam inseridas nesse debate, muito embora a reflexão de Kuhn tenha aberto espaço para desconstruir a posição superior que a ciência moderna até então tinha sobre as ciências antigas.

As abordagens dos estudos sociais sobre as ciências, de fato, passaram a incorporar as influências externas no fazer científico a partir dos anos 1980, época em que, por exemplo, a etnobotânica e a ciência nativa se configuraram em objetos de pesquisa, destacando o intercâmbio e saberes entre culturas. Além disso, a perspectiva *externalista* propiciou o diálogo com outros campos do conhecimento como antropologia, história e psicologia, para citar alguns, renovando a escrita da História das Ciências. António Lafuente (1992), Dominique

Pestre (1996) e Maria Amélia M. Dantes (1992, 2005) são apenas alguns dos nomes que forneceram contribuições significativas para a área.

Ao perceber as ciências enquanto atividade social coletiva, e não exclusivamente como um sistema fechado de ideias, tal abordagem permitiu enxergar e inserir uma variada e expressiva gama de agentes nos processos histórico científicos. Nesse sentido, a noção de *saber fazer* se ampliou a partir de análises que progressivamente deslocaram o conhecimento europeu do lugar que o consagrou enquanto único saber válido, questionando a ideia de que tudo o que se produziu em termos de ciências fora desse circuito europeu se configurou em transposição desse conhecimento ou mesmo cópia. Dessa forma, se abriu espaço para novas temáticas, incluindo novos protagonistas, técnicas e contextos. A investigação sobre o saber farmacológico dos jesuítas, a partir da análise de receitas de medicamentos, guarda relação com os estudos empreendidos pela História das Ciências ao procurar avançar no campo, refutando interpretações reducionistas da ação da Companhia de Jesus no meio científico.

O segundo capítulo, portanto, traz a discussão sobre o saber médico farmacológico inerente aos jesuítas, destacando o contexto científico da Época Moderna, bem como as teorias médicas desenvolvidas no período na tentativa de restabelecer a saúde do corpo. A busca pela preservação da vida através de práticas terapêuticas diversificadas acompanhou todas as sociedades, por isso, é possível afirmar que precedeu ao desenvolvimento da arte médica. Muito embora as sociedades passadas tivessem uma relação diferente com a morte, sobretudo, por enxergá-la pela perspectiva da naturalidade e familiaridade, a tentativa de restabelecer a saúde do corpo, por meio de terapêuticas e medicamentos, se fez bastante presente na trajetória do homem.

Inicialmente, se fez uso de práticas terapêuticas com remédios produzidos a partir de elementos presentes na natureza, principalmente de origem vegetal. Nesse cenário, Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.) se destacou como expoente do mundo grego, sendo considerado o pai da medicina clássica. A partir de um conjunto de tratados atribuídos à sua autoria, a doença que acometia os indivíduos passou a ser compreendida como um desequilíbrio de qualidades inerentes ao corpo. Com isso, houve a formulação da *teoria dos humores*, onde o equilíbrio do corpo, ou seja, a saúde do corpo esteve diretamente relacionada ao equilíbrio dos humores (fluidos), a saber: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra. A estes correspondiam outros quatro elementos externos que formavam o mundo, dotados de características próprias como ar (secura), água (frio), terra (umidade) e fogo (calor) que correspondiam aos temperamentos sanguíneo, fleumático, bilioso e melancólico. Se baseando no princípio da ação contrária a

teoria humoral pretendeu estabelecer a cura das doenças a partir da utilização de remédios de efeito inverso a partir da eliminação do humor causador do desequilíbrio no organismo, por meio tanto das vias excretícias, quanto pela prática da flebotomia (sangria).

Nesse cenário, Roma também se configurou em local de desenvolvimento do saber médico, produzindo um conhecimento muito próximo e influenciado pelo mundo grego, com destaque para Pedânio Dioscórides (40-90), considerado o fundador da farmacognosia pela elaboração de algumas obras e, principalmente Galeno de Pergamo (130-210), tido como personagem de vulto depois de Hipócrates. Sua teoria médica se assemelhava a *teoria humoral* por partir da mesma perspectiva de que a doença era proveniente do desequilíbrio de humores. O galenismo foi considerado pelos estudiosos a forma pela qual a medicina greco-romana permeou o Ocidente cristão, dominando a medicina moderna com suas concepções até o século XVIII.

O saber médico farmacológico de inspiração hipocrático galeno passou por um processo de sofisticação ao entrar em contato com o Oriente, sendo incorporado a medicina árabe, onde se assistiu ao desenvolvimento de um saber farmacológico bastante expressivo, resultante da utilização de drogas curativas provenientes do contato de culturas diversas, fruto da expansão islâmica. Nesse processo, Avicena (Abu 'Ali al-Husayn ibn 'Abd Allāh ibn Sinā, 980-1037) foi a personagem responsável por iniciar uma separação dentro da prática médica, conferindo lugar cada vez mais distinto para a medicina e a farmácia, a partir da divisão de tarefas.

Ao lado de concepções clássicas sobre a saúde e a doença a modernidade assistiu ao surgimento de diversas práticas médicas. Um nome de destaque nesse contexto foi o de Paracelso (1493-1541), sobretudo, pela oposição à *teoria humoral*, muito embora não negasse a existência dos humores. Sua corrente médica partiu da concepção da doença não como decorrência do desequilíbrio destes, mas de fatores externos. Uma vez que o organismo resultava de processos químicos, a enfermidade deveria ser tratada quimicamente. Para tanto, utilizou fartamente a alquimia extraindo os princípios ativos da natureza em busca do restabelecimento da saúde.

A iatroquímica se constituiu em outra doutrina médica que guardou relação com o entendimento paracelsista das doenças. Entre seus pressupostos estavam a utilização de substâncias medicinais que atuavam por simpatia, ou seja, pelo princípio dos iguais, sobre a parte do corpo afetada. A partir dessa concepção médico farmacológica houve a proliferação de medicamentos químicos, uma vez que esta se fundamentou em uma visão química do

funcionamento do organismo. Os séculos XVII e XVIII foram também marcados pelo desenvolvimento de outras concepções médicas para a cura das doenças como a iatromecânica, o vitalismo ou animismo e a homeopatia.

É importante sinalizar que, apesar do aparecimento dessas diferentes concepções médico farmacológicas, a existência de práticas de caráter mágico religiosas no preparo e administração de medicamentos se configurou em uma característica marcante da arte médica durante o período moderno, onde a doença foi encarada, entre outros aspectos, a partir da ação de forças maléficas no interior do corpo humano.

Essas diversas concepções oriundas da Europa se fizeram presentes na América portuguesa, fosse através de textos e/ou tratados médicos que aqui aportaram ou foram produzidos, ou a partir da prática cotidiana daqueles que se dedicaram ao ofício de restabelecer a saúde de corpos enfermos. Podemos dizer que em se tratando de agentes de cura, observamos a existência de uma vasta gama de indivíduos incluindo leigos, doutos e religiosos. Sendo notória a existência de disputas e tensões entre o saber erudito e o popular.

Nesse cenário, os jesuítas desempenharam um importante papel atuando como médicos de almas e corpos, tendo em vista a precariedade da vida material, terreno fértil para o desenvolvimento de uma série de doenças e surtos epidêmicos. Em profundo contato com a flora e as populações locais, a América portuguesa ofereceu aos jesuítas o acesso às práticas de cura nativas. Assim, foi possível mesclar, no aviamento de medicamentos, o conhecimento oriundo das práticas terapêuticas europeias que trouxeram, com o que aprenderam junto aos indígenas. Para tanto, os jesuítas se dedicaram a elaborar cadernos manuscritos onde discorreram sobre o potencial curativo de plantas e animais, referências estas que circularam internamente também através de correspondências trocadas, construindo uma poderosa rede de informação.

Tal fato fez com que surgisse, em trabalhos dedicados a refletir sobre a atuação inaciana na arte médica, a interpretação de que esta ação havia sido motivada pelo princípio da caridade cristã. É fato que esse princípio norteou as ações da Companhia de Jesus, sobretudo, porque implicava na perspectiva de salvação do indivíduo. Mas, a avaliação dessa literatura científica, a partir da descrição do mundo natural, assinalou tanto para a valorização do conhecimento botânico, quanto para a inserção dos jesuítas nas concepções médico farmacológicas da Época Moderna.

A partir disso, o terceiro capítulo desse trabalho traz a análise dos espaços de desenvolvimento de medicamentos e práticas de cura, destacando, através das boticas jesuítas, a necessidade de um olhar que enfatiza sua função social e científica. Sendo, portanto, relevante percebê-los enquanto espaços de divulgação, circulação e compartilhamento de informações e conhecimento.

O desenvolvimento da história da farmácia guardou íntima relação com o da história da medicina. Em função disso, durante muito tempo não houve uma separação entre esses ofícios, cabendo ao mesmo agente de cura diagnosticar a doença que acometia o corpo e produzir o medicamento que levaria ao restabelecimento da saúde. A hierarquização do ofício de cura se deu durante o medievo e se estabeleceu definitivamente na modernidade reforçando a diferença entre aqueles que exerciam um ofício dogmático de cunho universitário e o de caráter ministrante, ou seja, manual. Assim, a arte farmacêutica ofereceu um *status* menor para seus praticantes. Dentre aqueles que se dedicaram ao desenvolvimento do conhecimento farmacológico, sem dúvida, merecem destaque as boticas conventuais mantidas por diversas ordens religiosas, com ênfase para os agostinianos e dominicanos. Entretanto, os jesuítas foram também grandes protagonistas nesse campo, atuando expressivamente no cenário da farmacologia moderna.

A preocupação com a constituição de boticas remete a fundação da Ordem, estando estas sempre bem aparelhadas dos utensílios necessários para o ofício, bem como existindo em todos os locais onde os jesuítas atuaram. Para a América portuguesa, dentre as várias existentes, se destacaram pela produção de medicamentos as boticas da Bahia, Recife e Rio de Janeiro. Localizadas nos Colégios mantidos pelos inicianos, estes espaços se encontravam em local anexo à enfermaria e, em algumas localidades, dispuseram de uma biblioteca privativa com obras de referência na área. Além disso, estabelecimentos como aldeias e fazendas de propriedade jesuíta também abrigaram esses espaços, o que contribui para a reflexão sobre sua função social e científica.

Diversos autores sinalizaram para o fato de que os medicamentos produzidos nas boticas jesuítas eram fornecidos gratuitamente à população em momentos de surtos epidêmicos e vendidos a àqueles que pudessem pagar, sendo a renda desse comércio revertida em favor do Colégio produtor. Dessa forma, despontaram análises que, por um lado, esboçaram a ideia de que o aviamento de medicamentos obedeceu aos preceitos da caridade presente nos serviços de saúde ofertados pela Ordem. Por outro lado, alguns autores ressaltaram que, pela lucratividade proveniente da comercialização desses medicamentos e outras atividades econômicas, a

Companhia de Jesus desenvolveu um perfil de atuação empresarial em suas atividades. Cabe destacar que a busca e o acúmulo de renda por parte dos jesuítas não representaram desarmonia ou incongruência frente aos preceitos religiosos, uma vez que a aquisição de bens materiais não se configurou em atitude danosa se revertido para a manutenção material da Ordem e glória de Deus. Ainda assim, houve o desenvolvimento de uma visão que creditou aos inicianos serem indivíduos mais propensos aos negócios do que a vida religiosa. Embora não seja possível negar a máxima caritativa, uma vez que a salvação do outro implicava na própria salvação, tampouco o enriquecimento da Ordem ao longo da Época Moderna, esse trabalho parte da perspectiva de que a produção de medicamentos pelas boticas da Companhia de Jesus expressa o conhecimento farmacológico e a produção científica por meio da cultura farmacêutica jesuíta.

As boticas jesuítas operavam em constante comunicação umas com as outras e, dessa forma, configuraram uma rede de poder, tendo em vista que fizeram circular internamente produtos necessários ao aviamento dos medicamentos, o conhecimento inerente a esse preparo, bem como diversas informações sobre o que era produzido. Essa rede de poder também pode ser verificada por meio do discurso inerente a estes espaços. Partindo da perspectiva foucaultiana de que através do discurso é possível vislumbrar relações de poder, por isso este pressupõe produção de sentido, as boticas jesuítas foram lidas enquanto lócus de construção de saber.

O compromisso caritativo justificava a existência das boticas e a produção de conhecimento, conferindo prestígio e poder político à Ordem, o que permite perceber a relação da Companhia de Jesus e sua rede de boticas durante a Época Moderna, não apenas pelo prisma da história das ciências, mas também por meio da história política. Dessa forma, o arranjo do poder político passou a ser compreendido segundo a lógica do exercício de poderes paralelos, onde o poder político da monarquia esteve mais voltado para a organização e manutenção da ordem social, permitindo transparecer inserções das funções autônomas do corpo social.

O modelo jurisdicionalista refletiu a lógica de convivência de poderes paralelos, que configuravam o sentido de existência do poder régio, estando a lógica que regeu a sociedade de Antigo Regime assentada na concorrência de poderes, prevalecendo na vida cotidiana, tanto a coexistência de formas plurais de direito, quanto sua inter-relação com as leis oficiais do Estado. Nesse cenário, à utilização de elementos naturais e químicos no fabrico de medicamentos, contou com os privilégios alfandegários concedidos pela Coroa, o que beneficiou os jesuítas por meio de uma malha de comunicação de alcance internacional, abastecendo Colégios no Velho Mundo de gêneros e produtos, como também através de uma ligação inter-regional, a

partir de mercadorias e trânsito de irmãos boticários, fortalecendo a rede de circulação de informações entre as boticas da América, Europa e Oriente.

Por fim, o capítulo quatro apresenta uma reflexão sobre a escrita científica dos jesuítas. Nesse sentido, os inacianos produziram tipologias documentais na forma de cadernos manuscritos, apontados no capítulo dois, que reuniram variada gama de informações sobre a flora e fauna das regiões por onde atuaram, e também os cadernos de receitas de medicamentos produzidos ao longo do século XVIII, com ênfase para a *Colecção de varias recitas* de 1766.

Com um olhar direcionado para essa segunda tipologia documental buscou-se destacar que uma das motivações para a produção dessa obra, atrelada ao cenário interno da Companhia, guardou relação com a preservação da memória da mesma. A segunda metade do século XVIII em Portugal, representou para a Companhia de Jesus um período bastante conturbado e cercado por incertezas, principalmente, em função dos novos rumos dados à administração do reino, consequentemente atingindo todas as áreas que abrangeu o Império português, pela política adotada por Sebastião de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782). As reformas pombalinas de cunho não apenas administrativo, mas também econômico e social visaram, em um cenário de política absolutista, ao restabelecimento do controle das finanças e governança pelo Estado na figura do monarca D. José I (1714-1777). Tornou-se, para tanto, imperioso projetar o poder régio sobre a sociedade, interferindo em prerrogativas jurídicas de grupos, o que incluiu a Companhia de Jesus.

Nesse contexto pesou sobre os inacianos a acusação de incitar a tentativa de regicídio promovida pelos Távoras, iniciando-se uma operação de desmonte da Ordem a partir dos Colégios e residências, que incluiu revistas periódicas em casas e conventos, bloqueio de comunicação, substituição das escolas da Companhia, sequestro de bens e encarceramentos. O mesmo procedimento ocorreu nas regiões ligadas à Portugal, até que, finalmente em 1759, foi decretada a expulsão dos jesuítas do reino e suas possessões. Na América portuguesa, a partir de 1760, diversos navios saíram com jesuítas, entre professores e coadjutores, dos portos da Bahia, Recife e Rio de Janeiro em direção primeiro para Lisboa e, em seguida, para Roma, onde estes ficaram reunidos até 1788.

A análise do cenário externo também se mostrou de fundamental importância para compreendermos a iniciativa de confecção da *Colecção de varias receitas*, uma vez que a prática do *coleccionismo* foi comum ao período estudado. Desde os primórdios da trajetória humana, os homens desenvolveram o hábito de colecionar objetos, muito embora somente com

o desenvolvimento do espírito do Renascimento, durante o século XVI, tenha se estabelecido seu caráter científico. Desde então, uma variada gama de atores sociais, que incluiu desde a realeza à comerciantes, passando pelos jesuítas, dilatou o gosto pela acumulação de objetos raros ou curiosos, contribuindo para a proliferação dos chamados *Gabinetes de curiosidades* ou *Câmara das maravilhas*.

O contato com o Novo Mundo, a partir da Expansão Marítima, forneceu uma ampla quantidade de objetos que compuseram estes espaços, que além de expressarem a posição e prestígio social de seus donos, revelava sua cultura científica. Contudo, a partir do século XVIII, a prática de colecionar ganhou novos contornos, se desvinculando da ideia de acumular objetos por diversão e se atrelando mais à noção de colecionar objetos como repositório de conhecimento. Assim, a ordenação de objetos ou elementos dentro de um grande sistema abriu espaço cada vez maior para o processo de especialização do conhecimento, fruto do desenvolvimento de uma nova visão e atitude em relação a natureza característica das Luzes.

O *coleccionismo* do século XVIII buscou dar sentido e utilidade para os objetos reunidos. Em função disso, se assistiu à proliferação de instituições de caráter de conhecimento específico como os jardins botânicos, zoológicos, museus e gabinetes de história natural onde plantas, animais e minerais de potencial curativo ganharam atenção diferenciada. Dessa forma, as coleções, fossem elas expostas ou reunidas em compêndios, serviram de instrumentos para exploração, conhecimento e conservação do saber.

Após empreender as análises acima mencionadas passamos ao exame do conteúdo da obra na intenção de comprovar as seguintes hipóteses, a saber:

1. A rede de troca de informações e material físico entre os jesuítas e seus estabelecimentos promoveu a circulação de saberes conferindo poder e prestígio à Ordem, estando esta em pleno acordo com a lógica do pluralismo jurídico da Época Moderna.
2. O saber médico farmacológico dos jesuítas resultou da mescla do conhecimento de cunho hipocrático galênico e iatroquímico, verificado nas receitas de medicamentos que misturavam plantas medicinais e elementos químicos de potencial curativo.
3. As boticas jesuítas, por meio da confecção de medicamentos, ao transformar matéria-prima encontrada na natureza em produtos, podem ser encaradas como exemplo de espaços de desenvolvimento de atividade científica.

1. O LUGAR DOS JESUÍTAS NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

En virtud de la renovación sin precedentes de la erudicción y del lenguaje de la historia de las ciencias y das técnicas las posibilidades de esta investigación se abren hasta el infinito. La historia aplicada a las instituciones científicas y tecnológicas ya no ha hecho percibir um potencial de interpretación: del estudio de los manuales de enseñanza, que nos há restituído el inmenso continente de la cultura científica jesuíta, el análisis de las relaciones entre las instituciones y la profesionalización científica de uma parte y la política gubernamental de la outra (...), a la investigación de la toma de decisiones en el seno de las instituciones nacionales o plurinacionales, como la Fundación Nobel o los grandes laboratorios de física de partículas. (Pietro Redondi, *El oficio del historiador de las ciencias y de las tecnicas*, 1987).

1.1 HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS EM PERSPECTIVA

As ciências assumiram um papel relevante em todas as sociedades ao longo da história da humanidade. Entretanto, ao contrário do que possa parecer, o campo do conhecimento ao qual pertence à história das ciências não guarda relação com o campo da história, sendo, portanto, notório o fato de que existe uma relação de distância entre estes, de modo em que se constata ainda pouca participação de historiadores naquele campo⁶.

Muito embora a história das ciências tenha se desenvolvido no interior das próprias ciências, estando sempre mais próxima da filosofia do que propriamente da história, há quem a enxergue enquanto uma das muitas subáreas da história, conforme destacou Allen Debus (1991). Tal afirmação partiu da identificação da relação existente entre o contexto social e cultural e a produção científica, de caráter cada vez menos técnico e interno.

Embora, esse seja atualmente o caminho cada vez mais percorrido por aqueles que se dedicam aos estudos históricos sobre as ciências, não se pode perder de vista que até bem pouco tempo atrás as análises sobre história das ciências se constituíam em empreendimento sem caráter histórico, incluindo metodologias e perspectivas. E, que, à entrada de elementos da história no campo da história das ciências, assim como a antropologia e as outras ciências

⁶ Embora esse trabalho faça uma reflexão e apontamentos sobre a ciência jesuíta, especificamente a farmacológica, acreditamos ser preferível utilizar a palavra “ciências” em detrimento de “ciência”, evidenciando assim sua pluralidade.

humanas, contribuiu muito mais no sentido de oferecer novas e mais coloridas possibilidades de interpretação, do que promoveu uma espécie de engessamento em procedimentos teóricos e métodos respectivos ao campo da história. Dessa forma, a história das ciências se configurou em um original lócus de pesquisa com vida e ritmo próprios, e no intuito de compreender esse longo processo de transformação, passaremos a analisar esse percurso.

Sabe-se que a história das ciências se institucionalizou no século XX, mas há grande dificuldade em delimitar o ponto de partida de sua produção. Ao contrário do que possa parecer, abordagens sobre história das ciências não são empreendimentos recentes e, exatamente por sua antiguidade, verificam-se problemas conceituais e metodológicos.

Muitas foram as abordagens desse campo temático. A forma de escrita da história das ciências mais antiga se baseou inicialmente em precedentes históricos de um assunto para dar sequência ao desenvolvimento da pesquisa científica, ou dito de outra forma, em uma crônica interna às ciências. Conforme ressaltou Roberto de Andrade Martins:

Talvez essa forma de se fazer uma história da ciência, exemplificada nos trabalhos de Aristóteles, tenha sido a primeira a aparecer. Aquele filósofo mencionava as ideias e argumentos de seus antecessores como parte essencial de seu trabalho. Era necessário conhecer as ideias e problemas anteriores, para aproveitar o que parecia correto, criticar as falhas e propor algo novo. Aparentemente Aristóteles não tinha interesse em estudar os pitagóricos ou atomistas por um motivo puramente histórico, e sim utilitário – como instrumento para sua própria pesquisa. (MARTINS, 2001: 14)

A esse tipo de escrita utilitária somou-se uma forma de escrever calcada na exaltação de grandes nomes das ciências, com vasta produção biográfica, mais tarde denominada de *ciência pedigree*. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994) Ao apontar e destacar os responsáveis por grandes progressos, segundo a lógica do quem fez o que, essa narrativa contribuiu para cristalizar os avanços do passado, limitando-se a descrever a “verdadeira” ciência e a atribuir os pais fundadores das ciências. A mesma autora destaca que:

Havia, por conta da questão de origem ou paternidade das ciências, uma distinção entre pré ou protociência e pseudociência. As duas primeiras pertenciam à linhagem das ciências que haviam dado certo (portanto, se transformando em ciência moderna, depois de separar o joio do trigo). Esse era o caso da astrologia, que teria dado na astronomia, ou da alquimia, de onde teria saído a química, etc. Já a segunda forma, ou a pseudociência, não teria dado em nada, fora apenas fruto de um engano, superstição ou mesmo ignorância do passado. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 73)

Nesse caminho de disciplinarização da história das ciências a abordagem filosófica privilegiou a análise da natureza das ciências, utilizando o passado na defesa de um ponto de

vista epistemológico e metodológico que explicava o presente. Em outras palavras, as ciências deveriam ser explicadas em função do aparecimento e da busca da origem da ciência moderna (séculos XVI e XVIII). Nesse sentido, a história das ciências surgiu ligada à própria ciência. Assim:

Francis Bacon fez uma análise crítica do passado da ciência para justificar seu novo método. A discussão dos aspectos mais amplos das transformações do método científico, da revolução científica do século XVII e temas semelhantes teve forte desenvolvimento durante o Iluminismo, sendo bem exemplificada pelo “Discurso preliminar” de D’Alembert à Enciclopédia de Diderot, que apresenta uma descrição e interpretação da história da ciência recente com o objetivo de propor uma delimitação daquilo que caracterizava a “boa” ciência. (MARTINS, 2001: 17)

A esta perspectiva vinculou-se a narrativa sobre a atuação de academias e centros de pesquisa científica, enquanto mecanismo de manutenção da memória sobre o passado das ciências e por se constituírem em locais onde a ciência moderna esteve a ser gestada. Assim, houve também espaço para estudos que repousaram na descrição do desenvolvimento cronológico de diversas disciplinas científicas, onde os próprios cientistas escreviam sobre a história de suas disciplinas. Esse foi o caso de Ernst Mach sobre a história da mecânica, da óptica e da termodinâmica (1872); Marcellin Berthelot sobre a história da química e da alquimia (1885-1889), Hermann Kopp e Ferdinand Hoefer com a história da química (1843-1847), por exemplo. (MARTINS, 2001)

Conforme anteriormente mencionado, não há precisão sobre a origem exata da escrita da história das ciências, mas é importante destacar que todas as abordagens acima apresentadas foram correntes até o século XIX, período em que a escrita da história das ciências se desenvolveu em variadas modalidades embora sem que houvesse ainda um processo de institucionalização acadêmica em curso. Ana Maria A. Goldfarb sinalizou que:

É no século XIX que se cria o termo ciência em seu sentido moderno (a palavra ciência é muito antiga, tem origem latina, e quer dizer conhecimento em geral). E a palavra cientista passa a ser usada para nomear aqueles que se dedicam a estudos específicos. São eles, portanto, especialistas que não podem ser confundidos com filósofos ou técnicos que antes circulavam pelas áreas mais amplas e indefinidas da Filosofia Natural ou da Filosofia Experimental. E esses outros passaram a se relacionar só indiretamente com a Ciência Moderna. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 11)

O positivismo, enquanto marca característica do século XIX, apareceu nas obras que versavam sobre a história das ciências e que através de compêndios tiveram o propósito de evidenciar as várias etapas do conhecimento humano. Em função desse contexto, o período foi

marcado pela profusão de crônicas sobre as ciências, expressas, na maioria das vezes, embora não em todas, por um “emaranhado de detalhes, minúcias não se sabe bem tiradas de onde e dados que não se sabe para onde pretendem levar o leitor”. (*Idem*, 1994: 64) Nesse sentido, o tipo de escrita da história das ciências que se desenvolveu esteve mais ancorado na filosofia das ciências, do que propriamente na história, uma vez que os fatos históricos serviram apenas enquanto fontes de ilustração, não sendo explorada sua relação com o desenvolvimento do conhecimento científico.

A guinada nesse cenário ocorreu a partir do século XX, época de novidade em termos conceituais e metodológicos, em que se verificou um maior rigor na visão sobre as ciências e os cientistas, na especialização dos estudos científicos e no aumento significativo no volume da documentação a ser analisada. Notou-se, a partir de então, a necessidade de criar uma área profissional para a história das ciências, onde:

a ideia era criar cursos, oferecer diplomas, começar a publicar trabalhos que seriam lidos por cientistas, mas não necessariamente produzidos por eles. Naturalmente, as pessoas que primeiro tomaram essa iniciativa vinham da ciência. Pois se acreditava que para fazer esse tipo de história era preciso um excelente conhecimento científico em primeiro lugar. Até por isso, os novos profissionais continuavam fazendo uma história à moda antiga. Eram histórias lineares e progressistas, acumulando grande número de datas e nomes importantes. Eram, enfim, histórias das grandes descobertas e dos grandes gênios científicos. As figuras de Copérnico, Galileu e Newton continuaram brilhando como exemplos maiores, pois haviam conseguido criar a ciência que serviu como modelo às demais ciências. (*Ibidem*, 1994: 71)

Dentre os nomes que se especializaram no desenvolvimento desse tipo de escrita da história das ciências, George Sarton (1884-1956) foi um destaque. Homem de vasta cultura que empregou a tônica da ciência positivista em suas obras, se dedicando a fundação de cursos e à criação da revista *Isis*, iniciada em 1912 e existente ainda hoje. (SARTON, 1927)

A partir de 1930 a escrita da história das ciências ganhou novos contornos e participantes e, em meio a cientistas e filósofos, outras áreas do conhecimento passaram a dar sua contribuição. As análises sociológicas possibilitaram estabelecer a relação entre o desenvolvimento das ciências e fatores extra científicos, sobretudo a partir do estudo elaborado por Robert Merton (1910-2003). Sua obra refletiu sobre as relações entre o protestantismo, segundo a concepção weberiana, e a revolução científica do século XVII, apontando similaridades entre valores religiosos e valores da ciência experimental, se configurando em contribuição original para a história das ciências. (MERTON, 1970)

É interessante destacar que, embora a história das ciências seja um “empreendimento de historiadores ausentes”, a partir dos anos 1930 se verificou um paralelo entre as formas de se pensar e fazer a história das ciências e a história, assinalando um período de ampliação de horizontes para ambos os campos⁷. (MAIA, 2001: 201)

Para o estudo aqui proposto importa sinalizar que as discussões em história das ciências passaram a incorporar o questionamento sobre a medida que as ciências foram influenciadas por fatores sociais. Desde então, o meio social e, sobretudo, sua capacidade de influência, se configurou em questão a ser analisada, uma vez que se constatou a impossibilidade deste não se fazer presente nos processos de escolha e decisão, mesmo daqueles indivíduos envolvidos em reflexões teóricas de cunho abstrato. A partir disso, a história das ciências que se caracterizou, até então, por desenvolver uma crítica interna à própria ciência, conhecida como *análise internalista*, passou a incorporar ao seu escopo de reflexão o alcance e a influência de fatores externos, sendo cunhada a ideia de uma *análise externalista*, também desenvolvida ao longo do século XX.

O debate e as questões que se desdobraram a partir do embate das correntes *internalista* e *externalista* enriqueceram de forma singular o campo da história das ciências, na medida em que novos ângulos e perspectivas de estudo surgiram para as ciências. Bem como pelo interesse por outras formas de ciências, sobretudo as não ocidentais ou aquelas que, em uma interpretação reducionista, não haviam contribuído para o desenvolvimento da ciência moderna.

A partir da década de 1940 a continuidade do debate *internalismo x externalismo* ofereceu a história das ciências um impulso maior, conforme registrou Videira (2007):

Após a Segunda Guerra, a história da ciência registrou um crescimento enorme, quando comparado ao ritmo em que vinha crescendo até então. Esse crescimento explosivo é facilmente constatado se atentarmos para o número significativo de revistas e livros publicados na área, para o número de congressos, colóquios e simpósios e para o número de sociedades internacionais e nacionais dedicadas à história da ciência. (VIDEIRA, 2007: 112)

Para além do crescimento constatado pelo aumento do número de revistas, cursos e congressos, deve-se destacar nesse novo panorama de estudos históricos sobre ciências, uma virada na própria percepção do desenvolvimento linear das ciências. Gaston Bachelard (1884-1962) se destacou por interrogar se o desenvolvimento do conhecimento ocorreu de fato de

⁷ Para mais informações sobre as mudanças metodológicas e epistemológicas pelas quais a história passou no século XX ver Burke (1991).

forma contínua, onde o passado poderia ser visto como exemplo do presente e da atualidade. Assim, a partir de estudos sobre:

a história do calor, da estrutura da matéria, etc., ele concluiu que o conhecimento ocorria por meio de saltos. Ou seja, não era aprimorando e continuando velhos saberes que se chagava aos novos. Ao contrário, era preciso romper com a forma de pensar anterior, que tirava seus próprios objetos e limites, para conduzir outras formas de ciências. Por isso, nem o antigo mago era pré-cientistas, nem o naturalista do século XVIII, um pré-biólogo. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 80)

A percepção do avanço descontínuo das ciências abriu caminho para novos e instigantes estudos no campo da história das ciências. Observou-se que, a partir de então a história das ciências passou por um período de transição onde ocorreram transformações significativas na maneira de escrevê-la. Outro grande nome do período foi o de Alexandre Koyré (1892-1964), que partindo da tese da descontinuidade dos avanços das ciências, propôs a análise dos precursores de cada época, muito embora essa ideia ainda expressasse a noção de linearidade do conhecimento científico desde a Antiguidade. (KOYRÉ, 1986)

Apesar desses novos olhares, o desenvolvimento da escrita da história das ciências não estreitou relações com a história. Esse panorama começou, de fato, a se alterar a partir da década de 1960, período em que houve um progressivo abandono de uma visão linear do campo e da historiografia *whig*, conforme alguns estudiosos da historiografia das ciências destacaram⁸. Nesse contexto, se procurou sinalizar para as dinâmicas e influências sociais sobre as ciências questionando, assim, a “neutralidade, objetividade, racionalidade e progresso da ciência, introduzindo uma visão relativista e negando a validade de certos tipos de abordagens antigas”. (MARTINS, 2001: 27) Os apontamentos de Videira (2007) são bastante esclarecedores desse momento de transformações ao assinalar que:

[...] um dos pontos mais interessantes na história da ciência é que algumas das modificações que ela sofreu ao longo de sua história, foram precisamente causadas pela revelação de novos eventos históricos, até então desconhecidos. Essa “revelação” evidencia a falsidade da tese que afirma que o conjunto de fatos, percebidos como relevantes para a história da ciência, é irrelevante. Quando esses “novos” fatos que estavam “ali”, mas que não tinham sido “vistos”, são “descobertos”, eles obrigam a que se proceda a uma reorganização das cadeias e relações causais explicativas presentes nas narrativas históricas. Tais descobertas dependem do uso de perspectivas teóricas novas e distintas daquelas outras empregadas até então. (VIDEIRA: 2007: 121)

⁸ A ideia de uma história da ciência *whig* guarda relação com uma escrita conservadora e de sentido positivista, que interpreta o passado de forma tendenciosa a partir do presente.

Nesse contexto, tem sido bastante comum destacar a influência da obra de Thomas Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas* (1962), considerada como um divisor de águas, uma vez que sinalizou para a presença de forças sociais enquanto elementos determinantes na escolha das ideias aceitas pelas ciências. Segundo Martins:

a obra de Kuhn desencadeou uma série de estudos sobre diferenças entre grupos de pesquisa, “estilos cognitivos” e a dinâmica de grupos científicos. Os fatores sociológicos internos tornam-se bastante evidentes quando são estudadas controvérsias científicas sob este novo ângulo, e quando são analisados os modos como os cientistas fazem alianças entre si para defender suas posições, as estratégias que utilizam para ganhar adeptos e difundir suas ideias, as lutas pelo poder acadêmico e outras atitudes que se manifestam na vida científica. Ficou claro que esses aspectos sociais acompanharam e talvez determinaram o resultado de grandes debates teóricos. (MARTINS, 2001: 28)

Desse modo, Kuhn lançou luz sobre o fato de que as proposições científicas não eram estáveis em significado, mas sim reinterpretadas à medida que se inseriam em contextos sociais diversos, o que permitiu um distanciamento de concepções apriorísticas de ciência, que se caracterizavam por partir de uma visão atual para buscar compreender seu significado em dada época. Nesse sentido, a ciência foi destacada enquanto atividade social que pode ser vista como produto dos processos históricos, ao envolver uma plêiade de atores que não tiveram suas vidas inseridas apenas no campo científico, mas em esferas mais amplas das sociedades que fizeram parte.

Essa contribuição não pode ser negada, mas há de se ressaltar que a atenção dada à dinâmica de grupos científicos, se, por um lado, apresentou questões sociais de disputas e consensos, por outro, deixou de problematizar influências extracientíficas no conteúdo das ciências, se configurando em uma sociologia ainda interna.

A partir da publicação da obra acima citada também houve avanços na questão da descontinuidade do conhecimento, a partir da ideia de que a cada época correspondeu um paradigma. Enquanto um conjunto de regras, crenças e teorias, o paradigma, segundo Kuhn, foi o elemento responsável por direcionar as ciências e comunidades científicas em diferentes períodos da história da humanidade. A partir do momento em que um paradigma perde sua eficácia, deixa de conseguir explicar satisfatoriamente determinados fenômenos, o cenário se desestabiliza e entra em crise. Tal fato, portanto, acaba sendo responsável pelas chamadas revoluções nas ciências. Então, novos paradigmas surgem buscando a resolução da crise, concorrendo na substituição do anterior. Após um período de caos um novo paradigma

se estabelece, gerando a impressão de que houve uma forma contínua e até natural no desenvolvimento do conhecimento científico.

A relevância da premissa estabelecida por Kuhn foi a desconstrução da noção de que a ciência moderna poderia ser considerada superior às ciências antigas. Com isso, se abriu mais uma porta nos estudos em história das ciências, que valorizou a forma como em cada época, cultura ou comunidade científica o conhecimento e as ciências se desenvolveram, fazendo com que a ciência moderna deixasse de ser o único e verdadeiro critério para as análises sobre as ciências. Conforme destacou Ana Maria A. Goldfarb:

Se as ciências das várias épocas e diversas culturas teriam, cada uma, seus próprios critérios do que fosse verdadeiro ou falso, a ciência moderna deixava de ser o padrão. Tornava-se tão só uma ciência entre muitas, nem melhor nem mais completa, apesar da pujança. A ciência moderna deveria, a partir daí, ser estudada historicamente para que se pudesse entender a constituição dos critérios que lhe deram formação. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 86)

Ao chamar atenção para a importância da história social das ciências, em forte oposição a uma escrita de história calcada no conceito de ciência moderna enquanto corpo de conhecimento, experimental e teleológica, Kuhn inovou ao abrir caminho no âmbito da história das ciências para a contribuição epistemológica e metodológica de “outros participantes que não eram originários do domínio das ciências naturais ou exatas”. (VIDEIRA, 2007: 136) Dessa forma, as abordagens nos estudos históricos sobre ciências foram se alterando nas três últimas décadas do século XX, e de apêndice das ciências, a história das ciências passou a ter vida própria.

A partir dos anos 1970, a história das ciências passou por transformações que abriram espaço para a reflexão sobre a utilidade social da ciência. Houve a crítica mais contundente da racionalidade das ciências, bem como passou a ser conferido maior espaço para a compreensão das variáveis internas e externas das ciências, a partir do desenvolvimento do que ficou conhecido como *estudos sociais das ciências*. Estes buscaram analisar as ciências sem considerar valores e objetivos dos próprios cientistas, desenvolvendo, dessa forma, uma visão mais profunda de ciências. Cabe considerar, entretanto, que essa renovação nos estudos históricos das ciências não foi percebida a partir da adoção de um modelo ou corrente de pensamento único, mas antes se deu através de uma pluralidade de interpretações.

Dentre algumas das interpretações dessa nova linha de *estudos sociais das ciências*, a filosofia marxista teve destaque, sobretudo, por apresentar a percepção do desenvolvimento

científico e tecnológico através de fatores sócio econômicos. Conforme destacou Pietro Redondi:

Se prolongaba así su modelo de progreso al estudio de los fenómenos sociales, pero tal prolongación no era compensada por la penetración del análisis histórico. Considerando tan amplamente el fenómeno intelectual de las teorías, la interpretación materialista histórica perdía la dimensión propiamente conceptual y cultural movilizadora por la ciencia y la tecnología científica. Encerrando el progreso científico em um esquema de explicación de tipo econômico, el modelo marxista paradójicamente venía a ser reduccionista. (REDONDI, 1987: 98)

Para além dessa perspectiva de análise, houve tentativas de compreender os estudos históricos sobre ciências pelo viés psicológico. Roberto Martins destacou como representante dessa corrente interpretativa a obra de Frank Edward Manuel, pautada na interpretação da psicanálise enquanto fator explicativo, por exemplo, de “alguns traços de Newton, escandalizando os historiadores”. (MARTINS, 2001: 30)

Desde então, os estudos históricos em ciências foram sendo cada vez mais encarados a partir da noção de plasticidade da sua aplicação. Dos anos 1980 em diante, a história das ciências conheceu sua mais profunda renovação com o surgimento de novos objetos de pesquisa e abordagens historiográficas como, por exemplo, a etnobotânica, a noção de ciência nativa, os estudos sobre a ciência pré-colombiana, entre tantas outras.

Nesse processo, o alargamento do instrumental das pesquisas estreitou laços com campos de conhecimento como a antropologia, a história cultural e a política, apenas para citar alguns. E, as relações entre as ciências e as sociedades alcançaram um patamar diferenciado, sobretudo, com o desenvolvimento de estudos do grupo de historiadores das ciências latino americanos, empenhados em desenvolver análises contestadoras do eurocentrismo ainda bastante presente no campo (ARBOLEDA, 1987).

Conforme destacou Videira:

O eurocentrismo recebeu, como ainda recebe, muitas críticas feitas por historiadores e intelectuais (...). Uma das principais objeções levantadas diz respeito ao fato de o eurocentrismo ser excessivamente reducionista, a ciência teria se originado na Europa e em pouquíssimos países. A partir desse momento inicial, o desenvolvimento da ciência resultaria de ações promovidas por cientistas brancos do sexo masculino, quase sempre trabalhando em solo europeu. Essa concepção transformou a ciência europeia no padrão de conhecimento, o que foi reforçado pela sua pretensão de verdade. Essa pretensão teria sido justificada não apenas no plano científico, mas também no metodológico e no epistemológico. (VIDEIRA, 2007: 144)

Partindo da perspectiva de que as ciências não são apenas um sistema de ideias, mas antes criações de homens profundamente influenciados por fatores religiosos, sociais e psicológicos, António Lafuente (1992) se constituiu em um dos nomes que assinalou para a necessidade de compreender a dinâmica das ciências a partir da circulação de objetos e da noção mais ampla do *saber fazer*, contestando, dessa forma, a ideia de que não houve produção científica nos países latino americanos⁹. Partindo dessa mesma perspectiva Dominique Pestre sinalizou para o fato de que:

[...] a dinâmica das ciências não se reduz a uma dialética controvérsias-consensos, mas se apoia sobretudo na circulação de objetos e de saber-fazer. E, portanto, fato usual a existência de uma técnica que, por se espelhar e tornar-se comum, permite a homogeneização de uma comunidade. E assim, por unificar as práticas de um grupo, por permitir a cada um reproduzir um mesmo fenômeno e sua formalização, faz com que a controvérsia, que implicava inicialmente ferramentas diferentes que conduziam a resultados não reproduzíveis, se encerre em si mesma. (PESTRE, 1996: 19)

Essa, aliás, foi à questão central para a escrita da história das ciências na América Latina, uma vez que buscou destacar que suas sociedades foram também produtoras de conhecimento científico e não apenas receptoras de um saber ou de uma tradição científica vinda de fora.

Ao assinalar e reconhecer a existência de uma ciência própria para a América Latina, Juan Sandaña destacou se tratar, portanto, de uma história concernente à própria cultura e identidade dos países, uma vez que as ciências neles desenvolvidas produziu uma interação com o meio social. (SALDAÑA, 1989) Partindo da premissa de que as ciências devem ser encaradas através da perspectiva de uma atividade local e contextual circulante, a escrita da história passou então a reconhecê-la como uma atividade social, conforme destacou Maria Amélia M. Dantes:

Escrever a história das ciências nos países latinoamericanos deixa de ser simplesmente buscar sua contribuição para uma suposta ciência universal, mas procurar registrar, nos vários momentos de suas histórias, traços da existência da atividade científica: ação de indivíduos, existência de espaços institucionais, existência de trabalhos científicos etc. (DANTES, 1992: 02)

A partir da questão acima colocada, os estudos dedicados à reflexão sobre a história das ciências deixaram, necessariamente, de se ancorar na crença de sua superioridade enquanto dádiva do Ocidente para as sociedades humanas, passando a refletir sobre a produção e difusão de novos saberes. Assim, se partiu da análise do relacionamento entre os próprios sistemas coloniais e as políticas metropolitanas, bem como do interesse de grupos coloniais sobre

⁹ António Lafuente (1992).

questões científicas. Com isso, se abriu um espaço cada vez maior para compreender a dinâmica de cada sociedade, considerando que o processo de desenvolvimento das ciências só pode ser entendido por meio de sua inserção no processo histórico geral, onde atuaram de forma decisiva fatores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Nesse contexto, a reflexão sobre novas formas de pensar a difusão científica, levou Maria Amélia M. Dantes (2005) a destacar duas linhas interpretativas do processo de expansão da história social das ciências. A primeira esteve relacionada ao papel desempenhado pelas mesmas na configuração de vários impérios (ibérico, francês, inglês e etc), diferenciando-os das práticas imperialistas de suas respectivas metrópoles. Ao passo em que a segunda linha interpretativa enxergou o estudo sobre a implantação das ciências levando em consideração a especificidade de cada contexto, sendo este tipo de perspectiva a característica atual dos estudos históricos sobre ciências.

O importante de se destacar a partir de então, foi que houve espaço para uma interpretação que passou a qualificar esse processo de difusão através da noção de encontro de tradições e culturas diferentes, privilegiando a ideia de que houve um intercâmbio de saberes/conhecimentos, e se distanciando de interpretações que reduziam o contato entre saberes locais e o saber europeu à simples transposição de um conhecimento estabelecido e recebido em um meio onde não havia qualquer tipo de contribuição para o desenvolvimento científico.

Em função de se definir ciências enquanto atividade social/coletiva, a partir de então, os estudos históricos foram cada vez mais destacando um mosaico de possibilidades interpretativas, calcado na diversificação de análises e objetos de estudo, mas também na ampliação de seu território de atuação, reivindicando um olhar capaz de revelar a multiplicidade de relatos, em detrimento de uma visão única e inquestionável.

Dentre as mais recentes abordagens deste campo, destacaram-se cinco tipos de análises. Uma primeira abordagem relacionou essa área do conhecimento ao que foi denominado *história dos instrumentos*, buscando salientar a interface entre ciências, instrumentação e experimentação. Assim, se a ciência moderna buscou desde o princípio interferir no mundo operacionalizando-o por meio de instrumentos, os estudos sobre máquinas podem contribuir decisivamente para a compreensão das redes de circulação e de validação do *saber fazer*. Pois, “o que eles fazem reviver é a importância da tradição mimética da pesquisa, uma tradição que busca imitar a natureza, uma tradição que visa reproduzir em laboratório os fenômenos

naturais”. (PESTRE, 1996: 25) A relevância desse tipo de interpretação está em destacar a recusa de uma imagem simplificadora dos instrumentos para as ciências enquanto elemento puramente técnico, passando despercebida sua funcionalidade experimental.

Um segundo tipo de abordagem guarda relação entre a história das ciências e as análises decorrentes de suas práticas, lançando luz sobre as relações de difusão e recepção do conhecimento por meio da noção de *prática* em um dado contexto, na comparação de tradições científicas. Partindo do contraste entre trabalhos de física e matemática de Cambridge, estudados por A. Warwick (1992) entre 1905 e 1911, com estudos feitos na Alemanha do mesmo período, percebeu-se a pouca relação entre ambos, o que sinalizou para o desenvolvimento de temas iguais em contextos práticos diferentes. Tal fato revelou não apenas a existência de escolhas técnicas de métodos e técnicas incompatíveis, mas, sobretudo, enfatizou que estas foram acompanhadas de escolhas sociais, não se tratando apenas de uma simplificação baseada em cálculos ou aplicação de fórmulas. Com isso, se revelou a produção de fatos experimentais por meio do estudo das práticas desenvolvidas em contextos específicos.

A terceira abordagem recorrente nos estudos históricos em ciências diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias materiais, sociais e literárias na administração da prova, enfocando “a questão das regras sociais que governam o estabelecimento dos fatos científicos, as sociabilidades que tornam legítimas certas práticas e procedimentos enquanto invalidam outras”. (PESTRE, 1996: 33) O ponto de partida dessa corrente interpretativa foi dado pelos trabalhos desenvolvidos por Shapin e Schaffer (1993) e reside na crença de uma diversidade de regimes de validação dos conhecimentos científicos e em sua possibilidade de historicizar os contextos sociais de prova. Conforme apontou Pestre:

A vasta bibliografia que foi produzida sobre esse tema nos últimos dez anos, bibliografia que se encontra muito próxima das preocupações da História cultural, deu destaque a essa diversidade de situações através do tempo e do espaço físico e social. Mostrou, por exemplo, que no fim do século XVII os critérios sociais de aceitabilidade não são os mesmos para os matemáticos, os filósofos experimentalistas, os fabricantes de instrumentos e os especialistas da História Natural e se debruçou particularmente sobre as situações que a epistemologia clássica teve a tendência de ignorar, aquelas em que são validados fatos experimentais singulares. (PESTRE, 1996: 33)

A preocupação dessa abordagem com as múltiplas formas de validação dos saberes conferiu destaque para locais até então ignorados por uma escrita da história das ciências de cunho clássico como, por exemplo, cortes, minas ou laboratórios. Mas, sobretudo, sua

contribuição residiu no alargamento da legitimação de saberes e práticas científicas, fator decisivo na reorganização desse campo de conhecimento.

As três abordagens acima destacadas somaram-se uma quarta, que buscou refletir a história das ciências por meio das tecnologias literárias ao priorizar o texto científico enquanto objeto construído segundo regras variáveis de cunho temporal e com destaque para o espaço social. Ao sinalizar para a intencionalidade do texto científico, rejeitou-se a ideia de transparência e relato verdade implícitos nesse, para ressaltar que “cada reescritura tem funções múltiplas – heurística, demonstrativa, didática, reflexiva, filosófica -, cujo peso relativo varia segundo os locais e os públicos aos quais se dirige”. (PESTRE, 1996: 37) Nesse sentido, se passou a perceber que os meios mobilizados para conduzir a convicção de algum sistema de ideias foram construídos em função de contextos específicos. Assim:

Os modos discursivos de Pascal podem, desse modo, ser contrastados com os de Boyle, com os dos acadêmicos da primeira metade do século XVIII, ou com os de Coulomb algumas décadas mais tarde. Onde o primeiro permanece no código dominante do silogismo para apresentar seus resultados experimentais, o segundo adota o modo do relato preciso e circunstanciado (a fim de dar ao leitor a impressão de assistir visualmente a uma série de experiências), enquanto que o último assenta seu esforço de convicção numa adequação de resultados de medida habilmente selecionados a leis simples, gerais e universais, que supostamente caracterizam a ontologia do mundo (*Idem*)

Por fim, uma quinta e última abordagem sinalizou para a aproximação entre a história das ciências e a história das organizações e escolhas técnico-científicas. Nesse tipo de interpretação, às ciências, enquanto atividades organizadas em instituições aparecem atreladas ao jogo político, pois tal corrente interpretativa se debruçou sobre as políticas institucionais para o desenvolvimento das ciências, tanto nas políticas em si, quanto, por exemplo, naquilo que está por trás das escolhas de aparelhagem. Enfatizando, por conseguinte, a necessidade de se refletir sobre os meios disponíveis para atender aos objetivos de cientistas e instituições.

A resultante prática dessas novas formas de escrita da história das ciências foi o progressivo abandono de uma imagem epistemológica das ciências de fundo idealizado, para emergir uma imagem mais complexa, sobretudo a partir da incorporação de novos atores sociais, técnicas e contextos, ampliando, de forma dinâmica, a pesquisa e os estudos históricos. Dentro dessa perspectiva, não houve mais a possibilidade de sustentar a ideia de que as ciências seriam um universo homogêneo, “como proposto e defendido por várias escolas filosóficas distintas, como os iluministas franceses de meados do século XVIII e os positivistas lógicos da primeira metade do século XX”. (VIDEIRA, 2007: 152)

A ideia de universalidade contida nos enunciados científicos deixou de se constituir em ponto de partida para os estudos históricos sobre ciências, muito embora ainda seja possível se deparar com análises sobre história das ciências feitas a partir da guinada epistemológica e metodológica dos anos 1970, em que se encontram os mesmos apontamentos equivocados de uma escrita da história considerada superada.

Atualmente, a história das ciências se caracteriza pelos estudos interdisciplinares, a interação entre diversas áreas do conhecimento humano, o que lhe permitiu recuperar conhecimentos de outras formas de ciência que pareciam equívocos para os critérios científicos até então estabelecidos. Esse trabalho busca dar sua contribuição para esse campo temático, a partir da análise sobre o desenvolvimento do saber farmacológico dos jesuítas, indivíduos ligados à Igreja Católica que, para além de sua atuação missionária e educacional, produziram ciência durante a Época Moderna (XVI-XVIII). Portanto, sem mais delongas, deixo registrado o convite para a imersão nesse universo.

1.2 OS CAMINHOS DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS NO BRASIL

A construção da escrita da história das ciências se desenvolveu em diferentes etapas através do tempo, não desembocando em um modelo unificado. Para o caso dos estudos históricos sobre ciências no Brasil, durante o século XIX, tais abordagens procuraram oferecer um panorama histórico e cronológico do desenvolvimento das atividades científicas, reforçando e corroborando com a noção evolucionista, elitista e linear do processo histórico.

Tal fato se deu, sobretudo, em função do contexto histórico social de transformações como o fortalecimento do movimento abolicionista e a consequente abolição da escravidão, a influência positivista no meio intelectual e militar e a dissolução da Monarquia, pelo qual passava o país. Dessa forma, o final do século XIX representou um momento em que os intelectuais buscaram refletir sobre nossa identidade nacional, mais propriamente buscando encontrar sua essência. Assim, a chamada *geração de 1870* pensou o Brasil por meio de seus aspectos culturais de arte e literatura, mas, também pela noção de uma ciência nacional. Imersa nas divagações das doutrinas europeias de progresso social, essa geração apregoava “o desaparecimento do mundo aristocrático e católico e a emergência de uma sociedade industrial regida pela ciência”. (ALONSO, 2007: 01) O processo de construção de nossa identidade

passou, necessariamente, pela distinção entre a ideia de *nós* e os *outros*, evidenciando a avaliação das relações de parentesco com a metrópole portuguesa.

Ao se propor a pensar a nação e uma nova forma de Estado, a geração de 1870, moldada em uma espécie de culto às ciências, precisou estudar cientificamente o país para diagnosticar suas carências e, assim, propor algumas soluções. Um manancial de doutrinas sociais e científicas, de modelos políticos e teorias esteve acessível a esses letrados uma vez que:

Diretamente dos navios para os livreiros, chegavam o sistema parlamentar inglês e a república federativa norte-americana; Henry Thomas Buckle e o determinismo geoclimático; Auguste Comte e a passagem da sociedade do estado “metafísico” para o “positivo”, sob a orientação de uma elite técnica e científica; o darwinismo social de Herbert Spencer, demonstrando a progressão contínua do organismo social pela transformação do homogêneo em heterogêneo; Jules Michelet e o triunfo progressivo da consciência humana sobre as limitações materiais e sociais. E desembarcavam, também, Vitor Hugo, paradigma da ação e da escrita revolucionárias; Honoré de Balzac, Gustave Flaubert, Émile Zola e Eça de Queirós, desnudando as mazelas sociais e humanas. (MOTA, 2013: 06)

Foi igualmente necessária a divulgação das ideias dessa geração e, em função disso, as revistas se constituíram em importante veículo, principalmente, enquanto locus de propagação de pesquisas e resultados científicos, conforme o caso da *Revista Brasileira* (1857-1899). Lançando mão de um programa editorial bastante variado em temas, a revista apresentou uma noção de ciência derivada da perspectiva do progresso europeu. Nesse sentido, o desenvolvimento das ciências foi apresentado segundo um alto grau de comprometimento em função da herança colonial e isso não apenas nos ensaios, artigos e relatórios publicados pela revista, mas também em livros editados no período.

Esse foi o caso da obra de Silvio Romero, *História da Literatura Brasileira* (1ª edição em 1888), onde em seu capítulo VI, as ideias científicas existentes no Brasil foram apresentadas enquanto incapazes de produzir algo notável. (ROMERO, 1980) Embora, isso não tenha significado que o país não tivesse possuído pensadores cultos dedicados à temática científica. Assim, o autor destacou nomes do passado que remontavam ao século XVIII e início do XIX, como Manuel de Arruda Câmara (1752-1810), José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) e Vicente Coelho de Seabra Silva Teles (1764-1804), entre tantos outros, que ilustravam o esforço do Brasil no sentido de pensar e fazer ciências.

Ao lamentar sobre o esquecimento destes nomes pelos brasileiros, em função da não circulação e/ou impressão de suas obras, o autor afirmou que:

A história das ciências, das artes e das letras no Brasil é um verdadeiro caminhar entre mortos. Tudo acaba completamente aqui. Desaparecem os homens e com eles os seus escritos. Somente dos poetas uma ou outra composição destacada é parcamente lida. Dos mais nem uma palavra se lê. Duvido que atualmente haja uma dúzia de brasileiros que tenham folheado os escritos, já não digo de outros mais obscuros, mas de José Bonifácio, em quem se fala ai diariamente... Em parte há uma justificativa para o afastamento dos leitores das obras dos autores nacionais: é a falta de novas edições. (ROMERO, 1980: 534)

Apesar de esse “caminhar entre mortos”, o esforço em fazer ciências no Brasil segundo a perspectiva de Romero pôde ser destacado pela atuação de Alexandre Rodrigues Ferreira, que ao percorrer a região amazônica, Mato Grosso e Goiás em longa viagem (1783–1792), deixou um legado de tratados sobre botânica, etnografia e zoologia. Apresentado como notável observador e possuidor de valiosa cultura, estando à altura da ciência de seu tempo, Romero apontou que o esforço de Alexandre Ferreira, em um dos empreendimentos mais ousados da América do Sul, resultou em improdutividade, tendo em vista que seu nome fora ignorado e mesmo desconhecido para além do limitado círculo oficial de Lisboa de sua época.

Outro elemento enfatizado por Romero, e que se encaixa na escrita da história das ciências denominada *pedigree*, foi à trajetória científica de José Bonifácio em Portugal, locus de existência de um meio propício para a curiosidade das ciências. Partindo em viagem científica pela Europa, iniciada em 1790 e concluída somente 10 anos depois, Bonifácio, além de diversos cursos nas áreas da química, mineralogia e matemática, lançou notas e comunicações em revistas científicas na Alemanha e na França. Foi ressaltado que, mesmo retornando ao Brasil em 1819, o mesmo havia dado continuidade aos estudos e que, com frequência, enviou à Europa comunicações para publicação em jornais científicos. Entrementes, nosso país teria ficado limitado a apreciar seu destaque no campo da política, durante o processo de independência.

Ainda dentro desse quadro, uma última figura a ser destacada pelo autor foi José Mariano da Conceição Veloso, como sendo o primeiro a fazer a descrição sistemática da flora de uma região do Brasil, na obra *Flora Fluminensis* de 1790. Trilhando caminho semelhante ao de Alexandre Ferreira, Frei Veloso demonstrou então estar afinado com a ciência de seu tempo e tornou-se, por isso, mais notável ainda em função de estar segregado dos grandes centros cultos da Europa, uma vez que seus estudos foram feitos no Brasil.

Da obra do frade naturalista, sabe-se que foi encontrado manuscrito na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro e os desenhos foram enviados à Paris para serem litografados,

enquanto o texto foi impresso na Tipografia Nacional entre 1825 e 1827. Romero destacou que após a conclusão, os desenhos tiveram como destino o Rio de Janeiro, onde foram perdidos após pararem no saguão da Secretaria da Justiça e apodrecerem pela umidade. Para o autor, o infeliz fato ilustrava muito bem o descaso e a inexistência de incentivo para a produção científica e literária, uma vez que a obra “teria sido uma ingentíssima contribuição para a botânica do Novo Mundo”. (ROMERO, 1980: 555)

O viés analítico de Romero apesar de destacar a existência nos brasileiros de um alto grau de talento para aprender e desenvolver uma literatura científica de caráter prático, empírico e fragmentário, demonstrou que no Brasil prevaleceu uma espécie de “meia ciência”, conforme destacou:

Quando falo em caráter prático, de forma alguma insinuo a existência de grandes homens técnicos no Brasil. Não tivemos a alta ciência consciente de si mesma, organizada num grande todo, forte, progressiva, capaz de aplicar-se praticamente às indústrias. Só onde há a robusta ciência especulativa, é que existem também as poderosas aplicações práticas. Assim na Alemanha, na Inglaterra ou na França. Nós tivemos a meia ciência, a doutrinação feita em Portugal, sem largos voos, terra a terra, sem ousadias, sem impulsos idealizadores e filosóficos, medrosa, acanhada, confinada entre o rei e a Inquisição. Se nos faltaram Bacon ou Descartes, também não tivemos Galileu ou Kepler, e, como seria uma extravagância alçar tão alto as vistas, se não contamos Diderot, não possuímos também Broussais; nem a síntese, nem o laboratório; nem filosofia, nem ciência propriamente dita. (ROMERO, 1980: 565)

Desse modo, apregoou-se a ideia de que não possuímos ciência propriamente dita, uma vez que a atividade científica fora exercida no grupo dos estudos descritivos e na classificação da história natural. Embora a obra de Romero esteja inserida na perspectiva da proposta da *geração de 1870*, que entre outras coisas buscou desvendar nossas raízes culturais e a essência de nossa ciência, essa visão será encontrada ainda na produção historiográfica no decorrer do século XX, sendo nítida a influência que exerceu sob as gerações seguintes.

Partindo então dessa mesma perspectiva do desenvolvimento das ciências no Brasil, a obra de Nelson Werneck Sodré (1ª edição em 1944) também chamou a atenção para a existência de um obstáculo quase intransponível a qualquer esforço no sentido de criar, aplicar ou desenvolver conhecimentos e técnicas apropriados ao campo das ciências num passado distante, referindo-se, assim, ao nosso passado colonial. (SODRÉ, 1976) O autor apontou que nosso meio não solicitava, tampouco necessitava das ciências, uma vez que a estrutura social da colônia não demonstrou interesse ou mesmo curiosidade sobre o conhecimento científico, a pesquisa, bem como sua difusão e experimentação. Segundo o autor:

De todas as faces da cultura, aquela que abrange os conhecimentos científicos [...] é a que mais fortemente exige uma estrutura social propícia, que desenvolva a curiosidade, o interesse, a aplicação, que necessite de novas técnicas como do próprio alimento, que se renove sem cessar e que dependa de tudo o que a ciência fornece. Não tivemos estrutura desse tipo. A nossa, forjada a base da grande propriedade e do trabalho escravo, com a sua refratariedade às inovações técnicas, a sua rotina secular, toda ancorada no esforço físico, com mão-de-obra fácil por largo tempo, repudiava os conhecimentos e tudo o que lhes estava associado. Não havia naquela estrutura nenhuma compatibilidade com o mínimo de avanço científico. (SODRÉ, 1976: 300-301)

Essa noção de vazio científico encontrou respaldo na interpretação freyriana da sociedade colonial, caracterizada pelo binômio casa-grande e senzala e que projetou uma feição cultural essencialmente rural da sociedade colonial, subsidiando, dessa forma, interpretações que recusavam a existência de práticas científicas¹⁰.

A exceção, nesse contexto, conforme destacou Sodré, se deu com a dominação holandesa durante o século XVII, “mas, ainda nesse caso, o Brasil se apresenta apenas como objeto de determinadas pesquisas, de estudo realizado por reduzido grupo de sábios que um governador esclarecido fez trabalhar aqui, em zona relativamente restrita”. (SODRÉ, 1976: 301) Assim, foi acentuado que o estabelecimento holandês abriu espaço no mundo colonial para a organização de expedições, pesquisas e estudos científicos, cujo resultado mais expressivo se materializou na obra *História Naturalis Brasiliae* (1648), de Willem Piso (1611-1678) e George Marcgraf (1610-1644), rica em dados e observações sobre a medicina, flora e fauna do país, simbolizando um esforço que não se repetiu, prolongou ou fincou raízes após a expulsão dos mesmos¹¹.

Na perspectiva do autor, somente a partir do século XVIII, “quando o povoamento já havia conquistado apreciáveis áreas do interior, deixando de ser apenas litorâneo, surgiram na colônia os primeiros pesquisadores, com expedições estrangeiras” (*Idem*) Contudo, o país se restringiu a objeto de observação, ocupando lugar de fornecedor de material para pesquisa e não se beneficiando diretamente, o que teria evidenciado o desfavorecimento do meio social para o desenvolvimento das ciências, sobretudo, ao destacar a inexistência de condições para o ensino e transmissão de suas técnicas.

¹⁰ Ver Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (2006, 1ª edição 1933).

¹¹ A referida obra publicada em 1648 continua ainda hoje sendo um importante recurso para estudos para as ciências naturais etnológicas e etnolinguísticas no cone sul americano. Para mais informações ver França (2010).

Segundo esse olhar, o estado do ensino na colônia permaneceu com uma orientação ornamental e desinteressada, “bem acorde com o clima social e político dominante, todo entregue às letras” (*Idem*), sendo a expressão máxima desse fato a inexistência de instituições de ensino superior. Para o autor, somente com o desembarque da Corte Portuguesa se configurou o movimento que permitiu que fossem lançados os alicerces para o ensino científico, a partir da fundação de instituições como o Real Horto, Jardim Botânico, Museu Real, Biblioteca Nacional e Imprensa Régia.

A visão de nosso passado colonial enquanto entrave para o desenvolvimento da cultura científica foi também objeto de investigação de Fernando de Azevedo ao publicar as obras *A Cultura Brasileira* (1943) e *As Ciências no Brasil* (1955). Para o autor, a demora em se estabelecer o espírito e os métodos científicos residiu no fato de termos sido colonizados por Portugal, visto como local apartado do espírito crítico e da experimentação que atingiu a Europa no seiscentos e setecentos. Mas, em uma perspectiva contrária à de Sodré, Azevedo (1943) enfatizou que a questão para o não desenvolvimento das ciências em nossas terras não se atrelou ao fato de não abrigarmos instituições de ensino superior. Pois:

O que importava, para a introdução da atitude crítica e dos métodos experimentais, não era, de fato, a transplantação, da Metrópole para as colônias, de instituições arcaicas, mas o espírito moderno, a nova concepção de vida e de cultura, que, não tendo penetrado nos dois reinos peninsulares, como que fechados e dobrados sobre si mesmos, não podia transladar-se para os povos colonizados. (AZEVEDO, 1994: 25)

Essa discordância se deu em função de defender a ideia de que somente foi lícito falar em desenvolvimento das ciências no Brasil, a partir do momento em que houve um processo de expansão da indústria e do comércio, abrindo, dessa forma, caminho para uma virada intelectual materializada na criação de universidades, durante os anos 1930. Nesse cenário, a fundação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, ao estreitar as relações entre ensino e pesquisa, processando o encontro frutífero do espírito e dos métodos científicos em diversas áreas do conhecimento, foi compreendida enquanto um marco na história das ciências no Brasil¹². Sobre essa questão Moema Vergara assinalou que:

O projeto de uma instância de ensino superior que incentivasse sistematicamente os estudos científicos no Brasil, já estava sendo gestado desde o século XIX. Roque Maciel de Barros nos mostra que a criação da USP em 1934 concretizou as esperanças da geração de 1870, que via na fundação de uma universidade moderna uma forma de

¹² Cabe destacar que apesar dessa perspectiva de Azevedo, os cientistas convocados para escrever *As Ciências no Brasil* (1955) levaram a história ao período anterior à criação da Universidade.

ultrapassar o legado ibérico e abrir caminho para se colocar o país em seu lugar de direito, ou seja, o futuro. (VERGARA, 2005: 03)

De todo modo, ao historicizar sobre o desenvolvimento das ciências Azevedo destacou seu caráter linear ao sinalizar as origens do movimento científico na Antiguidade, passando por um período de desaparecimento durante a Idade Média, e ao afirmar tal coisa o autor comprou um discurso já tido como ultrapassado pela historiografia do século XX, demonstrando grande descompasso entre a escrita da história e a escrita da história das ciências, para finalmente ressurgir com a Renascença e se alargar durante a Época Moderna (séculos XVI-XVIII). A este último período Azevedo apontou a inserção precária do desenvolvimento das ciências na história do Brasil. Assim:

A época colonial, as lutas pela independência e as que se lhe seguiram pela unidade nacional, recobrem os três primeiros séculos da história moderna das ciências e o último, da independência a era republicana, corresponde, na história cultural e científica, ao “século de ouro” que foi, sob tantos aspectos, o XIX no ocidente europeu. Tudo se passou como se o Brasil, mesmo na fase mais recente de sua história, se tivesse mantido estranho, com uma força incoercível, na Europa e, a partir da segunda metade do século XIX, também nos Estados Unidos. O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram no Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinha, em tão largo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no campo das ciências físicas e experimentais e, de modo geral, nas ciências e, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de ceticismo em face de perspectivas de progressos nesse vasto setor do universo cultural. (AZEVEDO, 1955: 18)

Conforme é possível perceber a escrita da história das ciências estabelecida por Azevedo foi marcada por um caráter fortemente antilusitano e que tendeu a negar tudo o que derivasse de nosso passado colonial. Tal perspectiva foi bastante comum às formas que a escrita da história das ciências assumiu, tanto no século XIX, quanto em boa parte do século XX. A esse caráter veio a se somar, enquanto fator de explicação para o pífio desenvolvimento das ciências no Brasil, o tipo de educação aqui ofertada.

Em capítulo dedicado a refletir sobre o sentido da educação colonial, Azevedo destacou na obra *A Cultura Brasileira* (1943) que o projeto de educação na colônia ficou ao cargo da Companhia de Jesus, instituição religiosa que esteve em profunda associação com a Coroa portuguesa no projeto colonizador. Nesse sentido, o objetivo maior foi o de atuar como mecanismo de combate à religiosidade popular, ao mesmo tempo em que buscou alargar o conhecimento básico dos princípios do Cristianismo.

Inicialmente com as casas de bê-a-bá e em seguida com a fundação de Colégios espalhados pela colônia, os jesuítas promoveram uma educação pautada em princípios ligados à atividade missionária, monopolizando, assim, as funções educacionais até meados do século XVIII. (FERREIRA; BITTAR, 2004) Dessa forma, na perspectiva do autor, imperou uma dedicação dos jesuítas ao ensino da filosofia tomista, caracterizada por vincular o aristotelismo aos princípios do Cristianismo e que ao dar ênfase ao ensino da gramática, retórica e às letras teológicas e jurídicas, contribuiu para que se fechassem as mentes para o estudo das ciências experimentais. Partindo dessa premissa, a essa atmosfera cultural teria se juntado a política de isolamento adotada em relação à colônia, resultando em um “quadro sombrio dos obstáculos quase invencíveis que se levantaram no Brasil à penetração do espírito crítico e científico e à difusão do estudo das ciências de observação”. (AZEVEDO, 1943: 372)

Tal olhar acabou por destacar que o que de fato existiu em nosso passado colonial não passou do interesse particular de poucos homens motivados pelo sentido pitoresco e pelo deslumbre com a paisagem natural, dificultando, por um lado, a mais ampla compreensão das práticas científicas do passado, e, por outro, exaltando a imagem de indivíduos destacados enquanto pioneiros nesse processo, o que contribuiu para criar a noção de pais fundadores das ciências no Brasil, geralmente valorizando naturalistas estrangeiros.

Essa característica antilusitana e a negação de nosso passado colonial também foi encontrada na obra de Simon Schwartzman, *Formação da Comunidade Científica no Brasil* (1979). Assim como em Fernando de Azevedo, para Schwartzman o marco fundador das ciências e sua comunidade, em âmbito nacional, se estabeleceu com a criação das universidades, inserida no quadro de transformações das décadas de 1920 e 1930, onde o papel das ciências e as pressões por mudanças no sistema educacional no cenário nacional colaboraram para projetar a cidade de São Paulo.

No que diz respeito especificamente ao passado colonial, o autor destacou que nossa situação de marginalidade se tratou de um reflexo do descaso português pelas ciências, muito embora tenha reconhecido seu papel pioneiro nas transformações pelas quais a Europa passou com o Renascimento e o processo de Expansão Marítima. A ênfase dada pelo autor enquanto fator explicativo, assim como em Fernando Azevedo, recaiu também sobre a educação jesuíta. Ao analisar o *Ratio Studiorum* (1599), espécie de currículo que guiou as práticas de ensino da Companhia de Jesus, o autor destacou que seu objetivo era o de preservar o conhecimento tradicional, impedindo inovações epistemológicas. Assim:

Os jesuítas não se opunham a novas informações ou técnicas, mas não toleravam o ponto de vista filosófico mais amplo e as instituições intelectuais inovadoras que haviam surgido em algumas partes da Europa. As questões que os professores deviam levantar, e os textos que os estudantes deviam ler estavam sujeitos a um controle estrito. A obediência às autoridades religiosas devia ser respeitada em todas as questões relacionadas com a disciplina e o estudo; nas explicações, nenhuma referência era feita a autores ou livros não autorizados; nenhum novo método de ensino ou de discussão devia ser introduzido, e a ninguém se permitia levantar novas questões, ou apresentar uma opinião que não fosse de um autor qualificado, a não ser quando devidamente autorizado a fazê-lo. (SCHWARTZMAN, 1979: 13)

Os jesuítas procuraram manter a unidade da Ordem aplicando o *Ratio* em todo o império português, desde o ciclo básico até a universidade, sendo, segundo o autor, o isolamento português da cultura moderna seu resultado mais trágico. Cabe ressaltar que também entre as décadas de 1960 e 1970, houve um movimento no campo da escrita da história das ciências no Brasil que buscou novas perspectivas para o empreendimento lusitano, valorizando a ilustração luso-portuguesa. Indo de encontro às interpretações de Azevedo e Schwartzman, Maria Odila Dias (1968) destacou a atividade científica enquanto fator relevante na formação da elite intelectual do século XVIII. (VERGARA, 2005) No entanto, os apontamentos defendidos por esses autores, no âmbito da produção historiográfica do desenvolvimento das ciências no Brasil, acabaram por se tornar um preceito a ser seguido.

Nesse sentido, é relevante sublinhar o fato de ser comum encontrar uma abordagem que dissociou a investigação científica da vida religiosa, ignorando, dessa forma, as contribuições significativas para o campo científico dos homens da Igreja. No que diz respeito especificamente à atuação da Companhia de Jesus, essa mesma perspectiva foi encontrada em publicações dos anos de 1980 e 1990, onde foi conferido pouco destaque e mesmo afirmações da existência de uma atuação um tanto quanto inexpressiva, reafirmando a ideia de que durante os dois séculos de permanência no Brasil, “a Ordem sempre permaneceu fiel à educação humanista, tão cara aos portugueses e ao espírito escolástico, impermeável à pesquisa e experimentação científica”¹³. (CARDOSO, NOVAIS, D’AMBRÓSIO, 1985: 15)

Entrementes, pesquisas mais recentes têm caminhado em uma perspectiva contrária ao cânon estabelecido por Fernando Azevedo, alargando a visão de ciência no Brasil, visto até então ora como palco de imitação do que era produzido na Europa, ora enquanto local incapaz de produzir conhecimento e reflexão. Tais análises objetivaram sublinhar o desempenho dos jesuítas em áreas específicas do saber como a matemática, a astronomia e os *serviços de saúde*,

¹³ Ver Filgueiras (1990 e 1997).

este último de maior interesse neste trabalho. Nesse sentido, a ciência colonial passou a ser encarada sob o prisma da dinâmica do império colonial português com reflexões sobre suas conexões e relações intercoloniais.

Excelente exemplo dessa tendência na escrita da história das ciências no Brasil foi oferecido pelo trabalho de pesquisa desenvolvido por Carlos Ziller (1999) ao lançar luz sobre o cotidiano do jesuíta Valentin Stansel (Valentim Estansel ou Valentin de Castro, 1621-1705) e sua atividade de matemático e cientista na Bahia do século XVII. Debruçando-se sobre a investigação de fenômenos celestes, especificamente, os cometas, as observações do padre Stansel desempenharam um papel importante na transformação das ideias científicas do período. Sua contribuição significativa no registro e observação de cometas, bem como para a astronomia foi atestada por publicações em 1668 no *Giornale dei Letterati*, em setembro de 1673 no *Philosophical Transactions* e na obra *Pincipia Mathematica*, de Isaac Newton, em 1687.

Cabe destacar ainda que as informações sobre a passagem de cometas no céu da Bahia nos anos de 1664, 1665 e 1668 foram reunidas e publicadas em 1683 na obra *Legatus Uranicus ex Orbe Novo in Veterem* (ZILLER, 1999), evidenciando a inserção da discussão feita pelo jesuíta em questões relevantes para a época como, por exemplo, a matéria e localização dos cometas no céu, a natureza de seu brilho, bem como sua trajetória. (*Idem*)

Para além de estudos que destacaram a atuação e desempenho dos jesuítas junto às ciências exatas, existem aqueles que sublinharam sua atuação a partir da oferta dos *serviços de saúde*, com ênfase na medicina colonial. Dentre muitos desses trabalhos a análise feita por Daniela Calainho (2005) merece ser destacada, uma vez que sinalizou para a incorporação desses serviços ao ideal missionário e educacional, tendo em vista a escassez de um corpo médico estabelecido, a inconveniência do preço dos remédios e drogas vindos do reino ou do Oriente, bem como seu estado ao desembarcar na colônia. Dessa forma, a autora enfatizou o contato estabelecido entre os jesuítas e os recursos naturais oferecidos pela terra, mas também com os saberes curativos das populações indígenas, enquanto resultante da necessidade que se colocava no cotidiano colonial.

Ainda dentro dessa temática, o trabalho desenvolvido por Heloísa Gesteira e Alessandra Teixeira (2009) colocou em evidência as práticas médicas dos jesuítas, sem, contudo, associá-las às necessidades circunstanciais ou a apropriação do conhecimento indígena. Com isso, foi destacada a questão da circulação de conhecimento no Império português, contribuindo para o

questionamento da ideia de que o conhecimento científico na América foi fruto de imitação ou cópia do que se produziu no velho mundo.

Partindo dessas interpretações mais atuais sobre o desenvolvimento das ciências no Brasil, com ênfase no período colonial, esse trabalho se baseia na noção de ciência enquanto atividade social, sendo, portanto, produto da História. A partir disso, busca-se avançar nos estudos sobre a história das ciências no Brasil, enfocando a Companhia de Jesus enquanto instituição inserida no quadro científico da Época Moderna, superando, desse modo, interpretações reducionistas de sua atuação.

1.3 JESUÍTAS E ATIVIDADE CIENTÍFICA

Nascendo enquanto idealizadora de um projeto missionário e catequético de longo alcance, a Companhia de Jesus tornou-se a mais viva intérprete da ideia de Cristianismo proposta pela Contrarreforma, movimento que nasceu de crises sociais somadas ao movimento de renovação da piedade cristã, em fins do século XIV e início do século XV. (MULLET, 1985)

Inaugurando uma nova interpretação do Cristianismo, a Companhia de Jesus se diferenciou das ordens monásticas por suas práticas e formas de se relacionar com o mundo. Com o propósito de expandir a fé católica, a Companhia se tornou um importante instrumento do processo de renovação, sendo sua especificidade centrada no desprendimento e caracterizada, simultaneamente, pela predisposição ao movimento e pela obrigação de se envolver com o mundano, ou seja, em estar no mundo, percorrendo-o, indo ao encontro dos cristãos desviantes e daqueles que não possuíam o conhecimento de Deus.

Reconhecida oficialmente em 1540, a Companhia de Jesus se destacou por ter na evangelização seu ideal, desenvolvendo a máxima do apostolado pelo ensino. A fórmula do *Instituto* esclarece essa questão ao destacar que:

Qualquer um que na nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus, debaixo da bandeira da cruz, e servir ao único Senhor e ao Romano Pontífice, vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de santidade perpétua, assente consigo mesmo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para, de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé, pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeadamente ensinar aos meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fiéis no tribunal da confissão; e trate de ter sempre diante dos olhos primeiro a Deus, depois o modo deste seu Instituto, que é como caminho para chegar a ele, e de conseguir por todas as forças este fim, que Deus lhe propôs, cada um, todavia, na medida da Graça, que o Espírito

Santo lhe comunicar, e no grau particular da sua vocação, não suceda que algum se deixe levar de um zelo não regulado pela ciência. (LEITE, 1938: 06)

Nesse sentido, a prática da missionação e o trabalho pedagógico forjaram as bases estruturadoras da Companhia de Jesus. Os missionários encontravam-se dispersos pelo mundo, e não apenas restringidos à Europa. Ásia, África e América passaram também a fazer parte de seu campo de atuação, sendo, por isso, possível afirmar que os jesuítas fizeram parte do processo colonizador de diversas regiões ligadas tanto ao Império português quanto espanhol.

Dispersos pelo globo, os jesuítas estiveram ligados a Roma, sobretudo, por conta da identidade forjada na longa duração de sua formação e através de estudos intelectuais profundos, atrelados a um constante trabalho interno, cujo principal instrumento foram os *Exercícios Espirituais*, um exame de consciência imprescindível para afastar afeições desordenadas e promover a percepção e o acolhimento da íntima ação de Deus. Essa identidade se definiu pelo “modo de fazer ou agir”, uma vez que mesmo não sendo idênticos, os jesuítas agiram de modos semelhantes, sempre orientados pela noção de salvação do *outro*, que em última instância, implicava na própria salvação¹⁴.

No entanto, além da tarefa evangelizadora e educacional, importa sinalizar que os jesuítas desempenharam outros papéis, destacando-se também na função de arquitetos, cozinheiros, astrônomos, engenheiros e nos *serviços de saúde*, na qualidade de enfermeiros, cirurgiões e boticários. (LEITE, 1953)

As primeiras notícias dos ofícios mecânicos praticados no início do processo colonizador guardam relação com o cumprimento de necessidades materiais, dessa forma, pode-se afirmar que:

Os ofícios mecânicos entraram no Brasil com os portugueses, primeiro nas vilas dos donatários, e logo, mais abundantes, ao fundar-se o Estado do Brasil em 1549. Na armada que levou Tomé de Sousa e Nóbrega chegaram todos os elementos necessários à administração e defesa do novo Estado e a construção de sua capital que se ia erguer ali, onde antes não havia senão matas e algumas cabanas de palha. Com os jesuítas e os homens da administração civil e militar, assinala-se a presença dum médico (físico cirurgião), dum arquiteto e dum mestre de obras, e contam-se numerosos pedreiros, carpinteiros, serradores, tanoeiros, ferreiros, serralheiros, caldeiros, cavouqueiros, carvoeiros, caeiros (fabricantes de cal), oleiros, carreiros (fabricantes de carros), pescadores, construtores de bergantins, canoeiros, e até um barbeiro e um encadernador. (*Ibidem*, p. 27)

¹⁴ Expressão utilizada por Charlotte Castelnau-L'Estoile para designar o *modus operandi* dos jesuítas. Ver CASTELNAU-L'ESTOILE (2006).

Na medida em que a Companhia de Jesus se tornava mais presente e atuante na colônia, com a fundação de colégios, fazendas e aldeias, foi imprescindível o estabelecimento de oficinas de artes e ofícios, conforme sinalizou Serafim Leite ao apontar que:

Com o desenvolvimento e correspondentes necessidades dos colégios, começaram a aparecer, nas oficinas anexas, os encarregados dos engenhos, os praticantes de cirurgia, os artífices especializados em ourivesaria e até em estatuária, ainda que geralmente as esculturas finas vinham de afamados estatuários de Lisboa. Mencionamos ainda o ofício de enfermeiro, que às vezes era na realidade de farmacêutica e tomou vulto no decorrer do tempo. (*Ibidem*, p. 591-592)

O princípio da assistência mútua que norteou o apostolado jesuíta pode ser percebido em função da adoção de ofícios mecânicos por padres consagrados pela prestação de serviços em ofícios liberais. Assim, temos que o autor dos primeiros catecismos bilíngues (português e tupi), Juan de Azpilcueta Navarro, se dedicou também a cantar e reger coros; o reitor do Colégio de São Luís do Maranhão e autor da obra *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão* (1699), João Felipe Bettendorff foi arquiteto e ajudou a construir Igrejas; Belchior Paulo, professor no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, atuou na colônia (Bahia - 1589, Espírito Santo -1598, Rio de Janeiro – 1600, Santos – 1606 e São Paulo de Piratininga – 1616) adornando Igrejas e Colégios da Companhia; José de Anchieta, elaborador de catecismos e peças de teatro, trabalhou como sapateiro, fabricando alpercatas e como enfermeiro; Francisco da Silva desempenhou a função de boticário, deixando como legado escritos sobre a farmacopeia brasileira no Colégio de Olinda e Alexandre de Gusmão, além de provincial do Brasil (1684 – 1688), praticou a carpintaria¹⁵. (LEITE, 1953)

Em obra exclusivamente dedicada a apresentar os ofícios praticados, Serafim Leite (1953) nos ofereceu um panorama completo dos tipos de serviços desempenhados pelos jesuítas no Brasil¹⁶. Muitos desses ofícios estiveram atrelados à atividade e produção econômica, contudo, cabe destacar que para outros era exigida a aplicação de determinados conhecimentos científicos, conforme o caso dos boticários ou farmacêuticos¹⁷.

¹⁵ Para informações sobre as artes e ofícios dos jesuítas no Brasil colonial ver APÊNDICE B.

¹⁶ Ver também Cunha (2005).

¹⁷ No APÊNDICE C se encontra a lista completa com os nomes dos jesuítas que desempenharam a função de boticários/farmacêuticos no Brasil colonial (XVI – XVIII) de acordo com o trabalho de Leite (1953).

O desempenho desses serviços e ofícios foi tão relevante que José de Anchieta em carta de 1 de junho de 1560 dirigida ao padre Diego Laynes, substituto de Inácio de Loyola na direção da Ordem, destacou que:

No dexaré de dezir, pues que vino a propósito, que quase nenhuma arte ay de lãs necessárias para el commún uso de la vida que lós Hermanos no sepan hazer. Hazemos vestidos, çapatos, principalmente alpargates de um hilo com cáñamo, que nosotros tiramos de unos cardos echados em la água y curtidos, lós quales alpargates son mui necesarios por la aspereza de las selvas, y las grandes inchientes de las águas, las quales es necessario passar muchas vezes por grande spatio hasta la cinta y aún hasta lós pechos; barbear, curar heridas, sangrar, hazer casas y cosas de barro, y otras semejentes cosas no se busca fuera, de manera que la otiosidad no tiene lugar alguno en casa. (ANCHIETA, 1958: 256)

A questão que se coloca aqui aponta para a necessidade de se destacar em evidência uma atuação bastante alargada da obra jesuíta na colônia, buscando explorar sua relação com o desenvolvimento de diversas atividades, entre elas, a científica. Nesse sentido, se realçam as produções dos irmãos químicos André da Costa e Francisco da Gaia, Matias Piller, papelheiro ou fabricante de papel, Domingos Coelho fabricante de cal e Manuel Carneiro ourives da prata. (LEITE, 1953: 108) A peculiaridade destes ofícios reside na necessidade do conhecimento prévio de uma série de processos e técnicas químicas, justamente, em um momento em que a química ainda não estava constituída enquanto disciplina científica. Dessa forma, é oportuno refletir sobre o projeto educacional implantado pela Companhia, que embora tenha dado ênfase ao ensino das humanidades (retórica, filosofia, teologia, gramática e direito canônico) não abandonou o ensino, por exemplo, das ciências exatas.

O ensino de matemática no Brasil iniciou-se pela *Lição de Algarismos* ou primeiras operações. Em 1605, nos Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco era ministrada a *Aula da Aritmética* que apareceu tempos depois, em 1757, no Colégio da Bahia com o status de *Faculdade de Matemática*. Dentre os matemáticos da Companhia que estiveram no Brasil destacaram-se Inácio Stafford, mestre de matemática do Colégio de Santo Antão de Lisboa, que entre outras obras deixou a *Geometria de Euclides – Elementos Matemáticos*, livro de texto conhecido na Bahia, e *Teoremas Matemáticos*, impresso em Lisboa em 1636. Manuel do Amaral, professor de matemática na Universidade de Coimbra que chegou ao Maranhão em 1690 por pedido de missão, Jacques Cocle (Jacobo Cocleo), professor de matemática em Portugal e no Brasil cartógrafo valoroso. E, Valentin Stansel (1621-1705), professor de matemática nas Universidades de Praga, Olmutz e Elva e também da *Aula da Esfera* do Colégio

de Santo Antão de Lisboa, que dedicou seus 42 anos de vida ao estudo de cometas no céu da colônia conforme anteriormente citado.

O ensino de matemática e os apontamentos astronômicos produzidos na colônia foram de grande importância para uma variedade de ofícios. Entre eles, destacaram-se a perícia dos pilotos, construtores navais, a obra de arquitetos e ainda outras obras de cais e guindastes no Rio de Janeiro e Bahia, canais e pontes na fazenda de Santa Cruz e em outras paragens como a ponte do Guaré, localizada sobre o rio Tietê, na cidade de São Paulo, tida então como “a maior manifestação de engenharia civil neste gênero, em terras paulistanas, até ao tempo da Independência”. (LEITE, 2000: 166)

Há que se destacar, no contexto dos estudos científicos da Companhia de Jesus, a atuação importantíssima da rede de Colégios espalhados pelo mundo, decisiva no ensino científico e na divulgação e construção de instrumentos. Em Lisboa, no Colégio de Santo Antão, funcionou no período de 1590 a 1759 a *Aula da Esfera*. O nome dessa *Aula* tem relação direta com o ensino da matemática, cosmografia e a introdução à astronomia. Entretanto, a cátedra engendrou uma variedade muito maior de disciplinas como geometria, ótica, perspectiva, arquitetura e engenharia militar (COUTO, 2008).

Jorge Couto ressaltou que a *Aula da Esfera* pode ser entendida como a porta de entrada de muitas novidades científicas em Portugal como, por exemplo, as ideias de Galileu, a Estática, a Mecânica Teórica e a Física de algumas máquinas simples. O autor afirmou ainda a singularidade dessa *Aula* no panorama da história da ciência portuguesa, pois:

Durante o período em que funcionou, teve mais de três dezenas de professores, dos quais cerca de um terço foram estrangeiros, muitos deles provenientes dos mais famosos colégios europeus. (...) Nenhuma outra instituição de ensino na história nacional se aproxima destes números. Além disso, pela “Aula da Esfera” passaram muitos outros jesuítas-cientistas europeus, em trânsito para missões asiáticas, num **processo de circulação e de transmissão científica** (pessoas, livros, instrumentos, ideias) talvez nunca igualado em nosso país¹⁸. (COUTO, 2008: 20)

Ao refletir sobre o impacto da Revolução Científica em Portugal, Marília de Azambuja Ribeiro e Arthur Feitosa de Bulhões destacaram a centralidade da matematização da natureza nos colégios jesuítas enquanto “perfeitamente alinhado com a problemática da ciência moderna”. (RIBEIRO; BULHÕES, 2014: 30)

¹⁸ Grifo meu.

É bastante relevante refletir sobre a questão da circulação do conhecimento científico, proporcionado não apenas pelo contato direto e imediato entre os pares, mas, sobretudo, pelo longo alcance que obteve a correspondência jesuíta. Sheila Moura Hue afirmou que a correspondência epistolar “funcionou como a coluna vertebral do corpo inaciano, respondendo as exigências de difusão e propaganda dos resultados da catequese para o mundo externo”. (HUE, 2006: 20) Seguramente, é possível pensar o mesmo para o caso do conhecimento científico, onde através das cartas trocadas, os jesuítas dispersos pelo mundo informaram os estágios e progressos científicos auferidos em suas pesquisas e prática cotidiana.

No processo de difusão e aprendizado do conhecimento científico, a produção e circulação de livros aparecem como elemento essencial nos tempos coloniais como o é, ainda nos dias atuais. Para tanto, os Colégios da Companhia de Jesus no Brasil estiveram bem equipados. As primeiras bibliotecas encontradas na colônia pertenceram às ordens religiosas e foram instaladas já na primeira metade do século XVI, uma vez que a obra missionária demandou meios para o exercício de suas atividades¹⁹. Nesse sentido, tanto nos Colégios, quanto nas residências, fazendas ou aldeias jesuítas uma coleção farta de livros foi indicativa de prestígio e acabava por credenciar o Colégio para a criação de novos cursos, muitos podendo ser equiparados aos das universidades jesuítas em Portugal. Conforme sinalizou Luiz Fernando Rodrigues:

Uma das principais preocupações desde a instalação dos primeiros missionários jesuítas foi providenciar os meios necessários para o desempenho das suas atividades missionárias. Entre estes estavam os livros. À assistência aos indígenas e ao ensino e educação dos filhos dos colonos, bem como à formação nos primeiros seminários da própria Companhia, não faltavam livros. Seja na missionação direta com os indígenas, seja na evangelização e educação dos colonos e seus filhos, os livros eram fundamentais tanto na fundamentação jurídica das aldeias, como a educação dos jovens nas vilas e cidades. Desta forma, uma das primeiras preocupações dos superiores foi de promover a instalação de livrarias em todas as residências, desde as mais importantes, situadas junto aos colégios e às sedes das duas províncias. Mesmo o mais isolado missionário atuante junto aos indígenas deveria poder contar com o necessário para a sua missão: breviário e livros para os sacramentos. No norte, segundo o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite, “não havia aldeia, por mais recuada que fosse na profundidade dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros”. Esta preocupação com os livros datava de época distante. (RODRIGES, 2011: 278)

¹⁹ As instituições que constituíram bibliotecas a partir da primeira metade do século XVI foram a Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, a Ordem de São Bento, a Ordem dos Carmelitas e, posteriormente, a Congregação do Oratório.

Pelo fato de grande parte da obra jesuíta ter se pautado nas práticas missionária e educacional, naturalmente uma quantidade razoável dos livros trazidos pelos inicianos foram de títulos religiosos, posto que esse foi um meio necessário para o estabelecimento de missões. A partir disso, compreende-se com clareza o lamento dos missionários chefiados pelo superior padre Manuel Ortega, em 1586, cuja incumbência fora a de fundar missão no Paraguai, de que corsários ingleses haviam saqueado do navio “roupas, livros e ornamentos”. (LEITE *apud* RODRIGUES, 2011: 279) Bem como o relato de padre Fernão Cardim que no regresso de Roma teve o navio capturado, em 1601, perdendo para corsários ingleses todos os objetos, “inclusive os muitos livros”. (LEITE *apud* SILVA, 2008: 222)

As denúncias e lamentos presentes nas cartas dos jesuítas quando anunciavam a situação de saque de navios, perdendo assim objetos importantes como os livros, chama a atenção para a forma que a entrada de livros assumiu na colônia. Da formação do acervo das bibliotecas não se pode esperar que tivessem se dado apenas com aquilo que foi trazido pelos padres. Mas, também, por meio de pedidos feitos à Coroa portuguesa conforme o caso da:

Procura das missões em Lisboa, [que] às vezes, era encarregada de enviar livros da Europa para o Brasil, atendendo aos pedidos que os missionários e professores da colônia faziam aos seus superiores e ao próprio rei português. Para os alunos do Colégio dos meninos de Jesus, a primeira instituição de educação dos jesuítas no Brasil, fundada por Manuel da Nóbrega, em Salvador, após a chegada dos órfãos, o monarca D. João III enviou livros, panos para camisas, sapatos, sobrelieiros e outros bens necessários. Como era de se esperar, no período de implantação da missão, as solicitações feitas pelos missionários eram constantes e frequentes. A catequese e o ensino de gramática não podiam ser feitos sem os livros necessários. (RODRIGUES, 2011: 281)

O pedido constante de livros pode ser percebido nas diversas solicitações feitas aos superiores. Padre Nóbrega acusou, em 1550, o recebimento de duas caixas de livros para o estudo de latim. Em 1555 foi a vez do provincial padre Luiz da Grã solicitar livros de texto para os alunos iniciantes e para os adiantados do Colégio da Bahia, o irmão Pero Correia solicitava com frequência livros para ajudar em seu trabalho de catequese e o padre João Vicente Yate, pedia em 1593 obras em outros idiomas como inglês, latim e espanhol. (LEITE *apud* SILVA, 2008: 223) E, dessa forma, os acervos iam aumentando de tamanho.

Em obra dedicada ao estudo dos livros e bibliotecas coloniais, Rubens Borba de Moraes destacou a riqueza de algumas bibliotecas jesuítas ao apontar que:

A biblioteca do Colégio de Santo Alexandre do Pará, em 1760, tinha mais de 2.000 volumes. [...] Diversas outras casas jesuíticas de menor importância tinham seu milhar de livros. Serafim Leite calcula em 12.000 os livros existentes no Maranhão e no Pará.

O Colégio do Rio de Janeiro tinha 5.434 volumes em meados do século XVIII. Mas a mais rica de todas estava em Salvador. (MORAES, 1979: 4)

É relevante sublinhar que a biblioteca do Colégio da Bahia foi considerada pelos estudiosos do tema como a mais importante, contando já em 1694 com cerca de 3000 livros, “de todo o gênero de escritores que se podem desejar e se renova a guarda por um diligente livreiro, que foi o irmão Antonio da Costa. Estima-se que, no fechamento do colégio, chegou a ter cerca de 15.000 volumes”. (LEITE *apud* SILVA, 2008: 229) Ainda na Bahia, o Seminário de Belém de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, contou com uma biblioteca que em 1735 registrou a entrada de 70 volumes.

Sobre as bibliotecas dos demais Colégios jesuítas Silva ofereceu um panorama que nos permite vislumbrar sua grandiosidade destacando que:

No Maranhão, a principal livraria foi a do Colégio de Nossa Senhora da Luz. Quando lá chegou o padre Antonio Vieira, em 1652, que foi o responsável por uma das suas ampliações, encontrou quatro cubículos, um deles já ocupado pela livraria. A ela foram acrescentados os livros de sua propriedade trazidos de Portugal. Em 1760 o Colégio já estava consideravelmente ampliado e a livraria continha 5000 volumes. [...] A Casa dos Exercícios e Religiosa Recreação de Nossa Senhora Madre de Deus, casa de campo, dos mestres e estudantes do Colégio, possuía livraria [...] com estantes a propósito, em que ficam perto de 1000 volumes de todas as matérias, quase todos encadernados de novo em pasta. São mencionadas ainda as livrarias pertencentes ao Seminário, que dispunha de uma estante de livros pela maior parte de línguas estranhas e outra de pequeno porte pertencente à Fazenda de Anindiba, atual município de Paço do Lumiar. Outras, também pequenas, estavam situadas no Seminário das Aldeias Altas, hoje Caxias, e de Parnaíba, e na Casa Colégio de Tapuitapera, atual Alcântara. [...] Outras fundações no Pará também possuíam livros. A Casa Colégio de Vigia, que começou entre 1732 e 1735, dispunha de uma livraria com 1010 volumes. (SILVA, 2008: 229-230)

Para além das solicitações de remessa houve o recurso da compra para o acesso aos livros. Neste caso, a aquisição se deu de acordo com as possibilidades das rendas disponíveis dos Colégios, geralmente oriundas da exploração de gêneros agrícolas provenientes de suas fazendas, como cacau e cravo e da comercialização dos medicamentos produzidos nas boticas jesuítas, sobretudo, a venda para os mais ricos. Data de 1732 a determinação do vice-provincial para que os rendimentos obtidos das boticas fossem revertidos na aquisição de livros para a própria botica, bem como para a livraria do Colégio.

O fato é que alguns padres receberam recursos para aquisição de livros de seu interesse, conforme registro de 1643 do Colégio do Rio de Janeiro, onde “por amor a seus estudos privados [alguns padres] tinham cem cruzados de livros”. (LEITE *apud* SILVA, 2008: 224)

Ainda inserido nessa lógica cabe destacar que os jesuítas também compravam livros de pessoas que estavam retornando para o reino e preferiam desfazerem-se destes, em função do elevado preço do frete e dos impostos:

No Pará, em 1720, os jesuítas adquiriram mais de 100 volumes, por 600\$000 réis, do ouvidor geral, que voltava para Lisboa. Também no Pará, o vice provincial remetia dinheiro para o procurador das missões em Lisboa para a compra de livros, sobretudo, dos mais necessários, como o *Instituto* da Companhia, do qual se pediam vários exemplares, e outros, de toda espécie. (RODRIGUES, 2011: 283)

As doações de particulares apareceram como outro recurso utilizado no estabelecimento e ampliação do acervo das bibliotecas jesuítas. Assim, o Colégio do Rio de Janeiro registrou a doação de toda a biblioteca do padre Bartolomeu Simões Pereira. O Colégio do Recife, em 1717, anotou a entrada de diversos volumes doados por “um homem nobre e erudito” e o Colégio da Bahia recebeu doação do bispo Pedro Leitão, considerada “mui boa”. (LEITE *apud* SILVA, 2008: 224)

As bibliotecas existentes nos Colégios jesuítas ao longo do tempo abarcaram diversificado e grandioso acervo e, embora, estivessem preferencialmente voltadas para o atendimento dos membros da Ordem e seu alunado, foi comum a atividade de usuários externos, tendo em vista possuírem o essencial sobre os estudos de humanidade, filosofia, religião, matemática e medicina. As informações sobre esses espaços que chegaram a nós através de Serafim Leite (2004) dão conta de que as bibliotecas dos Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro destinaram ao público, além de seu acervo, uma sala de leitura, uma vez que as inscrições no frontispício de alguns livros continham como local de pertencimento à livraria pública. Assim como nas bibliotecas atuais, as bibliotecas dos jesuítas ofereciam um serviço de empréstimo de livros. Nesse sentido, a necessidade de controle esteve muito presente, pois:

A fim de evitar a perda das obras, num certo momento, o empréstimo chegou a ser proibido. Inácio de Azevedo, durante a sua visita em 1556, recomendou no seu memorial que não se emprestassem os livros. O seguinte visitador, o padre Gouveia, suavizou a proibição, sugerindo que a proibição de empréstimo dos livros seria aplicada apenas para aqueles que fossem únicos e, mesmo assim, excetuando-se a pessoa do prelado ou de maior qualidade. Chegou-se inclusive a dar e repartir livros entre os moradores, principalmente os mais entendidos, grande quantidade de livros. (RODRIGUES, 2011: 287)

O incentivo ao hábito de leitura esteve acompanhado de normatizações sobre o empréstimo dos livros, ficando claras as penalidades e consequências que poderiam recair sobre aqueles que dispensassem pouco cuidado aos mesmos. Por exemplo, os seminaristas do Colégio

de Belém, conforme texto das *Ordens para o Seminário de Belém conforme ao que mandou Nosso Reverendo Padre em uma sua carta de 28 de Janeiro de 1697, e em outra antecedente de 16 de Janeiro de 1694 ao Padre Provincial*, deveriam estar atentos para não riscar o livro, uma vez que isso abria brecha para que fossem castigados. (*Idem*, p. 288)

Com a intensificação e diversificação dos trabalhos jesuíticos foi natural que tanto a variedade de títulos, quanto a quantidade dos mesmos, fosse ampliada, embora em suas bibliotecas tenham predominado livros de conteúdo religioso. O *inventarium Maragnonense*, do Colégio da Vigia, no Pará, apontou que entre diversas obras de direito, teologia e filosofia, “a geografia contava com La Condamine, dicionários e atlas; e a história com os *Anais* de Barreto, vidas e crônicas dos reis de Portugal”. (*Ibidem*, p. 294) Ao passo em que o inventário do Colégio do Rio de Janeiro, feito somente depois de completados 15 anos da expulsão dos jesuítas, destacou a existência de obras de:

Aristóteles, Platão, Plínio, Virgílio e os famosos “Conimbrenses”, além de Newton e Boschovich. Dos autores portugueses de ciências, história, direito, oratória, biografias e letras, praticamente nenhum faltava. E entre o rol dos livros a serem remetidos ao juiz da inconfidência, há 84 tomos de Francisco Soares Lusitano, talvez usado como livro de texto nas classes do colégio. Naturalmente, mais numerosos eram os livros das matérias ensinadas: humanidades, matemática, filosofia e teologia, além de direito civil e história. (*Idem*, p. 294)

Conforme é possível perceber, as ciências naturais e físicas estiveram presentes nas bibliotecas jesuítas. Achava-se em compêndios importantes e sofisticados pensadores como os jesuítas Cristóvão Clavius (Clávio) e Athanasius Kircher, bem como Isaac Newton e René Descartes, o que permite entrever a preocupação dos mesmos em fazer com que mestres e alunos estivessem em dia com as discussões e debates dos grandes centros europeus. (LEITE, 2000)

Um exemplo significativo desse interesse foi a circulação nas bibliotecas da colônia, de uma obra publicada em 1651, pelo jesuíta português Francisco Soares Lusitano, professor do Colégio das Artes de Coimbra e da Universidade de Évora. Tal obra versava sobre o sistema de circulação de sangue e nela o jesuíta citava Guilherme Harvey, o responsável por descobrir o sistema circulatório sanguíneo, atestando a profunda sintonia dos estudos científicos dos jesuítas, tanto em Portugal quanto na colônia, com a produção de conhecimento da época.

O Colégio da Bahia, em 1694, possuía uma biblioteca com 3000 livros de todo gênero de escritores, o que permite supor a existência de obras científicas. A confirmação dessa suposição apareceu no momento em que chegou à colônia ordem expressa da Companhia para

que fosse feito inventário de “sua extraordinária obra literária e científica”, pois se iria iniciar o processo de organização da Biblioteca dos Escritores da Companhia de Jesus. (LEITE, 2000: 93)

Outro fator que expôs a preocupação e a relação dos inacianos com o desenvolvimento das ciências foi a necessidade do estudo do latim, que entre outras questões, envolveu o fato de que grande parte das obras da Antiguidade e os documentos científicos da época terem sido escritos ou transcritos nessa língua. Tal fato colocou em evidência a importância do curso de Letras, que normalmente, vinha seguido do curso de Artes ou Ciências Naturais, como então se denominava o curso de Filosofia, que abrangia lógica, física, metafísica, ética e matemática.

Por fim, cabe destacar que a relação entre os jesuítas e as ciências se deu, para além do acervo de suas bibliotecas, por meio do contato estabelecido com filósofos e viajantes em passagem pela colônia. Sendo, essa, sem dúvida, valiosa oportunidade para a discussão de ideias e teorias em voga na época, sobretudo porque os Colégios funcionaram como lócus de hospedagem, a “Casa de Hóspedes”, para indivíduos em trânsito pelo Império português. Sobre isso, Serafim Leite apontou que:

Outra dependência do Colégio [Bahia] era a Casa de Hóspedes, também remodelada através dos tempos, mas que sempre existiu desde a primeira hora e teve a honra de hospedar muitas personalidades ilustres. O primeiro hóspede do Colégio da Baía foi Mem de Sá, no edifício do Terreiro de Jesus, em que morou alguns dias (...), outro governador ilustre, o Vice-Rei marquês de Montalvão, habitou algum tempo o Colégio. (LEITE, 2000: 96)

No Colégio se hospedavam personalidades ilustres, que iam e vinham do oriente. Morava nele em abril de 1644, chegado numa nau da Índia, D. Luiz de Sousa, rei das Doze mil Ilhas Maldivicas. (...) Neste Colégio, diz P. António Vieira, tivemos hóspede ao Conde de Alvor, Vice-Rei da Índia, desde 15 de março até o último de maio de [1687], morando em uma cela, e acudindo a todas as obrigações da comunidade. (*Idem*, p. 100)

A quantidade de hóspedes no Colégio foi frequente e intensa em função de a Bahia ser capital da América portuguesa, mas também pelo fato de que todas as naus que se dirigissem para Índia, China e África serem obrigadas a aportar em função de abastecimento ou da espera de monção. Em agosto de 1717, 10 hóspedes em trânsito da Índia para Portugal se estabeleceram no Colégio por 4 ou 5 meses. Já em 1722:

hospedaram-se no Colégio vários Padres a caminho de Angola; e da China, a caminho de Lisboa, o P. António de Magalhães, embaixador do Imperador da China ao Rei de

Portugal; três anos depois, da Índia para Lisboa o patriarca de Goa, que fêz no Colégio numerosa ordenação de estudantes da Companhia. (*Ibidem*, p. 101)

Conforme foi possível observar, ao longo do todo o período colonial, a atividade científica dos jesuítas foi intensa. Os padres aplicaram os princípios da matemática e da astronomia em diversos ofícios, manipularam plantas medicinais, cuidaram da saúde, trataram das doenças, confeccionaram variados tipos de medicamentos, lançaram mão de métodos laboratoriais para obtenção de produtos químicos e tiveram a sua disposição, em suas boticas e nos Colégios, acesso a livros especializados através de bibliotecas periodicamente abastecidas com obras que traziam discussões e teorias da época.

A vida cotidiana na colônia colocou para os inicianos grandes desafios, desde o momento de sua chegada, em 1549, até o episódio de expulsão da Ordem por obra do Marquês de Pombal, em 1759. Nesse sentido, a preocupação com o desenvolvimento dos *serviços de saúde*, em função dos surtos epidêmicos, da proliferação de doenças e da carência de médicos formados em instituições de ensino europeias, foi constante.

Adaptando-se a realidade colonial, jesuítas como o já citado José de Anchieta e os irmãos João Gonçalves e Gregório Serrão aprenderam, no Brasil quinhentista, o ofício das artes médicas cumprindo, desse modo, a autorização que a Ordem possuía desde 1576, concedida pelo Papa Gregório XIII, para prosseguir com a prática médica em locais onde não as houvesse, tornando-se assim médicos de almas e corpos.

2. SABER MÉDICO CIENTÍFICO NA COLÔNIA

Houve povos sem médicos, mas nunca houve povos sem medicina. (Plínio *apud* Tavares de Souza, 1996).

2.1 CIÊNCIA E MEDICINA: DO MUNDO ANTIGO AOS TEMPOS MODERNOS

As ciências assumiram um papel de grande relevância em todas as sociedades ao longo da história da humanidade, tendo em vista, por exemplo, as imponentes e espetaculares obras arquitetônicas da Antiguidade, sejam na forma de templos, palácios ou barragens. Entretanto, as ciências não podem ser limitadas à ideia de aplicação matemática na vida cotidiana, uma vez que foi notória, ao longo da trajetória humana, a preocupação com a cura das doenças e o consequente restabelecimento da saúde, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do que mais tarde se denominou ciências médicas. Dessa forma, a história da medicina pode ser contada a partir de diversas perspectivas e interpretações, a depender do objeto de estudo do pesquisador. Nesse sentido, buscaremos nestas linhas apresentar um breve panorama de desenvolvimento da história da medicina, sem pretender, com isso, esgotar o assunto.

O interesse por buscar restabelecer a saúde e o equilíbrio do corpo foi bastante anterior ao nascimento da medicina propriamente dita. A relação do homem com a morte e sua atitude perante a mesma, conforme destacou Phillipe Ariès (2000), revelou um caráter essencialmente positivo e enraizado do fenômeno na vida cotidiana, uma vez que partia da anunciação de algo absolutamente natural²⁰. Encarada pela perspectiva de outro nascimento, a morte trazia certa alegria, se comparada muitas vezes ao pesar da vida, estando “[o homem] ligado à familiaridade com a morte, numa relação que permanecerá constante através do tempo”. (ARIÈS, 2000: 35) Dessa forma, o autor evidenciou que a relação de distância entre vida e morte praticamente não era sentida, pois “não se tinha a ideia de uma negação absoluta, de uma ruptura perante um abismo sem lembrança. Também não se sentia a vertigem e a angústia existencial, ou pelo menos nem uma nem outra tinham lugar dentro dos estereótipos da morte”. (*Idem*, p. 51)

²⁰ Phillipe Ariès destacou que essa atitude do homem perante a morte compreende um período longo e bastante específico que se iniciou por volta do século V d.C. desaparecendo somente no século XVIII, sem deixar vestígio em nossos costumes.

Cabe, contudo, ressaltar que essa boa relação/atitude perante a morte de outrora, onde esta aparece como algo familiar e mesmo domado, embora se configure em uma atitude diametralmente oposta à perspectiva das sociedades contemporâneas, não invalidou a busca constante nas sociedades mais antigas no tempo pela salvação e preservação da vida. Sendo, portanto, a observação da natureza e aproveitamento de seus elementos o lócus onde os homens buscaram desenvolver reparações, em forma de remédios, para as enfermidades que assolavam e comprometiam a vida cotidiana.

O acúmulo do conhecimento de processos de cura e bem-estar do homem, que reuniu “saberes farmacêuticos, alquímicos, astrológicos/astronômicos (que eram equivalentes), e até mineralógicos e meteorológicos” acabou por desenvolver a História da Medicina, um dos muitos ramos da História das Ciências. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 21)

Historiadores desse campo do conhecimento apontaram que o surgimento da medicina clássica se deu entre os gregos, por volta dos séculos VI e V a.C., com a obra *Corpus Hippocraticus*, de Hipócrates. Esse conjunto escrito por várias mãos e composto por 53 tratados serviu ao propósito de divulgação de ensinamentos e explicações sobre o corpo humano e sua saúde, baseando-se em diversos estudos sobre fenômenos da natureza. E, sua relevância residuiu no fato de que explicações para as doenças estiveram pautadas em práticas médico farmacêuticas, fugindo do cunho mágico religioso e afastando-se, assim, de bases sobrenaturais.

A ideia de Pitágoras (560-480 a.C.), calcada no equilíbrio baseado em proporções numéricas definidas, contribuiu decisivamente para que Alcmeon (fl. 535 a.C.) refletisse sobre a saúde do corpo como resultado de um equilíbrio de qualidades opostas como “o frio e o quente, o úmido e o seco, o doce e o amargo, e a caracterizar a doença como o predomínio de uma delas”. (DIAS, 2005: 13) Nesse contexto de busca por explicação sobre o corpo humano e a manutenção da saúde, afastando-se de bases sobrenaturais, várias escolas médicas como as de Knidos, Crotone e Kos formularam e desenvolveram teorias. Segundo Dias:

Na escola de Kos, onde Hipócrates foi aluno, desenvolveu-se pela primeira vez a ideia de uma patologia geral, oposta à ideia até aí prevalente de que as doenças se encontravam limitadas apenas a um dado órgão. Segundo esta escola, os processos morbosos eram devidos a uma reacção da natureza a uma situação de desequilíbrio humoral, sendo constituídos por três fases: a apepsia, caracterizada pelo aparecimento do desequilíbrio, a pepsis, onde a febre, a inflamação e o pus eram devidos à reacção do corpo, e a crisis ou lysis, onde se dava a eliminação, respectivamente brusca ou lenta, dos humores em excesso. (DIAS, 2005: 13)

Nesse sentido, a medicina hipocrática, dentre muitos ensinamentos, se destacou pela formulação da *teoria dos humores*, que defendia a ideia de que o equilíbrio da saúde se relacionava diretamente com o equilíbrio dos quatro humores (fluidos) do corpo humano, a saber: sangue, fleuma ou pituíta, bÍlis amarela e bÍlis negra. A esses quatro elementos equivaliam outros quatro princípios materiais que formavam o mundo, sendo elementos presentes na natureza como ar, água, terra e fogo. Tais elementos teriam como características a secura, o calor, o frio e a umidade, sendo, portanto, correspondente aos temperamentos sanguíneo, fleumático ou pituitoso, bilioso e melancólico, resultando na combinação de humores com os elementos da natureza se encontravam as características das doenças. A

Figura 1 permite uma compreensão mais clara da teoria humoral de Hipócrates:

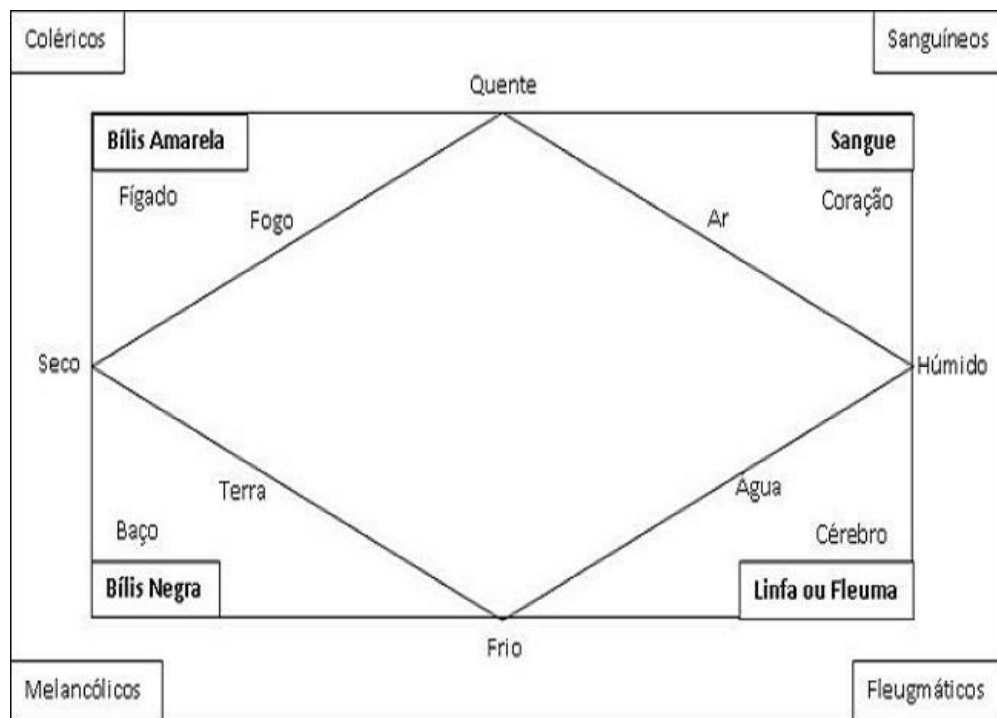


Figura 1: Teoria dos Humores.
DIAS, 2005: 16.

Sobre o funcionamento da teoria dos humores Alfonso-Goldfarb forneceu um bom exemplo ao destacar que:

Cada organismo tinha necessidades próprias, inclusive quanto à idade, ao sexo e à constituição, para manutenção e recuperação do equilíbrio. Por isso, recomendava-se dieta, exercício e condições climáticas e de sono individualizadas para auxiliar o processo de cura. Só em último caso o médico deveria intervir, forçando a eliminação de excessos com um purgante, uma sangria (flebotomia) ou ministrando remédios

contrários à manifestação da doença. Por exemplo, uma doença de manifestação quente era sintoma de falta de frio no organismo; portanto, o remédio deveria ser de natureza fria. Da mesma forma, no caso de doenças que se manifestam úmidas, os remédios deveriam levar à secura do organismo. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 23)

O desequilíbrio do organismo humano provinha do aumento ou diminuição de uma qualidade em relação a um humor (fluido), gerando, dessa forma, a enfermidade. Para sanar o desequilíbrio de humores e restabelecer a saúde do corpo era recomendado como prática terapêutica a expulsão daqueles humores em excesso. A partir de medicamentos elaborados com elementos existentes na própria natureza, geralmente de origem vegetal, havia o estímulo para excretar tais humores do interior do corpo por meio de quatro vias: a boca, o nariz, o reto e as vias urinárias. Além disso, foi usual a prática de sangrias (flebotomia) e purgantes enquanto instrumentos purificadores do corpo humano, fundamentados na concepção do princípio *contraria contrariis*, ou seja, da ação positiva de remédios de qualidades contrárias à manifestação da doença. (PITA, 1998: 48)

Vale sinalizar que, enquanto prática terapêutica, a sangria apareceu como um dos principais recursos na busca do restabelecimento da saúde do corpo. Não apenas na Antiguidade, mas por toda a Época Moderna, foi considerada procedimento de eficácia pelo saber douto e universitário. Santos destacou que:

Derivada dos incipientes conhecimentos do saber médico antigo, a arte de sangrar popularizou-se no medievo e adentrou incólume os Tempos Modernos. A aversão ao experimento, o apego aos tabus do corpo, traduzidos na censura imposta à dissecação de cadáveres pela Igreja Medieval, inibiram qualquer reavaliação do sistema hipocrático-galênico, transformando-o numa tradição. Nem mesmo a suspensão das sanções pontifícias aos estudos anatômicos, motivada pela pandemia que ceifou milhares de almas, às portas da Época Moderna, foram suficientes para destroná-lo. (SANTOS, 2005: 46)

Sua utilização era comumente indicada em casos de contusões, dores reumáticas e inflamações, pois se partia do princípio de que o sangue não fazia um movimento circular e sim centrífugo, o que o impedia de voltar para o local de origem. Dessa forma, ao seccionar a veia acreditava-se estar desviando o fluxo de sangue de seu local de destino para fora do corpo pela zona de corte, o que era suficiente para fazer com que os humores danosos em contato com o sangue fossem expelidos.

Ainda perscrutando os caminhos da história da medicina no mundo antigo, torna-se necessário destacar que as conquistas de Alexandre (356 - 323 a.C.) levaram muito da medicina

grega para a Ásia Menor e Egito, culminando com a cidade de Alexandria como centro difusor da cultura helênica. (DIAS, 2005) Mas, foi Roma que se constituiu como expoente de estudos médico farmacológicos, uma vez que produziu um conhecimento muito próximo e influenciado pelo grego.

Entre os principais nomes nessa área do saber destacou-se Dioscórides (fl. 50-70), considerado o fundador da farmacognosia através da obra organizada em cinco volumes *De materia medica*, onde descreveu “cerca de 600 plantas, 35 fármacos de origem animal e 90 de origem mineral, dos quais só cerca de 130 já apareciam no *Corpus hippocraticum* e 100 ainda são considerados como tendo actividade farmacológica”. (DIAS, 2005: 16-17) Entretanto, o mesmo autor aponta que Dioscórides não seguiu nenhuma escola médica, sendo sua obra mais de caráter empírico, voltada para observação e classificação de fármacos pela afinidade e efeito no corpo humano. Ao falar em medicina romana o nome mais pujante foi o de Galeno, tido pela historiografia como maior expoente depois de Hipócrates.

Estudioso da arte de curar em função de seu ofício, enquanto médico de gladiadores, Galeno, embora inspirado pelas teorias hipocráticas, formulou um sistema de patologia e terapêutica de grande complexidade e coerência interna:

Do ponto de vista farmacêutico, a grande linha de força do galenismo foi a transformação da patologia humoral numa teoria racional e sistemática, em relação à qual se tornava necessário classificar os medicamentos. Assim, tendo em vista utilizar os medicamentos que tivessem propriedades opostas às da causa da doença, Galeno classificou-os em três grandes grupos, segundo um critério fisiopatológico humoral: o primeiro grupo incluía os *simplicia*, aqueles que possuíam apenas uma das quatro qualidades, seco, húmido, quente ou frio, o segundo grupo era o dos *composita*, quando possuíam mais do que uma e por fim o terceiro grupo incluía os que actuavam segundo um efeito específico inerente à própria substância como os purgantes, os vomitivos e outros. Foi na forma de galenismo que a Medicina greco-romana passou para o Ocidente cristão, dominando a Medicina e a Farmácia até ao Século XVII e mantendo ainda uma grande influência mesmo no século XVIII. (DIAS, 2005: 25)

As concepções médico farmacológicas do galenismo acabaram por alcançar o Oriente em função do processo de expansão territorial do Império Romano, encontrando nos árabes seus principais comentadores e críticos. A tradução sistemática, sobretudo, das obras de Hipócrates, Dioscórides e Galeno forneceu o arcabouço da medicina árabe, tida como pouco desenvolvida no início da expansão do Islã. (DIAS, 2005) Baseando-se na teoria humoral, a medicina árabe se elevou e destacou principalmente no desenvolvimento do saber farmacológico, “acrescentando cerca de três ou quatro centenas ao cerca de um milhar de drogas medicinais conhecidas na Antiguidade Clássica”. (*Idem*, p. 26-27) Vale ressaltar que o processo

de conhecimento e incorporação de novas drogas curativas resultou do contato com diversas culturas em função da expansão islâmica da península arábica à península ibérica e norte da África.

Dentre os principais nomes da literatura médico farmacológica árabe está o persa Ibn Sina, ou Abu'Ali al-Husayn ibn'Abdallah, conhecido no Ocidente como Avicena com um montante de quase 270 obras escritas entre filosofia e ciência:

A principal obra médica de Ibn Sina é o enciclopédico al-Qanun ou Canon, mais considerado no seu tempo que a obra de Razés ou de Galeno. A parte farmacêutica encontra-se nos livros II e V que tratam, respectivamente, da matéria médica e dos medicamentos compostos. O Livro II encontra-se dividido em duas partes, a primeira tratando das propriedades das drogas, incluindo as qualidades, virtudes e modos de conservação, e a segunda contendo uma lista de fármacos ordenados alfabeticamente, com as suas virtudes terapêuticas. (*Ibidem*, p. 27)

Conforme é possível perceber, os árabes parecem ter sido os primeiros a fazer uma separação entre o ofício médico e o farmacêutico, instituindo uma divisão de tarefas que culminou com a proliferação, no século VIII, de estabelecimentos para a comercialização de drogas e medicamentos comandados por comerciantes, mas contando com a presença de um profissional de elevada formação, o *Sayadilah*. A importância da medicina antiga, sobretudo as práticas terapêuticas propostas por Hipócrates e Galeno, esteve centrada na influência decisiva na medicina europeia praticada até o século XVIII, muito embora tivesse sofrido transformações em termos de teoria e conceito.

A presença e influência marcantes da Igreja Católica na Europa Ocidental durante a Idade Média colaborou para o retorno de crenças mágico religiosas na arte de curar. Muito embora, a historiografia dedicada ao estudo do período medieval já tenha há muito refutado a imagem que a associa à Idade das Trevas²¹. Nesse sentido, a incorporação de orações, a busca pela intercessão de santos e a prática de exorcismos passaram a fazer parte do cotidiano das práticas médico farmacêuticas.

A esse cenário se somou a concepção da enfermidade como resultado da ação de forças maléficas, demoníacas, o que se explica pela presença crescente do Diabo na vida cotidiana a partir do século XII, quando se intensificou o processo de construção de uma imagem

²¹ Ver Franco Júnior (2001) e Le Goff (2005).

associando-o às forças do mal enquanto mecanismo de obediência dos fieis, num contexto de combate a heresias²².

Ainda assim, a herança da medicina antiga se fez presente com vigor durante o período medieval, muito embora esse conhecimento tenha sido monopolizado pela Igreja. O trabalho cotidiano de monges copistas assegurou a continuidade do conhecimento da medicina antiga para gerações futuras. Assim, obras como *Corpus Hipocrático*, de Aristóteles e Galeno, por exemplo, foram preservadas, contribuindo para o desenvolvimento do saber médico farmacológico europeu.

A disseminação do galenismo se deu também pela influência religiosa na fundação de universidades, entre os séculos XII e XIII. Por toda a Europa houve uma ligação crescente entre o saber medicinal e o filosófico e um progressivo afastamento de práticas manuais atreladas à anatomia, cirurgia e fabricação de medicamentos, o que contribuiu para uma espécie de especialização e profissionalização nas artes de curar, surgindo assim a figura do médico, do cirurgião e do boticário. Cabe ressaltar, que os dois últimos grupos profissionais, ou seja, cirurgiões e boticários ocuparam uma posição de inferioridade se comparados ao grupo dos médicos, o que incluiu uma formação diferenciada. Sobre isso Dias apontou que:

Ao mesmo tempo que os médicos passavam a ter um ensino universitário com professores altamente especializados, os farmacêuticos e cirurgiões mantinham um tipo de formação baseado na aprendizagem com um mestre estabelecido, um tipo de aprendizagem que era comum às restantes profissões mecânicas. [...] A separação de facto entre as duas profissões foi seguida pela separação legal. O primeiro caso em que tal aconteceu terá sido em Arlés, França, onde posturas municipais redigidas em 1162 determinaram a separação das duas profissões. Em 1240, Frederico II da Sicília e Nápoles, através do chamado Édito de Melfi, reafirmou a obrigatoriedade de um curso de tipo superior em Salerno para os médicos, ao mesmo tempo que proibiu qualquer sociedade entre médicos e farmacêuticos e determinou que estes tinham de dispensar os medicamentos de acordo com as receitas médicas e as normas da arte provenientes de Salerno. O mesmo diploma introduziu o princípio da necessidade de algum tipo de controlo dos preços dos medicamentos e do licenciamento e inspecção da actividade farmacêutica. Estas normas foram progressivamente adoptadas pela Europa. Em França, as cidades de Avignon (1242) e Nice (1274) proibiram a sociedade entre farmacêuticos e médicos. Na Europa central, Basileia também separou as duas profissões entre finais do século XIII e princípios do século XIV. Em Portugal a obrigatoriedade dessa separação foi determinada em 1462. (DIAS, 2005: 33)

Os Tempos Modernos apareceram para as sociedades europeias ocidentais como um período caracterizado pela novidade iniciada na transição dos séculos XV para o XVI. O novo

²² Ver Link (1998) e Schmitt (2007).

se fez presente em campos que abrangeram desde a formação e consolidação das monarquias absolutistas e suas práticas mercantilistas, passando pelo fenômeno das Reformas Religiosas, bem como pelo processo de Expansão Marítima, iniciado com as nações ibéricas, e o esplendor do Renascimento. O reflexo deste último marco do primeiro século da Época Moderna no campo artístico e científico levou Jean Delumeau a caracterizá-lo como “a promoção do ocidente numa época em que a civilização da Europa ultrapassou, de modo decisivo, as civilizações que lhe eram paralelas”. (DELUMEAU, 1984: 20) Buscando um afastamento drástico de concepções e tradições medievais em nome das mais antigas, calcado no desenvolvimento de um individualismo e senso/espírito crítico, o Renascimento buscou resgatar o conhecimento do mundo antigo em seus mais diversos aspectos, trazendo mudanças significativas para a cultura europeia.

A preocupação em reinterpretar textos da Antiguidade Clássica, ou seja, o conhecimento do mundo antigo permitiu o desenvolvimento, sobretudo na história da medicina, de correntes médico farmacológicas que buscaram na investigação filológica de textos clássicos a pureza do conhecimento greco-romano. Esse humanismo renascentista somado ao desenvolvimento da imprensa no século XV promoveu o aumento no volume de traduções impressas, contribuindo para a disseminação, no campo medicinal e farmacêutico, das obras de Hipócrates, Dioscórides, Galeno e Avicena, por exemplo.

Nesse cenário, os estudos anatômicos ganharam um novo impulso, apesar da censura imposta à dissecação de cadáveres. Dentre os nomes de maior destaque encontram-se o belga Andrea Vesalius (1514-1564) e o inglês William Harvey (1587-1657). Vesalius, através da obra *De Humani Corporis Fabrica*, elaborada entre os anos de 1540 e 1542, foi o responsável por promover diversos questionamentos sobre algumas descrições anatômicas feitas por Galeno, chegando mesmo a desmenti-las. Ao passo em que Harvey, em 1628, comprovou a existência do sistema circulatório de sangue, fornecendo bases para que a sangria fosse então questionada. Entretanto, os autores renascentistas “não atacaram a fisiologia galênica, mesmo quando esta se baseava em aspectos estruturais que eles negavam”. (DIAS, 2005: 37) Assim, é possível afirmar que durante o período moderno persistiu uma interpretação da saúde do corpo e da enfermidade enraizada no conhecimento da medicina antiga de cunho hipocrático galênico e calcada na noção de equilíbrio/desequilíbrio de humores.

Apesar disso, o cenário de constantes mudanças e transformações acarretadas pela novidade da Época Moderna propiciou o aparecimento de uma nova prática terapêutica,

desenvolvida por Paracelso e de caráter oposto ao da teoria humoral²³. Gonçalves (2012) se baseando nos apontamentos de Dias (2005) assinalou que esta teria sido uma primeira corrente médica de natureza contrária e contestatória do sistema hipocrático galênico. Dessa forma, Alfonso-Goldfarb classificou Paracelso como homem típico do segundo momento dentro do Renascimento, pois diferente dos humanistas que “devoravam e reproduziam *ipsis literis* o original das autoridades clássicas”, ele, de posse destes conhecimentos, adaptou-os à realidade cotidiana “contra a autoridade escolástica estabelecida e contra seus clamores à universalidade”. (ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 144)

Natural da Suíça e envolvido pela medicina desde muito cedo, uma vez que seu pai havia sido médico, Theophrastus Philippus Aureolus Bombastus von Hohenheim desfrutou de uma educação mais voltada para a:

prática e mística do que seria usual num médico do seu tempo. Com o pai aprendeu a medicina, a botânica, a mineralogia, a metalurgia e a filosofia natural. O abade Johannes Trithemius, de Sponheim, ensinou-o sobre as artes mágicas e o ocultismo. Também frequentou a escola de minas em Huttenberg e chegou a ser aprendiz nas minas de Schwaz. Neste contexto, desenvolveu um maior interesse pelas manifestações da cultura contemporânea e local, dos camponeses e artesãos e menor veneração pela cultura clássica dos humanistas do seu tempo. Desta forma a obra de Paracelso caracterizou-se por uma profunda religiosidade, por uma simultânea hostilidade à religião organizada e à medicina oficial, e aproximou-se da magia e da alquimia. (DIAS, 2005: 41)

Com uma vida marcada pelo constante envolvimento em querelas com autoridades da profissão, sobretudo pelo distanciamento em relação à prática médica universitária de seu tempo, Paracelso recusou em suas aulas os textos clássicos de Hipócrates e Galeno, chegando mesmo a queimar um exemplar da obra de Avicena. Sua ferrenha oposição à teoria humoral enquanto fator explicativo para a saúde do corpo e a enfermidade baseou-se na filosofia química que desenvolveu. Cabe, entretanto, sinalizar que Paracelso não negou a existência dos quatro humores (Sangue, Fleuma, BÍlis Amarela e BÍlis Negra), tampouco dos quatro elementos clássicos (Terra, Ar, Fogo e Água). Em sua perspectiva, os textos clássicos e seus respectivos autores, haviam feito uma interpretação equivocada do fator responsável por desencadear a enfermidade. Longe de ser um desequilíbrio do organismo, a causa de inúmeras moléstias centrava-se em um fator externo, “uma espécie de envenenamento que o corpo não conseguia combater”. (ALFONSO-GOLDFARB, 1994: 24) Assim, as terapêuticas de cura deveriam

²³ O nome “Paracelso”, adotado em 1529, significava “acima de Celso” em uma demonstração de oposição aos ensinamentos do romano Aulo Cornelio Celso muito divulgado em sua época.

fornecer ao organismo doente uma pequena dose do próprio veneno, partindo não do princípio *contraria contrariis*, mas sim do princípio de que iguais curam iguais. De acordo com Paracelso, a doença se constituía de:

um mau funcionamento específico do *Archeus*, e não por um desbalanço geral do organismo. Sua *Anatomia Archei* é, portanto, uma “anatomia da vida” – ou seja, a anatomia do mundo, pois tudo estaria vivo. O médico deveria ser, de acordo, com essas máximas, uma espécie de *Archeus* externo cuja ação específica estaria relacionada com a separação do assimilável e do não assimilável no organismo humano. E, por isso, caberá ao médico entender a ação específica de agentes patogênicos no organismo, para saber o que deverá ser nele introduzido a fim de restabelecer o funcionamento normal ao *Archeus* interior, que apresentou problemas. Na verdade, o médico, pensado por Paracelso, assemelha-se a uma espécie de alquimista que entende e localiza os problemas do “químico” interior e lhe comanda o restabelecimento da ordem. Por isso, a introdução de remédios químicos, com o uso dos compostos metálicos dos alquimistas, encontra em Paracelso um defensor. (ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 146)

A maneira correta de interpretar o organismo, segundo Paracelso, centrava-se em enxergá-lo a partir de três substâncias primárias, a saber: o sal, o enxofre e o mercúrio. Essa *tria prima* constituía princípios diferentes, sendo o corpóreo (sal), o inflamável (enxofre) e o volátil (mercúrio). O corpo humano, portanto, era o resultado de uma série de processos químicos, devendo ser seu desequilíbrio (enfermidade) tratado e combatido quimicamente. Por esta razão, a doença deveria ser enfrentada tendo por base medicamentos específicos e igualmente distintos, ou seja, estes deveriam ser feitos a partir dos princípios ativos das substâncias naturais. (GONÇALVES, 2012) A tendência curativa desenvolvida por Paracelso utilizou largamente a arte da alquimia, uma vez que buscou extrair o princípio ativo de substâncias da natureza, contribuindo, através destes estudos e práticas, para que “ácidos e minerais fortes fossem descobertos, bem como para progressos de ordem metalúrgica permitindo a expansão do contingente de medicamentos minerais na farmácia ocidental”. (BASSO, 2004: 79)

Muito embora a química não possa ser compreendida enquanto fruto do desenvolvimento científico da alquimia conforme enfatizou Alfonso-Goldfarb (2001), vale destacar a importância do saber alquímico no aperfeiçoamento do saber médico farmacológico durante a Época Moderna²⁴. O medievo europeu se configurou em herdeiro direto dessa arte a partir do século IV, em função da divisão do Império Romano. Contudo, foi com a expansão

²⁴ A autora defende que a visão da química como aprimoramento moderno da alquimia se deu em função de “nós sermos pessoas educadas dentro da química moderna”, sendo, portanto, distorcida se enquadrada numa avaliação do verdadeiro peso da história da alquimia. (ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 37)

árabe durante o século VIII, pelo sul da península ibérica, e o estabelecimento do califado de Córdoba, que diversos conhecimentos dessa cultura sobre astronomia, agricultura, medicina e alquimia marcaram presença ao ponto de “pessoas das mais diversas partes da Europa Medieval [serem] trazidas, na busca da cura para seus males, às mãos dos médicos muçulmanos de al-Andalus”. (ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 95) Apesar de não haver consenso sobre a procedência de uma vasta produção bibliográfica de manuscritos sobre alquimia ser de alquimistas hispano árabes ou alquimistas mouros desconhecidos, o fato foi que em diversas cidades de al-Andalus se reuniram trabalhos de inestimável valor para a história da alquimia. (*Idem*)

O lento processo de reconquista cristã de territórios de ocupação árabe, na transição dos séculos XI para o XII, promoveu na península ibérica uma espécie de aproximação de culturas, facilitada pela torrente de estudiosos que contribuíram decisivamente para a divulgação do conhecimento muçulmano. Sabe-se que a primeira obra alquímica traduzida em 1144 por Robert Chester para o latim foi *De compositione alchemiae*, escrita por Khalid ibn Yazid, que em sua introdução afirmou seu caráter inédito no cenário europeu ao sinalizar que “o que seja a Alquimia e qual seja sua composição, é desconhecido do mundo latino”. (CHESTER *apud* ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 107)

Assim, o saber alquímico proveniente da cultura árabe foi assimilado ao cotidiano europeu ao longo do século XIII por traduções feitas por Bartolomeu Anglicanos, Vicente de Beauvais e Miguel Scot com maior ênfase à análise dos processos de laboratório, a interpretação das substâncias utilizadas e o produto/resultado final. Nesse mesmo período, o inglês Roger Bacon (1214-1292) inseriu a alquimia no quadro dos estudos filosóficos sobre os conhecimentos práticos da natureza, pois ao entender que o conhecimento destes práticos se localizava acima do que era conhecido na ciência livresca e teórica:

artesãos, alquimistas e magos (segundo Bacon, os primeiros “experimentalistas”) seriam os mais aptos a exercer o comando do trabalho científico. Isto porque, ao passarem pela verificação das especulações e experiências, teriam feito sua síntese, ou seja, teriam obtido relações possíveis desta experiência com o restante do saber, podendo, agora, utilizar todo o potencial desta, preparados que estariam para ver e notar todas as “possibilidades”. (ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 117)

Para Bacon, as ciências poderiam ser classificadas segundo sua apresentação de maneira prática ou especulativa. Pelo fato da alquimia se apresentar sob ambas as formas se evidenciava como ciência de alto nível, sobretudo, se considerarmos sua forma especulativa ao oferecer um estudo da geração das coisas do mundo a partir da teoria dos quatro elementos e dos corpos inanimados como “elementos e humores (líquidos), simples e compostos, pedras comuns,

pedras preciosas, mármore; ouro e outros metais; enxofre, sais e tintas, azul, vermelho e outras cores; óleos e betumes combustíveis [...]” (EASTON *apud* ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 118)

Tal perspectiva abriu espaço para diversas possibilidades de ensinar a fazer desde metais preciosos, passando por tingimentos, a uma grande quantidade de coisas, superando a própria natureza. No vasto rol de possibilidades oferecidas pela alquimia, sobretudo em sua forma especulativa, a recuperação da saúde do corpo a partir da transmutação de metais ocupou lugar de destaque. Na obra *Opus minus* encontram-se referências que vão desde Aristóteles à Avicena, além da descrição de operações de calcinação, pulverização e sublimação de substâncias que resultavam no remédio (*espírito*) apropriado para dada enfermidade, passando pela influência dos astros na saúde humana. Visto como um grande mago medieval Roger Bacon foi elevado à posição de precursor do experimentalismo quando sua obra foi reencontrada e publicada nos séculos XVI e XVII, sobretudo neste último, palco de intensa propaganda pró-ciência.

No contexto do Renascimento, Bacon acabou por ser idealizado como uma espécie de herói da ciência, contrastando com a visão obscura e mesmo bárbara que se fez do medievo, de modo a ressaltar e difusão e fixação da alquimia entre os modernos. A disseminação de escolas sobre alquimia como a de Arnaldo Villanova (1240-1313) ou arnaldiana mostrou-se decisiva no processo de assimilação desta pela medicina através do estudo de preparados químicos utilizados como remédios²⁵. Nesse sentido, Paracelso não pode ser considerado e interpretado como uma espécie de acaso dos Tempos Modernos, pois “não é nada além de fruto de sua própria época porque nele se combinam, ao mesmo tempo, a magia e a medicina, a astrologia e a alquimia”. (KOYRÉ *apud* ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 144) Excelente exemplo de tal apontamento nos oferece sua explicação sobre os motivos pelos quais era necessário dar ferro ao indivíduo anêmico, pois “o ferro é uma substância dedicada a Marte, este por ser deus da guerra é também deus do sangue e como problemas de sangue curam-se com sangue, nada melhor do que dar ferro ao doente”. (PACHTRER *apud* ALFONSO-GOLDFARB, 2001: 148)

Dessa forma, evidenciou-se nos estudos paracelsianos o desenvolvimento de um entendimento novo operacionalizando as relações do homem com o universo que o cercava. O corpo humano comportava todos os elementos do cosmo, sendo uma espécie de microcosmo.

²⁵ Cabe destacar que em Arnaldo Villanova é possível encontrar o respeito e aceitação dos ensinamentos clássicos sobre medicina.

Com isso, se estabeleceu uma relação bastante próxima e, sobretudo, correspondente entre macro e microcosmo, possibilitando ao médico, enquanto estudioso da natureza, restabelecer o equilíbrio do corpo humano.

Para Dias (2005) outra contribuição de Paracelso no desenvolvimento da prática médico farmacológica moderna residiu em sua adesão a chamada teoria das assinaturas. Buscando “alquimizar” a natureza (ALFONSO-GOLDFARB, 2001), essa teoria apontou que os animais, vegetais e minerais colocados por Deus a serviço do homem haviam sido assinados por sua forma, cor e textura para que fossem reconhecidos e utilizados. Nesse sentido, “um fruto com a forma de um coração teria a assinatura da sua utilidade para doenças cardíacas, ou outro com a forma de um fígado para as doenças hepáticas”. (DIAS, 2005: 43) Ou seja, a correspondência de todo e qualquer produto a uma parte do corpo humano, por sua assinatura, carregava a possibilidade de cura da enfermidade. Segundo Gonçalves (2012) a utilização da teoria das assinaturas foi corrente até meados do século XVIII, quando foram editados livros sobre medicina em Portugal pautando-se em apontamentos de correspondência.

Marcada pela ideia do novo, a Época Moderna se caracterizou por avanços e modificações tanto na arte médica, quanto na preparação de medicamentos. Para além da convivência nada harmônica das concepções de cunho hipocrático galênicas e paracelcistas, o período foi também marcado pelo desenvolvimento de um sistema médico dedicado a romper com o galenismo. A iatroquímica, formulada no século XVII, fundamentou-se em uma visão química dos processos “fisiológicos, patológicos e terapêuticos” (DIAS, 2005: 50).

Embora seja possível encontrar certa inspiração de cunho paracelcista, na medida em que não concebeu as doenças como desequilíbrio de humores, tal concepção pautou-se em correntes filosóficas do período como o cartesianismo, atomismo e indutivismo, por exemplo, bem como em avanços do campo medicinal provenientes do desenvolvimento da anatomia humana, da sofisticação do sistema circulatório de sangue e da digestão como um processo químico. Dessa forma, a enfermidade passou a ser concebida como resultante de um desequilíbrio gerado pela falta ou excesso de acidez ou alcalinidade no organismo, devendo o medicamento químico, como, por exemplo, o *sal de Rochelle* (tártaro sódico potássico - $\text{KNaC}_4\text{H}_4\text{O}_6 \cdot 4\text{H}_2\text{O}$), *sulfato sódico* (Na_2SO_4) ou *de amônio* ($(\text{NH}_4)_2\text{SO}_4$), *sal policresto* (sulfato de potássio - K_2SO_4), *sal de epsom* (sulfato de magnésio - MgSO_4) ou *pós do conde de Palma* (carbonato de magnésio - MgCO_3), cumprir o papel de restabelecer o equilíbrio da saúde. Essa prática terapêutica, segundo Flávio Edler encontrou “rápida acolhida entre os práticos sem

diploma”, exatamente no momento em que os médicos hipocráticos sofriam muitas críticas. (EDLER, 2006: 38)

Na transição dos séculos XVII para o XVIII, encontram-se uma grande variedade de concepções médico farmacológicas que buscaram o tratamento de doenças e a recuperação da saúde do corpo. A iatromecânica ou iatrofísica se pautou na equiparação do corpo humano à máquina. Por esta visão, as funções do corpo passaram a ser explicadas mecanicamente, num momento em que:

O universo seria, então, concebido como o modelo do relógio, em que as partes que compõem o todo são submetidas às mesmas leis do movimento. Tal noção pressupõe a concepção de uma matéria puramente passiva e composta de corpúsculos submetidos apenas às leis do movimento. A física das qualidades cede lugar a uma visão puramente quantitativa da matéria, e a explicação dos fenômenos físicos fica restrita à causa eficiente. (EDLER, 2006: 38)

A eliminação de qualquer doença, mesmo as da mente e aquelas provenientes da idade, deveriam ser tratadas a partir da investigação das causas mecânicas. Tal fato proporcionou a valorização dos estudos anatômicos, posto que “tornou-se essencial conhecer a forma dos órgãos, e os anatomistas se maravilhavam de reconhecer a cada instante no corpo humano algumas dessas máquinas semelhantes às que os homens fabricavam”. (*Idem*)

Esse foi também o período de surgimento do animismo ou vitalismo, de George Stahl (1659-1734), dando ênfase às patologias psíquicas ao defender que os fenômenos da vida não seriam irredutíveis às leis da física. Segundo essa concepção médico farmacológica, o *animus* (alma) se constituía a base da saúde do indivíduo, sendo responsável diretamente por manter o ritmo do corpo. Derivando dessa concepção, a modernidade assistiu ao desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XVIII, da homeopatia, sistema terapêutico calcado na cura pela semelhança, ideia já presente em Paracelso. Por essa concepção, “toda substância que originasse no organismo sinais semelhantes aos sintomas de uma doença era suscetível de curá-la”, para tanto era necessário administrar doses mínimas das substâncias. (EDLER, 2006: 39)

A partir de todo o exposto faz-se necessário sinalizar que a Época Moderna se caracterizou não apenas pela existência de uma vasta gama de concepções médico farmacológicas que buscaram a preservação e manutenção da saúde dos indivíduos. Mas, sobretudo, pela influência recíproca que muitas destas concepções exerceram umas sobre as outras na formulação de novas teorias e no desenvolvimento de novas práticas terapêuticas. Excelente exemplo desse amálgama pode ser encontrado no sistema criado pelo holandês

Hermann Boerhaave (1668-1738) ao articular conceitos galênicos com o sistema iatromecânico e vertentes das doutrinas iatroquímicas, bem como alguns aspectos da teoria desenvolvida por Thomas Sydenham (1624-1689), sobretudo a relação dos sintomas específicos e gerais das doenças com o meio ambiente e as estações do ano²⁶. (DIAS, 2005)

Assim, o saber médico farmacológico europeu moderno, embora em muito derivado dos conhecimentos da Antiguidade Clássica, passou por um processo de sofisticação, que possibilitou o desenvolvimento de novas abordagens teóricas e práticas visando à manutenção da saúde. A medicina praticada em Portugal durante a Época Moderna resultou da união entre a redescoberta do conhecimento grego romano sobre o corpo humano e as doenças, com novas abordagens resultantes dos princípios da observação e experimentação²⁷.

Um variado arcabouço de fontes eruditas e populares que trataram sobre a medicina e o corpo humano como, por exemplo, o tratado de cirurgia, *Recopilação de cirurgia* (1601), de Antonio Cruz e os textos literários de André Falcão de Resende, *Microcosmographia, e Descrição do mundo pequeno, o homem* (1570-1599) e João de Barros, *Ropicapnefma* (1532) e *Dialogo sobre preceptos Moraes* (1540), abordaram a inserção de Portugal no “contexto intelectual mais amplo, que incluía todos os países europeus que recebiam e produziam livros impressos e manuscritos sobre os mais importantes campos do saber”, dentre os quais, a medicina. (BELLINI, 2011: 100)

Os textos médicos portugueses apresentaram discussões e concepções baseando-se em conceitos galênicos, aristotélicos e hipocráticos, revelando a influência do conhecimento antigo na prática médico farmacológica moderna. Muitas vezes por iniciativa individual ou pelo trabalho em grupo, cabe destacar o aparecimento de academias de ciências por toda Europa a partir de meados do século XVII, o homem moderno se dedicou a tarefa de desvendar e esmiuçar o funcionamento do corpo humano em uma escala nunca antes vista. Nesse cenário, também se inseriram as ordens religiosas, sobretudo, a Companhia de Jesus, nosso objeto de estudo, que embora regidos por uma lógica própria e de cunho doutrinal, nos permite entrever a influência de diversas concepções em sua prática medicofarmacológica.

²⁶ Boerhaave foi considerado o mais prestigioso dentre os praticantes da iatromecânica. Ao passo em que Sydenham era chamado de Hipócrates inglês.

²⁷ Sobre a medicina portuguesa ver Lemos (1991), Pina (1956) e Bellini (2001).

2.2 MEDICINA COLONIAL E OS SERVIÇOS DE SAÚDE DA COMPANHIA DE JESUS

O contato com o Novo Mundo, consequência direta do processo expansionista ultramarino liderado por Portugal, permitiu que uma série de parâmetros curativos da medicina europeia, bem como concepções diversas aqui aportassem, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de um saber médico farmacológico singular, de cunho colonial. Nesse sentido, pode-se afirmar que em virtude de um cenário de grande precariedade material, as doenças e os surtos epidêmicos que assolaram as regiões e sua população, tendo em vista o estado de carência de profissionais da saúde como médicos, cirurgiões, barbeiros e boticários, bem como de medicamentos e hospitais, se constituiu em um capítulo a parte representante das dificuldades cotidianas.

Pensando o universo colonial, a isso se somou o fato de que a vida no início da colonização se desenvolveu, principalmente, em áreas rurais onde predominou a precariedade e rusticidade das habitações e o pouco asseio dos quintais, desprovidos de qualquer tipo de sistema de esgoto ou água encanada. Assim como os empobrecidos núcleos urbanos caracterizados pela imundice acumulada nas ruas, que cercadas por muros para proteção, confinava e aglomerava a população, expondo-a às doenças infectocontagiosas e epidemias. Dessa forma, a elevação da taxa de mortalidade foi responsável por períodos de fome, contribuindo para a situação de desnutrição da população, posto que a falta de mão de obra para o trabalho nas lavouras e engenhos prejudicou não apenas os lucros da empresa colonial, mas também a sobrevivência dos indivíduos.

Epidemias de gripe, surtos de “prioris” (pleuris, espécie de pneumonia), câmaras de sangue (disenteria), doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis e a gonorreia, sarampo (ampollas), febre amarela e varíola (bexigas/doença maligna) foram algumas das doenças que frequentemente assolaram o cotidiano e que além da real possibilidade de morte maciça desenharam um quadro de desorganização social na colônia.

No levantamento feito por Cristina Gurgel (2010) sobre as doenças e processos de cura no Brasil colonial foi destacado que o surto de varíola, ocorrido em Ilhéus entre os anos de 1562 e 1563 causou extraordinária mortalidade entre os indígenas. A dimensão dessa tragédia chegou ao nosso conhecimento através do registro do jesuíta Leonardo do Valle ao destacar que:

[...] seu pecado foi castigado por uma peste tão estranha que por ventura nunca nestas partes houve outra semelhante [...] alguns querem dizer que se pegou da nau em que

veio o padre Francisco Viegas, porque começou nos Ilhéus, onde ela foi aportar [...] a mortandade era tal que havia casa que tinha 120 doentes e a uns faltavam já os paes, a outros os filhos e parentes e, o que pior é, as mães, irmãs e mulheres, que são as que fazem tudo [...] faltando elas não havia quem olhasse os doentes, havia muitas mulheres prenhes que tanto que lhes dava o mal as debilitava de maneira que botavam a crianças [...] e destas prenhes quase nenhuma escapava por toda a terra, nem menos as crianças. [...] Finalmente chegou a coisa a tanto que já não havia quem fizesse as covas e alguns se enterravam arredor das casas e tão mal-enterrados que os tiravam os porcos [...] e o que é mais para doer, que muitos morriam sem confissão e sem batismo, porque era impossível acudirerem dois padres a tanta multidão [...] se morriam 12, caíam 20 [...]. Bem me parece que em cada uma daquelas três aldeias morreria a terceira parte da gente porque só em Nossa Senhora da Assunção haverá dois meses que ouvi dizer que eram mortas 1.080 almas, e com tudo isso diziam os índios que não era nada em comparação da mortalidade que ia pelo sertão adentro [...] (GURGEL, 2010: 124)

A população colonial foi acometida de forma corriqueira por uma infinidade de moléstias que, em muitos casos, assumiu um caráter epidêmico. Os moradores dos núcleos populacionais urbanos e zonas rurais, dos mais ilustres aos de menor, ou nenhum, prestígio social buscaram uma terapêutica que pudesse dar conta de solucionar os efeitos das doenças no corpo humano, bem como amenizar a desorganização social proveniente das perdas.

As tentativas de restabelecimento da saúde aplicadas na colônia, assim como a prática médica dos Tempos Modernos, foram marcadas pela representação de um largo “substrato de crenças comuns sobre a saúde, a doença e as terapêuticas partilhadas pela maior parte da sociedade”. (LINDEMANN, 2002: 11) Cabe destacar que no quadro da realidade médica moderna, não houve uma divisão bem delineada entre medicina “popular” e “elitista”, fazendo com que tanto os leigos quanto letrados partilhassem práticas e concepções médicas a partir de visões semelhantes sobre o corpo e as doenças. Assim, é necessário problematizar e mesmo rejeitar a noção de que:

As pessoas do campo ou a arraia miúda, do início da modernidade, fossem particularmente favoráveis e se agarrassem obstinadamente às práticas supersticiosas, sendo por isso ultrapassadas pelas áreas urbanas mais eruditas, que aceitavam as tendências de modernização e secularização da nova ciência setecentista e o Iluminismo do oitocentos. (*Idem*, p. 211-212)

Tradicionalmente as práticas populares de cura foram interpretadas enquanto um conjunto de atitudes irracionais e ilógicas, fruto da ignorância, do abandono e da carência de profissionais. Sem deixar de levar em conta a efetiva escassez de profissionais dedicados à arte de curar, interpretações renovadas a partir dos anos 1990 passaram a lançar problematizações que destacaram o tênue distanciamento entre o saber erudito e o popular, os conflitos no meio

erudito sobre as teorias explicativas das moléstias, bem como das práticas terapêuticas adotadas e, por fim, a influência da magia em sua relação com a medicina refletindo na escolha das terapias de cura²⁸.

O conhecimento do corpo humano desenvolvido desde a Antiguidade por Hipócrates e Galeno exerceu forte influência durante a Época Moderna, alcançando ainda boa parte do século XVIII. Segundo tal percepção, o corpo foi visto muito mais como uma massa agitada de fluidos, “do que como um conjunto de órgãos e células” e, por isso, enquanto campo aberto à intromissão de forças externas. (*Ibidem*, p. 12)

A dificuldade em discernir o que se passava no interior do corpo humano ocasionou a formulação de um vocabulário sobre os processos corporais de cunho metafórico, sendo a linguagem carregada de significados. Apesar da referência a órgãos como o coração, por exemplo, foi mais comum que se apontasse para as relações de um humor com o outro, do macrocosmo do universo com o microcosmo humano, além de simpatias de toda a sorte, pois estando o corpo sujeito às intervenções do bem ou do mal, a enfermidade muitas vezes foi compreendida como prova da ira de Deus. Tal fato remete não apenas para a forte ligação entre saúde, religião e magia, mas, principalmente, para o enquadramento das visões sobre a medicina moderna no quadro mais amplo da cristandade ocidental.

A concepção da doença como força sobrenatural corroborou para o desenvolvimento de uma medicina que, se por um lado lançou mão da utilização de elementos provenientes dos reinos vegetal, animal e mineral nos receituários, por outro não se furtou ao indicar a utilização de amuletos e rezas²⁹. A determinação do governador de São Paulo, Martim Lopes de Lobo Saldanha, quando da epidemia de febre amarela na cidade na primeira metade do século XVIII é emblemática, na medida em que ordenou nessa ocasião que:

[...] se queimassem ervas perfumadas nos locais onde se encontrassem os atingidos pela peste amarela, e que grande quantidade de bois e carneiros fossem levados de cambulhada, a percorrer ruas, a fim de com isso atraírem, para eles, os bichos, a maldita febre [...] (RIBEIRO, 1997: 84)

O princípio da transferência das doenças foi elemento bastante comum ao campo da magia curativa, indicando grande fluidez nos domínios da medicina moderna. O constante

²⁸ Para mais detalhes ver Witter (2005).

²⁹ Ver Sousa (1995).

intercâmbio entre medicina e magia apareceu na recomendação terapêutica para o alcoolismo do cirurgião Luis Gomes Ferreira (1686-1764), autor do *Erário Mineral* de 1733:

[...] tomem a cabeça de um cordeiro com lâ, ossos e dentes e um quartilho de sangue do mesmo cordeiro, e uma mão cheia de cabelos da cabeça de qualquer homem, e o fígado de uma enguia com o seu fel; tudo junte se meta em uma panela barrada com o seu texto tudo novo, e se meta no forno, até que fique tudo bem torrado para se fazerem pós do que tiver dentro da panela, dos quais se darão ao bêbado todos os dias uma oitava desfeita em vinho (RIBEIRO, 1997: 58-59).

Esse tipo de conduta, nos dias de hoje, certamente causa estranhamento pela óbvia ineficácia. Entretanto, não podemos perder de vista que para as sociedades do Antigo Regime, na qual a sociedade colonial esteve incluída, as concepções mágico religiosas desempenharam uma função de complementaridade da arte médica. Tudo na natureza tinha função e razão de ser e, ao mesmo tempo, traduzia a trama de correspondências ocultas entre céu e inferno, tantas vezes incompreensível para a humanidade. A própria noção de universo era concebida pelo saber erudito da época como um “complexo animado de espaços e elementos no qual sobressai o céu, a terra, a água, o fogo e o empírio (residência de Deus e dos santos exterior a superfície celeste)”. (BETHENCOURT, 2004: 142).

No universo complexo dessas correspondências os reinos animal, vegetal e mineral se destacavam por possuírem qualidades extraordinárias, sendo exatamente essa a explicação para o desenvolvimento de uma medicina excretícia, terapêutica a base de excrementos humanos e de animais. Acreditava-se que tudo aquilo que era expelido pelo organismo como fezes, muco, sangue menstrual ou esperma, possuísse força mágica regeneradora. A utilização de fezes humanas apareceu no relato de Luís Gomes Ferreira, ao sublinhar que:

[...] o esterco humano, a pólvora e o enxofre se experimentaram no sertão em pura necessidade, porque segundo me informou uma pessoa de crédito que tinha calculado o sertão, que sucedendo uma cobra picar ou morder a um homem, que estava só, ali ficou sem se poder mover do lugar pelas dores e ânsias do coração, adjunto tudo com o temor da morte, não viu recurso algum senão o do seu próprio esterco por ter ouvido que era bom (RIBEIRO, 1997: 70).

Sendo, a justificativa para isso encontrada na noção de que o uso de excrementos, sobretudo urina e fezes, eram indicados em casos de cicatrizações complicadas e males difíceis de aplicar pois:

através deles, o homem tinha a sensação de que sua materialidade e corporalidade eram ligadas indissociavelmente à terra. O excreto era considerado então como elemento regenerador e propulsor da vida. [...] Se o excreto dá vida à terra cansada,

pode também proporcionar a saúde ao homem doente, portanto, ele é vitalizador. (*Idem*, p. 71)

As práticas curativas empregadas variavam também no sentido de incorporar uma terapêutica a base de cadáveres acompanhada de processos rituais, orações e fórmulas mágicas, deixando em evidência a proximidade e relação entre dois mundos, o terreno e o dos mortos. Nesse sentido, o imaginário moderno atribuiu poderes extraordinários aos defuntos como “provocar temporais, fazer a terra tremer e destruir plantações”. (*Ibidem*, p. 76) A terapia a base de cadáveres foi largamente utilizada, sendo o crânio humano um dos elementos mais nobres do corpo, uma vez que figurou entre os itens mais caros de se adquirir segundo tabela de medicamentos de 1774, devendo ser vendido “a trezentos e vinte réis no interior e a cento e oitenta réis em regiões portuárias”. (*Ibidem*, p. 77)

Além de partes específicas do corpo humano, a terapêutica a base de cadáveres exaltou o poder curativo daqueles que morriam em situação de violência. Tal apontamento pode ser confirmado a partir da indicação do cirurgião das Minas, Luís Gomes Ferreira da eficácia da utilização de sebo de um “homem esquartejado” no tratamento da calvície. (*Ibidem*, p. 59) Cabe sinalizar que a utilização de partes de cadáveres na busca do restabelecimento da saúde do corpo se insere no quadro de valores comunitários das sociedades de Antigo Regime, que ao partilhar um emaranhado de crenças sobre as relações “de sociabilidade e solidariedade com as almas explica uma vivência “natural” da morte, atitude que contrasta com a dramatização da morte operada pela Igreja”. (BETHENCOURT, 2004: 148)

Na zona fluida entre medicina e magia, que caracterizou a prática médica por toda a Época Moderna, é importante destacar que a influência dos astros foi elemento essencial. Alguns almanaques escritos por médicos astrólogos desaconselhavam certos tipos de tratamento em função da posição dos astros. Por exemplo:

[...] estando a lua em Aquário, será proveitosa a sangria e a purga: como também os medicamentos, contanto que não seja nas pernas [...] estando a lua em Peixes serão boas as purgas, que não sejam vomitórios, como também se podem aplicar medicinas; mas não nos pés. (MARQUES, 2003: 178).

Nesse sentido, a prática médica, mesmo a oficial, e o tratamento das doenças não podem ser compreendidos enquanto escolha casual desvinculada de uma mentalidade mágica de

mundo³⁰. A importância do ciclo solar ou do culto lunar, por exemplo, pertencem a uma simbologia complexa, onde os astros padronizam:

os ritmos biológicos (cresce, declina, morre e renasce), a medida do tempo (o ciclo semanal e o ciclo mensal), o princípio feminino (por oposição ao Sol e a ligação com a noite, a umidade e a água) e o conhecimento indireto (pois reflete a luz solar). (BETHENCOURT, 2004: 135)

Num universo de encantamento, onde tudo possuía significado e relação através de um sistema de atração e repulsão, o homem, mas também a natureza e o clima dependeram do jogo dos corpos celestes. Dessa forma, a doutrina médica estabeleceu um forte elo entre a doença e o ambiente, incorporando conceitos de poluição e impureza na explicação de suas causas, misturando ambientalismo e humores na interpretação das moléstias. Mary Lindemann sinalizou que:

[...] as mudanças ambientais, uma condição particular do ar ou da água, um verão especialmente quente ou úmido, ou uma desfavorável conjunção dos planetas, por exemplo, podia influenciar negativamente a hidráulica interna do corpo, com previsíveis resultados perniciosos. (LINDEMANN, 2002: 09)

Se por um lado o ambiente muitas das vezes se mostrava pernicioso para a saúde do corpo, por outro lado, em certas ocasiões o mesmo poderia se apresentar enquanto agente de cura. Esse parece ter sido o caso da “prodigiosa lagoa que cura todos os males”. (MARQUES, 2003: 163) A notícia da existência de águas milagrosas, capazes de curar quaisquer doenças, atravessou o Atlântico em 1749 fazendo a fama da Vila de Sabará, que chegou a receber cerca de “3 mil pessoas com todas as qualidades de achaques”. (*Idem*, p. 164) Nesse cenário, o manifesto do médico Antônio Cialli foi fundamental na medida em que ao exaltar as propriedades curativas das águas da lagoa destacou que “só resta dizer os enfermos, que se têm curado, e vão curando; ao mesmo tempo que bem se pode dizer que ainda não consta até agora de achaque, a que estas águas não sirvam de remédio”. (*Ibidem*)

Na preocupação com a conservação da saúde corporal durante o período colonial, diversos agentes se destacaram no desempenho de práticas médico farmacológicas entre leigos, doutos e religiosos. Essa relação foi marcada por momentos de tensão entre o saber erudito e o popular, promovendo uma disputa entre os representantes oficiais da arte de curar contra

³⁰ Em função disso, estudos renovados adotaram o termo “medicinas”, uma vez que a variação da palavra “medicina” expressa de forma mais adequada a pluralidade das práticas de cura.

aqueles que a praticavam na informalidade. Em face desse cenário, a Igreja se configurou em importante aliada na afirmação do saber erudito³¹. Segundo Edler:

A fluidez entre os domínios da medicina e aquele da feitiçaria, com o emprego de cadáveres humanos e de animais associados ao universo demoníaco – como o sapo, o cão negro, o morcego e o bode – na produção de remédios, impunha aos portadores de diploma a tarefa de distinguir o procedimento “científico” das crenças populares “supersticiosas”. Nessa tarefa encontravam o apoio da Igreja e das Ordenações do Reino. No imaginário popular os santos, vistos mais como especialistas que como clínicos gerais, seriam responsáveis por um grande número de curas. Fazendo restrições no que dizia respeito à intervenção dos santos e das palavras sagradas, a não ser quando praticados ou recomendados pelo clero, a Igreja e os médicos reforçavam a ideia de que Deus distribuíra com parcimônia o acesso ao domínio do sagrado, vetando-o aos indivíduos rústicos. (EDLER, 2006: 19)

Assim, a medicina oficial reivindicou o controle do corpo e, embora incorporasse o conhecimento terapêutico popular reinterpretando-o, buscou esvaziar o sentido de sua prática. Faz-se necessário ressaltar a intenção da utilização de termos como charlatão e/ou charlatanismo na denominação dos agentes de cura não oficiais, como curandeiros e práticos, uma vez que o uso dessa nomenclatura pretendeu “desqualificar a atuação dos que não estivessem incluídos em um certo *status* sócio-profissional”. (WITTER, 2005: 22) Além de também desconsiderar que a escolha de determinado agente de cura esteve atrelada ao desenvolvimento de uma prática e concepção mais próxima e, por isso, compartilhada.

No cenário da arte de curar, a atuação dos jesuítas foi marcante. Conforme apontado no capítulo anterior, em paralelo ao trabalho missionário educacional, os inicianos se dedicaram a oferta dos *serviços de saúde*. Muito embora o exercício da medicina não estivesse previsto no ideal missionário, quando estes desembarcaram na colônia em 1549, sempre esteve recomendado pelos superiores que “diante de extrema escassez de profissionais de medicina, não hesitem em socorrer os doentes que a eles recorriam, aliando desta sorte, à assistência espiritual, a assistência corporal”. (RIBEIRO, 1971: 172)

Em virtude de um cotidiano cercado pela dificuldade e carência de recursos, sobretudo, no início da colonização, a atividade jesuíta no campo da medicina foi interpretada enquanto proveniente da necessidade local. Padre Anchieta relatou essa situação ao destacar que:

[...] mesmo os portugueses que não sabem viver sem nós outros, assim em suas enfermidades próprias, como de seus escravos: em nós outros têm médicos, boticários e enfermeiros; nossa casa é botica de todos, poucos momentos está quieta a campainha da portaria (ANCHIETA, 1984: 239-240)

³¹ Sobre a atuação da Igreja na afirmação da medicina oficial ver Pontes (2010).

A dedicação dos inacianos na promoção dos *serviços de saúde*, segundo Serafim Leite (1956) guardava relação com o princípio da caridade cristã presente nos *Compromissos* estabelecidos em 1516, que os instruiu a “resgatar os cativos e visitar os prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar viajantes e os pobres, sepultar os mortos”. (VIOTTI *apud* RUSSELL-WOOD, 1981: 90) Segundo o autor:

Inicialmente movidos pelas circunstâncias os padres desempenharam importante papel no campo dos serviços de saúde [...] depois muitos irmãos se dedicaram aos serviços de enfermagem como ocupação própria, quer no tratamento dos padres e alunos dos Colégios e Seminários, quer dos índios nas Aldeias e dos escravos nas Fazendas, quer do público em geral nas guerras e invasões holandesas, quer ainda de doentes particulares, - e isto, sempre, em qualquer tempo que batiam a porta dos colégios, nas cidades e vilas. (LEITE, 1956: 05-06)

Cabe destacar que dentro do quadro dos *serviços de saúde* da Ordem, as *Constituições*³² acabaram por estabelecer que:

Os noviços deveriam fazer estágios em um hospital durante um mês, como exercício de humildade e caridade. Além disso, previam a nomeação pelo reitor de um oficial subalterno que deveria dominar as questões relativas à conservação da saúde, do que resultaria seu crescente envolvimento no estabelecimento de farmácias e enfermarias. (FLECK, 2011: 2)

Assim, a preocupação com a oferta desse tipo de serviço na colônia se materializou na manutenção de enfermarias, boticas e de santas casas de misericórdia, sendo José de Anchieta o fundador da santa casa do Rio de Janeiro e Antônio Vieira o da de São Luís do Maranhão³³. Autores como Serafim Leite (1956), Lycurgo Santos Filho (1977), Lopes Rodrigues (1934) e Lourival Ribeiro (1971) destacaram a existência de enfermarias em casas, residências e missões dos jesuítas para o tratamento de religiosos, índios e os demais habitantes da colônia, tornando, dessa forma, cotidiana as atividades de servir, sanear, receitar, sangrar, operar e partejar. (RIBEIRO, 1971) O relato do próprio Anchieta, em carta de 1554, é revelador da existência de uma enfermaria já nos primeiros tempos de colonização. Considerada a primeira enfermaria erguida o autor destacou que:

de Janeiro até o presente tempo permanecemos, algumas vezes mais de vinte, em uma pobre casinha feita de barro e paus, coberta de palhas, tendo quatorze passos de comprimento e apenas dez de largura, onde estão ao mesmo tempo a escola, a enfermaria, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a dispensa [...] (ANCHIETA *apud* RODRIGUES, 1934: 139)

³² Ver *Constituições da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

³³ Sobre as Santas Casas de Misericórdia ver Mesgravis (1976).

Em outra carta de julho do mesmo ano, enviada de Piratiniga a Inácio de Loyola, Anchieta sinalizou que:

desde janeiro até agora estamos, sendo algumas vezes 20 pessoas, em uma casa feita de madeira e palha, a qual terá de comprido 14 passos e 10 de largo, que nos serve de escola, dormitório e refeitório, enfermaria e cosinha e despensa e com recordar-nos que N. Senhor Jesus Cristo [...] (*Ibidem*, p. 144)

Confirmando a existência desses espaços a informação fornecida por Santos Filho (1977) sinalizou que “ela [enfermaria] não faltou em qualquer estabelecimento da Companhia, por mais humilde que fosse”, o que nos dá a exata dimensão da importância dos serviços de saúde no seio da Ordem, sendo que nos primeiros tempos da colonização a enfermaria ficou ao cargo de um irmão enfermeiro que também foi responsável pelo funcionamento e administração da botica. (SANTOS FILHO, 1977: 126) O quantitativo baixo de irmãos enfermeiros ocasionou que a direção das demais enfermarias ficasse sob a responsabilidade de religiosos, de modo que todos acabaram exercendo a medicina³⁴. Já para o século XVII, tanto doentes, quanto religiosos contaram com a assistência de um maior número de irmãos enfermeiros e mesmo alguns profissionais, “que prestaram serviços clínicos ou por amizade ou mediante remuneração”. (*Idem*, p, 127). Esse foi o caso de:

Manuel Mondes Monforte, natural de Castelo Branco, que chegou à Bahia a 26 de abril de 1698, com trinta e dois anos de idade, foi chamado ao colégio em junho a visitar os religiosos doentes, e ficou depois “médico espendiado”; e ainda o era em 1712. Outro médico do mesmo colégio da Bahia, dr. Manuel Nunes Leal, tornou-se benemérito, e tinha na Igreja lugar reservado para a sepultura, como ele próprio escreve ao padre Geral, rogando-lhe houvesse por bem estender a mesma graça à sua mulher e filhos. (*Ibidem*)

A presença de médicos estrangeiros também se fez visível, conforme o caso do francês, falecido em Recife em 1685, Júlio Mário e Francisco Poflitz, atuante no Grão-Pará em 1692. A descrição desses espaços permite uma visualização da organização espacial do complexo jesuíta, estando a enfermaria ocupando em geral uma vasta sala cercada por janelas e um altar ao fundo, havendo, quando possível a separação entre homens e mulheres. Contudo, no caso de impossibilidade, separando-os “com pequenos biombos ocultavam-se as mulheres aos olhares dos homens”. (*Ibidem*)

³⁴ Para conhecer o quantitativo de irmãos enfermeiros atuantes na colônia ver Leite (1953), páginas 96-99.

Cabe destacar que houve um constante processo de aperfeiçoamento dos conhecimentos sobre medicina através não apenas do contato com médicos, mas também com a leitura de diversos tratados da época que marcou presença nas bibliotecas dos Colégios jesuítas espalhados pela colônia, conforme anteriormente mencionado. Assim, foram encontrados no catálogo da livraria do Colégio do Pará:

vários volumes de medicina pouco mais ou menos 20 dentre os quais, *Erário Mineral* de Luís Gomes Ferreira; *Luz verdadeira e recompilado exame de tôda a cirurgia* de Antônio Ferreira; *Luz da Medicina* de Francisco Morato Roma; *Farmacopéia Lusitana*, obras de grande importância para o exercício da medicina na época, em Portugal e no Brasil. (RIBEIRO, 1971: 174)

Ao descrever em termos de *serviços de saúde* aquilo que vivenciaram no cotidiano, os cuidados e providências tomadas e a forma de remediar uma infinidade de moléstias, a prática médico terapêutica dos jesuítas revelou elevado grau de inserção na estrutura médica da Época Moderna. Autores como Santos Filho afirmaram que os inicianos “deixaram em suas cartas o sinal de sua atividade hipocrática – uma espécie de tratado clínico-cirúrgico de sua medicina”. (SANTOS FILHO, 1977: 122) Já Rodrigues intitulou José de Anchieta como o “Galeno jesuítico do Brasil”, uma vez que:

Mezinhou, operou, sangrou, partejou, pensou, exumou; curou feridas bravas, cancos, mordeduras, envenenamentos; assistiu a velhos e a infantes; moribundos e alucinados; sarou feridos de guerra, frechados, massacrados; combateu pestes, infecções, febres, epidemias, suicídios; sugestionou, persuadiu; aliviou aflitos e moribundos, inhumou aos mortos, finalmente, descreveu doenças e doentes, casos que são, hoje, a nosologia nativa, ordenada em o depoimento das celebres cartas que escreveu de seus milagres, de suas abnegações e de suas obras medicas. (RODRIGUES, 1934: 247-248)

Atuando como físicos, cirurgiões e barbeiros, os jesuítas largamente laçaram mão da flebotomia, ou seja, a prática da sangria, derivada do conhecimento hipocrático sobre o equilíbrio de humores, apesar da proibição da Igreja da efusão de sangue³⁵. Sobre essa questão, os inicianos requereram junto ao Papa Gregório XIII dispensa quando esta fosse necessária, sem que houvesse outra pessoa que a pudesse fazer. Assim, o fundador da Companhia, Inácio de Loyola, sinalizou que “quanto às sangrias, digo que a tudo se estende o bojo da caridade”. (SANTOS FILHO, 1977: 125) Dessa forma, tal prática foi largamente utilizada nos tratamentos, por exemplo, de surtos epidêmicos de varíola e priorizes. Conforme relato de Anchieta é possível perceber a necessidade desse tratamento ao destacar que:

³⁵ Ver Anexo Q.

Acudimos a todo o gênero de pessoa, Português e Brasil, servo e livre, assim em as cousas espirituais como em as corporais, curando-os e sangrando-os, porque não ha outro que o faça, e principalmente as sangrias são aqui mui necessárias, porque é mui sujeita esta terra a priorizes, maximé em os naturais dela, quando o sol torna a declinar para o Norte, que é em o mês de Dezembro, e daí por diante, e si não acudissemos com sangrias, não havia duvida se não pereceriam muitos, assim como isto temos melhor entrada com eles para lhes dar a entender o que toca à saúde de suas almas, (RODRIGUES, 1931: 258)

Os *serviços de saúde* ofertados pelos inacianos foram encarados sob a perspectiva da caridade, uma vez que a cura do corpo foi compreendida enquanto caminho para a salvação da alma, evidenciando, dessa forma, a relação de apoio entre religião e medicina. A ação inaciana pautou-se pela atuação, simultaneamente, como médicos de almas e corpos, uma vez que a salvação do *outro*, implicava em sua própria salvação. (CASTELNAUL`ESTOILE, 2006: 69)

A noção de vocação para a tarefa apostólica de servir transformou-se no ideal de missão, que passou a fundamentar tanto o pensamento, quanto a prática jesuíta. Assim, Loyola “traçou um programa de formação que visava a atender não somente à capacitação intelectual, mas também moral”. (FLECK, 2005: 37) Dentro da perspectiva salvacionista e de expansão do cristianismo, as artes terapêuticas ofertadas pelos jesuítas também se configuraram em terreno de disputa simbólica com os pajés/xamãs, detentores do saber nas comunidades indígenas, posto que:

[...] o xamã é o homem capaz de controlar sua conexão alma-corpo, excorporando-se ativa, não passiva ou reativamente. Do ponto de vista das sociedades tupi-guaranis, os xamãs possuíam um estatuto especial, graças à intimidade com os mortos da tribo, com o mundo sobrenatural, sendo-lhes conferida a condição de homens-deuses. Como tais, tinham em suas mãos “a morte e a vida”, como revelou o grande feiticeiro Pacamão, com quem Yves d’Evreux travou diálogo. (KOK, 2001: 36)

Essa disputa simbólica e mesmo desqualificação dos saberes, entre eles o curativo dos pajés/xamãs, pode ser encontrada enquanto prática jesuíta por toda a América. As cartas anuais, correspondências trocadas entre os inacianos e os provinciais e entre estes e o Padre Geral da Companhia, como a da província jesuítica do Paraguai, no período de 1635-1637, atestaram que:

[...] um famoso xamã – *Caguarari* – é exposto ao ridículo e desmoralizado mediante gracejos e tapas que lhes eram dados pelas crianças que haviam vendado seus olhos. Nesta mesma Ânuia, encontramos o registro da observação feita pelo missionário responsável pela redução de São Carlos que parece apontar para a gradativa aceitação dos jesuítas pelos indígenas: “pronto se chocou o mago de uma coisa: que todos amavam os padres e que ninguém lhe fazia caso”. (FLECK, 2011: 2)

A necessidade de desmascará-los e, assim, iniciar o processo de conversão dessas populações teve a intenção de promover “a associação entre vida, saúde, conversão e salvação”, pressupondo que “a recusa da fé desencadearia a morte”. (CALAINHO, 2005: 74) Contudo, é necessário chamar atenção para o fato de que os jesuítas, enquanto homens inseridos no contexto de experimentação do mundo natural da Época Moderna, não devem ter sua ação simplificada no sentido de uma atuação pautada unicamente em função das necessidades e circunstâncias locais, ou mesmo estiveram circunscritas à noção de caridade e salvação. Essa chave de leitura um tanto quanto reducionista da preocupação dos inicianos com o desenvolvimento do conhecimento sobre o mundo natural parece equivocada mesmo que se reconheçam as condições de adversidade para o cotidiano colonial.

Conforme veremos a seguir, o incentivo à exploração do mundo natural e o conhecimento botânico proveniente do estudo do efeito terapêutico de plantas como a *jerubeba*, *angélica*, *copaíba*, *quina*, o *urucu* e o *jaborandi*, por exemplo, utilizadas na confecção de medicamentos, evidenciou que os jesuítas possuíam conhecimento das informações que foram publicadas na obra *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), de Piso e Marcgrave, durante muito tempo exaltada como exemplo solitário de esforço científico no mundo colonial, muito embora estas informações fossem de cunho secreto, compartilhadas somente entre os membros da Ordem.

2.3 MANUSCRITOS JESUÍTAS SOBRE O MUNDO NATURAL

Enquanto indivíduos inseridos em seu tempo, os jesuítas não estiveram alheios ao novo tipo de relação que se desenvolveu entre homem e natureza, colocada como desafio para os homens desde o Renascimento. Assim, cabe destacar que o movimento renascentista não pode ser visto exclusivamente pela perspectiva de criações e beleza no campo das artes, segundo uma tradição iniciada com Burckhardt (1991) de renascimento idealizado. Ao lado dessa premissa, para Jean Delumeau (1994), é imprescindível perceber que esse movimento fez parte de um momento das sociedades ocidentais europeias de reestruturação perante o cenário de crise dos séculos XIII e XIV, resultando também em avanço tecnológico.

Nesse sentido, a relação homem-natureza definiu-se em função da utilização dos recursos do mundo natural em benefício da sociedade, através de práticas que visaram estabelecer a exploração e o conhecimento deste. Partilhando uma vasta concepção de mundo

onde filosofia, ciência e religião estiveram inseparáveis, os homens da Época Moderna não diferenciavam a filosofia da natureza e a ciência natural da experiência da natureza. (HELLER, 1966) Um mundo permeado por observações e descobertas provocava nos indivíduos um imbricado processo onde misturava conhecimento e sentimentos e “a relação emocional entre os homens e a natureza era tão imediata quando falavam da estrutura da substância como quando observavam uma vasta paisagem do alto de uma montanha”. (*Idem*, p. 301)

A experiência imediata proporcionou ao espírito científico do Renascimento uma distinção entre sujeito e objeto fazendo com que a própria natureza fosse progressivamente transformada em objeto. Nesse processo, para o qual as Grandes Navegações contribuíram de modo decisivo, foi apresentado ao homem o caráter ilimitado de sua capacidade de conhecimento e potencialidades, estabelecendo, assim, um elo entre experiências cotidianas e científicas, uma vez que ao desenvolver o conhecimento sobre a natureza, “e ao utilizá-la, o homem pode transformar tudo o que até então o limitara, como fim, apenas objetivamente, em “ser para ele”. (*Ibidem*, p. 306)

Vemos com isso, que na relação homem-natureza desenvolvida a partir do século XVI com o Renascimento, o homem passou a atuar sobre a natureza física, fazendo uso dela por meio de seu trabalho, sendo o dinamismo o conceito chave para interpretar essa relação. Heller sinalizou que:

O conceito dinâmico do homem e o conceito dinâmico da natureza foram portanto inseparáveis durante o Renascimento: a experiência de que “tudo está em movimento” na natureza também exprimia a experiência social básica do impetuoso ritmo da mudança. A lei abstrata e a substância abstrata ainda não tinham emergido da multiplicidade sensual da natureza, tal como a diversidade sensual das formas concretas de trabalho ainda ocultava a noção de trabalho abstrato, e tal como a irregularidade do desenvolvimento ainda não revelava as tendências comuns que atuavam nos vários processos da evolução social. A especulação – por vezes uma especulação incrivelmente abstrusa – floresceu a partir de uma compreensão do mundo concreto, móvel, sensual. Era mais uma especulação da imaginação do que da ideia; a particularidade prevalecia até nas formulações mais genéricas. Também a síntese se fundamentava nessas imagens concretas – e não na análise. A verdade era uma; podia ser dominada e alcançada, em todo o seu mistério e complexidade; tinha uma face humana. (HELLER, 1966: 315)

Ao buscar inspiração na Antiguidade Clássica, o Renascimento descortinou uma nova perspectiva sobre a natureza que pode ser encontrada, por exemplo, na formulação de uma nova abordagem sobre a botânica. Nesse sentido, Dias destacou que:

A primeira obra botânica a ser alvo da atenção dos humanistas foi a de Teofrasto, aluno de Aristóteles praticamente desconhecido no Ocidente cristão. Os manuscritos das suas *Historia plantarum* e *De causis plantarum*, foram obtidos a partir de um lote de manuscritos gregos trazidos de Constantinopla no início século XV e traduzidos

por volta de 1450 por Theodorus Gaza para o Papa Nicolau V. Esta tradução foi impressa em 1483 e o texto grego em 1497. De um autor já bem conhecido, a *Historia naturalis* de Plínio foi impressa em Veneza, em 1469. Dioscórides foi impresso em 1478 (por P. d'Abano) e em 1512, seguindo uma versão alfabética medieval. A sua primeira edição em grego foi impressa em 1499 (por H. Roscius). A partir de 1516, este autor foi objecto de um grande número de edições, traduções e comentários. (DIAS, 2005: 37-38)

Plantas e animais passaram a ser vistos com maior interesse e simpatia e a prática comum de derrubada de matas, pela necessidade de madeira para a construção, uso doméstico e combustível, progressivamente cedeu lugar a novas atitudes. (THOMAS, 1988) Ao analisar essa gradual transformação não é possível desconsiderar a motivação econômica, pois “o lucro com o plantio de árvores para madeira era equivalente ao auferido com o trigo ou com as pastagens. Também era possível levantar grandes somas de dinheiro com o corte em massa”, contudo a esse argumento se somam outros. (*Idem*, p. 239) Cientes de que as condições materiais de sobrevivência ainda se faziam muito duras no início da Época Moderna não é possível desprezar a relação estabelecida entre preservação florestal e a criação de um ambiente favorável aos animais de caça, haja visto que “a necessidade de preservar a caça tornou indispensável conservar algumas matas e refúgios no interior dessas reservas, ainda que sacrificando boa madeira”. (*Ibidem*, p. 240) A isso se somou uma noção estética de que a conservação de árvores, em parques e reservas, acrescentava beleza e dignidade ao cenário. Conforme um jurista florestal inglês descreveu:

[...], pois a própria vista ou contemplação do belo verde e das grandiosas árvores, numa floresta, não é menos agradável e encantadora aos olhos de um príncipe que a visão dos animais selvagens de floresta e de caça; e, portanto, o encanto de uma floresta deve ser adornado e aprimorado com uma profusão de apazíveis refúgios vegetais, como se fossem caramanchões para o deleite do próprio rei. (THOMAS, 1988: 241-242)

A estética trouxe à tona uma questão de suma importância para a vida em sociedades aristocráticas pré-industriais, uma vez que esteve relacionada à afirmação social do indivíduo naquele cenário e, assim, as árvores deixaram de ser símbolo de barbárie para se tornarem parte do cenário da vida das classes abastadas³⁶. Foram então geradas novas sensibilidades que reconheceram as matas enquanto lócus de privacidade, mediação e oração, contribuindo para o desenvolvimento de um sentimento religioso de devoção:

³⁶ Sobre a questão do status e afirmação social nas sociedades da Época Moderna ver ELIAS (2001).

As árvores proporcionavam um vínculo com a eternidade. No final do século XVIII, o carvalho de Greendale, em Welbeck, tinha mais de setecentos anos de idade, enquanto o grande carvalho em Salcey Forest tinha fama de já estar nos seus 1500 anos. Assim como ocorria com os povos africanos que mostravam aos visitantes a árvore sob a qual Deus criara o mundo, em 1670 John Smith, renomado especialista em silvicultura, sustentava que alguns carvalhos ingleses ainda vivos datavam do primeiro verão depois do Dilúvio, e que uns poucos deles remontavam à Criação. O desejo de associar certas árvores com heróis de acontecimentos históricos existia por toda a parte. Viajantes ingleses na Itália eram levados a visitar árvores supostamente plantadas por São Francisco ou São Domingos. (*Idem*, p. 259)

Entretanto, não podemos desconsiderar que para além da questão estética, devocional e econômica, a preservação florestal e o plantio de árvores respondeu também às necessidades práticas do cotidiano como, por exemplo, oferecer abrigo e proteção contra o vento e intempéries climáticas, pendurar roupa molhada e ofertar alimento. O acesso do homem a natureza em busca de elementos que pudessem oferecer conforto e mesmo a cura para enfermidades também apareceu como ponto de reflexão. Ao destacar a existência de três momentos de salto na história das ciências naturais, Carneiro (2011) classificou o século XVI como o momento em que herboristas ibéricos como Garcia da Orta (1501-1568), Nicolas Monardes (1493-1588), (1515-1594) e Francisco Hernandez (1517-1578), e suas respectivas obras *Coloquios dos simples, das drogas e das cousas medicinais da India* (1563), *Historia Medicinal de las Cosas que se traen de Nuestras Indias Occidentales* (1574), *Tractado de las Drogas y Medicinas de las Indias Orientales* (1578) e *Quatro libros de la Natureleza* (1615), ao descrever plantas oriundas do Oriente e da América, ampliaram “a cosmografia com as primeiras tentativas de métodos de classificação, que culminaram, no século XVIII, com a obra de Lineu”. (CARNEIRO, 2011: 15)

Nesse sentido, o acesso ao novo mundo abriu entre outras frentes de possibilidade a exploração dos produtos e recursos naturais da terra, consentida pela associação entre a cruz e a espada, ou seja, a Igreja Católica e a Coroa portuguesa na empresa colonial. Cabe, contudo, assinalar que não houve um projeto deliberado que cumprisse a tarefa de investigar e descrever a fauna e flora local por parte da Coroa portuguesa, nem antes de 1580, período de ocultação das condições naturais do mundo colonial em função de resguardar os segredos da terra de outras nações, tampouco após a restauração em 1640, em função de interesses comerciais e militares. A falta de projetos sistemáticos de investigação sobre o mundo natural, entretanto, não inviabilizou a atuação de cronistas no Brasil colonial, fossem eles moradores, navegadores ou missionários.

A Companhia de Jesus foi a primeira ordem religiosa a atuar na América portuguesa. Desembarcando na Bahia em 1549 os jesuítas logo foram forçados a tecer relações com o meio ambiente que os cercava. Assim:

O mundo natural era um dado concreto e inédito para estes primeiros missionários que incorporaram e lhe deram significado na razão direta à sua experiência de vida. A natureza, até então escassamente conhecida e pouco dominada, apresentava-se nos textos como perturbadora da ordem religiosa vigente. (ASSUNÇÃO, 2000: 95)

A apresentação do clima da terra, sobretudo a temperatura, chamou a atenção pela diferença em relação ao velho mundo, aparecendo quase que como uma confirmação do encontro com o paraíso terreal. Por outro lado, é válido assinalar que suscitou indagações sobre o caráter de seus habitantes, uma vez que a concepção médica vigente, de base hipocrática, atribuía a qualidade do ar como fator influente na formação dos indivíduos. Anchieta apareceu como um dos grandes divulgadores da benignidade do clima da terra ao sinalizar que:

O clima desta província do Brasil é geralmente muito temperado, de bons e delicados ares e muito sadios, aonde os homens vivem muito, até oitenta, noventa e mais anos, e a terra está cheia de velhos. Não tem frios nem calores grandes, os céus são mui puros, máxime à noite; a lua é mui prejudicial a saúde e corrompe muito as cousas, as manhãs são salutíferas, tem pouco de crepúsculo porque em amanhecendo logo sai o sol esconde-se a noite. (ANCHIETA, 1988: 424)

A potencialidade da terra foi também exaltada no tratamento de males difíceis de serem curados em Portugal. Ao descrever o tratamento do cancro Anchieta destacou que:

O cancro (que lá é tão difícil de curar) cura-se facilmente pelos índios. Eles à doença, que é a mesma que entre nós, chamam [...]; e curam-na assim: do barro, de que fazem vasilhas, aquecem ao fogo um pouco, bem amassado e, tão quente quanto a carne o possa suportar, aplicam-no aos braços em cancro, que pouco a pouco morrem; e repetem isso tantas vezes até que, mortas as pernas e o corpo, o cancro desprende-se e cai por si. Há pouco se provou isso por experiência com uma escrava dos portugueses quando padecia de doença. (ANCHIETA *apud* ASSUNÇÃO, 2000: 220)

Contudo, foi igualmente um divulgador da influência maligna desses mesmos ares e costumes, principalmente em relação ao comportamento de seus habitantes e o hábito da nudez indígena, que colidia com preceitos cristãos de moralidade, e em sua contribuição para a procriação de espécies da fauna, uma vez que “parece influir peçonha nos animais e serpentes

e assim cria muitos imundos, como ratões, morcegos, aranhas muito peçonhentas”. (*Ibidem*, p. 432)

O que nos interessa mais de perto em destacar na relação que se estabeleceu entre os jesuítas e o mundo natural, principalmente, na relação com as plantas, é perceber que a elaboração de cartas com informações sobre a flora local introduziu a necessidade da representação da realidade natural, tanto através do próprio texto como das imagens, podendo ser compreendida enquanto inserção da Ordem no clima científico da Época Moderna.

É bastante comum a ideia de que tal escrita serviu exclusivamente ao propósito da efetivação do projeto colonizador e catequético. Entrementes, torna-se fundamental observar a variedade de percepções e propostas desses textos. Assim, houve a elaboração de uma escrita no seio da Ordem que ultrapassou os limites do espaço religioso, uma escrita que promoveu a inserção do material recolhido no novo mundo na cultura científica europeia, exemplificada tanto na redação de manuscritos sobre as qualidades medicinais de plantas da América, quanto na formulação de receituários próprios, conforme o caso da *Colecção de várias receitas e segredos particulares da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. Compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais celebres que tem havido nestas Partes. Aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades*, de 1766.

Diversas informações sobre a flora medicinal da colônia chegaram ao velho mundo através da pena de jesuítas como, por exemplo, Manuel da Nóbrega (1517-1570), José de Anchieta (1534-1597), Fernão Cardim (1549-1625), e Francisco Soares (1548-1617) para o século XVI, Jácome Monteiro (1574-1629) para o século XVII e João Daniel (1722-1776) para o século XVIII.

A obra de Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, de 1580, ofereceu excelente exemplo desse tipo de escrita ao destacar, entre outros aspectos, a descrição de árvores e ervas que serviam para medicinas e mezinhas. O capítulo VI, “das arvores que servem para medicinas”, trouxe uma série de elementos do mundo natural que poderiam ser utilizados na confecção de medicamentos, com grande destaque para a *igpecacóaya* (ipecacuanha - *Carapichea ipecacuanha* (Brot.) L. Andersson), proveitosa no tratamento das câmaras de sangue (disenteria acompanhada de sangramento), a *erva santa* (*Chenopodium ambrosioides* L.) indicada para “feridas, catarros, além de doenças da cabeça, estômago e asmáticos”, a *sobaúra* (sem identificação do nome científico) apropriada para “chagas velhas, que já não têm outro

remédio” e a *goembegoacú* (*Philodendron*, sp.), usada no tratamento do “fluxo de sangue de mulheres”. (CARDIM, 1980: 37-39)

Na mesma relação foi mencionada a utilização da árvore *Cupaigba* (copaíba - *Copaifera langsdorffii*), de onde se retirava o óleo de copaíba, muito estimado na confecção de medicamentos. Conhecida na América portuguesa como *bálsamo dos jesuítas*, a copaíba, ou melhor, o óleo/resina extraído dessa árvore típica da América Latina e África Ocidental, era muito utilizado pelas populações indígenas “para curar feridas de guerreiros após batalhas e para passar no coto umbilical de recém-nascidos”. (PIERI, 2009: 467) Sua referência também não se restringiu a América portuguesa, sendo encontrada menção à sua utilização nos escritos do jesuíta José Acosta, na obra *Historia natural y moral de las índias*, de 1590, como “elemento de excelente odor e eficiente para curar feridas e enfermidades”. (ACOSTA, 1792: 254) Cardim descreveu a planta como:

huma figueira commumente muito alta, direita e grossa; tem dentro della muito oleo; para se tirar a cortão pelo meio, onde tem o vento, e ahi tem este oleo em tanta abundancia, que algumas dão hum quarto, e mais de oleo, he muito claro, de côr d’azeite; para feridas he muito estimado, e tira todo sinal. Tambem serve para as candeas e arde bem; os animais, sentindo sua virtude, se vêm esfregar nellas; ha grande abundancia, a madeira não vale nada. (CARDIM, 1980: 37)

Mais uma vez os jesuítas José Acosta e José de Anchieta relataram conhecimento sobre os benefícios da copaíba. Acosta sinalizou que:

o bálsamo é celebrado com razão por seu excelente odor, e muito maior efeito para curar feridas, e outros diversos remédios para enfermidades, que nele se experimentam [...] nos tempos antigos os índios apreciavam em muito o bálsamo, com ele os índios curavam suas feridas e que delas aprenderão os espanhóis... (ACOSTA, 1792: 253)

Ao passo em que padre José de Anchieta, em carta dirigida ao Padre Geral Diego Laínes, de São Vicente em 31 de maio de 1560, revelou que:

Das árvores, parece digna de menção (embora haja outras que distilam líquidos semelhantes à resina, úteis para remédios), uma que escorre um suco suavíssimo, que querem seja bálsamo. Escorre a princípio como óleo por pequenos orifícios abertos pelo caruncho ou também por incisuras feitas de foices e machados, e depois coalha e parece tomar a forma de bálsamo; exala um cheiro não demasiado, mas suavíssimo, e é muitíssimo próprio para curar feridas, de maneira que em pouco tempo nem sinal fica da cicatriz (como dizem estar comprovado pela experiência). (ANCHIETA, 1560: 45)

O uso da copaíba também apareceu no manuscrito *Materia medica missionera*, de 1710, do jesuíta Pedro Montenegro, atuante junto às missões da América meridional. Nesta obra, o autor além de citar sua utilização para o tratamento de feridas, fez menção ao fato de ser “hoje muito conhecido e usado por toda a Europa, África e América, com grande estima e preço elevado no Japão e China, conforme estou informando devido às suas admiráveis virtudes”. (FLECK, POLETTTO, 2012: 1125)

Esses benefícios também foram constatados por cronistas e viajantes como, por exemplo, Pero de Magalhães de Gândavo em 1576, e Willen Piso em 1648, bem como por moradores da colônia, como o caso de Gabriel Soares de Sousa, em 1587. Cada um a seu modo, sinalizou que:

de certo gênero de árvore a que chamam copaíba, de que se tira bálsamo mui salutar e proveitoso em extremo para toda sorte de enfermidades, principalmente nas que procedem de frialdade, causa grandes efeitos e tira todas as dores em muito breve espaço, por graves que sejam. Para feridas ou quaisquer outras chagas tem a mesma virtude: logo que com ele as tratam, saram mui depressa, e tira os sinais de maneira que de maravilha se enxerga onde estiverem, e nisto, faz vantagem a todas as outras medicinas. (GÂNDAMO, 2002: 86)

os americanos chamam todas as resinas odorosas e gomas pelo nome comum de Copal e que, distinguem por nomes peculiares as suas várias espécies. Assim, também os brasileiros denominam esta árvore, indubitavelmente a principal das resiníferas, Copaliba ou Copaíba. [...] Não somente é eficaz pela admirável virtude de alimpar e consolidar, e para curar quaisquer feridas (mormente dos nervos), ainda no princípio, e as mordeduras de serpentes, e eliminar as cicatrizes, mas por todos os habitantes e por mim foi observado que é de grande utilidade, ministrado internamente. Entretanto, não é de tão suave odor, como quer Maffeu. É quente no segundo grau, grosso e muito pingue e resinoso. [...] É bom untar com ele o peito quando o estômago se acha debilitado, e o ventre, quando afligido por dores de cólicas frias. Algumas gotinhas dadas convenientemente por via oral aumentam as forças às vísceras e restituem-lhes o tono: também refreiam os fluxos das mulheres, as diarreias e as gonorreias. Contra estes mesmos males, com bom sucesso, é injetado no ânus por meio de clisteres, no pênis, por meio de uma seringa com água de tanchagem açucarada, ou dissolvido com óleo de rosas. (PISO, 1648: 270-272)

De tão santa árvore como a do bálsamo merece ser companheira e vizinha a que chamam copaíba que é árvore grande cuja madeira não é muito dura, e tem a cor pardaça; e faz-se dela tabuado; a qual não dá fruto que se coma, mas um óleo santíssimo em virtude, o qual é da cor e clareza de azeite sem sal; e antes de se saber de sua virtude servia de noite nas candeias. Para se tirar esse óleo das árvores lhes dão um talho com um machado acima do pé, até que lhe chagam à veia, e como lhe chegam corre este óleo em fio, e lança tanta quantidade cada árvore que há algumas que dão duas botijas cheias, que tem cada uma quatro canadas. Este óleo tem muito bom cheiro, e é excelente para curar feridas frescas, e as que levam pontos de primeira curam, soldam se as queimam com ele, e as estocadas ou feridas que não levam pontos se curam com ele, sem outras mezinhas; com o qual se cria a carne até encourar, e não

deixa criar nenhuma corrupção nem matéria. Para frialdades, dores de barriga e pontadas de frio é este óleo santíssimo, e é tão sutil que se vai de todas as vasilhas, se não são vidradas; e algumas pessoas querem afirmar que até no vidro minguia; e quem se untar com este óleo há de se guardar do ar, porque é prejudicial. (SOUSA, 1587: 202-203)

Pesquisas recentes apontaram o efeito positivo da copaíba para diversas aplicações farmacológicas, como, por exemplo, antihemorrágico, anti-inflamatório, antigonorréico, antisséptico, para cistite, estimulante, incontinência urinária, sífilis, antiasmático, bronquite, expectorante, inflamações de garganta, hemoptise, pneumonia, sinusite, dermatite, eczema, psoríase, cicatrizante de feridas e úlceras, cicatrizante intrauterino, afrodisíaco, antitetânico (principalmente em recém-nascidos), antitetânico (contra o bacilo do tétano e nas convulsões), antireumático, antiherpético, anticancerígeno, antitumoral (tumores de próstata), leishmaniose, leucorreia, contra paralisia, dores de cabeça e picada de cobra, conforme destacado por Veiga Jr. e Pinto (2002), o que nos permite perceber o grande sucesso e popularidade do *bálsamo dos jesuítas*.

O recurso à flora medicinal encontrado na escrita dos jesuítas apareceu também a partir de informações sobre plantas e raízes proveitosas pela qualidade de purgar os males do corpo humano. Anchieta em carta de São Vicente em março de 1560 destacou que:

Ha uma certa árvore, de cuja casca cortada com faca, ou do galho quebrado, corre um líquido branco como leite, porém mais denso, o qual, se se bebe uma pequena porção, relaxa o ventre e limpa o estomago por violentos vômitos; por pouco, porém que exceda na dose, mata. Deve-se, enfim, tomar dele tanto quanto caiba em uma unha e isso mesmo diluído em muita água; se não se fizer assim, incomoda extraordinariamente, queima a garganta e mata. (ANCHIETA, 1933: 33)

Estudiosos acreditam tratar-se do *jaracatiá* (*Jacaratia spinosa* (Aubl.)), árvore com propriedades terapêuticas de combate a várias infecções e ainda hoje utilizada em larga escala no interior. Mas, além dessa descrição, Anchieta trouxe, assim como Fernão Cardim, as propriedades da *ipecacuanha* como imprescindível na purgação dos males do corpo ao destacar que:

Descobriu-se ultimamente outra, que é tida em grande estima e com razão. Esta é longa e delgada, contundida e deixada de infusão em água pelo espaço de uma noite, bebe-se de manhã sem dificuldade, não causa náusea, nem produz fastio; desembaraça, porém, o ventre com abundante fluxo, que cessa logo que se tome algum alimento, o que é comum às de que falei ha pouco. Ha, além destas, várias outras que servem muito para soltar o ventre, quanto para o prender. Exceto os frutos de certas árvores, quase que nenhum remédio eficaz se encontra. (*Idem*, p. 33)

O padre Jácome Monteiro (1574-1629), considerado como um dos nomes de destaque da Ordem pela dedicação às ciências naturais, ao falar sobre a capitania do Espírito Santo apontou para o fato de a terra ser “fértil de madeira, pau Brasil, real, branco, amarelo; aqui se colhem os bálsamos tão prezados nestas partes. [...] Nesta capitania se fazem as contas de bálsamo, e é a melhor droga da terra”. (MONTEIRO *apud* LEITE, 2000: 438)

No século XVIII ainda serão encontrados escritos de jesuítas com descrição do mundo natural, tendo em vista que o conhecimento de determinado lugar se deu a partir de sua delimitação espacial, seguida de informações sobre o clima, características geográficas e descrições da fauna e flora locais. A obra do jesuíta João Daniel (1722-1776), *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas* (1757-1776) destacou, entre outros elementos da flora medicinal, a árvore da *ambaíba* (*Cecropia pachystachya* Trécul.) e seu efeito positivo para o tratamento de fraturas. A mesma foi apresentada como “arvore algumas virtudes medicinais, especialmente na sua raiz, cuja árvore é fresquinha e no seu olho, em que tem nós como a cana, e no último tem uma gosma, que é ótima solda para braços, pernas e ossos quebrados”. (DANIEL, 2004: 435)

Convém sinalizar que o desenvolvimento desse tipo de escrita está relacionado a uma atitude científica, conforme anteriormente mencionado, não se tratando de mera curiosidade sem propósito, uma vez que serviu como veículo de divulgação das propriedades terapêuticas de plantas nativas para sua utilização na fabricação de medicamentos.

Além de coletar informações sobre as características e explorar as potencialidades das plantas nativas, os jesuítas difundiram e estimularam a circulação de plantas e produtos, até aquele momento, desconhecidos no velho mundo, pois muito do conhecimento sobre as utilidades terapêuticas e alimentares das plantas havia sido herdado de compêndios escritos na Antiguidade. Conforme destacou Heloisa Gesteira e Henrique Carneiro:

Em relação aos saberes sobre plantas, presentes na cultura da História Natural e da medicina, as referências eram os escritos de Plínio e Dioscórides. O contato direto com novas regiões levou ao questionamento dos saberes herdados dos antigos, que ainda eram uma referência, mas tornava-se igualmente relevante a experiência da observação direta. (GESTEIRA, 2013: 42)

O trabalho de observar as plantas, de se informar com os indígenas e descrever e ilustrar os espécimes e conhecer suas virtudes foi um dos desafios mais instigantes para a *História Natural* da época renascentista, que buscava ampliar o seu domínio para o conjunto do planeta, englobando num único corpo de conhecimento o conjunto das formas de vida. Para essa tarefa de descrição cosmográfica, os naturalistas tiveram de superar as obras clássicas do saber europeu, como a *Matéria Médica* de Dioscórides, repertório de cerca de 500 plantas que, por um milênio e meio, constituía a súpula do conhecimento europeu sobre as plantas, ou a *História Natural* de Plínio,

o Velho, cujos 37 livros inventariavam, no século I, todo o conhecimento sobre os animais, as plantas, os minerais e as sociedades humanas e seus costumes na Antiguidade. (CARNEIRO, 2011: 14)

Nesse sentido, não é possível desprezar a influência do conhecimento nativo sobre as plantas. Principalmente, se considerarmos que tal conhecimento derivou da ciência do concreto, conforme destacou Claude Lévi-Strauss (1989), considerando que mesmo sem possuir conceitos abstratos, tais populações foram capazes de:

dominar individualmente um número de espécies de plantas e animais muitas vezes até superior ao da taxonomia científica. E, além do reconhecimento e da denominação das espécies, este conhecimento é capaz de desvendar virtudes curativas e psicoatividade de inúmeras plantas. (LÉVI-STRAUSS *apud* CARNEIRO, 2011: 26)

Dessa forma, o contato intenso com populações indígenas permitiu aos jesuítas alargar o conhecimento sobre a flora medicinal de base europeia, incorporando um vasto arsenal de raízes, cipós e plantas nativas da América. Sobre tal ponto, Fleck ao analisar as práticas terapêuticas das reduções jesuítico-guaranis sinalizou que:

[...] os registros feitos pelos padres jesuítas, ao longo do século XVII, revelam uma absorção cada vez maior da farmacopeia (ervas, resinas e folhas), bem como da terapêutica empregada pelos indígenas, com algumas adaptações, como nos casos dos ferimentos expostos e das otites e conjuntivites decorrentes da varíola. Em decorrência desses aspectos propiciadores da adaptação que a medicina e a farmacopeia das reduções jesuíticas foram consideradas das mais notáveis em seu tempo. (FLECK, 2005: 45)

Ou seja, o fecundo intercâmbio entre o conhecimento nativo e o europeu permitiu aos missionários, por um lado, lançarem mão de algumas práticas curativas nativas, partindo da utilização de elementos da fauna e flora locais, e, por outro, uni-las ao conhecimento prévio que possuíam da farmacopeia europeia. A resultante foi a elaboração de uma medicina híbrida, especificamente colonial. Cristina Gurgel ao refletir sobre as práticas curativas híbridas sinalizou que:

de um lado, ancorados pela filosofia e prática médica europeia, por outro, pela terapêutica indígena, com seu amplo uso da flora nativa, os jesuítas foram os reais iniciadores do exercício de uma medicina híbrida que se tornou marca do Brasil colonial. Alguns religiosos vinham de Portugal, já versados nas artes de curar, mas a maioria aprendeu na prática diária as funções que deveriam ser atribuídas a um físico, cirurgião, barbeiro ou boticário. (GURGEL, 2010: 113)

Ancorados na confluência dos conhecimentos nativo e europeu sobre o mundo natural e seus efeitos terapêuticos, uma vez que nos parece equivocada a ideia simplista de apropriação do conhecimento dos povos nativos, os jesuítas deram início à confecção de manuscritos, a partir de anotações sobre a utilização de certas plantas, conforme anteriormente mencionado. Tais informações segundo Santos foram essenciais para o colonizador, uma vez que “a sobrevivência nas novas terras era uma consequência direta do contato com a terapia indígena”. (SANTOS, 2009: 23-24)

Conhecedores da natureza circundante, os nativos utilizaram em larga escala os elementos da flora medicinal americana na preservação da saúde do corpo, o que permitiu aos inicianos o conhecimento acerca de uma infinidade de gêneros da terra como *urucum* (*Bixa orellana*), *salsaparrilha* (*Smilax áspera*), raízes aromáticas e óleos, como o azeite de copaíba e de *andiroba* (*Carapa guianensis*), utilizados em diversas receitas de medicamentos. Para além do contato com a flora medicinal americana, os jesuítas foram também responsáveis pela introdução de outras espécies como “a jaca da Índia e diversos tipos de laranjas, entre as quais a laranja da China”, o que contribuiu de forma decisiva para o aumento de espécies encontradas no novo mundo. (*Idem*, p. 29)

Tal fato aponta para a importante questão do trânsito de espécies nativas entre velho e novo mundo, mas também em território americano, no qual a América portuguesa destacou-se por sua singularidade. Leite afirmou que, no findar do século XVII, ocorreu de forma constante o trânsito “da canela da Bahia para o Maranhão e Grão-Pará”. (LEITE, 2000: 157) A *ipecacuanha* ou *poaia*, comumente mencionada nos escritos jesuítas por seu efeito emético e antidisentérico, foi “exportada para a Europa em enormes quantidades, tornando-se rara, já no século XVII”. (SANTOS, 2009: 30)

Beinart e Middleton destacaram o papel central que as plantas têm na história mundial, sendo a transferência de áreas de origem para novas regiões um facilitador dos processos de expansão de sociedades. Nesse sentido, o conhecimento europeu sobre a qualidade das plantas extraiu e sistematizou conhecimentos locais. Os autores sinalizaram para o fato de que:

Mesmo no período de 1500-1900, [...] a transferência de plantas pode ter sido mais equilibrada. Navios navegavam em ambas as direções nas primeiras fases da expansão europeia, havia um refluxo significativo. Os agentes dos impérios europeus estavam muito atentos ao potencial das plantas. Muitas plantas foram deliberadamente trazidas dos trópicos e das zonas temperadas do hemisfério sul. [...] Aclimações de culturas ameríndias tiveram um impacto dramático nas economias do “velho mundo” e em suas histórias sociais, como Crosby mais tarde reconheceu. O quadro se torna mais complexo quando a África é considerada parte do “velho mundo” – e os fluxos

ocorrendo no interior do hemisfério sul são levados em conta. (BEINART; MIDLETON, 2009: 163-164)

Assim, fármacos que chegaram ao reino e circularam o mundo, provenientes das Américas, possuíam origem na tradição e conhecimento das populações indígenas. A *quina* (*Cinchona officinalis*), também conhecida como *pó dos jesuítas*, por exemplo, por seu efeito antifebrílico e antimalárico, se constituiu em fármaco imprescindível das práticas médico terapêuticas durante a Época Moderna. Originária da selva peruana foi descrita em 1633 “pelo padre Calancha, [e] logo se tornou um produto indispensável do arsenal médico jesuíta”. (CARNEIRO, 2011: 25) A obra do jesuíta Pedro Montenegro, *Materia medica misionera* (1710), atuante na América meridional, trouxe uma série de referências à utilização da flora medicinal nativa em localidades da Europa e Ásia, o que nos permite compreender o alcance da circulação do conhecimento jesuíta, bem como a existência de uma rede de troca de conhecimento e saber médico farmacológico.

A extensão dessa rede de troca fica nítida ao nos depararmos com as intensas trocas de elementos físicos, indo muito além do intercâmbio cultural e de saberes, verificada no transplante de plantas dos diversos domínios do Império português. Excelente exemplo ofereceu Bracht (2015) ao destacar que se “encontram muitas plantas originárias da América portuguesa que ilustram o herbário “oriental” de Erédia”, referindo-se ao escritor e cartógrafo malaio português Manuel Godinho de Erédia (1563-1623).

Atuando na América portuguesa desde 1549, os jesuítas tiveram na oferta dos *serviços de saúde* uma parte de sua identidade. Assim, relacionaram-se com a realidade circundante de modo a unir conhecimentos europeus com elementos e conhecimentos da fauna e flora locais, na busca por responder a um cotidiano marcado por doenças e surtos epidêmicos.

Nesse sentido, não é possível compreender a dinâmica colonial sem levarmos em consideração a inserção desses atores no cenário das práticas médico farmacológicas do período moderno. O conhecimento desenvolvido pelos jesuítas sobre o mundo natural e sua aplicação na medicina moderna, no que diz respeito à utilização e manuseio de plantas de potencial curativo, esteve em perfeito acordo com visões e concepções sobre o corpo, a doença e a terapêutica.

3. BOTICAS JESUÍTAS: UMA OPERAÇÃO EM REDE

Boticário – O que tem botica, vende drogas medicinais, e faz mezinhas. Os boticários são cozinheiros dos médicos; cozem e temperam quando nas receitas lhes ordenam. (Raphael Bluteau, *Vocabulário português e Latino*, 1712)

3.1 O OFÍCIO BOTICÁRIO E AS BOTICAS DA COMPANHIA DE JESUS

O desenvolvimento da história da farmácia e da medicina na Europa Ocidental guarda profunda relação com dois acontecimentos ocorridos na península itálica, a saber: a fundação do Mosteiro de Montecassino, em 529, por São Bento (480-544) e a elaboração da *Regula Benedicti*, documento que apontou para o cuidado com os enfermos em local próprio, tendo como agente um religioso se dedicando a este serviço. A partir de então, Montecassino se destacou como local de prática e cultura médico farmacêutica, “onde para além da cura de enfermos se desenvolveram escolas médicas que atingiram o auge do seu prestígio em finais do século IX”. (DIAS, 2005: 29)

Por volta do século X, Montecassino mantinha relações com uma comunidade laica de médicos localizada em Salerno denominada *Civitas Hippocratica*, sendo correto afirmar que o conhecimento médico farmacêutico desenvolvido e aprimorado pela Escola da Salerno derivou em alguma medida de sua ligação com o Mosteiro de Montecassino. Conforme destacou Luciana Masiero (2016) “essa instituição de ensino foi a primeira e mais importante escola médica no mundo ocidental obtendo prestígio por toda Europa medieval e sendo também considerada a mãe das universidades modernas”. (MASIERO, 2016: 28) A partir de fins do século XII, com a regulamentação de exames realizados por seus alunos, bem como a exigência de que os médicos fossem licenciados por Salerno, a função universitária da escola se consolidou, sendo a titulação médica regulamentada em 1140, por Rogério II da Sicília. Esta, estabeleceu a obrigatoriedade de um exame oficial para o exercício da medicina, que foi reafirmada em 1240.

Durante os séculos XII e XIII, Salerno se notabilizou pela produção de textos médico farmacêuticos importantes, dentre os quais destacaram-se o *Tractatus de aegritudinum curatione*, obra coletiva sobre medicina geral, *De passionibus mulierum*, sobre ginecologia, obstetrícia e cosmética e que possui parte significativa atribuída a médica Trotula De Ruggiero

e *Articella*, conjunto de textos didáticos utilizados nas Universidades que influenciaram o estudo médico por toda a Europa, constituindo, dessa forma, o corpo de doutrina médica ocidental. Das obras específicas de caráter farmacêutico destacaram-se:

[...] o *Antidotarium* de Nicolaus Salernitanus (fl. 1110-1150) e o *De simplicibus Medicina* de Mattheus Platearius, o Jovem (c. 1120-1161), também conhecido por *Circa instans*, as duas palavras com que se inicia o texto. O primeiro contém umas 140 fórmulas farmacêuticas ordenadas alfabeticamente e um apêndice sobre pesos e medidas. Foi um dos receituários mais utilizados por médicos e farmacêuticos durante a Idade Média. Em 1322 a Faculdade de Medicina de Paris determinou ser obrigatória a sua existência em todas as boticas. O segundo inclui mais de duas centenas e meia de artigos referentes a drogas medicinais igualmente dispostas alfabeticamente, onde trata das suas propriedades, etimologia e história. Ambos foram repetidamente editados em conjunto durante o século XVI. (DIAS, 2005: 30)

O desenvolvimento da formação médica na Europa medieval se relacionou diretamente com a Escola de Salerno, uma vez que os médicos ali formados passaram a ministrar disciplinas dentro das Universidades que então surgiam. Contudo, cabe ressaltar, que o ensino médico extrapolou os limites destes centros acadêmicos, alcançando as escolas clericais. Nesse sentido, o estudo da medicina passou a integrar o sistema de valores da astronomia, que com a divisão da última parte do *quadrivium*, se decompôs em extraterrestre e terrestre, esta última física³⁷.

Sobre o ensino da medicina Dias informou que:

O estudante passava por três fases, cada uma das quais correspondendo a um título: bacharel, licenciado e magister, este substituído mais tarde pelo título de doutor. O bacharelato era obtido através de um ou mais exames, depois de quatro anos de estudos, um em Artes e três em Medicina. O licenciado tinha que desenvolver um certo número de textos na forma de lições próprias, assim como assistir a três séries de lições teóricas e uma prática. Este título dava direito (licença) ao exercício da Medicina. Para ensinar na universidade tinham que obter o título de magister, através de um período de prática e da submissão a dois novos exames. No século XIII, depois de este título ter sido introduzido na Faculdade de Direito em Bolonha, o título de doutor começou a ser igualmente concedido, substituindo o de magister nas faculdades de Medicina. Embora se destinasse de início aos que iam ensinar nas universidades, também passou a ser atribuído a outros médicos. (DIAS, 2005: 31-33)

Durante certo período coube a um mesmo agente a arte de curar enfermidades e preparar remédios, não havendo, portanto, distinção entre médicos e boticários. Foram os árabes os responsáveis pelo início do processo de lenta separação dessas profissões. O enobrecimento da profissão médica, propiciado pelo domínio do latim e o ensino universitário, implicou no

³⁷ O *quadrivium*, junto com o *trivium*, fazia parte do conjunto das sete artes liberais ensinadas nas Universidades medievais, que orientado pela matemática constituía o conjunto de quatro ramos do saber, aritmética, geometria, música e astronomia.

progressivo abandono do exercício das funções manuais, se incluindo nesse rol a preparação de medicamentos, o que abriu espaço para o crescimento do número de boticários.

Vera Regina Marques ao realizar um estudo sobre medicina e boticários no Brasil setecentista, destacou apontamentos feitos por Dias (1982) que relacionam o aparecimento dos boticários ao contexto de desagregação do sistema feudal, propiciando, entre outros elementos, o fortalecimento dos mercados e das cidades, bem como o aumento populacional e a ascensão econômica da burguesia mercantil, uma vez que:

A divisão do trabalho entre físicos e boticários, representada pelo aparecimento destes últimos, não é um fenômeno isolado na economia medieval. Referindo-se ao progresso técnico produtivo entre os séculos XII, XIII e os finais do século XV, Armando Castro afirma que “uma das principais expressões desse progresso assentou sem dúvida num avanço na divisão do trabalho, tanto através da formação e multiplicação de novas atividades produtivas exercidas por profissionais autônomos como, embora com uma dinâmica menos expressiva, através da subdivisão duma mesma atividade em tarefas autônomas”. (DIAS *apud* MARQUES, 1999: 156)

Esse processo de separação acabou por configurar a medicina dogmática, onde os médicos eram ensinados por professores especializados das Universidades e a medicina ministrante, no qual estavam incluídos boticários e cirurgiões (barbeiros), que aprendiam o ofício mecânico a partir da experimentação em oficinas de mestres. Ou seja, ao médico coube a parte nobre da arte de curar, ao passo em que o boticário se tornou o responsável pela parte mecânica de manusear os ingredientes no fabrico das mezinhas, nome dado aos medicamentos.

A separação legal entre tais campos ocorreu primeiro na França, na cidade de Arlés, onde por volta de 1162 foi redigido documento determinando a separação oficial das profissões. Na sequência, Frederico II da Sicília e Nápoles, por meio do Édito de Melfi (1240), “reafirmou a obrigatoriedade de um curso de tipo superior em Salerno para os médicos, ao mesmo tempo que proibiu qualquer sociedade entre médicos e farmacêuticos”. (DIAS, 2005: 33) Bem como instituiu que a estes deveriam “dispensar os medicamentos de acordo com as receitas médicas e as normas da arte provenientes de Salerno”. (*Idem*) Houve, ainda pelo mesmo Édito, o estabelecimento do controle de preços dos medicamentos, assinalando a necessidade de licenciamento e inspeção da atividade boticária, normas estas que foram estendidas progressivamente por toda Europa. Dessa forma, nas cidades francesas de Avignon e Nice respectivamente, em 1242 e 1274, houve a formalização da proibição da organização de sociedade entre boticários e médicos. A cidade da Basileia também seguiu as orientações do Édito separando as profissões entre o fim do século XIII e o início do XIV.

Desenvolveu-se, assim, uma hierarquização no ofício de cura onde primeiro vinha o médico de formação universitária, ratificando seu lugar na sociedade, responsável por fechar o diagnóstico do doente e receitar o tratamento adequado à enfermidade. Em seguida, e ao lado dos médicos, estavam os físicos, homens de pouca formação dogmática, que por disporem de algum entendimento, estavam aptos a atuar como médicos no sentido de indicar tratamentos e receitar medicamentos, bem como realizar procedimentos como purgas e sangrias.

Na sequência estavam os cirurgiões, de status menor por serem oriundos do ensino ministrante, que exerciam atividades ligadas ao tratamento de fraturas, aplicação de medicamentos exteriores, sangrias, ventosas, além de cuidar das feridas, especialmente em localidades que careciam da presença dos primeiros, conforme o caso do Novo Mundo. Com uma remuneração calcada em valores muito baixos se comparado aos primeiros, muitos cirurgiões portugueses, por exemplo, passaram a prestar atendimento em regiões mais distantes do reino ou em colônias como a América. Esse parece ter sido o caso da América Portuguesa, local onde muitos cirurgiões acabaram por desempenhar o papel de médicos, uma vez que a baixa remuneração não atraía estes. Aqui, ao diagnosticar e prescrever tratamentos aos doentes, mesmo sendo essa prática proibida por lei, alcançaram o status que os médicos obtinham no Reino.

Finalizando a hierarquia da cura estavam os boticários, responsáveis diretos pela preparação e manuseio de fórmulas, bem como a venda dos medicamentos provenientes do saber dos médicos que as prescreviam. Na definição do padre Raphael Bluteau (1712) estes desempenhavam a função de cozinhar para os médicos, mas sua denominação derivou do aparecimento do estabelecimento fixo para a comercialização dos medicamentos, separando assim os boticários dos especieiros, que tinham como prerrogativa a comercialização ambulante de drogas. “O boticário surge assim com a botica, que tem precisamente o significado etimológico de armazém ou depósito”. (DIAS, 2005: 46)

Em Portugal, o primeiro documento que se refere aos boticários é um diploma expedido por D. Afonso IV (1291-1357) no século XIV, em 1338, onde se estabeleceu a obrigatoriedade, em Lisboa, de exame realizado por médicos do Rei para todos aqueles que exercessem os ofícios de médico, cirurgião e boticário. Desse período em diante, muitas foram as formulações legais que se destinaram aos boticários. Em carta de 1461, D. Afonso V (1432-1481) regulamentou a separação das profissões médica e boticária, vetando a médicos e cirurgiões a preparação de mezinhas para comercialização, bem como a qualquer indivíduo a prerrogativa

dessa atividade, caso houvesse um boticário na localidade. Pela mesma regulamentação os boticários ficaram então proibidos de indicar tratamentos e medicamentos aos enfermos.

Data de 1497 o regimento dos boticários da cidade de Lisboa, reformado em 1572, e que estipulou uma série de obrigações que deveriam ser observadas e cumpridas pelas corporações de boticários. Definiu ainda os livros que estes deveriam possuir, o sistema de pesos e medidas conveniente ao ofício, o tabelamento de preços guiado por registro na câmara, a obrigatoriedade da venda dos medicamentos pelo próprio boticário ou, “na ausência deste, por um praticante com um mínimo de dois anos de prática e com licença da câmara” e, por fim, o imperativo dos boticários comunicarem ao médico os produtos que comporiam o medicamento receitado. (DIAS, 2005: 47)

A separação de interesses profissionais foi reforçada em 1561, quando houve a oficialização da proibição da associação entre médicos e boticários, como também a dispensa de medicamentos preparados por boticário parente do médico que os receitou. Com isso, foi reforçada a ideia de que os boticários desempenhavam uma arte servil ou inferior:

Entre os mecânicos, e os nobres há uma classe de gente, que não pode chamar-se verdadeiramente nobre, por não haver nela a nobreza política, ou civil, nem a hereditária: nem pode chamar-se rigorosamente mecânica, por se diferenciar dos que o são, ou pelo trato da pessoa, andando a cavalo, e servindo-se com criados [...] ou pelo privilégio, e estimação de arte, como o são os Pintores, Cirurgiões, e Boticários, que por muitas semelhanças dos Senados foram em vários tempos escusos de pagar julgadas, e de outros encargos, a que os mecânicos estão sujeitos [...] Estes fazem um estado distinto dos plebeus, a que chamamos do meio, e gozam de uma quase nobreza, para certas isenções [...]. Porém é-lhes necessário, que andem a cavalo, e se tratem bem, porque a arte somente por si não basta a privilegiá-los, mas pelo costume lhe não serve de impedimento. (DIAS *apud* MARQUES, 1999: 161)

No contexto médico farmacológico de Portugal da Época Moderna é possível observar a interferência do Estado na separação e delimitação das profissões oriundas da arte de curar. Dessa forma, regimento aprovado em 1521 por D. Manuel (1469-1521), e ainda em vigor no século XVIII, determinou que:

muitos boticários e pessoas outras assentam botica não tendo aquela suficiência que convém para tal ofício, da qual cousa se segue à vida dos homens muitos grandes convenientes, por não saberem fazer as mezinhas como devem, querendo nisto prover, assim como seja dado remédio a coisa tão prejudicial, defendemos e mandamos, que daqui em diante nenhum boticário ou pessoa outra, em todos os nossos Reinos e senhorios, não possa assentar botica, nem usar do ofício de boticário sem primeiro ser examinado pelo nosso Físico-mor [...]. (*Idem*, p. 167)

Para o século XVII encontramos nas *Ordenações Filipinas* de 1603 o reforço da ideia esboçada no regimento manuelino ressaltando “a jurisdição do físico-mor sobre as profissões da saúde, a determinar quais os pesos e medidas obrigatórios aos boticários e a regulamentar a posse e venda de veneno”. (*Ibidem*) Progressivamente, então o ofício boticário passou a se misturar a outros ofícios mecânicos. Tal fato teria derivado do aumento significativo do número de boticários no período moderno, causando a queda da estima do ofício, atestada “nas legislações de 1572 e 1603, [onde] os boticários foram nomeados, misturados e confundidos com outros oficiais mecânicos”. (MARQUES, 1999: 162)

Refletir sobre o lugar ocupado pelas corporações boticárias nos cortejos e procissões religiosas ao lado de merceeiros e especieiros enfatiza a ligação entre o ofício boticário e o comércio, posto que dividiam “a bandeira de São Miguel (o senhor protetor desses ofícios) com os livreiros, seringueiros, sombreireiros, avezicheiros, caixeiros, confeiteiros, penteeiros, os que corrigiam barretes e os que faziam tecidos”. (GOMES *apud* MARQUES, 1999: 157) Segundo Norbert Elias (2001), a vida em sociedades pré-industriais, ou seja, na sociedade de corte, possuía como característica marcante a expressão de uma situação social bem definida. Nesse sentido, o lugar ocupado pelos indivíduos nas sociedades de Antigo Regime guardou profunda relação com o status dos mesmos, sendo, portanto, um mecanismo de autoafirmação social balizado pela organização do espaço.

A eficiência do ofício boticário resultava num período de, ao menos, quatro anos de aprendizado junto a um mestre, havendo entre estes os mais requisitados e de maior fama. Por exemplo, conforme o médico sírio Abú Zakeriya (Zacarias) Yahya ibn Masawaih, conhecido no Ocidente como Jean ou Johannes Mesué (777-857), tido como “autoridade máxima na arte de ensinar a preparar medicamentos durante toda a Idade Média, indicando a permanência de forte preponderância da farmácia árabe-galênica em Portugal”. (MARQUES, 1999: 169)

A preparação dos boticários se dava através de um exame que tinha como referência obras como o *Exame de boticários*, traduzido do espanhol de autoria de frei Estevão de Villa (?-1609), bem como o *Coletâneo farmacêutico*, texto escolhido pela Fisicatura-mor sob a forma de perguntas e respostas, de Antônio Martins Sodré. Sobre essa questão tem-se que:

Quando o físico-mor passou a examinar os postulantes a boticários no seiscentos, já lhe cabia conceder licença para abrir botica e proceder visitas regulares para inspeção do preparo de mezinhas. Seu poder sobre as boticas constituía atividade altamente lucrativa, uma vez que parte do pagamento pelos seus serviços revertia para seu próprio bolso. E mais, as propinas advindas das taxas de exame, visitas e licenças constituíam o seu ganho, pois ele não recebia proventos fixos. Ousaria argumentar que esta forma de ingresso no ofício, via exame feito pelo físico-mor, deve ter

contribuído substancialmente para o incremento do número de boticários examinados no reino de Portugal, suspeita essa também levantada por outros historiadores da farmácia. (MARQUES, 1999: 169-170)

Havia, contudo, uma segunda forma de ingresso no ofício boticário que se dava por meio da expedição de cartas oriundas da Faculdade de Botica, criada na Universidade de Coimbra por volta de 1537. Tal faculdade, entretanto, nunca existiu, mas havia um alto valor nos diplomas expedidos pela instituição que, ao fim e ao cabo, possibilitavam ascensão social, sobretudo, quando havia a intenção de o boticário ocupar um cargo privilegiado na corte portuguesa como, por exemplo, o de Boticário da Casa Real ou Boticário Examinador ou Visitador, além de outros cargos públicos.

Outro ponto marcante do cenário português moderno diz respeito à origem cristã nova de muitos boticários, também conhecidos como aqueles que foram “batizados de pé”, ou seja, judeus convertidos à força ao Cristianismo durante o reinado de D. Manuel (1469-1521), e que, por isso, se constituíram em alvos de intolerância religiosa, inclusive entre os próprios cristãos velhos. Dessa forma, assistimos desde 1525 a uma série de queixas e petições apresentadas às cortes para proibir os cristãos novos de exercer a atividade boticária, proibição essa que se efetivou em Lisboa de 1565, onde boticários foram proibidos de ter praticantes de origem cristã nova. Nesse contexto, houve ainda em 1604 o estabelecimento do Regimento dos Médicos e Boticários cristãos velhos sinalizando que:

Os que houveram de ser admitidos ao partido de medicina, não hão de ter raça de judeu, cristão-novo, nem mouro, nem proceder de gente infame, nem ter doenças contagiosas; hão de ser de habilidade, e esperanças, e sendo possível honrados, e de boa graça e pessoa, porém ainda que não o sejam, nem por isso terão por inábeis, tendo as mais qualidades [...] E porque terá muito grande serviço de Nosso Senhor, quietação e proveito geral dos ditos meus Reinos, assim como há médicos cristãos velhos, haverá também boticários cristãos velhos; pois na fidelidade deles compondo e ordenando as mezinhas, como os médicos receitam, consiste principalmente a segurança das vidas: ordeno e mando, que daqui em diante haja vinte lugares para mancebos sem raça alguma, e de boas partes, que depois de Latinos [sic] aprendam para boticário, na ordem seguinte [...] (*Idem*, p. 170)

Apesar da proibição expressa no regimento acima citado da presença de cristãos novos no ofício boticário, norma e prática mostraram que não caminharam juntas na vida cotidiana. Ao longo, por exemplo, dos séculos XVI e XVII, a maioria dos boticários que aportaram na América portuguesa tiveram origem cristã nova, fossem estes deportados ou fugidos da ação inquisitorial, aqui, além de se fixarem, montaram boticas. Cabe destacar, entretanto, que nesse caso em específico, a Inquisição não buscou perseguir ou mesmo castigar esses indivíduos em

função do ofício praticado, mas sim pela fé supostamente equivocada que professavam. Há, por isso, necessidade de considerar o peso da religião nas práticas e crenças terapêuticas. Sobre tal perseguição encontram-se registros no Bispado da Guarda, no século XVIII, conforme o caso dos processos dos boticários cristãos novos Antônio Ribeiro de Paiva e João Henriques de Paiva³⁸. Por volta de 1767 posto pela segunda vez na sessão de tormento o réu confessou ter “judaizado” junto com:

seu tio materno Antônio Ribeiro Sanches é médico e morador de presente no Arrayal de Paracatú, nas Minas Novas, para onde se ausentou, faz quatro ou cinco anos mais ou menos. [...] Denunciou também o seu cunhado, o jovem boticário de 25 anos de idade, João Henriques de Paiva, irmão de sua mulher, dele declarante, Isabel Henriques Aires, morador em Castelo Branco, de onde também se ausentou para as Minas Novas. (HERSON, 1996: 180)

O dito réu, após libertação da prisão, retornou para Castelo Branco, sendo-lhe confiscados todos os bens pela Inquisição e condenado ao hábito perpétuo. Destino pior teve o boticário cristão novo João Henriques de Paiva, que levado aos cárceres secretos da Santa Inquisição de Lisboa teve como penalidade o relaxamento ao braço secular. Ao passar pela sessão de inventário o réu afirmou não possuir:

Bens de raiz nem neste reino e nem fora dele e que os bens que tinha móveis constam de um Botica que lhe deu fiado por um ano e meio o médico Antônio Ribeiro Sanches por preço de mil oitavas de ouro [...] e ao tempo de sua prisão lhe não tinha dado dinheiro algum por não ter passado mais que um mês, depois do dito contrato e entende que tomava posse da mesma o dito médico. (*Idem*, p. 186)

Sobre sua profissão e a vinda para América portuguesa, João Henriques de Paiva informou que:

Quando tinha 14 anos o pai o levou da casa da tia Joana onde se criou, para a casa dele de Castelo Branco e lhe ensinou o ofício de boticário e depois de o saber tornou para a dita Vila de São Vicente de Beira, onde teve uma botica por espaço de um ano e depois se embarcou para o Rio de Janeiro. [...] Perguntado sobre quem o persuadiu e avisou para ir para o Rio de Janeiro e que motivo teve para esta jornada e se alguma pessoa da dita cidade o convidava para sua companhia? Disse que seu pai o persuadiu a ir para fazer a dita jornada e ao motivo que para isso teve foi a pouca conveniência que dava neste Reino e o ter lhe prometido muito em uma carta que lhe escreveu seu amigo, o médico Antônio Ribeiro Sanches, o qual tinha hido deste Reino para as minas de Sabará, haveria então dois anos, dizendo lhe que na dita vila onde se achava, tinham grandes lucros os boticários, a vista do que o dito seu pai o mandou com carta, assim para o dito médico, como também para o Ouvidor da dita vila, chamado Simão Caldeira para que o amparasse. (*Ibidem*)

³⁸ Esse foi o pai de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, químico e divulgador farmacêutico em Portugal Moderno.

Assim como os casos brevemente apresentados acima, outros boticários cristãos novos foram perseguidos e processados pela Santa Inquisição portuguesa durante a Época Moderna, o que pode ser comprovado através da busca por processos no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), local de guarda oficial desses e outros documentos, onde constam, somente para o Tribunal Inquisitorial de Lisboa, um total de 154 casos³⁹.

Ainda fazendo referência às peculiaridades do contexto farmacológico de Portugal moderno, observa-se a existência de mulheres desempenhando a atividade boticária, datando a referência mais antiga de 1326, na cidade de Lamego. Outras referências apareceram nos séculos XV e XVI e estiveram ligadas a “senhoras da alta nobreza, a quem serviam na qualidade de responsáveis pelas respectivas boticas e de manipuladoras de medicamentos e preparados que utilizavam técnicas afins, como as conservas”. (DIAS, 2005: 48) Há que se destacar a presença da atividade boticária em conventos de ordens religiosas femininas, onde sob a supervisão de freiras boticárias, outras mulheres se habilitaram no exercício da arte farmacêutica. Esse foi o caso de Ana Fortunata Quaresma de Almeida, que:

praticou inicialmente numa botica aberta ao público e depois na botica do Convento do Carmo, em Tentúgal, neste convento trabalhando [...] sob as ordens da freira boticária Sonor Maria Lucina do Menino Jesus e da Priora Sonor Maria Rosa Casemira de Monte Carmelo”. (PITA; PEREIRA, 2012: 244)

As boticas conventuais funcionaram como outro importante polo formador de boticários, sendo além de completas, muito populares em Portugal. Dentre os conventos mais afamados estiveram, desde fins do medievo, o de Santa Cruz de Coimbra, de orientação agostiniana e “que veio a ser a primeira escola nacional de medicina portuguesa, de onde saíram, afamados médicos, como Gil Rodrigues, ou frei Gil de Santarém”. (HERSON, 1996: 74) Bella Herson destacou ainda ser comum a prática de distribuição de remédios aos pobres e peregrinos nas portas das igrejas, além da criação de enfermarias, onde se tratavam chagas e enfermidades de todo o tipo, “costume que foi trazido pelos padres para os conventos brasileiros”. (*Idem*, p. 75)

Outro importante mosteiro agostiniano foi o de São Vicente de Fora, em Lisboa notabilizado pela quantidade de livros sobre medicina e farmácia em sua biblioteca, além da botica. É importante destacar que provêm da ordem agostiniana a primeira farmacopeia escrita em língua portuguesa, a *Farmacopeia Lusitana* (1704), de autoria de Dom Caetano de Santo

³⁹ A consulta ao site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) pode ser feita através do endereço eletrônico <http://www.antt.dglab.gov.pt>

Antonio (1660-1739), sendo sua obra aquela que mais circulou em Portugal durante o século XVIII, “o que veio a ratificar a importância dos dois principais mosteiros agostinianos no que tange a prática farmacêutica”⁴⁰. (GOMES, 2012: 55)

Para além de agostinianos, os dominicanos também se destacaram pelas várias boticas encontradas nos conventos portugueses. Segundo Gomes:

No convento de São Domingos de Lisboa era forte o comércio de várias drogas medicinais, onde um dos grupos de medicamentos mais vendidos eram os remédios secretos de João Curvo Semedo. Devido à forte influência que possuíam na sociedade portuguesa, os dominicanos conseguiram que em diversas regiões suas boticas fossem as únicas da cidade, o que gerava altas somas de lucro, pelas quais não pagavam impostos. Outro importante detalhe sobre esta ordem é o fato de que, segundo estudo de José P. S. Dias, vários de seus boticários tornaram-se examinadores e mestres durante o século XVIII na metrópole portuguesa, o que veio a consagrar diversos praticantes desta arte pertencentes à ordem. (GOMES, 2012: 55)

Os jesuítas foram também grandes protagonistas no campo da botica conventual e, conseqüentemente, no cenário da farmacologia moderna. A preocupação com esse tipo de estabelecimento remonta ao momento de fundação da Ordem quando se estabeleceu sua existência nos colégios jesuítas, conforme apontou Serafim Leite:

Além das duas modalidades de enfermeiros e cirurgiões da Companhia, havia as Boticas. Existiam em todos os grandes Colégios da Europa, em Portugal e fora dele, e se autorizaram logo com o exemplo de S. Inácio em Roma. A enfermaria de Roma foi estabelecida em 1555 numa casa comprada ao pé da Torre Rossa. Tratava os doentes o Padre Baltasar de Torres, que era médico; e precedeu todos os farmacêuticos da Companhia, ao menos em Roma, o Irmão Luís Quaresma (*Primus pharmacopolae officio*) português, que chegara àquela cidade com Bernardo de Cangoxima, primeiro japonês, que os portugueses trouxeram à Europa e veio a falecer em Coimbra, religioso da Companhia. (LEITE, 1956: 7)

Assim, foi prática comum a manutenção de boticas nos colégios jesuítas da Europa, África, Oriente e América. Para o caso português, assinalam-se duas importantes boticas em Lisboa, a do Colégio de Santo Antão e a da Casa Professa de São Roque, muito embora houvesse o estabelecimento desses espaços também nas cidades de Évora, Coimbra e Bragança. Segundo descrição que nos forneceu José Pedro S. Dias (2009), a botica do Colégio de Santo

⁴⁰ Dom Caetano de Santo Antonio foi responsável, ainda, pela publicação de uma tradução, do latim para português, da *Pharmacopea Bateana* (1713), escrita pelo inglês Jorge Bateo, que foi protomédico de Carlos II, Rei de Inglaterra. Ver GUERRA, F. Carvalho; ALVES, A. Correia – Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX. Lisboa: Academia das Ciências, 1986. p. 815-834 (Sep. de História e desenvolvimento da ciência em Portugal, Vol. II), p. 818-820)

Antão era constituída por três divisões, funcionando, respectivamente como sala de atendimento ao público, armazém e laboratório. Dessa forma:

A primeira casa era a divisão nobre, com suas “estantes de pau do Brasil”, onde se dispunham mais duas centenas e meia de recipientes de vidro com medicamentos. [...] A segunda casa, além de separar a sala de atendimento do laboratório, serviria de armazém de apoio a essas duas divisões. Nela se encontravam vasos de estanho, panelas da Índia e panelas da Holanda, de vários tamanhos, e ainda garrafas e vidros grandes da Alemanha com rolhas de vidro, e vidros pequenos da Alemanha. A maior parte destes recipientes encontravam-se providos de medicamentos. Na terceira casa, encontramos todo o material do laboratório farmacêutico. No que respeita a utensílios, são referidos alambiques de cobre e de vidro, fogareiros de cobre e de ferro, almofarizes de bronze e de pedra, uma prensa de ferro, duas balanças de ferro grandes e um relógio de caixinha de parede. No laboratório ainda se encontrava uma estante com cento e doze livros de medicina, além de outros livros. Também aqui é grande a quantidade de recipientes, muitos com medicamentos: tachos de latão e de cobre, panelas e potes de barro ordinário, botijas grandes de barro para óleos, garrações grandes, alguns empalhados, potes brancos pequenos de barro, garrafas da Alemanha que nunca tinham sido usadas, talhas de barro para águas, arcas e barricas para ervas e raízes, e grande quantidade de caixinhas pequenas e pintadas. Na botica ainda se encontravam caixões e armários grandes, uma estante de armário, um bufete em cada uma das casas, 16 cadeiras e uma papelaria de madeira importada. (DIAS, 2009: 298)

Tal botica produziu um total de 566 receitas de medicamentos, fato que apontou que não possuía como função apenas o atendimento interno do Colégio, mas, também, se destinou ao público em geral, conforme possível perceber por meio da análise de seu inventário, datado de 5 de fevereiro de 1759, onde, dentre outras informações, registrou-se a importação de medicamentos para as boticas da nau que saiu para o Rio, a Índia, Pernambuco e Angola. Assim, como também se encontram referências sobre dívidas pelo fornecimento de medicamentos com o “Convento de Nossa Senhora da Graça, o Noviciado e o Colégio de Santo Agostinho da Graça e o Mosteiro do Desterro”, bem como clientes particulares como a família real e altos funcionários da burocracia portuguesa. (*Idem*, p. 299) A atividade da botica de Santo Antão pode ser atestada pelos seguintes números:

73% do total correspondia a boticas fornecidas para as naus da armada e de particulares, e 11% correspondia à conta corrente com nove boticários, entre os quais contava o da Casa Real. As contas de clientes, de fornecimento de receituário, atingiam 5% das dívidas activas e representavam uma clientela constituída por membros da família real, nobres, altos dignitários do clero, membros importantes da burocracia do estado e comerciantes. (*Ibidem*, p. 300)

Outro ponto que reforça a ideia de que a botica do Colégio jesuíta de Santo Antão extrapolou o campo de ação interno do Colégio aparece na carta anual de 1627, expedida de Macau, “onde há referência a importação de medicamentos de Lisboa e Cantão”, deixando claro

que essa botica provia outras boticas jesuítas, operando em uma espécie de rede, conforme veremos mais adiante. (MAIA *apud* AMARO, 1997: 54)

Digno de registro nesse estabelecimento foi o trabalho de padre Alexandre Botelho, ao desenvolver e comercializar “medicamentos secretos como a *Água de Inglaterra* produzida em Londres por Jacob de Castro Sarmiento”. (PITA; PEREIRA, 2012: 243) Houve ainda a produção da *Água Antifebrífuga*, o que lhe rendeu privilégio real, mas também “a água de milícia, a massa para sezões, as pílulas de clericato ou familiares, as pílulas de família e o unguento sigilado”⁴¹. (DIAS, 2009: 300)

Sobre a botica da Casa Professa de São Roque se destacou na listagem de maio de 1759 uma variada produção de águas, simples e sais, além de um mobiliário contendo:

5 tachos de cobre, 2 tachos de arame amarelo, 4 cassos de cobre, 3 tijellas de cobre, 3 tijellas de estanho, 2 fogareiros de cobre, 3 alambiques de cobre, 1 panella de cobre, 1 imprensa, 2 almofarizes de bronze, 1 almofariz de ferro, 5 grais de pedra, outro gral grande de pedra e todas as pertensas da botica. [...] 20 garrafas de vidro branco de Castella, de oito canadas cada huma, 28 garrafas de seis canadas do mesmo vidro, de seis canadas, 100 garrafas do mesmo vidro de quatro canadas, 90 garrafas do dito vidro de duas canadas, 16 vazos de estanho, 24 vazos de barro de duas libras, 13 vazos de barro de três libras, 28 vazos de barro de libra e meya, 100 sucareyros de vidro de meya libra, 24 sucareyros de huma libra, 14 panellas de vidro de quatro libras, 50 vazos de vidro de quatro libras, 8 garrafas pretas de almude, 6 garrafas pretas de seis canadas, 6 talhas das caldas de alume e meyo, 3 talhas das caldas de dois almudes, 3 talhas das caldas de seis almudes, 5 talhas brancas de almude, 3 talhas pretas vidradas de almude, vários vidros meudos e garrafas pretas, de duas libras. (*Idem*, p. 311)

Em um contexto de expansão do catolicismo pelo o mundo, os jesuítas se inseriram na estrutura missionária do Padroado português, alcançando espaços e sociedades não europeias como Índia, Indonésia, Malásia, Japão, China e América. A diocese de Goa, província do norte da Índia criada em 1533, tornou-se importante centro de irradiação do Cristianismo, promovendo a fundação de colégios e seminários.

O principal colégio jesuíta na Índia, fundado em 1548, foi o Colégio de São Paulo de Goa, que junto com o Colégio da Madre de Deus de Macau se configurou em um dos principais centros de difusão da cultura europeia em toda a Ásia⁴². Contudo, ao lado deste destacaram-se também no cenário asiático os Colégios de São Paulo de Macau (1565) e São Paulo de Nagasaki (1598). Entre outros aspectos, os Colégios jesuítas de Goa e Macau se tornaram populares pelos medicamentos desenvolvidos em suas boticas, onde atuaram indivíduos “hábeis nas artes

⁴¹ Ver Anexo A.

⁴² Para mais informações ver Rodrigues (1935).

médicas e, ao longo do tempo, grandes conhecedores das drogas medicinais da região”. (MAIA *apud* AMARO, 1997: 54) Sobre a botica do Colégio sabemos que preparava medicamentos de “composição secreta [...] que tiveram tanta voga e que levadas pelos jesuítas chegaram aos confins do Extremo Oriente, até Pequim, usadas até pelo Imperador da China, e mesmo à Rússia”. (*Idem*, p. 114)

Encontramos ainda vasta referência sobre o estabelecimento de boticas jesuítas no Novo Mundo. Atuando na porção espanhola da América desde 1599 as cartas ânuas que os padres escreviam a seus superiores foram ricas em informações sobre o trabalho desenvolvido tanto nas enfermarias, quanto nas boticas, anexas aos Colégios. Religiosos como o padre Cristóbal Altamirano (1602-1698), responsável por organizar a botica para o atendimento das reduções.

Na América platina se destacou a botica do Colégio de Córdoba (1638) como importante referência⁴³. Ressaltou Eliane Fleck que, além de principal local para o tratamento dos doentes, este se constituiu em importante centro de formação da Companhia, “acolhendo também para tratamento membros da ordem que atuavam nas regiões próximas”. (FLECK, 2014: 283) Entre tantos boticários, o padre Segismundo Asperger (1687-1772) propiciou importante contribuição por ter trazido “vasto conhecimento sobre práticas curativas e plantas medicinais, já que, durante o período de sua formação, trabalhou junto a um hospital na Europa” e no Novo Mundo escreveu um receituário chamado *Tratado breve de medicina* (Manuscrito s/d), relacionando variadas plantas nativas, bem como sua aplicação. (*Idem*, p. 287)

O inventário da botica do Colégio de Córdoba, realizado em função do decreto de expulsão dos jesuítas de 1767, informou estar este espaço provido de diversos itens tais como:

“vinos”, unguentos, lamedores, aceites, esencias, “espiritus” bálsamos, tinturas y elixires, sal volátil, emplastos, “confecciones”, preparaciones y polvos, pulpas, semillas, harinas, polvos, cenizas, polvos de goma, pildoras, polvos cordiales, raíces, gomas, suecos, flores, aguas. En el almacén varias otras cosas se sumaban la larga lista de frascos que prolijamente llenaban las estancerías y cajones de sus muebles. (PAGE; FLACHS, 2010: 123)

Além disso, a botica do Colégio foi descrita como sendo uma:

habitación abovedada de ochos varas, de naciente a poniente, y de norte a sur seis varas. Estaba cobierta por um mueble dividido en dos cuerpos. El bajo tenía el color de la propia madera, con cinco órdenes de cajones que contenían 272 pequeños cajones con sus correspondientes letreiros que indicaban su contenido. Sobre ellos se ubicava el outro cuerpo con estantes, pintado de azul, encarnado, y dorado, y en sus extremos una cenepha en la misma conformidad pintada, y dorada. La misma tenía tres varas y dos tercias de alto. En estos estantes, cuidadosamente arreglados, se

⁴³ Para mais informações sobre o Colégio jesuíta de Córdoba ver Fleck (2014).

disponían los frascos de cristal, porcelana y peltre para contener las medicinas. En esta sala que frecuentaba el público, se encontraban además, cuatro cuadros redondos de San Ignacio, San Francisco Xavier, San Luis Gonzaga y San Estanislao de Kostka. [...] El zaguán, donde está el actual ingreso al Colegio Monserrat, se lo denominaba *obrador de la botica, rebotica o antebotica*, y tenía una estantería que servía para contener otros frascos de farmácia, peroles, vasijas y numerosos libros, algunos de los que haremos referencia luego. Contaba con una chimenea y varios hornillos, además de tres alambiques y un almirez; varios pildoreros y diferentes vasijas. Finalmente contaba con un almacén en la planta alta. (*Idem*, p. 126-127)

Ainda na América platina, o inventário da botica do Colégio Máximo do Paraguai informou sobre os livros utilizados nesses espaços, destacando-se “15 libros de farmacopeia (14 en folio y uno en cuatro), 15 en folio de medicina de varios autores, 30 libros en cuatro en lengua alemana de varios autores”. (*Ibidem*, p. 128) Deste número de livros encontrados na botica destacam-se “*Arte de Botica*, de Alphonsus Fubera, *Tratado de Botica*, de Luis de Oviedo, *De Re Medica*, de Pachus Aigiteta, *Opera Medica*, de Donato Antonio Altomare, *Fructus Medicina e Tractatus Medicina*, de Jeannes Amatus”, entre outros. (*Ibidem*, p. 129)

Tem-se também conhecimento do caso da botica do Colégio Máximo de San Miguel, localizado no Chile e estudado por Julio Vera Castañeda. Segundo o autor “la botica de los jesuitas nace para atender las necesidades de los hermanos de la orden, no obstante, su desenvolvimiento material permitió la venta al público de las medicinas elaboradas dentro del Colegio Máximo”. (CASTAÑEDA, 2016: 16) A dimensão material da botica foi destacada pelo autor como:

Cuía pieza esta en el bajo dela roparia, con su rexa doblada ala calle y una ventanilla por donde se despacha con igual rexa doblada, se componía de un salón y três cuartos adyacentes. En salón, costruido por espeses muros de ladrillos, se encontraba circundado por estanterías donde estaban depositados treceientos onde cajones y dos sotanitos. Tres hornacinas con una imagen de San José y dos de Nuestra Señora de la Purísima adornaban las paredes. En su parte central, un mostrador con cajones y sobre él dos médios ancos de fierro y pendiente de arriba una varilla de fierro que passa por el largo del mostrador que prenden las balancitas. Frente a esta sala se encontraba el *doblado*, lugar desde el cual se despachaban las recetas, con una estantería colocada sobre un pedestal portadora de “cientovintiseis cajones, cada cual con su tirante de fierro y todos de tabla de laurel” y un *tinglado* donde se encontraban diversos instrumentos y útiles como fiolas, retortas y alambiques, entre otros. El tercer cuarto servía de bodega, tenía “tres andanas de estantes de tabla corrida” y hacía de esquina del patio. Por último, al lado de la botica se hallaba el dormitorio del boticario encargado “con una mesa forrada en vaquera y ocho cajones por cada lado: encima carga un estafeta con treinta y cuatro cajoncitos”, “más tres tablas corridas y afianzadas en sus hojas de fierro que servían de estantes para los libros. (*Idem*, p. 21)

Informou o mesmo autor que além da botica do Colégio Máximo de San Miguel, também a botica do Colégio de San José, em Concepción, produziu medicamentos em

quantidade significativa para a comercialização. O inventário da botica do Colégio Máximo de San Miguel destacou que aquele espaço esteve provido de:

34 tipos de aguas, 5 de vinagres, 6 de enjundia, 20 de bálsamos, 2 de mantequillas, 8 de confección de alquermes, 3 de conservas, 8 de antimonio, 3 de azafrán, 6 de mercurio, 5 de ácidos nítricos, 24 de sales, 12 de gomas, 20 de piedras, 4 de tierra, 20 de raíces, 17 de virginianas, 9 tipos de palos santos, 36 diferentes de hierbas, 12 de flores, 43 de simientes, 46 tipos de ungüentos, 5 de estoques, 75 de aceites, 12 de espíritus (aguas), 14 de aguas, 3 de licores, 7 de tinturas, 5 de tártaros, 42 de emplastos, 7 de electuarios, 4 de ceras, 5 de triacas, 12 extractos de diversas sustancias, 19 tipos de píldoras, 88 tipos de polvos, 34 tipos de lamedores y 9 tipos de harina, sin contar el amplio repertorio de sustancias simples y otras sin o con escaso procesamiento; todas ellas provenientes del mundo natural (animal, vegetal y mineral). (*Ibidem*, p. 41)

Além de uma biblioteca contendo volumes de “medicina interna, cirurgia, química, farmacia, botânica, medicina legal y textos clásicos médicos griegos y romanos traducidos al castellano”. (*Ibidem*) Observa-se ainda uma variedade de objetos e ferramentas, tais como:

667 frascos, 178 redomas y 906 botes de vidrio y cristal de las más variadas formas, además de 505 botes de estaño y plomo, y los instrumentos necesarios para su fabricación: alambiques (de vidrio de Bohemia, vidrio de España y de cobre), matraces, embudos, retortas, recipientes, tarros, cucharones, balanzas, prensas, tenazas, serruchos, sierras, espátulas y cuchillos. (*Idem*, p. 41)

Conforme é possível perceber as boticas se configuraram em espaços que estiveram presentes em todos os locais por onde os jesuítas atuaram, tanto no Reino, quanto fora dele. Na América portuguesa, estes locais também se situaram no interior dos Colégios, estando próximos às enfermarias e foram descritas como parte de um complexo arquitetônico, constituído por:

uma sala e uma oficina; a loja ou farmácia propriamente dita, onde estavam os remédios à disposição do público, presidida por uma imagem, que habitualmente era a de Nossa Senhora da saúde; e a oficina ou laboratório, onde se fabricavam os medicamentos. (LEITE, 1956: 92)

É provável que existissem boticas em todos os Colégios jesuítas da América portuguesa, que eram num total de 17, quando do momento da expulsão dos inicianos em 1759. Mas sabe-se, com certeza, “das boticas dos Colégios da Bahia, Rio de Janeiro, Recife, São Paulo, Maranhão e Pará”. (LEITE, 2013: 72) Das informações reunidas sobre esses espaços, sabemos que se encontravam paramentados com uma série de objetos e instrumentos, de forma muito semelhante às boticas espalhadas pelo reino e nas possessões portuguesas do ultramar,

conforme é possível perceber pela descrição da botica do Colégio do Maranhão, que mesmo não sendo uma das maiores se encontrou:

tres fomalhas, uma estufa com os trastes seguintes: hum alambique de cobre estanhado, dois alambiques de barro vidrado, 5 tachos de arame, um almofariz de 2 arrobas com sua mão de ferro, e outro de 12 libras com sua mão, mais 2 pequenos, tinha mais quatro alambiques de mármore com mãos de pau, mais 2 de marfim pequenos, 6 tamizes com suas tampas de couro, 4 sedaços. Tinha mais 2 almarios grandes e hum bufete grande com 4 gavetas; 2 pares de balanças pequenas, mais duas que eram ordinárias, uma de arame, outra de folha. [...] Tinha mais 30 tomos de Medicina e Botica, um candieiro de arame, 6 espátulas de arame, huma imprensa, 2 bacias de arame, 2 escumadeiras de arame. Ficou mais em casa do cirurgião Manuel de Sousa 30\$000 reis em remédios, 5 tomos de Medicina, um alambique de cobre estanhado, 2 alambiques de barro vidrado. (LEITE, 1953, p. 92)

Como é possível apreender da leitura da lista de instrumentos encontrados nessa botica, havia a disposição dos boticários além de equipamentos variados uma biblioteca privativa e especializada, que se diferenciava da biblioteca geral do Colégio. No inventário de 1760, também do Colégio do Maranhão, consta que em sua botica havia “mais [de] 400 [vasos de barro], todos com os remédios necessários para aquela terra, os quais importariam 400\$000 reis”. (*Ibidem*, p. 52) “Além de possuir um total de 35 volumes de [livros de] Medicina e Botica”, dentre as obras disponíveis para consulta destacavam-se as de “Curvo Semedo como *Observações, Atalaya e Polianteia* (1680); e de Ferreira, *Luz da Cirurgia; Luz da Medicina; e a Pharmacopeia Lusitana*”. (LEITE, 1956: 16) Existe também para o Colégio do Maranhão referência à existência de uma farmácia flutuante, mais conhecida como “Botica do Mar”, responsável “pelo abastecimento dos lugares da costa, desde o Maranhão a Belém do Pará”. (*Idem*)

Sobre a botica do Colégio da Bahia sabe-se que “era ampla, ao rés do chão (Terreiro de Jesus), no lugar precisamente onde é hoje a entrada da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia”. (LEITE, 1956, p. 14) Uma descrição de 1694 informou que:

a Farmácia (Pharmacopolium) [estava] elegante e provida de tôda a espécie de remédios. Ficava então dentro do edifício, e como era sumamente buscada de pobres e ricos, tal frequência de estranhos perturbava a observância religiosa. Tratou de se evitar o inconveniente e já se andava a construir a outra nova e grande em 1728, fora do Colégio, junto à portaria no Terreiro de Jesus. Estava concluída em 1731, em forma de quadra, e procedia-se à obra de pintura que se anunciava digna de se ver. No ano seguinte já a Farmácia se encontrava aberta ao público e com pintura excelente (*egregie*) e, em tudo, completa. (LEITE, 2000: 88)

Já o manuscrito do catálogo do Colégio jesuítico de Santo Alexandre, localizado em Belém do Grão-Pará, trouxe a notícia de que sua botica se achava junto com a rouparia, por falta de lugar, e que neste local se encontravam:

2 caixas grandes, e uma pequena, um Baú, 2 escritórios, 2 salvas de prata, uma grande, outra pequena, um púcaro grande de conchas, 12 colheres, 11 garfos e um copo tudo também de prata, 3 bacias grandes de lavar os pés e sangrias, 2 pequenas. Um almofariz, 2 lambiques, 2 [gracos] de pregos de cadeiras, 2 candeias de azeite, peças de estanho sorteadas – 64, de vidro – 14. Roupa de toalhas e guardanapos. Um terno de algodão, dois ferros do refeitório. Toalhas de linho, e do lavatório – 6, de mãos, e lava pés- 8, louça fina, peças sorteadas 16, pano para [barretes] e vestes. [Facaria] [para] tem mais todas as miudezas necessárias, com todo provimento deste ano. Botica: tem esta sua estantes antigas, com vidros, vasos, bocetos, e balanças; alguns medicamentos antigos e não deste ano [1720]”. (MARTINS, 2009: 197-198)

Sabemos também que as boticas dos Colégios jesuítas tiveram a função de abastecer outras boticas, sendo bastante procuradas, sobretudo, em períodos de surtos epidêmicos:

No Rio de Janeiro a botica do Colégio prestava serviços de fornecimento de medicamentos às boticas da cidade, e não se limitava a isso; enviava vários remédios para as boticas das aldeias e fazendas e dava assistência aos padres, estudantes e servos. Punha também os medicamentos à disposição da cidade, por ocasião de epidemias, seja no Brasil, ou mesmo em Portugal. (RODRIGUES, 1934:127)

Como podemos perceber da descrição acima, as boticas não foram espaços privativos dos Colégios jesuítas, podendo ser encontradas em fazendas, tanto na América espanhola, quanto portuguesa. Esse foi o caso da botica da Fazenda de Campos Novos e Campos dos Guaytacazes, pertencentes ao Colégio jesuíta do Rio de Janeiro. Lá foram encontrados além dos livros “Tradición de Deocórides do médico Laguna; Atalaya da vida, Observaçõe[m]s médicas e Poliantéia Medicinal do autor Curvo Semede; Pahrmacopea Luzitana do autor Caetano de Santo Antônio dentre outros”, também uma variedade de medicamentos. (TEIXEIRA, 2006: 3) Dentre estes se destacaram:

17 purgas de jalapa, 18 vomitórios de tártaro, 7 purgas de rezina, 5 purgas de batata, um estojo com duas lancetas, 12 papelinhos de pírolas Angélicas, 7 purgas de rum, 1 vidrinho de óleo de copaíba, 1 lata de triaga brasílica, 1 lata de trementina, escarrador, 2 vidros de óleo de amêndoas e outros. (*Idem*, p. 4)

Referindo-se a Fazenda de Santa Cruz, também administrada pelo Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, Elaine Fleck e Roberto Poletto assinalaram para além da “existência de uma botica e de um hospital, no qual escravos atuavam como aprendizes de cirurgia, enfermeiros e barbeiros”, havia o acesso “a obras de medicina e a ingredientes e medicamentos procedentes dos vários continentes em que a Ordem atuava”. (FLECK, POLETTI, 2015: 157) Dentre os

medicamentos relacionados no inventário dos bens da fazenda se encontravam “vomitórios de quintílio⁴⁴ e de tártaro; purgas de jalapas⁴⁵, de resina e de rum; óleos de copaíba de rosas e de amêndoas; salsaparrilha; basilicão⁴⁶; latas de triaga brasílica e de trementina; unguentos; azeites e pós que eram empregados como anti-helmínticos”. (*Idem*, p. 158)

O inventário, feito em 22 de novembro de 1759 por João Pedro da Silva, dos papéis relativos à Fazenda de Campos Novos e de Campos dos Goytacazes registrou:

Botica que estava nas outras cazas, Hum papel com sincoenta e douz vomitórios de juntílio, Dezasete purgas de jalapa, Dezouto vomitórios de tártaro, Sinco outavas de tártaro, Sete purgas de rezina, Sinco purgas de batata em pó, Sinco outavas e meya de batata em pedra, Dous papelinhos de pirotas Angeluas, Sete purgas de Rom, Hum papel de pos para lombrigas, Huma luva e quatorze outavas de..., Huma boceta de faya com hua... de poalha, Hum vidrinho de óleo de copaíba com pouca quantidade, Hum vidro de óleo de ouvidos, Dous ditos de óleo de amêndoas, Hum dito de óleo rozado, Hum dito de mel rozado, Hum dito de agoa para olhos, Huma lata de triaga brasileira, Huma lata de trementina, Huma dita de marra jazietua (?), Hum bião de barro vidrado de marra granatense para cezoens, Hum papel de pos para tinta, Dous vomitórios compridos de óleo de mocotó, Hum dito de azeite de Nossa Senhora da Lapa, Hum bião pequeno de engoento místico, Hum dito de engoento branco, Libra e meya de salsa parrilha, Trez vidros com agoa forte, Hum vazo pequenino de..., Hum balainho com bastante pedra ume, Meya libra de alvayadde, Dezeses outavas de ver dete, Hum bião de lousa branca com engoento de chumbo, Hum papel de emprasto confortativo, Vinte e outo outavas e huma quarta de sene com marco de meya libra que serve de pesar os medicamentos da botica, Hum escarnador, Hum estojo com duas lancetas, Dous boticoens de ferro, Huma alsaprema (?) do mesmo, Tres navalhas de barba com seu estojo de couro, Mais bens que depois aparecerão na sobredita forma, Hum coco de balsamo, Huma navalha de barba, Duas tesouras, Três caixõezinhos. (Arquivo do Museu do Ministério da Fazenda/RJ – 85.20.49, p. 09)

De tudo isso, nos parece relevante refletir sobre a função, para além da social, desempenhada pelas boticas jesuítas. Muito embora a prerrogativa da obra caritativa estivesse presente nos *serviços de saúde* ofertados pela Ordem, o caso das boticas dos inacianos vai além, uma vez que se configuraram em espaços de desenvolvimento do saber farmacológico e produção científica. Nesses locais, além de medicamentos desenvolveu-se um novo tipo de saber proveniente da utilização de formas e fórmulas europeias aplicadas à fauna e flora local. Tal fato, será melhor observado a seguir, quando analisaremos a operação em rede das boticas jesuítas, bem como o discurso inerente a esses espaços como elemento que lhes conferiu conhecimento e poder.

⁴⁴ Preparação de antimônio em pó.

⁴⁵ *Convolvulus operculata*, também conhecida popularmente como batata de purga.

⁴⁶ *Majericão*, *Ocimum basilicum* Linn.

3.2 BOTICAS JESUÍTAS: DISCURSO, REDE DE PODER E CONHECIMENTO

O estudo que se debruça sobre o tema das boticas jesuítas deve considerar que, além de espaços de produção e prática científica, esses locais representaram a produção de um discurso, o que permite enxergar a configuração de uma rede de conhecimento e poder. Portanto, não se trata aqui de problematizar se as receitas dos medicamentos tiveram ou não eficácia, tampouco se eram coerentes à luz do que atualmente se entende por medicina/prática médica. A questão que se coloca nesta parte do trabalho se pauta, principalmente, na necessidade de compreender o discurso produzido por estes espaços.

De forma bastante simples, podemos conceber o discurso como aquilo que está diretamente relacionado a toda e qualquer produção de sentido, uma vez que se trata de um processo de interação comunicacional. Michel Foucault (1926-1984), intelectual inserido no conjunto das crises políticas e sociais pertencentes ao cenário francês dos anos de 1960, como a Guerra da Argélia (1954-1962) e Maio de 1968, entre outros pensadores de peso, se propôs à reflexão sobre o conhecimento a partir de um instrumento de leitura dos sentidos, denominado análise do discurso.

Para o autor, as formulações discursivas permitem a compreensão de dado discurso uma vez que esse pressupõe algo que está além de simples enunciados formulados. Na obra *A arqueologia do saber* (2008), o autor sinalizou que para se compreender o saber de dada época é imprescindível considerar as relações que unem suas práticas discursivas, ou seja, os enunciados que compõem os discursos e os sujeitos que deles se apropriam. A marca notória do enunciado seria portanto:

sua ligação com o fator institucional, com objetos que se delineiam para um saber, localizável não por referência a um estado de coisas, pois desta forma seria confundido com uma proposição para a qual importa saber se é verdadeira ou falsa. Quanto ao enunciado, importa ter sido dito por alguém em certa situação. Importa quais outros enunciados a ele se associam para datá-lo, configurá-lo como sendo único, porém sujeito a repetição. Dada sua materialidade (por ter sido, dito, ou impresso, ou traduzido, por sofrer modificações, prestar-se a usos diversos mas sempre determináveis), pode ser repetido bastando certas condições. [...] Além da materialidade, o enunciado caracteriza-se por não ter sujeito gramatical nem sujeito lógico [...] todo enunciado, resume Foucault, se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado com uma função em meio a outros, apoiando-se sobre eles, e se distinguindo deles: ele se integra sempre num jogo enunciativo, onde tem seu papel mesmo que leve, pequeno. (ARAÚJO, 2001: 60)

Em *A Ordem do Discurso* (1971), material proveniente da aula inaugural proferida no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970, Foucault destacou que a produção de discurso em toda sociedade é simultaneamente “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório”, esquivando sua materialidade, ou seja, a forma de produção do discurso, uma vez que este não é abstrato. (FOUCAULT, 1996: 8-9) Nesse sentido, o discurso não seria simplesmente aquilo ligado à manifestação ou ocultação do desejo, sendo muito mais o objeto de desejo, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (*Idem*, p. 10)

A partir disso, se estabelece uma relação bastante próxima entre o discurso e o poder que pode ser verificada a partir de três elementos ou formas, como: a produção de saberes (saber e poder); as relações de poder (criação do conhecimento) e as formas de controle (controle do saber). Tal fato, permite-nos enxergar que o poder inerente ao discurso não atua exclusivamente pela via da opressão/dominação, mas participa do processo de construção dos saberes. Portanto, as práticas discursivas formam saberes, o que explicita sua ligação com o desejo e com o poder.

As boticas jesuítas, nesse sentido, se configuraram em espaços de produção de saber, visto que sua principal função foi a elaboração de medicamentos e, para tanto, utilizou a assistência pública, por meio da ação/obra caritativa, como elemento de discurso. Serafim Leite sinalizou que os serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil faziam parte da “caridade natural e cristã”, embora estes estivessem divididos em modalidades segundo seu aspecto técnico. (LEITE, 1956: 83)

Cientes desse apontamento e conscientes de que a caridade apareceu como elemento impulsionador da atuação da Ordem, tal preceito pode, sem incorrer em erro, ser estendido para as demais boticas jesuítas. Na continuidade desse raciocínio, Julio Vera Castañeda destacou que “lo que sustenta estas instancias de control son los enunciados discursivos relacionados con la asistencia que ciertos oficios debían destinar a la población, aquellos que estipulaban que los vasallos gocen de larga vida, y se conserven en perfecta salud”. (CASTAÑEDA, 2016: 36) O compromisso caritativo justificou a atuação das boticas jesuítas e a produção de um conhecimento que foi partilhado entre elas, conferindo prestígio e poder político à Ordem, o que nos permite pensar a relação Companhia e sua rede de boticas por meio da história política.

Em uma perspectiva renovada, a história política passou a ser concebida menos como reflexo da exaltação da grandiosidade do Estado, do Soberano e da Monarquia, passando a ser compreendida em função da rediscussão de conceitos clássicos, em uma dimensão mais plural, estimulada, entre outros aspectos, pelo estreito contato com outras disciplinas como direito, linguística, psicologia, sociologia e etc.

Nesse contexto, ganhou destaque, enquanto fator decisivo de renovação, a nova visão que se estabeleceu sobre o fato político, que de fenômeno efêmero atrelado ao calendário, onde “a nomenclatura dos acontecimentos políticos cabe em dias: 18 brumário, 2 de dezembro, 4 de setembro, 6 de fevereiro, 18 de junho ou 13 de maio” (RÉMOND, 2003: 34), passou a ser percebido em uma perspectiva de pluralidade que:

se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento. Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpes de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, consultas eleitorais, decisões governamentais, adoção de textos legislativos. Outros se inscrevem numa duração média, cuja unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda têm por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração média, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração. (*Ibidem*, p. 34-35)

Foi exatamente essa perspectiva de pluralidade que permitiu que a história política passasse a ser concebida nos diversos aspectos da vida coletiva enquanto modalidade da prática social, não constituindo um setor destacado da vida em sociedade. Esse foi o mecanismo que permitiu perceber a inexistência de fronteiras naturais para o político, uma vez que se redefiniu a partir da noção mais ampla de poder, que passou a ser compreendido a partir de suas relações em perspectiva histórica, com ênfase em seus efeitos na vida em sociedade de forma ampliada. Entretanto, para evitar incorrer no equívoco de crer que tudo se resumia ao político, foi colocado como premissa básica o esforço de percebê-lo em comunicação com outros setores da atividade e realidade humana, uma vez que “um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha”. (*Ibidem*, p. 449-450)

Conceber a história política a partir da noção mais profunda das relações de poder que engendra, pressupõe o exercício de um olhar específico para o passado, que procura explicar essas relações a partir do distanciamento do conhecimento e do sentido de dado fato político.

Sobre esse aspecto, Pierre Rosanvallon (2010) assinalou para a relação entre história política e a abordagem fenomenológica, sublinhando a necessidade de o historiador analisar os fenômenos da história sem a perspectiva da finitude, cuidando para não revelar o desfecho dos acontecimentos e marcando as ressonâncias entre sua experiência e aquela do passado.

É exatamente na perspectiva de repensar a Época Moderna a luz das relações e redes de poder da qual desfrutava a Companhia de Jesus com sua rede de boticas que esse trabalho também se insere. Mas, para tanto, antes é importante assinalar algumas questões referentes às instituições e o poder político nesse período, sobretudo o poder do Estado.

O sistema moderno de distribuição do poder, de forma muito comum, esteve associado à noção reducionista de poder político concentrado ou centralizado em um único polo ou esfera, sendo irradiado para outras entidades que tinham por incumbência exercê-lo. Ou seja, por muito tempo, houve aceitação corrente de uma ideia de poder político encarado segundo a perspectiva centro – periferia. Essa perspectiva passou a ser questionada, entre outras contribuições, a partir do estudo feito por António Hespanha, que abriu espaço para compreender o poder político no período Moderno a partir da ideia mais ampla da existência de uma “constelação de polos relativamente autônomos, cuja unidade era mantida, mais no plano simbólico do que no plano efetivo”. (HESPANHA, 1994: 297)

A contribuição prática dessa nova perspectiva do poder político foi, sem dúvida, a percepção de que a sociedade moderna se pautava segundo a lógica de um modelo político jurídico corporativo, que se distanciava em muito da noção individualista de exercício de poder. Sobre isso, o autor destacou que:

A representação da sociedade no pensamento medieval e, em grande parte, no da Europa moderna, está em muitos aspectos, nos antípodas da filosofia e teoria sociais dos nossos dias. Na verdade, desde o século XVIII, o individualismo tem proposto uma imagem da sociedade centrada no indivíduo, na irredutibilidade da sua natureza ontológica e dos seus fins. Toda a teoria social tem se baseado numa análise das características do ser humano individual, como toda a política social se orientou na satisfação dos interesses e finalidades dos indivíduos, senão de todos, pelo menos do maior número. O coletivo não adquiria natureza diferente das realidades individuais – e, por isso, não apresentava finalidades próprias; o fim da sociedade não era senão a soma dos fins dos seus membros e a utilidade geral confundia-se com a que resultava da soma das utilidades de cada indivíduo. Não era assim para o pensamento medieval que, ao contrário do pensamento individualista, era dominado pela ideia de “corpo”, ou seja, de organização supra-individual, dotada de entidade diferente da das partes, prosseguindo fins próprios e auto-organizada ou auto-regida em função desses fins. (*Idem*, p. 297-298)

Nesse sentido, a perspectiva de poder político segundo tal modelo de sociedade esteve atrelada a uma matriz plural de poder que se pautava na noção do saber agir. Assim, a ideia do Estado monárquico (poder régio) enquanto cabeça do corpo social, não é apresentada como capaz de gerir/organizar sozinha a sociedade, uma vez que sua jurisdição provém do direito dos povos, além dos direitos divino e natural. A unidade da criação se configurava em uma unidade de ordenação, calcada no arranjo das diversas partes do corpo social com vista ao bem comum.

O poder régio desempenhava a função de mediador de conflitos entre os diversos membros da sociedade, buscando, para garantir a unidade do corpo, manter a harmonia por meio da justiça entre as partes, a partir da atribuição do que era próprio a cada uma delas. Tal fato se torna verificável por meio do respeito, na medida do possível, aos estatutos próprios de cada membro do corpo social e na autonomia que estiveram revestidos, tudo com vistas à manutenção da ordem social.

Hespanha destacou que essa autonomia esteve atrelada a ideia de autogoverno, que tem raiz no pensamento jurídico medieval – *iurisdictio* –, e que engloba o poder de fazer leis e estatutos, constituir magistrados, julgar conflitos e emitir comandos. Em outras palavras, esse arranjo do poder político pode ser entendido a partir da noção de modelo jurisdicionalista, onde o poder político da monarquia está mais voltado para a organização e manutenção da ordem social e menos ligado a atitudes de intervenção, deixando transparecer a existência de funções autônomas do corpo social, ainda que essa autonomia seja relativa e não plena:

O ponto que, de momento, mais nos interessa realçar é este ideal de ordenação política da sociedade de acordo com aquilo que se entendia ser a sua estratificação natural, pois tal facto levava ao estabelecimento de estatutos diferentes, cada um dos quais equivalente a uma função social e protagonizado pelo grupo social a que a tradição-natureza incumbia essa função. Era a este conjunto de pessoas com um mesmo estatuto que a teoria social e jurídica do antigo regime chamava um “estado” ou “ordem”. (HESPANHA, 1994: 308)

Tendo em vista tal situação, compreende-se que o poder régio se baseava muito mais em mecanismos simbólico-culturais de domínio do que propriamente pela via autoritária impositiva, conforme por bastante tempo se defendeu. Essa premissa, contudo, não vem a negar ou mesmo diminuir o poder político da monarquia, antes chama atenção para refletir sobre o período medieval e moderno segundo uma lógica de convivência de poderes paralelos, que configuravam o sentido de existência do poder régio e, conseqüentemente, do Estado.

Por outro lado, tal modelo não procurou negar a existência de conflitos dentro do corpo social ao sinalizar para a existência e convivência de poderes paralelos ao poder régio. O objetivo maior dessa concorrência de poderes era a manutenção da harmonia ainda que esta estivesse calcada na desigualdade, uma vez que se trata de um corpo social estratificado e por essência desigual⁴⁷. Muitos são os exemplos que colocam isso em evidência. As *Ordenações Filipinas* apontaram, entre outras coisas, as normas legais que proibiam a aplicação de penalidade vil aos membros da nobreza que cometessem crimes, assegurando dessa forma, o prestígio desse grupo e conferindo a cada um o seu lugar na sociedade por meio da justiça e bom governo.⁴⁸

Em estudo que pretendeu refletir sobre o papel representado sobre as Câmaras Municipais Ultramarinas no Império Colonial português, especificamente a Câmara do Rio de Janeiro, Maria Fernanda Bicalho sublinhou os compromissos assumidos pela política metropolitana no sentido de assegurar a harmonia do corpo social. Assim, verificou que as Câmaras Municipais, enquanto “órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos” desempenharam um papel muito maior e menos limitado do que lhes fora atribuído pela historiografia luso-brasileira na figura de Charles Boxer (1904-2000), de garantir “uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar”. (BICALHO, 1998:1)

Nessa perspectiva, foi destacado que as Câmaras, sobretudo quanto a questões ligadas à defesa das praças coloniais, acabavam desempenhando uma política fiscal que cabia, segundo os regimentos, apenas ao Rei. A autora sinalizou que:

[...] as Câmaras Coloniais foram pródigas não apenas em administrar os tributos impostos pelo Reino, mas ainda em criar novos impostos. Para Luciano Figueiredo, “a prática de lançar tributos sobre si” conforme foi praticada no Rio de Janeiro e Bahia para cobrir gastos com a defesa abriu um significativo precedente na política fiscal ao possibilitar às Câmaras um direito apenas dos reis”. A seu ver, esta “experiência revela o conteúdo fortemente autônomo que alcançou a fiscalidade voltada para a defesa”, resvalando no risco “de se esvaziar a autoridade dos administradores metropolitanos na colônia em detrimento da autonomia municipal” (BICALHO, 1998: 3)

⁴⁷ A sociedade de Antigo Regime não pautava suas concepções na ideia de igualdade, uma vez que compreendiam a natureza desigual dos homens através da distinção de parâmetros sociais, políticos e culturais.

⁴⁸ As *Ordenações Filipinas* são uma compilação jurídica que constituiu a base do direito português até o século XIX, tendo inclusive vigência no Brasil até o século XX.

Dessa forma, se evidenciou que o poder régio não pode ser compreendido em uma perspectiva de totalidade, mas antes inserido em uma lógica que facultava autonomia e mesmo autogoverno de entidades enquanto prerrogativa do exercício do poder monárquico. Assim:

o fato das Câmaras Coloniais, além da simples administração dos impostos criados pela metrópole, lançarem por sua conta taxas e arrecadações, demonstra inegavelmente uma certa tendência ao autogoverno. A Câmara do Rio de Janeiro, além de "lançar tributos sobre si", gozou, durante todo o século XVII, de uma autonomia impensável para quem se detém no estudo de suas funções na centúria seguinte. Reveladora desta autogestão administrativa é a representação que os vereadores em exercício no ano de 1645 escreveram ao monarca, referindo-se às propostas que seus antecessores [...] citavam a provisão régia de 26 de setembro de 1644, pela qual o Rei fizera mercê ao Senado, concedendo-lhe a faculdade de no caso de morte do Governador, poder nomear-lhe sucessor, contando apenas com a aprovação do Governador Geral na Bahia. Em vista disso e frente às "parcialidades e intentos particulares" surgidos entre os responsáveis pelo governo político e aqueles a quem cabia a administração militar da cidade, os vereadores postulavam o direito adquirido de "que a mesma Câmara sem outra alguma intervenção governe o político, e o Sargento Mór, que sendo pessoa habilitada para este posto por Vossa Majestade se há de considerar idônea e com toda a suficiência para o governo das armas". (*Idem*, p. 4)

Nesta mesma chave de leitura, o trabalho de Maria Filomena Coelho sobre justiça e representação na América portuguesa, destacou que o desenho da justiça portuguesa no Antigo Regime pautava-se mais pelo bordão jurídico popular de que “à lei, obedece-se, mas não se cumpre”, do que pela ideia de acato/aceitação imediata de ordens. (COELHO, 2006:71) Tal fato, aparentemente reflete uma contradição, caso se perca de vista o sentido de justiça nesse período. O exercício da justiça impactava diretamente na necessidade de legislar segundo uma lógica dinâmica e maleável que buscou, acima de tudo, a resolução de conflitos jurisdicionais entre as diferentes partes do corpo social. Dessa forma, não causa estranhamento o fato de em diversas situações o próprio poder régio ter sido obrigado a recuar frente a determinadas reivindicações de grupos que defenderam seus direitos apoiados tanto em seus estatutos, quanto nos costumes.

Refletindo sobre a influência dos costumes para a sociedade moderna, Edward Thompson sinalizou que:

No século XVIII, o costume constituía a retórica de legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. (THOMPSON, 1998: 16-17)

Uma vez colocadas todas essas questões, se torna possível afirmar que a lógica que regia a sociedade de Antigo Regime esteve assentada na concorrência de poderes, o que em última instância revelou o desenrolar das relações de poder segundo a lógica do chamado pluralismo jurídico. Ou seja, o Estado, e pensamos o Estado Monárquico, enquanto fonte do direito está na situação de ser, simultaneamente, todo e parte no jogo do poder. Nesse sentido, se reforça e ao mesmo tempo afirma a relação existente entre direito e política, onde “o poder político é ao mesmo tempo um bem partilhado como o são os outros e – se, contudo reparamos nele – o guardião das fronteiras”. (RICOEUR, 2000: 119)

A perspectiva do pluralismo jurídico revelou a interdependência entre as diferentes esferas de poder, rejeitando a ideia de monismo como garantidor da ordem social e da lei. Assim, acabou por apontar para uma imagem teórica ficcional do Estado enquanto detentor do monopólio da produção do direito, sublinhando que no desenrolar da vida prática o que prevaleceu foi à coexistência de formas plurais de direito, bem como sua inter-relação com as leis oficiais do Estado.

Partindo da concepção de que o pluralismo jurídico não recorta conjuntos imóveis, antes ilumina direitos vivos de acordo com tradições culturais, procuramos refletir nestas linhas sobre a rede de poder constituída pelas boticas jesuítas no Império português, bem como sua relação com o poder régio. Sabemos, pelos apontamentos feitos ao longo desse trabalho, que a instalação de boticas foi uma prática comum da Companhia de Jesus, o que acabou por contribuir para a configuração de uma rede de informação e circulação de conhecimento, capaz de conferir enorme poder à Ordem, sobretudo, no que diz respeito à utilização de elementos naturais e químicos no fabrico de medicamentos, por conta dos privilégios alfandegários de que desfrutava. Em alvará de 4 de maio de 1573, D. Sebastião determinou que:

os produtos enviados pelos padres da Companhia, residentes nas partes do Brasil para o reino, e pelos senhorios deles, de suas granjearias: criações, rendas ou esmolos não pagassem nas alfândegas, ou casas de despacho, tanto do reino como do Brasil, direitos alguns por saída ou entrada. (ASSUNÇÃO, 2009: 162)

Ainda no que diz respeito à circulação, comercialização e importação de certas substâncias, havia privilégios para os boticários, pois as *Ordenações Filipinas*, em seu título LXXXIX destacaram que:

nenhuma pessoa tenha em sua caza para vender, rosagar [óxido de arsênio – As_2O_5] branco, nem vermelho, nem amarelo, nem solimão [clorato de mercúrio – $Hg(ClO_3)_2$], nem água delle, nem escamoneá [planta convolvulácea], nem ópio [mistura de alcaloides extraídos da papoula], salvo se for Boticário examinado e que

tenha licença para ter Botica, e usar do Offico. E qualquer outra pessoa que tiver em sua caza algumas das ditas cousas para vender, perca toda sua fazenda, a metade para nossa Câmara, e a outra para quem o accusar, e seja degradado para África até nossa mercê. E a mesma pena terá quem as ditas cousas trouxer de fora, e as vender a pessoas, que não forem Boticários. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870: 1240)

Assim, como a legislação apontou para as substâncias acima citadas como sendo de uso exclusivo e privilegiado de boticários, sobretudo pela cobiça dos efeitos provocados, houve na prática a circulação de uma infinidade de plantas e drogas que conferiram poder e status para aqueles que as administravam. Esse parece ter sido o caso da comercialização e importação da *Copaíba* (*Copaifera langsdorffii*), árvore típica da América Latina e África Ocidental, utilizada no fabrico de medicamentos por seu efeito cicatrizante, antileucorreico e antitético pelos jesuítas⁴⁹.

Sobre a circulação de conhecimento e a constituição de uma rede de poder dos jesuítas Eliane Fleck destacou que:

A coleta e as experiências com plantas existentes nas imediações dos colégios e das reduções resultaram não apenas na instalação de herbários e no melhor atendimento de doentes através das boticas, com também a organização de tratados de farmacopeia com base em plantas medicinais nativas. Muitos desses conhecimentos – sobre medicamentos e práticas terapêuticas – foram compartilhados através da intensa correspondência que os missionários mantiveram entre si ou das cópias dos catálogos e receituários que fizeram circular entre as reduções e os colégios das Províncias Jesuíticas da América meridional e aqueles instalados na Europa – em especial, com a farmácia do Colégio Romano – e também no Oriente. Algumas boticas como a do Colégio de San Pablo, de Lima transformaram-se, com o passar do tempo, em centro de referência, enviando medicamentos da Companhia de Jesus no Chile, Paraguai, Argentina, Equador, Panamá e no Velho Mundo, atestando a intensa circulação de saberes, medicamentos e práticas curativas. (FLECK, 2011: 7)

Os medicamentos produzidos nas boticas jesuítas eram comercializados a valores expressivos, o que despertava a cobiça pelo acesso às suas fórmulas, que em sua maioria se constituíam como sendo de segredo. Os medicamentos secretos foram muito populares na Época Moderna e se constituíram e fizeram fama pela singularidade de seus componentes não revelados, estando o foco maior na propaganda dos seus benefícios e não na divulgação da fórmula. O médico português João Curvo Semedo destacou que “a divulgação desses remédios era feita através de ampla propaganda escrita, afixada e distribuída nas ruas, na qual indicava-se o local para aquisição”. (MARQUES, 1999: 241-242) Além disso, havia por parte desses segredistas a publicação através de reclames nos jornais, sendo esta categoria composta por

⁴⁹ Para mais informações sobre a *Copaíba* ver Veiga Junior; Pinto (2002).

“médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros e pessoas “não credenciadas” nas práticas de curar, num amplo leque que variava de soberanos a escravos”. (*Idem*, p. 242)

Os remédios de segredo despertavam a cobiça pelo acesso a sua fórmula, sendo procedimento comum adotar a mesma denominação para diferentes formulações, como o caso da “Água que se fazia na Inglaterra” e a “Água da Inglaterra”, ambas encontradas no caderno de receitas dos colégios da Índia. (*Ibidem*) Esse medicamento se notabilizou por sua ação antimalárica devido à quinina, principal princípio ativo extraído da quina, utilizada pelos povos habitantes da América hispânica desde antes do contato com o colonizador e introduzida no Velho Mundo pelos jesuítas e, em função disso, conhecida como *pós dos jesuítas* ou *pós dos cardeais*.

Foi comum que uma quantidade razoável de formulações de segredo fosse divulgada em livros escritos por médicos cirurgiões e boticários, conforme o caso da obra *Erário Mineral*, do português Luís Gomes Ferreira que, em seu sexto tratado, trazia a informação sobre “segredos ou remédios particulares que o autor faz manifesto para a utilidade do bem comum”. (MARQUES, 1997: 4)

O mais famoso medicamento produzido pelos jesuítas foi a *Triaga Brasília*⁵⁰. O prestígio alcançado por este medicamento levou, quando do sequestro de bens da Ordem na Bahia em função da expulsão dos inicianos dos domínios portugueses, certo desembargador a informar ao ministro do rei que:

agora sou obrigado a dizer a V. Ex.^a, para ser presente ao mesmo senhor, que tendo eu notícia que havia na Botica do mesmo Collegio (sic) algumas receitas particulares, e entre elas a do antídoto ou Triaga brasílica, fiz a necessária diligencia para que me viesse à mão antes que fosse de outrem vista, pelo justo receio de que se trasladasse ou desencaminhasse por industria de quem com eficácia (sic) a buscava; o que não evitaria, faltando a predita cautela, que se ignora, na inteligência de que poderiam os mesmo Padres ocultar (sic) a dita receita, como fizeram (sic) aos principais remédios, que em lugar incompetente foram achados. Por esta receita me dizem haverá nesta Cidade que dê três ou quatro mil cruzados; e he (sic) certo que o fundo principal da dita Botica era este remédio, pelo grande gasto que tinha, por ser prompto (sic) o seu efeito (sic). Também achei outros manuscritos de outras receitas, que poderão não ser vulgares, porquanto delas (sic) se vê mandarem os Prelados com pena de desobediência se não mostrassem a pessoa alguma. (LEITE, 1953: 88)

A *Triaga Brasília* era uma espécie de garrafada composta de diversos artigos de origem vegetal, animal e mineral. As garrafadas, conforme destacou Camargo (2011) se constituem, ainda nos dias de hoje, em fórmulas medicinais atreladas à medicina popular, calcada em

⁵⁰ Ver Anexo P.

valores atrelados ao consciente coletivo através da transmissão oral. Para tanto, o conhecimento das plantas medicinais se colocou enquanto tarefa indispensável, conferindo aos jesuítas um lugar de destaque, conforme o conhecimento produzido e materializado nas informações contidas nos cadernos manuscritos apresentados no capítulo anterior.

O uso desse medicamento fabricado originalmente na botica do Colégio da Bahia, nas já mencionadas fazendas da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, conforme o caso das fazendas fluminense Campos Novos e Campos dos Guaytacazes, evidenciou a circulação de medicamentos no interior da colônia. Mas, também lançou luz sobre a questão da troca de informações sobre o modo de preparo da mesma, tendo em vista que o documento de autor desconhecido, estudado por Alessandra Teixeira (2006) intitulado *Formulário Médico: manuscrito atribuído aos jesuítas e encontrado numa arca da Igreja de São Francisco de Curitiba, 1703*, afirmou que a *Triaga* era produzida tanto no Colégio da Bahia, quanto no do Rio de Janeiro, o que conferiu destaque para a prática da circulação de conhecimento sobre as virtudes das plantas, fortalecendo a rede de poder das boticas jesuítas. Sobre tal medicamento, cabe sinalizar que este projetou a América portuguesa no cenário internacional de circulação de saberes, porém sua comercialização e exportação também colocou em pauta a questão da renda obtida pelas boticas dos colégios, revelando ser esse um dos mecanismos que conferiu além de poder, riqueza à Ordem.

Ainda sobre a questão da circulação de conhecimento que contribuiu para conferir poder à rede de boticas jesuítas espalhadas pelo mundo, temos, por exemplo, a informação de que os medicamentos preparados na botica do Colégio do Pará eram constantemente renovados com produtos que vinham do reino, conforme o caso da botica de Santo Antônio, que em 1732, enviou “alçaluz, jalapa, ruibarbo, pós, triagas, unguentos, óleos, bálsamos e 12 frascos de águas medicinais com 6 qualidades distintas”. (AMARO *apud* MAIA, 2012, p. 104) Ainda sobre a botica do Colégio do Pará destacamos o envio no ano de 1720, segundo a relação de medicamentos e mercadorias do arquivo do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, de expressiva remessa oriunda da botica do Colégio da Bahia, conforme se observa na tabela 1:

Tabela 1: Relação medicamentos, preço e peso.

MEDICAMENTO/MERCADORIA	PREÇO	ONÇAS
Açafrão	180 réis	0,6
Sabugo	2800réis	0,1

Pós de Joanes	210 réis	12
Jalapa	220 réis	24
Salitre	210 réis	6
Sene	700 réis	24
Cevada	2200 réis	1
Pedra de Benzoar	10réis	0,5
Fezes de Ouro	1800 réis	12
Arcano	120réis	12,5
Ginsano	200 réis	1
Cicuta	100 réis	12
Pós de Cevada	1700 réis	12
Pedra Lipes	800réis	12
Ruibarbo	1400 réis	12
Triaga Magna	1000réis	12
Ungüento de Chumbo	300réis	6
Óleo de Aparício	100 réis	6
Óleo de Macela	120 réis	6
Cremor de Tártaro	800 réis	6

Fonte: Arquivo do Ieb. Coleção Lamego. Relação Dos Medicamentos e de Algumas Mercadorias Com Preços Enviadas Ao Pará, 1720. Cód. 4338, Doc. 38. Elaborada pela autora.

Tal fato reforça a ideia da operação em rede da Companhia, seja através de uma ligação internacional, como o caso do abastecimento de gêneros pelo Colégio de Santo Antão ou de uma ligação inter-regional, conforme o caso apresentado acima e que também apontou, em função de muitas das mercadorias serem importadas do Oriente, como a Jalapa, para essa ligação, fortalecendo a rede de comunicação entre América, Lisboa, Macau e Goa.

As boticas jesuítas muitas vezes se constituíram nos únicos locais de produção de medicamentos e consequentemente de recurso para a saúde em muitas das cidades e vilas espalhadas pelo Império português, conforme “o caso das boticas do Colégio de Macau (1625) e do Pará (1575)”. (MAIA, 2012: 104) Além do mais, por sua produção e constante fluxo de mercadorias, também garantiram o abastecimento de outras boticas, conforme o caso da botica do Colégio do Rio de Janeiro “situado no Morro do Castelo, em 1706 provia de medicamentos as mais farmácias ou boticas da cidade, e não havia melhor em França, segundo testemunho do passageiro de “L’Aigle”, fragata real de França, capitão Le Roux”. (SANTOS FILHO, 1977: 128)

Seguindo a linha do discurso caritativo, os jesuítas disponibilizavam os medicamentos preparados em suas boticas de forma gratuita ao público, sobretudo em períodos de epidemias como as ocorridas:

no Maranhão, em 1627-1628, no Pará em 1662 e 1695, e São Paulo em 1732. O mesmo se dava durante as guerras, em Macau durante a guerra entre portugueses e holandeses em 1622, além de dar medicamentos a quem quisesse, os feridos foram enviados para a enfermaria do Colégio de São Paulo que tratou a todos com suas mezinhas [...]. (MAIA, 2012: 107)

Porém, havia exceção em alguns casos para o acesso aos medicamentos produzidos nas boticas jesuítas, principalmente, para aqueles que dispunham de condições financeiras e podiam pagar. Dentro dessa lógica de atuação os recursos financeiros oriundos da comercialização desses medicamentos deveriam necessariamente ser aplicados na própria botica, fosse na forma de aquisição de matéria-prima, equipamentos, livros ou outros medicamentos. Tal fato colocou a questão dos rendimentos obtidos pela Ordem pelo trabalho desenvolvido nestes espaços.

A *Colecção de varias receitas* trouxe o custo de preparo de alguns desses medicamentos produzidos nas boticas inacianas, conforme é possível verificar na Tabela 2:

Tabela 2: Relação medicamento, botica de origem e custo de preparo.

MEDICAMENTO	BOTICA DE ORIGEM	CUSTO DO PREPARO
Ambar concentrado	Colégio da Bahia	16\$000 réis (receita)
Balsamo estomacal	Colégio de Macau	800 réis (1 onça)
Pillulas capitais	Colégio da Bahia	240 réis (1 oitava ou 8 pímulas)

Pillulas Douradas	Colégio de Macau	100 réis (cada pírula)
Tintura estomacal	Colégio de Macau	800 réis (1 onça)
Tizana laxativa monpliacensis	Colégio do Recife	1\$280 réis (receita)
Unguento sigilado	Colégio de Santo Antão	150 réis (1 onça)

Fonte: *Colecção de varias receitas*, 1766. Elaborada pela autora.

A aquisição de renda seja pela comercialização e/ou exportação de produtos oriundos das boticas, seja pela produção de armazéns e fazendas, contribuiu para o aumento do patrimônio da Ordem, revelando aquilo que alguns estudiosos interpretaram como um perfil empresarial das atividades exercidas pelos jesuítas⁵¹.

A questão do lucro obtido pelas boticas dos Colégios jesuítas apareceu em estudo realizado por Patrícia Maia (2012) que destacou, entre outros pontos, o fato de terem sido encontradas dívidas em inventários paulistas de senhores de escravos com a botica do Colégio de São Paulo de Piratininga, desde o século XVI à meados do XVIII, e também de outras boticas com as dos Colégios, reforçando a hipótese de que esses foram espaços de onde a Ordem retirou vantagem econômica. Nesse sentido, foi refutada a ideia de que ocorria a distribuição de medicamentos aos pobres como parte do discurso caritativo. Pois, tal situação não justificava a manutenção de medicamentos de segredo, uma vez que não renderiam lucro para a botica produtora. Assim, a autora considerou que nas boticas jesuítas “diversos medicamentos novos foram criados sendo que suas fórmulas foram mantidas em segredo, porque, na medida em que obravam curas, proporcionavam boa receita para a Ordem”. (MAIA, 2012: 117)

Apesar de interpretações que destacam a questão da lucratividade ou mesmo um perfil empresarial da Companhia de Jesus, essa pesquisa busca esclarecer que com o acúmulo de renda não revelou nenhum tipo de descompasso, ou mesmo contradição, em relação aos

⁵¹ Essa perspectiva considera que a ânsia por lucro colocou os jesuítas dentro dos parâmetros norteadores da mentalidade econômica que se desenhava na Época Moderna. Sobre essa questão ver ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuítos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EdUSP, 2009.

preceitos religiosos, uma vez que “desejar bens materiais não era uma atitude nociva, desde que o fim último fosse revertido para a Instituição e dela para o louvor a Deus”. (ASSUNÇÃO, 2009: 258) Sobre esse ponto, as *Constituições da Companhia de Jesus* deliberaram sobre tal prática ao definir que:

os bens econômicos da Companhia dever ser considerados como bens próprios de Jesus Cristo nosso Senhor e patrimônio de seus pobres; destes bens dependem também em grande parte os bens espirituais e o bom estado da Companhia, pois sem eles nossos ministérios espirituais dificilmente podem ser realizados. (CONSTITUIÇÕES, 1997: 331)

A aquisição de bens materiais, porém esbarrava no impedimento da prática comercial, conforme previsto nas mesmas *Constituições* ao definir que:

pode possuir toda espécie de bens que lhe advenham por qualquer título legítimo, [...] meios conducentes a assegurar e facilitar materialmente os seus fins de ordem superior. Pode pois fomentar todo o gênero de culturas da terra, animal, agrícola ou industrial. Só uma coisa está vedada ao Jesuíta, e em geral a todo eclesiástico, por menos decoroso ao seu estado: é o comércio propriamente dito. (*Ibidem*, p. 334)

Apesar do discurso de que o fabrico de medicamentos se dava em função da caridade e salvação, os registros dos lucros do comércio de medicamentos jesuítas revelaram que o rendimento das boticas foi significativo. A botica do Colégio da Bahia, em 1694, registrou o montante de 400 escudos romanos para as vendas feitas aos ricos e a outras boticas. Ao passo em que por volta de 1722, esse valor aumentou para 1.200 escudos romanos, rendendo as boticas dos Colégios do Rio de Janeiro e Olinda, no mesmo período, 600 e 300 escudos romanos. (ASSUNÇÃO, 2009: 346) Já em 1757, o rendimento permaneceu em 1.200 escudos romanos para Bahia, 600 para Rio de Janeiro e Recife, 400 para São Paulo e 150 para Santos e Olinda. (LEITE, 1953: 16) Para o caso de Portugal temos que o Colégio de Santo Antão, por volta de 1608, possuía renda anual de 30.000 réis para custear a manutenção da botica, “paga pelo Almojarife da Mesa dos Azeites, semelhante a outra de 25.000 réis atribuída à botica do Colégio de Espírito Santo de Évora. (DIAS, 2009:297)

O auto de sequestro de bens do Colégio do Recife, quando do momento da expulsão dos jesuítas do Reino e seus domínios, permite perceber a diversidade de negócios praticados, bem como sua renda. O confisco do numerário resultou “na arrecadação de 3:392\$751 réis, dos quais 1:616\$600 réis eram provenientes da alienação da botica”, o que vem a confirmar a importância desses espaços para a aquisição de lucro dos inicianos. (ASSUNÇÃO, 2009: 350)

Importa destacar que havia uma visão na sociedade que considerava os jesuítas homens que estiveram mais ligados aos negócios do que à vida religiosa propriamente dita, em função da diversidade de suas ocupações e patrimônio, que iam desde a criação de gado e fabricação de açúcar à exploração e comercialização de produtos naturais e medicamentos. Nesse sentido, as práticas de comércio tidas por inadequadas foram inúmeras vezes denunciadas por se entender que lesavam os cofres públicos. Bom exemplo dessa querela forneceu o discurso de Tomé Joaquim da Costa ao destacar que os armazéns dos jesuítas recolhiam drogas provenientes do sertão “e praticavam a venda de todos os tipos de gêneros como cacau, salsa, cravo, cupaúbas, salgas de peixe, etc.”, tendo o “pequeno comércio” não empreendido menos de 159.898\$756 réis no período de 1726 a 1756. (*Idem*, p. 209) Seu descontentamento destacou ainda que:

se esse era um pequeno negócio, quanto importará o grosso comércio dos gêneros mais preciosos do estado que a estes padres são privativos, como âmbar, tartarugas, baunilhas [...], os azeites de jandiroba, manteigas de tartaruga, salgas de peixe, uma grande parte das carnes, farinhas, feijões, arroz, e finalmente quase todos os comestíveis, e um grande número de arrobas de algodão, açúcar e aguardente, bem como os ganhos com a botica na venda de drogas. (*Ibidem*)

Conforme é possível verificar, apesar da proibição expressa nas *Constituições*, o comércio se configurou em prática corrente no seio da Ordem. Cabe ressaltar, que tal prática era vedada também segundo os dispositivos das *Ordenações Filipinas*, ao destacar em seu livro II, título XVI, que qualquer eclesiástico, igreja ou mosteiro que:

comprar ou vender quaesquer cousas per trato de mercadorias, ou per via de negociação, ou se comprar bens de raiz pagará Sisa, como se fora leigo: salvo se forem casas para sua morada e uso, outros bens de raiz, que segundo a qualidade de sua pessoa sómente para sua mantença e sustentação lhe forem necessarios: porque da compra de taes cousas não pagarão Sisa, nem outro Direito. Mas das cousas, que vederem per maneira de negociação, ou trato de mercadoria, pagarão Sisa, conforme os Artigos das Sisas, per que conforme a Direito são a isso obrigados. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1870: 434)

Aqui é possível observar com bastante nitidez a concorrência de poderes que regeu as práticas no Antigo Regime, apontadas anteriormente. A proibição da prática comercial para as ordens religiosas não era respeitada, sobretudo, pelo fato de os jesuítas entenderem que tal proibição ameaçava e feria o direito de subsistência, além de em nada afetar o voto de pobreza. Dessa forma, sua inclinação para os negócios foi defendida como medida necessária ao bem da Igreja e, para proteger esse direito, os jesuítas recorriam ao poder régio quando necessário.

Este foi o caso do comércio e importação da *Pedra Cordial* produzida no Colégio de São Paulo de Goa, espécie de bezoar artificial, famoso e de alto valor econômico, que estava sendo vulgarmente falsificado por boticários que a exportavam para Portugal. Em vista de tal situação, os jesuítas não hesitaram em pedir intervenção régia expondo seu prejuízo em virtude das falsificações e pedindo providências. Tal fato, entretanto, poderia fazer supor que o poder régio, invocando as *Ordenações Filipinas*, não tomaria qualquer tipo de atitude que favorecesse aos inicianos. Contudo, como evidência daquilo que Hespanha (1994) denominou constelação de poderes que regeu o mundo Moderno, foi determinado, em 1675, ao Governador da Índia, que “não fossem mandadas para Portugal Pedras de Gaspar António [Pedras Cordeais] que não fossem as autênticas produzidas pelos jesuítas, uma vez que os demais boticários as faziam sem ciência e sem ingredientes necessários de que se compunham”. (AMARO, 1988/89: 88)

Situação semelhante pôde ser encontrada na América Meridional, com a botica do Colegio Maximo de San Miguel. Por volta de 1630, o *Cabildo* recebeu representação do boticário Ruíz Correa em função das perdas financeiras oriundas da concorrência dos produtos oferecidos pelos jesuítas em sua botica. Muito embora a acusação de Correa se sustentasse na premissa legal de acusar os jesuítas de transações comerciais ilegais, pois carente de controle e fiscalização, o órgão “optó por solucionar el problema a favor de la orden, habilitando el traspaso de la botica de Correa a la del Colegio Maximo y transformándose, en consecuencia, en botica publica”. (CASTAÑEDA, 2016: 18)

Outro exemplo que reforça ser a interdependência de diferentes esferas de poder prática comum das relações políticas do mundo moderno, destacando, assim, a ideia de pluralismo jurídico, se encontra no privilégio real concedido ao Padre Alexandre Botelho da botica do Colégio de Santo Antão para a fabricação de sua *Água Febrífuga*, o que resguardou a Ordem perante a falsificação desse medicamento. No documento ficou ressaltado que:

[...] se consevasse sempre e não houvesse quem falcificasse o mesmo remedio com perniciozas consecuencias contra o bem publico e credito do remedio referido e da Botica em que se fazia pertendia o suppe. que eu fosse servido concederlhe Privillegio para se fabricar o dito remedio somente na referida Botica prohibindo a todas e quaisquer pessoas sem excepção alguma o fabricar a dita agoa Febrefuga neste Reyno e suas Conquistas e Dominios sem Privilégio ou expressa licença minha como tambem que não uzassem do lacre vermelho com o sello asima referido com que se havião de fechar as garrafas da agoa que se vendessem no dito Reyno e conquistas, sob pemna de se perderem quaisquer curas que se achacem pagando os transgressores do Privilegio quese procurava quinhentos mil reis a metade para o acuzador e a outra metade para captivos me pedia fosse servido com attenção do que se refferia conceder o Privillegio à Botica do Collegio em que o suplicante hera Boticario na forma referida. (DIAS, 2009: 301)

O que se observa de tudo que foi exposto nesse capítulo é que o cuidado com a saúde e o desenvolvimento de práticas médicas, seja pelo conhecimento do corpo humano, das moléstias ou pelo preparo de medicamentos promoveu uma íntima relação que ligou medicina e Igreja. Esta, enquanto locus de desenvolvimento de um saber de cunho farmacológico desde o medievo se configurou na Época moderna, através da atuação de ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, em importante produtora e divulgadora de atividade e conhecimento científico.

Assim, temos que as boticas jesuítas aliavam conhecimento e pesquisa, a ideia do saber fazer para saber curar, estimulada em muito pela empolgação promovida desde o Renascimento e da projeção do homem e suas descobertas a um novo patamar. Contudo, o conhecimento proveniente da manipulação da flora e fauna produziu um saber que mesclou o conhecimento europeu ao nativo e resultou em fórmulas apreciadas no Velho Mundo, despertando a cobiça de muitos por seu acesso. Nesse sentido, os jesuítas operando em rede, a partir da circulação de conhecimento, se fortaleceram de modo a nos permitir fazer a leitura desses espaços, para além de locais de produção e desenvolvimento científico, também como locus de poder.

4. MEMÓRIA E ESCRITA CIENTÍFICA NA COMPANHIA DE JESUS: INTERPRETAÇÕES SOBRE A COLEÇÃO DE VARIAS RECEITAS – 1766

Só há uma razão que justifica a nossa vida: a razão de ser útil. E isso começa pela razão de ser humano. (Ignácio Verissimo, *Pombal, os jesuítas e o Brasil*, 1961)

4.1 MONUMENTO À MEMÓRIA DO CONHECIMENTO JESUÍTA

Conforme já anteriormente apontado, a Companhia de Jesus se notabilizou pelo desenvolvimento de práticas terapêuticas. Assim, os jesuítas desenvolveram cadernos manuscritos, onde foram reunidas informações sobre a flora e fauna das regiões em que atuavam, bem como cadernos de receitas de medicamentos, onde se evidenciou o saber médico farmacológico e sua organização do conhecimento científico.

Dentro dessa segunda tipologia se destacaram importantes coleções organizadas no decorrer do século XVIII. A primeira obra que merece destaque foi organizada sob o título *Árvore da vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas, aprazíveis e saudáveis folhas em que se deixam ver muitos e singulares remédios assim simples como compostos que a Arte, a experiência, a industria e a curiosidade descobriu para curar com facilidade quase todas as doenças, e queixas, a que o corpo humano esta sojeito principalmente em terras destituidas de Médicos e Boticas*, elaborada em 1720 pelo padre Affonso da Costa, atuante na província de Goa⁵². O nome dado à coleção se deu em função de sua organização em formato de árvore formada por dois troncos, estando as receitas de medicamentos reunidas em ramos, estes representando cada uma das letras do alfabeto. Contudo, infelizmente, a referida obra não se encontra na íntegra, com exceção da primeira parte da coleção, pertencente ao acervo do *Wellcome Institute for the History of Medicine*, localizado em Londres.

A intenção do autor ao organizar essa coletânea de receitas ficou bastante clara ao destacar que:

Para que em huma so Arvore se achassem remédios para todas as doenças, o meu particular empenho foi buscar sementes medicinais e todas as quatro partes do mundo, de cuja virtude unidas em hum so corpo a custa do trabalho, desvelo e rego de suores

⁵² Esse documento atualmente compõem o acervo da coleção *Western manuscripts*, que reúne um total de oito mil documentos sobre história da medicina anterior ao século XIX, pertencente ao *Wellcome Institute for the History of Medicine*, Londres.

de mais de trinta anos sahisse essa Arvore da Vida (...). Se difunde para todo o universo, possa conservarse sempre vistoz, sempre florente e sempre profícua, para utilidade de todos os vassalos de D. Magestade em todo o Reyno e suas conquistas, ou ao menos nesse Oriente tao destituído de Medicos, de Boticas e de remédios, motivo único que me moveo a tomar sobre mim o trabalho de crear, e cultivar com tanto desvelo essa nova Arvore que so a D. Magestade deve ser oferecida, porque so D. Magestade merece que lhe seja consagrada. (MAIA, 2012: 50-51)

A difusão do conhecimento sobre enfermidades e medicamentos além de claramente explicitado acima também apareceu na minuciosa descrição dos sintomas das doenças, ressaltando, em alguns casos, aspectos como textura, cor e odor. Bem como na apresentação das receitas, onde havia além dos ingredientes necessários, o modo de preparo, a posologia e apresentação da fórmula e a indicação de pesos e medidas da mesma, seja em libras e onças ou em medida vulgar como “um pouco, duas ou três mãos cheias”. (*Idem*, p. 52) Indo um pouco além da cura por meio de remédios, a obra ainda apontou para a utilização de amuletos na busca do restabelecimento da saúde, ponto que nos levou a identificar a mentalidade mágica de mundo também no campo da medicina, questão já abordada.

Um ponto a se considerar nesse material é que as receitas eram oriundas do prestígio das populações, coexistindo, dessa forma, no receituário medicamentos provenientes tanto da medicina europeia, quanto de outras regiões, em verdade, “de todas as quatro partes do mundo”. (*Ibidem*, p. 57) Outro ponto a ser destacado era que havia intenção de publicação e tradução da coletânea para outros idiomas, uma vez que foi escrita em português, o que evidenciou mais uma vez a intenção da difusão e divulgação. Tal ponto foi sinalizado pelo autor quando afirmou que:

Prouver a Deos que houvesse algum curioso, que movido do zelo e charidade tomasse a sua conta traduzir essa obra na lingoa dos Mouros e Gentios dessa Ásia; porque sem duvida seria grande a utilidade que disso se seguiria e se chagasse a ampar-se nos mesmos idiomas em que se vertesse, seria incomparável o lucro porque não haveria Mouro, nem gentio que soubesse ler que não quisesse comprar por todo o preço, e me persuado por muitos e bons fundamentos que ainda entre Catholicos, Europeus e Asiáticos desse Estado escassamente achara caza que não compre essa obra depois de impressa. E athe em Europa e América aonde se pratica o idioma português, cuido eu que os curiosos principalmente em terras destituídas de Médicos, Cirurgioens e Boticarios a quererão ter consigo (...). (*Ibidem*, p. 58)

A segunda obra que merece atenção se chamou *Libro primero de la propiedad y birtudes de los arboles, plantas de las misiones y provincias de Tucuman, com algunas del Brasil e del Oriente*, obra de 1711 de autoria do jesuíta Pedro de Montenegro, atuante na

província do Paraguai⁵³. Logo na introdução desse compêndio composto por 184 páginas, o autor deixou claro que a obra foi organizada seguindo uma divisão em duas partes, onde primeiro tratou da propriedade e das virtudes das árvores e plantas menores, com estampas e informações sobre várias espécies e, em seguida, de ervas e raízes comestíveis, apresentando diversas tabelas e avisos. A *tabla de los nombres de los árboles y yerbas*, distribuída ao longo da obra, trouxe nomes em castelhano, mas também em guarani e tupi, apontando para um alto grau de interação entre os inacianos e as populações nativas. Em uma das muitas advertências contidas na obra, Pedro de Montenegro ressaltou que:

Conviene que cada cosa se coya y guarde a su tiempo, en su propia sazón y con las circunstancias que se dirá, porque según esto se hiciere serán las medicinas provechosas o dañosas e vanas, quiero decir, serán eficaces, en su obrar o de ningun alivio, y así por consecuencia pueden ser danosas o a lo menos sin efecto. Han que se coger en tiempo sereno, que va mucho en cogerlas en tiempo seco o húmedo y que la luna esté menguante en el último cuarto. Son de muchas más virtud las de serranías y tierras encumbradas que las de los llanos o campañas o partes sombrías y montuosas o lugares acuosos porque la de serranías son criadas combatidas de ventos fríos y secos con los cuales tienen sus virtudes unidas sin que el calor se las haga evaporar y así mismo son menores y tienen la virtud más unida. (MONTENEGRO, 1711: 97-98)

Pelo descrito acima, verificamos que no documento produzido em terras do Novo Mundo o autor também teve o cuidado de indicar o momento, lugar e a forma propícia para a coleta de ervas, raízes ou folhas. Mas, igualmente chamou atenção o fato de indicar na parte denominada *Advertencias para el uso de las plantas* as quantidades, proporções e o modo de preparo de algumas ervas nas receitas ao sublinhar que:

[...] cuando se dice en infusión se echa doble cantidad de la matéria que cuando se dice caliente, como agua, vino o aceite alguna cosa y es en dos maneras. La primera es estando el licor hirviendo echar la matéria y apartándolo del fuego taparlo muy bien hasta que se enfríe o el tiempo que pide cada cosa, el segundo modo es: estando el licor caliente y apartado del fuego echar la materia y puesto sobre ceniza caliente por algunas horas removiéndolo de cuando em cuando sacar, sin enbullición alguna, su sustancia a fin de ser muy sutil y evaporarse. Hay algunos simples que piden leve cocimiento cual es en sen, la borraja, el culantrillo, la lengua cerbina, el mechoacán y otros de semejantes cualidades porque de darles mucho cocimiento no sólo surten efecto, pero hacen lo opuesto por sacar partes térreas o viscosas que embotan y cierran la puerta a sus virtudes primarias por haberse evaporado por el vapor de la ebulición las partes sutiles, las cosas leñosas, y densas no sólo piden cocimiento, sino que piden estar de remojo antes 24 horas o a la menos 12 horas y cocimiento de consumisión de la mitad del licor, las flores y yerbas de partes muy sutiles, sólo piden remojo de agua caliente como el canchagua, torocaa y poleo. (*Ibidem*, p. 107-108)

⁵³ Esse manuscrito pode ser encontrado no acervo da Biblioteca Digital Hispánica em versão digitalizada no endereço <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000042551&page=1> Acessado em julho de 2017.

Cabe aqui destacar que o *Libro primero* foi publicado em versão impressa em Buenos Aires no ano de 1945 sob o título de *Materia Medica Misioneira*. A obra reuniu um total de 458 páginas contendo 148 desenhos de plantas, onde apareceram pormenorizadas as propriedades terapêuticas da flora local, além de um receituário⁵⁴. Alguns estudiosos ressaltaram que a obra tinha como intenção funcionar como uma espécie de guia para ser utilizado em localidades distantes dos centros urbanos, auxiliando, por exemplo, os missionários que se encontravam concentrados nas reduções.

A constante observação da natureza permitiu ao jesuíta descrever propriedades curativas de plantas com base no seu uso pela fauna local. Esse foi o caso da descrição das virtudes do *ceibo* (*Ceiba pentandra*), também conhecido como *sumaúma* ou *corticeira*, pois:

Esse remédio usa muitas vezes o tigre para resfriar o ardor de suas unhas envenenadas de grande calor e unidade o qual subindo nele aranha sua casca profundamente até a mesma vara deixando-a como sapato [ilegível], com o qual se refresca e volta muito rápido para suas caças e pescas. (MONTENEGRO *apud* FLECK; POLETTTO, 2012: 1125)

Outra descrição interessante presente na obra fez referência a plantas de utilização diversificada como a *coniza mayor* ou *zaragatona* (*Plantago psyllium*), que tanto poderia ter a função de pesticida, quanto, na forma de emplastro, possuía efeito abortivo e purgativo. Para tanto, a erva deveria ser:

Esmagada e cozida com vinho e aplicada às mordidas de serpentes socorre e cura as feridas com admiração assim de serpentes como de instrumentos ou paus assim como o alecrim de suas folhas e gomos uma onça cozida em vinho e dado a beber quatro onças de seu cozimento acelera o parto e faz baixar a menstruação retida; para curar o gotejar de urina, as dores de estômago e a icterícia bebidas com vinagre o pó das mesmas cosas curam a gora coral, seu suco colocado na entrada do útero purga-a. (*Idem*, p. 1126)

Encontramos ainda nas obras de Montenegro, a semelhança da obra de Affonso da Costa, evidências do caráter mágico ritual em recomendações de práticas terapêuticas e processos de cura. Segundo Fleck e Poletto a associação entre plantas e o evangelho se aproximou daquilo que ficou conhecido como ervanária dos sinais, segundo a qual “dada a existência de Deus, as plantas curativas são portadoras das marcas que indicam aos homens

⁵⁴ O referido documento possui como local de guarda a Biblioteca Nacional de Madri. Contudo, hoje é possível consultá-lo, em versão digital, na Biblioteca Virtual del Paraguay – BVP no endereço http://www.portalguarani.com/.../15163_materia_medica_misionera_pedro_de_montenegro_.html. Acessado em julho de 2017.

suas virtudes terapêuticas”. (FLECK; POLETTTO, 2012: 1127) A menção ao poder e utilização dos amuletos também se fez presente na obra quando indicou para o tratamento de varíola a utilização de quatro folhas de *calamita menor* (*Clinopodium nepeta*) e duas onças de açúcar junto a pedra bezoar⁵⁵. Evidenciando a influência da magia na medicina a obra também contou com uma receita que, entre outros ingredientes, utilizava uma cabeça de carneiro que deveria ser preparada da seguinte forma:

Pegarás uma cabeça de carneiro velho tirando o corpo e colocá-la para cozinhar em um pote que tenha quatro *assumbres* de água e estando pela metade, deve ser cozinhado colocando as seguintes ervas: *mansanilla*, *eneldo* e *ruda* um punhado de cada uma delas cozidos meio quarto de hora e, ao fim disso, coloque quatro onças de *toracaã*, *bledos flancos*, *parietaria mercuriais*, *malvas*, raízes de borragem e de chicória e aspargos, um punhado de cada; cozinhar, então, dois punhados de *fiecho* lavados, cozidos até que a carne da cabeça se desprenda dos ossos... Ihe poderá adicionar água quente de sorte que ficando [ilegível] cozimento... adicionando a cada um uma onça de azeite *ocaracu mini* toma-se de manhã ou a tarde como for melhor ao paciente em cada dia. (*Idem*, p. 1129)

Na obra apareceu, por fim, a influência dos astros nos processos de cura verificáveis nas recomendações de períodos certos, como o mês ou a fase da lua, para a colheita das ervas necessárias para o preparo das mezinhas, conforme o caso do sangue de dragão que deveria ser colhido “no último dia de lua crescente, deve-se fazer incisões na árvore no mês de julho ou agosto”⁵⁶. (*Ibidem*) A influência exercida pelos planetas nas práticas terapêuticas apareceu na descrição de uma planta chamada *gumbe* (*Philodendron bipinnatifidum*) indicada para males do estômago, uma vez que:

Essa planta se sabe ser procriada do planeta sol pois todas as partes estão dizendo como se vê em parte um pouco frias [ilegível] frutifica por ser pouco ajudada e nele fortalecida. Tem grandes influências de Marte sendo inimiga dos coléricos, e atrai muito a Terra com suas raízes pelo muito que ela recebe da lua e por isso é tão venenosa cozida ao crescente da lua. (*Idem*, p. 1129)

Outro documento de autoria jesuíta que se enquadrrou na tipologia de cadernos de receitas médicas foi o documento base para esse trabalho, a coletânea de 688 páginas intitulada *Colecção de varias receitas e segredos particulares da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. Compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais*

⁵⁵ A *pedra bezoar* desempenhou um papel importância na história da medicina, uma vez que era considerada um antídoto universal contra todos os venenos. Seu uso se iniciou com os árabes, no século VIII, contudo, sua disseminação se deu na Renascença.

⁵⁶ *Sangue de dragão* foi o nome dado, em função da cor avermelhada, a seiva retirada da árvore Dragoeiro (*Dracaena draco* L.), comum em regiões da Amazônia, Peru e Equador e Colômbia. Sua utilização era bastante diversificada servindo como excelente cicatrizante, bem como para o tratamento de doenças de pele e de ação anti-inflamatória.

celebres que tem havido nestas Partes. Aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades, de 1766 e autor desconhecido⁵⁷. Serafim Leite (1953) destacou que o organizador da referida obra provavelmente teria sido ligado à Assistência de Portugal e “passado por diversas missões ultramarinas, inclusive o Brasil”, sobretudo, pelo fato do documento ser todo escrito em português e por reunir receitas de medicamentos produzidos nas boticas atreladas ao Império português e suas conquistas, com exceção de uma receita ligada ao Colégio Romano, (LEITE, 1953: 87)

O documento, que será analisado mais detalhadamente no próximo item, reuniu um total de 260 receitas de medicamentos e, até onde se sabe, tinha a intenção de ser publicado, uma vez que havia todas as licenças necessárias para esse trâmite em Roma, muito embora isso nunca tenha acontecido. Tal fato, fez com que estudiosos levantassem hipóteses, principalmente, no sentido da lucratividade que o comércio desses medicamentos garantiu para a Ordem, tendo em vista que muitos ali reunidos faziam parte do rol dos remédios de segredo, ponto discutido no capítulo anterior.

Dessa forma, nos interessa em um primeiro momento lançar uma reflexão sobre o contexto de produção da obra, compreendendo tanto o cenário interno, avaliando o momento pelo qual passava a Companhia de Jesus quando da elaboração da *Colecção de varias receitas*, quanto o contexto externo, refletindo sobre a cultura científica do século XVIII, na qual se inseriu a obra.

Considerar o conhecimento científico da Companhia de Jesus através da análise da *Colecção de varias receitas* apontou para a necessidade de compreender a atuação dos jesuítas no mundo durante o período Moderno, principalmente, considerando como ponto importante de análise o momento de sua dissolução. Para tanto, se tornou necessário entender o cenário político administrativo de Portugal durante o século XVIII, esclarecendo, assim, as ações tomadas durante o reinado de D. José I (1714-1777) e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782). (AZEVEDO, 2004)

Considerado pela historiografia portuguesa como uma figura, simultaneamente, controversa e carismática, Pombal entrou para a História como um símbolo da ilustração em terras portuguesas, sendo, portanto, considerado junto com D. José I, exemplo daquilo que se

⁵⁷ A referida obra se encontra depositada no ARSI – Arquivo Geral da Companhia de Jesus, em Roma, pertencente ao fundo *Opera Nostrorum*.

convencionou denominar *Despotismo Esclarecido*. Segundo constou no Dicionário de política (2004), o *despotismo* foi destacado como uma forma de governo onde aquele que detém o poder mantém uma relação com seus súditos de cunho patronal, conforme destacado por Aristóteles, ou seja, “o do patrão sobre os escravos” (BOBBIO, 2004: 339). Dessa forma, o termo “é polemicamente usado para indicar qualquer forma de governo absoluto, sendo muitas vezes sinônimo de tirania, ditadura, autocracia, absolutismo e outras formas semelhantes”. (*Idem*) Há que se considerar, contudo, que para além de sua utilização usual, como significado de avaliação pejorativa, existe uma exceção quando o mesmo é utilizado na expressão *despotismo iluminado*. Assim:

A ideia do Despotismo de bom sentido é um elemento importante da teoria e da ideologia política da fisiocracia. Começando pelo fundador, François Quesnay, os fisiocratas sustentaram que, existindo uma ordem natural, governada por leis férreas e objetivas, tanto físicas como morais, incumbe ao bom legislador não já criar leis positivas a seu talante, mas reconhecer as leis naturais e, consequentemente, promulgar leis positivas que se conformem o mais possível com a natureza. Para o cumprimento desta tarefa, que não é constitutiva mas apenas declarativa, é indispensável um soberano único que, quando instruído por sábios conselheiros sobre a existência das verdadeiras leis, há de gozar da plenitude dos seus poderes para urgir sua aplicação e para promover, agindo assim, o bem estar e a felicidade dos próprios súditos. (*Ibidem*, p. 345)

Entendido como uma boa forma de governar, porque regido pela razão, o *Despotismo Esclarecido* se configurou na resultante da mescla de exaltação do Estado e poder dos soberanos com a noção de progresso e reformismo, característica do movimento da ilustração. Portanto, as medidas tomadas por Pombal devem ser consideradas somente mediante esse quadro. Ignácio J. Verissimo (1961) chamou atenção para o erro em que se incorre ao analisar a figura de Pombal reduzindo-o ora a indivíduo, ora ao governo, uma vez que isoladamente esses aspectos não dariam conta de esclarecer sua atuação política, tornando incompreensíveis as medidas governamentais adotadas. Para o autor, uma posição analítica de maior alcance, e consequentemente eficácia, derivaria necessariamente da obediência a três coordenadas, a saber:

Primeira: o seu caráter cruel, o seu temperamento dominador, a sua incapacidade para coordenar esforços, o seu egoísmo, a sua alma ditatorial. Enfim, o que ele foi como homem, como personalidade psíquica.

Segunda: a necessidade que ele teve de reforçar o poder do rei, e ser absolutista em pleno século do enciclopedismo, como meio de se afirmar como chefe.

Terceira: a crise econômica do Brasil e os reflexos danosos dela na economia e finanças de seu governo, a partir de 1760. (VERISSIMO, 1961: 16-17)

Das coordenadas apresentadas pelo autor, a que mais nos chamou atenção foi a que se referiu à necessidade de reforçar o poder do rei e projetá-lo sobre a sociedade, pois que interferiu diretamente na necessidade de coibir prerrogativas jurídicas de grupos, fazendo com que desaparecessem “as zonas imunes às necessidades políticas do Estado português”. (*Idem*, p. 17) Nesse sentido, o reforço do poder real pressupôs o fim dos privilégios que certos grupos sociais até então gozavam. Em proveito unicamente do Estado compreende-se a elaboração de uma “legislação que tira ao nobre e ao padre, no campo jurídico, qualquer prerrogativa de exceção”. (*Ibidem*)

Portanto, devemos considerar que o Plano de Pombal, entre outras linhas de ação, consistiu em uma transformação burocrática por meio de uma reorganização administrativa no recebimento de impostos, posto que ao assumir o governo havia encontrado o Estado enfraquecido em seu poder fiscalizador. Dessa forma, se tornou primordial restringir os privilégios jurídicos da nobreza e do clero, “facilitando a execução das prisões; aumentando a competência repressiva dos juízes executores, mesmo contra o padre e o nobre”⁵⁸. (*Ibidem*)

Essa necessidade de tornar forte o governo de D. José I reverberou, entre outros aspectos, na luta empreendida contra a Companhia de Jesus. A historiografia sobre a ilustração em Portugal tem destacado o antagonismo a muito presente nas relações entre o Marquês de Pombal e os jesuítas, apontados como símbolo do atraso de Portugal perante outras nações europeias. Episódio capaz de exemplificar esse apontamento esteve centrado na discordância das causas motivadoras para o terremoto de Lisboa em 1 de novembro de 1755. Após o evento sísmico o jesuíta Gabriel Malagrida (1689-1761) escreveu o folheto *Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto* (1756)⁵⁹, exclamando:

Sabe Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenômenos, não são contingências ou causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados. (MALAGRIDA, 1756 *apud* AZEVEDO, 2004: 166)

⁵⁸ Quando o autor apontou para a necessidade de a política estabelecida por Pombal restringir privilégios jurídicos da nobreza, enquanto mecanismo de reforço do governo, não fez alusão à nobreza como um todo. É importante, ressaltar que Pombal combateu uma fração da nobreza, na figura daquele grupo de indivíduos que pertenceram ao quadro político e, com isso, o ameaçavam. Não houve, portanto, um combate à instituição, pois, ao contrário, seu intento foi o de reforçá-la uma vez que a compreendia enquanto pilar do absolutismo.

⁵⁹ *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755*, (1756).

Ao destacar não ter sido o terremoto causa natural, Malagrida firmou uma posição contrária àquilo que Pombal, entre outros, defendiam ao imputar a catástrofe à fatalidade das forças da natureza. Considerando, portanto, tal escrito ofensivo à razão e ao governo, o ministro de D. José providenciou o desterro do padre para Setúbal, de onde voltaria apenas para a prisão e morte no auto de fé em Lisboa a 21 de setembro de 1761.

Em paralelo a este episódio, se acirrava a luta empreendida por Pombal contra os inacianos e chegavam a Portugal, por exemplo, notícias de desavenças entre os representantes do poder régio e os jesuítas na região do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo, após a promulgação do *Diretório dos Índios* (1757)⁶⁰. Segundo esse conjunto jurídico, os índios passavam a ser considerados livres e as missões deveriam ser extintas, sendo lícito aos religiosos permanecer atuando enquanto párocos, ao passo em que a administração das populações indígenas passava ao cargo de funcionários nomeados pelo governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Em face desse cenário, houve ainda uma proliferação de acusações contra os inacianos, estas elencadas no documento intitulado *Relação Abreviada* (1757), que expôs as queixas do governo português. Dentre algumas, grande efeito surtiu uma denúncia em que os mesmos apareciam como os organizadores de “uma poderosa república de 31 povoações tão ricas e opulentas em frutos e cabedais para os padres, como pobres e infelizes para os desgraçados índios”. (AZEVEDO, 2004: 173)

Somando-se ao já grande descontentamento das autoridades portuguesas com os inacianos, os mesmos foram acusados de instigar os Távara à tentativa de regicídio. Após investigações, testemunhos e confissões surgiram os nomes dos jesuítas conspiradores, constando entre eles o de Gabriel Malagrida. A partir disso, providências e medidas mais firmes foram tomadas por Pombal contra os jesuítas, conferindo-lhe um cenário ideal para colocar em prática o projeto de restringir poderes paralelos ao poder do Estado. Dessa forma, em Portugal, os jesuítas passaram a ter suas casas e conventos cercados e revistados, bem como foi estabelecido bloqueio de comunicação com o mundo exterior. Além disso, também foram tomadas providências como o sequestro de bens da Ordem, a dissolução de suas comunidades

⁶⁰ *Diretório, que se deve observar nas Povações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*, 1757.

e a substituição das escolas da Companhia por outras, desencadeando uma série de encarceramentos.

Assim, se iniciou uma operação de desmonte da rede da Companhia de Jesus, a partir, sobretudo, de seus colégios e residências e do sequestro de bens para o tesouro real. Este envolveu nada menos que:

Sete casas religiosas na capital, treze colégios nas províncias e quatro nas ilhas, além das chamadas residências, noviciados e casas professoras; em Angola, um colégio; os estabelecimentos da Índia, que com os da África Oriental constituíam a província de Goa; os do Brasil Sul, e vice província do Maranhão, que abrangia os atuais estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Pertenciam também à assistência os provincianos do Malabar, do Japão e da China, dos quais, todavia, somente o seminário de Macau oferecia presa acessível. (AZEVEDO, 2004: 207)

Outro exemplo desse desmonte foi o desembarque, em 1758, na Bahia de magistrados enviados pelo Marquês de Pombal para dar execução à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, a partir da publicação de decretos trazidos do reino. Dessa forma:

Ao princípio foram presos os jesuítas estrangeiros [...] depois foram confiscados os bens, declarou-se suspensa a renda da dotação do erário público, garantida para sustento do Colégio da Bahia, pelo seu fundador D. Sebastião. Teve igual sorte o Seminário da mesma cidade, que também era dirigido por jesuítas. (FERNANDES, 1941: 32)

As casas dirigidas pelos inicianos na colônia receberam o mesmo tratamento dispensado em Portugal aos Colégios, Seminários e Residências. Se estabeleceu uma rotina de cerco, com o corte de comunicação com estranhos e revista permanente. Enquanto isso acontecia, nas cidades era apresentado o édito régio que proibia a todos qualquer comunicação com os jesuítas, sob, entre outras penalidades punidas como crimes de lesa majestade, o confisco de bens. Finalmente, em 1760, respectivamente, em 15 de março, 19 de abril e 1 de maio, os jesuítas foram expulsos da colônia através dos portos da Bahia, Rio de Janeiro e Recife.

Apesar de algumas naus sofrerem percalços durante a viagem que os levou a Lisboa, os inicianos do Brasil foram reunidos e enviados a Roma em cinco embarcações sendo asilados no palácio do Duque de Sorani. Sobre essa questão Fernandes (1941) destacou que “eram ao todo 265 jesuítas nesta última viagem de Lisboa à Itália. Porém, além destes, já tinham sido embarcados para aí, junto com os jesuítas portugueses, mais 14 jesuítas brasileiros”. (*Idem*, p.119)

Considerando o que foi apresentado até aqui é, portanto, bastante comum que se atribua apenas a Pombal a perseguição sofrida pelos jesuítas, muitas vezes descontextualizada da necessidade de reformas de cunho político administrativo e educacional, conforme já visto. Entrementes, é necessário perceber também o cenário das relações estabelecidas entre as cortes europeias durante a década de 1750. Desse modo, não se pode perder de vista a série de contatos, acordos e alianças celebradas, bem como, a própria situação de Portugal, bastante precária desde o terremoto de 1755. Nesse sentido, Miranda destacou que:

Portugal acompanha as notícias das tropas e as perspectivas de novas batalhas em posição de angustiante fragilidade. Porque, além de ter o Exército e a Marinha extremamente mal equipados e quase sem treino de guerra efetiva, vê a cabeça do império ainda sujeita aos últimos rescaldos do grande terremoto de 1º de novembro de 1755. Os arquivos do reino estão praticamente desfeitos. O rei e a Corte, vivendo em barracas. Tudo é muito precário, diante da ameaça de ter de escolher um aliado europeu ou fazer frente a uma possível invasão estrangeira. Ao mesmo tempo, sucedem-se diversas disputas internas pelo governo, que acabam levando à mudança de dois secretários de Estado e vários ministros das legações diplomáticas, com uma clara derrota política da alta nobreza e dos simpatizantes da Companhia de Jesus. (MIRANDA, 2009: 2)

A esse cenário se somou à morte inesperada do Papa Clemente XIII, inaugurando uma péssima fase para os jesuítas, pois que o novo pontífice, Clemente XIV, sinalizou interesse em extinguir a Ordem. Em setembro de 1772 foi ordenado o fechamento do Colégio Romano e o dos irlandeses, “estabelecimentos célebres de educação a cargo dos jesuítas” (AZEVEDO, 2004: 316), ao passo em que um ano depois, em 1773, foi noticiada a supressão da Ordem, que apenas voltaria a existir em 1814 no pontificado de Pio VII.

O fato é que vários jesuítas, ligados à assistência a Portugal, encontravam-se reunidos em Roma e outras localidades da península itálica no período que vai de 1760 a 1788, uma vez que seus nomes constavam nas listas de embarque na colônia e também na relação de ex-jesuítas portugueses e brasileiros expulsos da sua pátria por Pombal e residentes na Itália no ano de 1788. (FERNANDES, 1941: 120-130) Dentre os vários nomes que constavam na relação referida apareceu o de Francisco da Silva, o que nos levou a crer ser o irmão boticário do Colégio da Bahia, que ingressou na Companhia em 1717, muito embora não estivesse na listagem o ofício que desempenhava ou qualquer outra informação.

Tendo em vista esse cenário de incerteza quanto ao futuro da Ordem, acreditamos que o contexto interno tenha contribuído de forma importante para a elaboração da *Colecção de varias receitas*, resultado da reunião do conhecimento médico farmacêutico jesuíta, se

relacionando diretamente com uma tentativa de preservação da memória da instituição, ao reunir receitas de medicamentos produzidos em diversas boticas da Companhia.

O próprio contexto científico do século XVIII, o colecionismo, nos permitiu compreender a iniciativa da produção desse material pelos jesuítas. Desde a segunda metade do século XVI, o espírito científico do Renascimento contribuiu para desenvolver uma grande variedade de coleções que tiveram por objetivo explorar e representar o mundo. Mas, também organizar e/ou sistematizar o conhecimento, evidenciando, com isso, a preocupação com a preservação de objetos e, conseqüentemente, com a memória da sociedade.

Desse modo, “coleções de naturalia, de animais, plantas e minerais, multiplicaram-se pela Europa, cada uma constituindo uma enciclopédia da natureza, de conhecimentos que não dependiam da Igreja”. (BLOM, 2003: 36) Para tanto, foi decisivo o desenvolvimento de tecnologias, dentre elas as técnicas de navegação, que incentivaram o processo de expansão marítima e comercial. Além disso, mudanças nos modos de perceber a morte e a vida material também se configuraram em fatores impulsionadores para o desenvolvimento de coleções ou da prática do colecionismo. Conforme destacou Ana Paula Caldeira, o século XVIII se constituiu em um período verdadeiramente:

“Obcecado” pela história, sobretudo pelo medo da finitude histórica. É desta maneira que Jean-Marie Goulemot entende o interesse que os homens dos setecentos tinham pela conservação. A escrita – que cada vez mais ganhava terreno como forma de comunicação na sociedade moderna – associada ao ato e à atividade de preservar e compilar, tornava-se uma maneira de não permitir que as experiências do passado e do presente se perdessem no tempo. (CALDEIRA, 2005: 01)

Cabe aqui destacar que a prática de colecionar esteve presente nas atividades humanas desde o período primitivo de nossa história, fosse na forma de uma coleção de artefatos necessários e úteis à sobrevivência, ou mesmo na coleção de objetos evocativos, revestidos de significado simbólico, ou objetos culturais e científicos. Jean Baudrillard (1973) enfatizou que o objeto é dotado necessariamente de uma dupla função, onde a primeira “depende do campo de utilização prática do mundo pelo indivíduo, [sendo] a outra um empreendimento de totalização abstrata realizada pelo indivíduo sem a participação do mundo. Estas duas funções acham-se na razão inversa uma da outra”. (BAUDRILLARD, 1973: 94) Com isso, o autor definiu que o objeto estritamente prático tomava um estatuto social, assumindo a função de máquina, já o objeto puro, aquele que se encontrava privado de função, sendo abstraído de sua utilidade, acabava por assumir um estatuto subjetivo, tornando-se, dessa forma, um objeto de coleção.

Segundo estudiosos da temática, o hábito de colecionar teve no século XV seu ápice, pois que esse foi o momento em que o olhar renascentista alçou às civilizações da antiguidade ocidental, grega e romana, ao patamar de modelo de cultura, transformando seus resíduos em objetos de coleção. Daí denotou-se que a prática do colecionismo de antiguidades esteve relacionada à valorização desse período como modelo para a cultura europeia. Assim, ao longo dos séculos XVI e XVII, se assistiu à multiplicação dos chamados gabinetes de curiosidades, relativamente comuns entre pessoas dotadas de algum tipo de posse ou aspirante a ela como advogados, clérigos, a própria realeza, comerciantes e médicos⁶¹.

Nesses espaços, foram reunidas coleções de objetos raros ou curiosos. Contudo, as coleções não eram dotadas de um caráter homogêneo, prevalecendo a diversidade de objetos. A análise dos catálogos e inventários dos gabinetes de curiosidade lança luz sobre um esforço em tentativa de englobar todo o conhecimento, geralmente, dividido em três categorias como “obras de Deus (homens, animais, plantas); produtos da natureza (pedras); objetos de fabricação humana (artefatos)”. (RAFFAINI, 1993: 160) Embora também existissem “outros tipos de classificação, como por exemplo, a que tem como parâmetro os quatro elementos: fogo, terra, água e ar”. (*Idem*)

É relevante destacar também que a reunião de uma variedade de objetos nesses gabinetes revelava a posição social, bem como o grau de instrução de seus proprietários e gostos pessoais, atrelando saber científico e tendências colecionistas às relações de poder em sociedade. Isso pelo fato de que a ação de colecionar objetos se atrelava à ideia de posse, pois que:

Ter objetos passou a ser visto como demonstração de poder. Desse modo a coleção foi deixando seu lado utilitarista, trazendo à tona seu lado simbólico, expressando tanto um poder político, quanto econômico ou cultural. Para que o seu poder fosse reconhecido, o colecionador deveria exibir sua coleção a seus pares ou a estudiosos que se ocupassem com a sociedade da qual os objetos da coleção fizessem parte, se essa coleção fosse de artefatos artificiais. Ou se fossem constituídas por elementos da natureza que estes também estivessem ligados às investigações do pesquisador. (MAIA, 2012: 41)

A organização desses espaços pressupunha a tentativa de reproduzir em uma escala micro “o universo inteiro que se pode ver de um só golpe, é o universo reduzido, por assim dizer a dimensão dos olhos”. (POMIAN *apud* RAFFINI, 1993: 160) Um bom exemplo disso pode ser encontrado nas coleções de *naturalia* do Colégio Romano da Companhia de Jesus, compostas simultaneamente de coleções principescas e científicas, conforme destacou Lorelai

⁶¹ Os gabinetes de curiosidade também eram conhecidos como *Câmaras de Maravilhas*.

Kury e Carlos Camenietzki (1997). Em estudo que buscou refletir sobre coleções e cultura científica na Europa Moderna, os autores analisaram parte das coleções dos jesuítas, centrando-se no exame de um de seus museus, o *Museu Kircheriano*. Durante o século XVII, Roma se constituiu em um dos mais importantes centros culturais europeus, havendo, portanto, muitos colecionadores. O museu foi formado em 1651 a partir da herança de um nobre que foi deixada para os jesuítas, sendo a mesma constituída essencialmente por antiguidades e obras de arte. Coube ao padre Athanasius Kircher (1601-1680)⁶², filósofo natural da Ordem, a incumbência de cuidar dos objetos, organizando-os e, com o tempo, acrescentando “peças inventadas e elaboradas pelo próprio curador – instrumentos científicos, matemáticos, etc.”. (KURY; CAMENIETZKI, 1997: 72)

A coleção ganhou o título de *Museu Celebérrimo* quando da publicação, em 1678, do primeiro catálogo e que contou com a presença de “príncipes, políticos, embaixadores e homens de corte vivendo ou não em Roma”. (*Idem*, p. 73) Houve também a organização de um livro onde os capítulos apresentaram a disposição dos objetos na seguinte ordem:

vasos antigos, estátuas e quadros de personagens importantes do século (reis, príncipes e papas); estátuas de filósofos, escritores e deuses da Antiguidade; inscrições de línguas raras (chinês, hieróglifos, árabe; obeliscos egípcios). Na segunda parte, os capítulos descrevem: arte vitraria (com objetos decorativos e instrumentos ou experiências científicas); lâmpadas antigas e modernas; instrumentos matemáticos, ímãs, máquinas magnéticas e experiências magnéticas; padrões de pesos e medidas antigos e modernos; “*apetrechos de coisas raras reunidas de todos os cantos do mundo*”; aparelhos e experiências de óptica; “*frutos do mundo subterrâneo*” ou minerais e pedras; experiências e substâncias “*herméticas*” e alquímicas. Finalmente, a terceira parte descreve moedas; instrumentos musicais; termoscópios e higrômetros; relógios solares e mecânicos, autômatos; aparelhos de “*motoperpétuo*” aparente; brinquedos de bolas; oráculos; lista dos livros e manuscritos de Kircher e de outros guardados no Museu. (*Ibidem*, p. 73)

A descrição da organização da coleção remetia, inicialmente, a ideia de um ambiente caótico e confuso. Entretanto, disse muito sobre a cultura erudita da época, pois que ali esteve representada a interpretação e investigação de mundo do jesuíta orientado pelo “neoplatonismo eclético da Renascença”, pensamento fundado na noção de harmonia e excelência da Criação. (*Ibidem*) Sobre essa questão, os autores sinalizaram que:

Há uma metafísica, uma cultura científica e uma visão do mundo e de suas relações com o homem e com Deus que dá sentido ao aparente caos das estantes e salas kircherianas. Ora, nas primeiras páginas do trabalho, naquelas em que está descrito o

⁶² O jesuíta se destacou como grande erudito em função de estudos sobre cultura, religião e costumes do Egito antigo, por seus conhecimentos de línguas mortas – grego, hebraico, copta – e por seus trabalhos em Filosofia Natural. (KURY; CAMENIETZKI, 1997: 72)

conjunto do Museu, o autor justifica da seguinte maneira a decoração do teto da sala principal, onde está pintado um afresco representando os céus e os planetas: “Com estas coisas raras tu aprendes que todas as coisas em todas as coisas derivam de Deus, enquanto autor da natureza, assim perceberás que também as coisas são levadas a Ele em linda concordância”. (KURY; CAMENIETZKI, 1997: 73-74)

Cabe destacar que para abastecer a coleção, Kircher contou com uma rede de correspondentes em missão que estiveram espalhados por diversos pontos do mundo e que lhe enviavam objetos, tanto da natureza, quanto da arte dos povos habitantes da Ásia e América. Nesse sentido, o contato com o Novo Mundo contribuiu para o crescimento do colecionismo, uma vez que forneceu uma gama muito ampla e diversificada de objetos exóticos, uma vez que:

As expedições que voltam dos países longínquos trazem, com efeito, não só mercadorias altamente vantajosas mas também todo um novo saber, e novos semióforos: tecidos, ourivesarias, porcelanas, fatos de plumas, ídolos, fetiches, exemplares da flora e da fauna, conchas, pedras afluem assim aos gabinetes dos príncipes e aos dos sábios. Todos esses objetos, qualquer que fosse o seu estatuto original, tomam-se na Europa semióforos, porque recolhidos não pelo seu valor de uso mas por causa de seu significado, como representantes do invisível: países exóticos, sociedades diferentes, outros climas. (POMIAN *apud* RAFFINI, 1993: 160).

A disseminação dessa atividade progressivamente tornou-se popular ao ponto de se constatar, por exemplo, que em Amsterdã e Roterdã:

[...] muita gente poderia compartilhar essa fartura e comprar objetos para guardar em seus armários e exibir para os amigos, prova das maravilhas além das ondas e do êxito avassalador que seu país pequeno e pantanoso tinha alcançado por força da necessidade, transformando o mar hostil em grande mercado. Havia comerciantes especializados em artigos exóticos, e boticários costumavam estocar coisas curiosas, como múmias egípcias e peixes estrangeiros secos, deixando o acaso decidir se deveriam virar pó e serem utilizados como remédio ou se deveriam ser vendidos intactos, para fazer parte de uma coleção. Quando o boticário de Leiden, Christiaen Porret, morreu em 1628, o catálogo de leilão de sua loja mencionava uma cornucópia que não estaria fora de lugar em qualquer armário da época: “curiosidades ou raridades e delícias seletas de estranhos cornos marinhos indianos ou de outra procedência, conchas de terra firme e do mar, minerais e estranhas criaturas, assim como objetos preparados artificialmente e pinturas”. (BLOM, 2003: 40)

O exemplo acima citado dá a dimensão exata da proliferação do colecionismo, a partir do desenvolvimento dos gabinetes de curiosidade. Entretanto, se muitos acumulavam raridades por diversão, é imprescindível destacar que outros o faziam para estudo, utilizando suas coleções como repositório de conhecimento. Assim, a partir do século XVIII, o colecionismo ganhou um status diferente, estando mais relacionado à ideia de “colocar tudo numa ordem de coisas, em seu devido lugar dentro de um grande sistema, capaz, pelo menos potencialmente, de absorver tudo que existia na terra e nos céus”. (*Ibidem*, p. 110) Vivenciou-se, portanto, um

processo de refinamento e especialização, que fez com que progressivamente os gabinetes de curiosidade, caracterizados pela heterogeneidade de objetos, cedessem lugar a espaços especializados em determinados objetos. Conforme destacou Silva e Blom:

Ao longo do século XVIII, no tempo iluminista em que o pensamento científico se constituía (e também a História, a História da Arte e a Estética), os gabinetes de curiosidade, privados e acumulados, vão cedendo lugar a instituições de sentido público que, com ambições didáticas, iniciam o estudo e inventariação das diversas coleções [...]. (SILVA *apud* BRIGOLA, 2003: 06)⁶³

O Iluminismo e o surgimento das academias, onde estudiosos se reuniam para discutir e compartilhar suas pesquisas, conduziram a formas mais metódicas de abordar o mundo material e a formas mais especializadas de colecionar. A ambição de colecionar tudo o que fosse digno de nota, ceder a vez a uma divisão de disciplinas, e dentro delas um novo projeto surgiu: a classificação racional e descrição completa da natureza e, finalmente, da arte. (BLOM, 2003: 107)

O colecionismo moderno, portanto, foi fruto de uma progressiva mudança de atitude em relação a natureza. Contudo, não se pode imaginar que houve uma ruptura abrupta com relação às concepções medievais da natureza, onde havia o predomínio de um sentido de uso imediato dos objetos. Ao contrário, tratou-se de:

um lento processo de maturação em que se encontram confundidos elementos típicos da atitude medieval, que valoriza especificamente o uso dos objetos, e elementos próprios aos dois primeiros séculos da Idade Moderna, quando os objetos são testemunhos do mundo. (KURY; CAMENIETZKI, 1997: 69)

A busca pela utilidade se configurou em uma das dimensões das ciências durante o século XVIII, sendo, portanto, nesse período bastante comum a proliferação das coleções de plantas e animais, mais conhecidas como Jardins Botânicos e Zoológicos e também dos Museus ou Gabinetes de História Natural⁶⁴. O colecionismo do século XVIII materializou um tipo de ciência alicerçada no pragmatismo e especialização, e que alçou à natureza ao patamar de modelo de “moralidade e fonte de riquezas”. (KURY; CAMENIETZKI, 1997: 63) Esse processo, desencadeou aquilo que Ana Luísa Janeira chamou de abandono do paradigma medieval, centrado na ação ouvir/ler, “pelo que a transmissão do conhecimento se fazia entre quem lia e quem ouvia, do pregador ao fiel numa catedral, do lente ao aluno na cátedra universitária”, para o experimental, dando novo impulso ao colecionismo, onde “o observar –

⁶³ Para mais informações sobre a influência do movimento das luzes no processo de separação de coleções por área de conhecimento ver Kury e Camenietzky (1997) e Blom (2003).

⁶⁴ Cabe aqui destacar que a passagem para o século XIX completou o longo processo de autonomização da História Natural, inaugurando as Ciências Naturais compartimentadas em diferentes especificidades. Ver Kury; Camenietzki (1997).

experimental – comparar, nunca por demais revelados, e com essas bases para a inovação, dinamizada pelo mundo teórico”. (JANEIRA, 2006: 66-67)

Em face desse cenário, plantas, animais e minerais de cunho medicinal oriundos de diversas regiões do planeta passaram a receber atenção significativa. O desenvolvimento de sistemas de classificação, a partir de Carlos Lineu (1707-1778) e Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), submeteu a natureza à mente científica, concedendo nova dimensão à prática das coleções, uma vez que a classificação/organização do conhecimento passou a ser compreendida enquanto processo móvel, dinâmico e dependente do contexto social⁶⁵.

Assim, as coleções acumularam progressivamente a função de instrumentos de exploração e conservação do conhecimento científico. Esta última faceta é a que nos interessa mais de perto, uma vez que enxergamos e atribuímos à *Colecção de varias receitas* dos jesuítas, além de um tipo específico de escrita científica, o sentido de permanência no tempo de um conhecimento capaz de superar a finitude da Ordem.

4.2 EXPRESSÃO DE UMA ESCRITA CIENTÍFICA

Conforme visto, no item anterior, a análise do contexto interno e externo de produção da *Colecção de varias receitas* foi fundamental para nos ajudar a compreender a elaboração dessa obra em sua relação com a preservação da memória da Companhia de Jesus, bem como com o cenário científico do colecionismo durante o século XVIII. Nas próximas linhas, nos interessa perceber e analisar o conhecimento científico dos jesuítas no que diz respeito ao saber médico farmacológico presente na obra.

A *Colecção de varias receitas*, pertenceu à tipologia documental dos cadernos de receitas de medicamentos dos jesuítas, sendo organizada por autor desconhecido no ano de 1766, com todas as licenças necessárias para publicação, muito embora tenha permanecido manuscrita⁶⁶. Quanto a essa questão já mencionada neste capítulo, devemos atentar para um ponto importante. Se de fato a obra possuía, conforme consta na Figura 02, todas as licenças

⁶⁵ Ver Burke (2003).

⁶⁶ Sobre a questão da autoria da *Colecção de varias receitas* Serafim Leite (1953) lançou a hipótese de ser obra de um “Padre ou irmão da Companhia, ainda não identificado, pertencida à Assistência de Portugal, e estivera ou passara pelas suas diversas missões ultramarinas, incluindo o Brasil, como parte integrante da América, uma das quatro partes do mundo em que ele diz que vivera. (LEITE, 1953: 87)

necessárias para tal empreitada, isso não significou que seu conteúdo deveria vir a público. Ou seja, o fato de o autor ter a intenção de publicar a obra não significou que houve um projeto de alcance para o público em geral. Essa determinação ficou bastante clara quando o autor destacou que “a tudo esta exposto quem faz obra, a qual para utilidade pública haja de sahir das mãos de seo autor, e ficar sujeita à diversidade dos juízos, e dos goztos de todos aquelles, que a lerem”. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 05)

Na sequência, se encontra uma dedicatória ao coração santíssimo de Jesus, onde o autor deixou clara a intenção de utilidade da obra, como destacado em outros cadernos de receitas dos jesuítas. Tal fato apontou para uma postura padronizada que refletiu um dos mais importantes preceitos de atuação da Ordem no mundo, o ser útil para servir a Deus e aos homens. Contudo, cabe destacar que esse documento especificamente buscou ressaltar o princípio da atuação da Companhia de Jesus no mundo pela perspectiva da utilidade da obra no combate aos males do corpo, ou seja, as doenças. Assim, o autor destacou que:

A vós Deos e Senhor meo, e o vosso amabilíssimo coração he devido o offerecimento desta pequena Obra. Aceitaia, Senhor, como offerta do meo coração; e para que ella vos seja grata, não olheis para quem a offerece, olhai só para a vontade e desejo de quem a apresenta a vosso Santíssimo Coração. Fazei, Senhor, que ella seja de utilidade a meos proximos, pondolhe a eficacia da vossa Divina Virtude. Inflamai, Senhor, a minha vontade no fogo de vosso embrazado Coração, para que viva, e morra só por puro amor vosso. Amem. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 03)



Figura 2 – *Colecção de varias receitas*, 1766, p. 2. Imagem retirada da cópia digitalizada do documento. Acervo ARSI.

Na apresentação da *Colecção*, após a parte dedicada ao oferecimento da obra, apareceu o primeiro contato do autor em relação aos futuros leitores. No prólogo ao leitor, o mesmo fez uma explanação sobre sua intenção, reafirmando o caráter utilitário da obra, bem como ressaltando que o que o motivou a organizar “esta colecção de receitas particulares das nossas boticas” teria sido para que não se perdessem “tão bons segredos e estes não andassem espalhados por todas as mãos”. (*Idem*, p. 4) Mas, também apareceu a preocupação com o fato das receitas caírem em mãos erradas, comprometendo a rentabilidade das boticas. Esse ponto ficou claro ao destacar que:

pois bem sabes, que revelados estes, ainda que seja de uma botica para outra, perdem toda a sua estimação; e que pelo contrario o mesmo he estar em segredo qualquer receita experimentada, que fazem dela todos com grande appreço, e estima com fama, e lucros considerável da Botica, a que pertence. Pelo que peço-se que sejas muito acautelado e escrupuloso em não revelar algo destes segredos; pois em consciencia se não pode fazer, advertindo que são couzas estas da Religião e não tuas. (*Ibidem*, p. 4)



Figura 3 – *Colecção de varias receitas*, p. 3. Imagem retirada da cópia digitalizada do documento. Acervo ARSI.

Há ainda que se ressaltar que ao afirmar a necessidade de cautela e escrupulo ao lidar com os medicamentos de segredo contidos na *Colecção*, por se tratar de coisa atrelada à religião, ou seja, a Deus e não ao homem, o autor revelou uma visão de mundo apresentada no

capítulo anterior, onde a prática de negócios, e consequentemente a aquisição de lucro, não iam de encontro aos preceitos religiosos. Pelo contrário, nessa perspectiva, a vida do jesuíta se resumia à atitude de humildade no servir, o que justificava suas ações em decorrência da subordinação à Deus, pois “se o inaciano encontra Deus em todas as coisas, o servir orando, pregando, trabalhando, administrando colégios e fazendas constituíam meios diferentes de encontrar o seu fim essencial de servir Deus”. (ASSUNÇÃO, 2009: 242)

Ainda na parte referente ao prólogo, o autor da obra relatou que na organização do material, todo escrito em português e não em latim, além das receitas de medicamentos produzidos nas boticas jesuítas que estiveram ligadas à assistência a Portugal, a saber: América portuguesa (Bahia, Recife e Rio de Janeiro), Macau, Goa, Évora e Lisboa (Santo Antão e São Roque), também constava uma receita de medicamento proveniente do Colégio Romano, como o caso da *Triaga optima* (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 413)

Em uma perspectiva geral, apesar da obra não possuir divisões ou subdivisões oficiais, a análise do documento nos forneceu a seguinte estrutura: receitas de medicamentos produzidos em boticas jesuítas em Portugal e no Oriente, receitas de medicamentos produzidos nas boticas jesuítas da América portuguesa, receitas de irmãos boticários do Brasil, receitas de autores médicos/farmacêuticos leigos e, finalmente, receitas sem a indicação do autor. No que diz respeito as receitas de medicamentos produzidos por médicos/boticários afamados, conforme o caso de João Curvo Semedo (1635-1719). O autor destacou que:

Vai acrescentada essa colecção com muitas outras receitas, índices e notícias curiosas, e necessárias, para a inteligência de algumas duvidas, que ocorrem quotidianamente, e nas de encorrer a sua clareza em muitos livros. A tenção com que fiz tudo isto, só o coração de meu senhor o sabe, a quem dediquei este trabalho. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 03)

Assim, encontramos ao longo da obra um total de 33 receitas de medicamentos que não tinham sua produção em caráter privativo nas boticas dos jesuítas, uma vez que ao lado do nome do medicamento não aparecia o nome do irmão boticário que a produziu, tampouco a botica jesuíta a qual pertencia a produção. Ou seja, esse quantitativo se referiu a autores conhecidos no cenário médico farmacológico europeu, sobretudo, pela popularidade das fórmulas que desenvolveram. Dessa forma, encontramos a seguinte configuração (Tabela 3):

Tabela 3: Relação autor e medicamento

AUTOR	MEDICAMENTO
Aminzk	1. Agoa Perlarum
Athanasio Lourenço	1. Emplastro
Carlos Mussitano	1. Agoa Perlarum 2. Balsamo Catholico
D. João	1. Emplastro Magistral Pardo
D. Lourenza	1. Agoa Anti-Venerea chamada da Salsa
Grão Duque de Toscana	1. Oleo para Espasmos ou Convulssoens
Jacob de Castro Sarmento	1. Limonea Purgativa 2. Pilolas desobstruentes
Joannis Schorderio	1. Agoa Perlarum
João Cardoso de Miranda	1. Agoa Theriacal 2. Confeição Anti-Scorbutica 3. Cozimento Anti-Scorbutico 4. Para quem tem febre 5. Tintura de Coral
João Curvo Semedo ⁶⁷	1. Agoa Cordial Bozoartica solutiva 2. Agoa antipleuritica 3. Agoa Anti-hidropica 4. Agoa Anti-Asmatica 5. Agoa contra-vermes 6. Agoa Cordial Bosoartica contra Bexigas e Sarampo 7. Cataplasma contra Esquinencia 8. Cozimento Cordeal de Curvo, simples 9. Cozimento para toda a Casa de Defluxoens 10. Olio expresso de Bolotas 11. Olio de Ouro 12. Talhadas para sangue pella boca 13. Trociscos de estancar sangue 14. Trociscos de Fiorabanto 15. Vinho dioretico 16. Xarope de espinheiro alvar
Madama Focquet	1. Agoa Anti-Venerea
Manuel dos Santos	1. Agoa Anti-Venerea

Fonte: Colecção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora

⁶⁷ Há referência de que as receitas de Curvo Semedo foram retiradas, respectivamente, das obras *Polienteia Medicinal* (1680) e *Atalaia da Vida contra as Hostilidades da Morte* (1720), havendo ainda, ao lado da receita, a página em que estas poderiam ser encontradas.

Além destas receitas, a *Colecção* trouxe uma variedade de medicamentos produzidos nas boticas jesuítas ligadas a assistência a Portugal⁶⁸. São eles (Tabela 4):

Tabela 4: Relação Colégio de origem e medicamento

BOTICA/COLÉGIO	MEDICAMENTO
Colégio Romano	1. Triaga Optima
Évora	1. Massa Optima para mordeduras de Caes danados 2. Pilolas contra Cursos 3. Poz anti-neofriticos 4. Poz anti-pleuriticos 5. Vinho contra Tirizia 6. Vinho contra sangue pella boca
Goa	1. Pedras Cordiaes (chamadas comummente de Gaspar Antonio) 2. Pedras de Gaspar Antonio reformadas 3. Pedras de Porco Espinho artificiais 4. Triaga da India, chamada do Sul
Macau	1. Agoa Febrefuga 2. Agoa Otalmica 3. Agoa Prodigiosa 4. Balsamo Apopletico. Optimo 5. Balsamo Apopletico. Optimo para Molheres 6. Balsamo Estomacal 7. Bezuartico de Curvo 8. Cachundê do Japão 9. Cachundê Optimo 10. Emplastro Vulneravel Magistral (Unguento do Padre Costa) 11. Emplastro para a Gota 12. Emplastro negro composto 13. Linimento para empigens e sarna 14. Massa para Sezoens 15. Manteiga de Chumbo 16. Oleo de Apparicio 17. Pedra Basar artificial 18. Pedras de Porco Espinho, melhores que as antecedentes 19. Pillulas Douradas celebérrimas em todo o Reyno da Conchinchina 20. Pillulas para a Gotta 21. Pillulas para facilitar o parto

⁶⁸ Conforme anteriormente mencionado as boticas eram de Macau, Goa, Évora e Lisboa (Santo Antão e São Roque).

	22. Pillulas para a retenção dos meses 23. Pilolas Silvianas 24. Pomadas contra as dores de madre 25. Pôz contra lombrigas 26. Tintura adistringente 27. Tintura Estomacal 28. Trociscos de Fiorabanto 29. Unguento desobstruente 30. Unguento para almorhoides 31. Unguento para feridas, chagas, queimaduras, e quebraduras 32. Xarope de dormideiras brancas
Santo Antão	1. Agoa de Inglaterra 2. Agoa de Milicia. Composta 3. Massa para Sezoens 4. Pillulas de Clericato ou familiares 5. Pillulas de Familia 6. Unguento Sigillado
São Roque	1. Balsamo Apopletico 2. Emplastro admiravel para a Espinhella 3. Tintura para sangue pella boca

Fonte: Colecção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora.

É importante sinalizar que o autor organizou a apresentação dos medicamentos na *Colecção* utilizando a ordem alfabética, ou o princípio do dicionário, em detrimento da organização por temas⁶⁹. Peter Burke esclareceu que aquela passou a se tornar mais visível na organização de enciclopédias a partir do século XVII, embora conhecida desde a Idade Média. Segundo o autor:

O que era novo no século XVII era que esse método de ordenar o conhecimento deixava de ser o sistema de classificação subordinado para se tornar o sistema principal. Hoje o sistema pode parecer óbvio, e mesmo “natural”, mas parece ter sido adotado, pelo menos originalmente, em função de uma sensação de derrota por parte das forças da entropia intelectual numa época em que o novo conhecimento invadia o sistema com velocidade excessiva para ser digerido e metodizado. (BURKE, 2003: 88)

Ao longo do século XVII a classificação do conhecimento segundo a ordem alfabética se tornou progressivamente comum, uma vez que facilitava a consulta de um leitor ávido por respostas, poupando seu tempo pela objetividade que oferecia. Entretanto, o conflito com o sistema de classificação temática do conhecimento persistiu por todo o período, sobretudo,

⁶⁹ Cabe ressaltar que apesar da organização da *Colecção de varias receitas* estar em ordem alfabética, nem sempre a encontramos dentro dos vocábulos.

porque este privilegiava aquilo “que d’Alembert chamou de “*l’enchaînement des connaissances*” [o encadeamento dos conhecimentos]”. (*Idem*, p. 144) Dentro dessa perspectiva, o conhecimento se tornava mais abrangente na medida em que a leitura de dado tema permitia a interação do leitor com outras disciplinas.

Voltando a análise da *Colecção*, dos medicamentos ligados às boticas da América portuguesa temos um total de 48 receitas, divididas da seguinte forma: 39 provenientes da botica do Colégio da Bahia, dentre eles o *Balsamo Apopletico*, também produzido nas boticas dos Colégios jesuítas de Macau e São Roque e o *Emplastro admirável para Espinhella*, também produzido na botica da Casa de São Roque; 02 receitas que se vinculavam à botica do Colégio do Rio de Janeiro, com ênfase na *Massa para Cezoens*, também produzida nas boticas dos Colégios jesuítas de Macau e Santo Antônio; e, finalmente, 07 receitas que estiveram atreladas à botica do Colégio do Recife, dentre elas a *Agoa Otálmica Romana*, também produzida na botica do Colégio de Macau. A Tabela 5 oferece uma visão completa da produção de medicamentos nas boticas jesuítas que estiveram localizadas na porção portuguesa da América. São eles (Tabela 5):

Tabela 5: Relação botica e medicamento.

BOTICA	MEDICAMENTO
BAHIA	1. Ambar concentrado 2. Agoa de Canella 3. Balsamo Apopletico 4. Balsamo Apopletico Optimo para Molheres 5. Caçoula admirável 6. Conserva de Caroba 7. Cozimento para a Virgindade perdida 8. Emplastro para dores de cabeça 9. Emplastro admirável para a Espinhella 10. Emplastro de Tabaco 11. Emulsão Regia 12. Encerados para secar leite 13. Olio de Bicuibas expresso 14. Olio de Erva da Costa 15. Oleo de Canella 16. Panacea Mercurial 17. Pedra Infernal Optima 18. Pillulas Angelicas 19. Pillulas Capitais 20. Pillulas Hemeticas

	21. Pillulas de Rezina de Batata 22. Pillulas de Rezina de Jalapa 23. Quintilio Optimo 24. Resina de Batata 25. Rosa Solis Optima 26. Solimão Optimo 27. Tartaro Emetico Optimo 28. Tintura de Alambre 29. Triaga Brasilica Celeberrima em todo aquelle novo mundo 30. Nova Triaga Brasilica 31. Vinho Emetico 32. Unguento amarelo 33. Unguento de Azougue 34. Unguento de Cantaridas potente 35. Unguento para comechoens de corpo 36. Unguento preservativo dos Erpes 37. Unguento contra sarnas 38. Xarope de Coral 39. Xarope Emetico
RECIFE	1. Agoa Anti-Venerea 2. Agoa Benedita 3. Agoa Otalmica 4. Besoartico do Curvo singular contra febres malignas 5. Emplastro contra Roturas 6. Tizania Laxativa Mompliacensis 7. Unguento para tudo
RIO DE JANEIRO	1. Massa para Cezoens 2. Vinho febre-fugo

Fonte: Colecção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora.

Quanto aos medicamentos de autoria de irmãos boticários que estiveram atuando na América portuguesa tem-se um montante de 16 receitas, conforme os dados da tabela 6:

Tabela 6: Relação irmão boticário e medicamento

IRMÃO BOTICÁRIO	MEDICAMENTO
André da Costa	1. Emplastro de Tabaco
Francisco Silva	1. Emplastro para matar Lombrigas 2. Graons para Fontes 3. Hercules Infans 4. Jalea optima de ponta de Veado 5. Leite Virginal 6. Manteiga de Chumbo 7. Triaga contra Lombrigas

	8. Unguento de Azougue 9. Unguento de Cantaridas potente 10. Unguento Caustico 11. Unguento para Empijas 12. Unguento de Fezes de Ouro 13. Unguento Narcotico
Manuel Diniz	1. Balsamo para Empigens 2. Unguento para Empijas

Fonte: Coleção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora.

Sobre esses irmãos boticários do Brasil temos algumas informações. O primeiro irmão a exercer o ofício boticário na América portuguesa foi Manuel Tristão (1546–1621) que ingressou na Companhia de Jesus em 1568, aos 22 anos de idade. Aportando na colônia em 1584 como irmão coadjutor acabou se destacando na área dos serviços de saúde, atuando como enfermeiro e boticário nos Colégios da Bahia e Olinda. O irmão produziu uma série de medicamentos que foram reunidos naquilo que Serafim Leite (1953) chamou de *Collecção de Receitas Medicinais*, que nunca chegou a ser publicada em função de o navio que levava o padre Cardim com diversos escritos para o reino ter sido abordado pela pirataria inglesa⁷⁰.

Dentre os irmãos boticários com produção na Tabela 6 temos informação de que André da Costa (1648-1712) havia entrado para a Companhia no ano de 1676, conforme constou no Catálogo de 1679. (LEITE, 1953) Foi descrito pelo domínio e habilidade como farmacêutico e químico, *optimus farmacopola* e *chimicus insigne*, certamente fruto de sua atuação como cirurgião antes de entrar para a Companhia. Constou ainda que sua atuação se deu sempre na botica do Colégio da Bahia, onde trabalhou com plantas e minerais, cultivados nas quintas ou fazendas jesuítas, na confecção de medicamentos famosos, conforme o caso da já mencionada *Triaga Brasília*.

Esse medicamento de formulação complexa contava com cerca de 77 itens entre raízes, óleos e sais químicos, se destacando pela ação positiva para “curar venenos de cobra e outros animais peçonhentos, dores de estômago, cólicas, vômitos, vermes, epilepsia, apoplexia, melancolia, convulsão e diversos outros males”. (LEITE, 1953: 295-297) Os ingredientes utilizados na preparação desse medicamento se dividiam entre aqueles que eram colhidos diretamente da natureza; os também de origem vegetal que eram aclimatados e cultivados pelos

⁷⁰ Bruno B. Leite chamou atenção para o fato de que esses manuscritos podem estar depositados em algum arquivo inglês, junto aos espólios roubados de Fernão Cardim. Ver Leite (2011).

jesuítas de origem nativa, europeia e asiática; e, por fim, aqueles de origem química, que eram produzidos nas boticas. Dentre estes últimos se destacaram os óleos químicos de:

cascas de laranja (*Citrus sinensis*), salsafraz (*Sassafras albidum*), pindaiba (*Duguetia lanceolata*), erva doce (*Pimpinella anisum*), funcho (*Foeniculum vulgare*), canela (*Cinnamomum zeylanicum*), salva (*Salvia officinalis*) e cascas de limões (*Citrus limon*), além dos sais químicos hercúleo, de cravo (*Syzygium aromaticum*), canella (*Cinnamomum zeylanicum*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), tabaco (*Nicotiana tabacum*), caroba (*Jacaranda caroba*), chicorea (*Cichorium intybus*), borragens (*Borago officinalis*), pindaiba (*Duguetia lanceolata*), arruda (*Ruta graveolens*) e cardo santo (*Carduus benedictus*). (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 403-404)

A *Colecção de varias receitas* descreveu esse medicamento com a informação de que “esta he a triaga que ordinariamente fazia o Ir. André da Costa” (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 400-405) Confirmando o trabalho desenvolvido pelo irmão boticário com minerais, padre Bettendorf (1625-1698) sinalizou que este havia mandado vir do Maranhão:

Uma pedra branca, que lasca a modo de talco e parece vidro, cuja mina se achou em um tanque grande, para a banda do mato, uns seis ou sete palmos afastada da vala; e do canto dela uns vinte; pouco mais ou menos. Soube desse mineral, o Ir. André, apoticário da Bahia, e mandou pedir algum para suas mesinhas. (LEITE, 1953: 147)

Destreza na arte farmacêutica também apresentou o irmão Manuel Diniz (1708-1780) que já exercia o ofício boticário antes mesmo de entrar para a Ordem, em 1729, então com 21 anos de idade. (*Idem*) Conceituado como *bonus pharmacopola*, esteve ligado à botica do Colégio do Recife onde atuou, simultaneamente, como boticário e enfermeiro, chegando a classificação de *soto-ministro* em 1745. Durante seus primeiros anos de formação esteve ligado ao Colégio da Bahia, passando ainda pelo Colégio de Olinda. No período da expulsão dos jesuítas do Brasil saiu exilado do Colégio do Recife para Lisboa e suas últimas notícias deram conta de que entre 1774 e 1780 viveu em Pésaro (Itália).

Por fim, Francisco da Silva (1695-1763) foi dentre os irmãos boticários da América portuguesa aquele que mais se destacou pela quantidade de medicamentos produzidos. Em 1717, aos 22 anos de idade, ingressou na Companhia atuando como boticário, *insignis pharmacopola*, e enfermeiro no Colégio da Bahia. Mas existe menção à sua atuação em São Paulo (1732), no Rio de Janeiro (1737) e em Pernambuco, onde em 1738 abraçou a responsabilidade de organizar a botica do Colégio de Olinda. Sobre esse fato, houve a suspeita de que exerceu o ofício boticário também na botica do Colégio do Recife, considerada superior em relação a Olinda, sobretudo, pela proximidade entre as regiões. Francisco da Silva se encontrava na Bahia

em 1757 e assim como Manuel Diniz foi exilado para Lisboa e Estados Pontifícios quando da expulsão dos jesuítas do Brasil, vindo a falecer em Roma no ano de 1763.

A carta ânua de 1739-1740 deu conta de sua atuação no Colégio de Olinda ao ressaltar que:

Era grande a penúria de medicamentos. Com a presença do Ir. Francisco da Silva houve abundância não só para o Colégio; que deixou de os comprar, mas também para a gente de fora, vendendo-se aos ricos (aos pobres davam-se de graça, como era costume); esta fabricação de remédios ajudou o Colégio até economicamente e o alívio de dívidas que tinha. (*Ibidem*, p. 261)

Igualmente, Serafim Leite (1953) forneceu informações sobre a prática laboral desse irmão boticário ao destacar que:

Preparava os medicamentos usados na Farmacopeia Geral de seu tempo, quer de autores portugueses, Curvo Semedo, Jacobo de Castro e João Cardoso de Miranda, quer de estrangeiros, como Carlos Muzitano. Da sua lavra – e isto já é Farmacopeia Brasileira – há notícia de onze: um contra insónias e dores de cabeça, um emético, um vesicatório, dois vermífugos, um contra anemia, um anti-sifilítico, e quatro contra as doenças de pele, por onde parece ter sido esta a sua especialidade farmacêutica, importante sem dúvida em climas tropicais. (*Ibidem*, p. 262)

Além dos nomes dos três irmãos boticários mencionados, a *Colecção de varias receitas* trouxe o de Manuel de Carvalho, que muito provavelmente atuou nas boticas jesuítas do Reino ou do Oriente, uma vez que seu nome não constou entre os que desempenharam o ofício boticário no Brasil durante o período colonial, séculos XVI-XVIII⁷¹. Portanto, carecemos de informações pessoais sobre o mesmo, nos sendo possível apenas dar conta de sua produção pelo quantitativo de receitas que desenvolveu. Dessa forma, apareceram na *Colecção* um total de 30 receitas ligadas ao seu nome, conforme Tabela 7:

Tabela 7: Relação Manuel de Carvalho e medicamento

IRMÃO BOTICÁRIO	MEDICAMENTO
Manuel de Carvalho	1. Agoa Anti-pleuritica 2. Agoa Arterial 3. Agoa de Cordova optima 4. Agoa Otalmica 5. Agoa para obstruçoens e Itericia 6. Balsamo contra Parlezia 7. Balsamo de Fezes de Ouro 8. Cozimento para adoçar gonorreas

⁷¹ Ver Apêndice C.

	9. Cozimento para a Virgindade Perdida 10. Digestivo Optimo 11. Emplastro Attrahente 12. Emplastro Dissolvente 13. Emplastro de Enxofar 14. Emplastro Sigillado 15. Emulsão de Escorcioneira 16. Massa para tomar o fluxo de sangue das Hemorragias 17. Olio Real de Euphorbio 18. Olio da Matta 19. Pillulas para Enxaqueca 20. Pillulas para desecar gonorreas 21. Pillulas para a retenção dos meses 22. Pomada cheirosa 23. Pomada de Spermacete 24. Poz contra Lombrigas 25. Tintura de Coral 26. Vinho febre-fugo 27. Unguento Celeste 28. Unguento desobstruente 29. Unguento de papel 30. Unguento para queimaduras e fogagem
--	--

Fonte: Colecção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora.

Há, por fim, ao longo da *Colecção de varias receitas* um total de 72 receitas de medicamentos sem a indicação do nome do autor e outras 09 receitas que constavam, ao mesmo tempo, o nome do irmão boticário que produziu a formulação e a botica de origem. No que diz respeito as receitas de medicamentos onde o nome do autor não apareceu especificado temos o resultado organizado segundo a Tabela 8:

Tabela 8: Receitas de medicamentos sem especificação de autor.

AUTOR	MEDICAMNTO
Sem indicação (não especificado)	1. Agoa Febrifuga para Terçans, e Quartans 2. Agoa Contra Figado. De qualquer qualidade que seja 3. Agoa para cancros 4. Agoa febrífuga 5. Agoa Salgada 6. Amendoada Refirgerante 7. Balsamo catholico. Para as Molheres

	8. Candeias, velas ou mechas 9. Caustico ou Massa optima contra Cancros 10. Calcinação do cobre 11. Conserva de Ameixas purgativas 12. Cebo confeito 13. Dia-tartaro reformado 14. Emplastro de Spermacete sem goma 15. Emplastro Geminis 16. Emplastro para Hernia Carnoza 17. Emplastro para dores de dentes 18. Emplsatro para a Madre 19. Ethiope Mineral com fogo 20. Espirito de Mindereri 21. Emulsão optima. Contra polluçãoens involuntárias 22. Emplastro amarelo Espanhol optimo 23. Laudano liquido. Sedenhão 24. Laudano Opiado. Sinabarrino 25. Licor Esterico 26. Linimento para Almorreinas 27. Linimento para Empiges 28. Linimento admirável para estancar vômitos 29. Massa Turquesca 30. Mercurio Sublimado. Doce 31. Mercurio doce lavado 32. Mercurio Alkalissatus 33. Oleo ou Balsamo de Balsamina 34. Oleo de Ouro 35. Pastilhas Abti-hidropicas 36. Pedras de Cobra de Dio 37. Pillulas Anti-asmaticas 38. Pillulas contra Flatos Hipiconddricos 39. Pillulas contra Galico]Pillulas para Gonorreas, ou Esquentamentos 40. Pillulas Histericas 41. Pillulas Mercuriais 42. Pillulas contra Obstruçãoens Gallicas, e males da cabeça 43. Pillulas para facilitar o parto e para a Conjuração 44. Pirolas para ter o corpo sempre obediente 45. Pilolas de sinoglosa 46. Pozes contra Asma, e optimos 47. Pôz contra lombrigas
--	--

	48. Poz magistraesolutivos 49. Poz do Marques para quêdas 50. Poz para quem não logra o que come 51. Poz contra febres malignas, e outras quaisquer 52. Poz cornachinos 53. Poz dobrados simples 54. Tintura de Coral Optima 55. Tintura ante-colica, ou carminativa 56. Trociscos de estancar sangue 57. Trociscos de Jararacas 58. Tintura odontológica para dor de dentes. Optima 59. Vinho Emetico Solutivo 60. Unguento chamado do S. Borja. Optimo para chagas antigas, e incuraveis 61. Unguento Nervino 62. Unguento Romano para tudo 63. Unguento regadio magistral 64. Unguento para Tinha 65. Unguento para Tinha de outra sorte 66. Unguento para Sarna ainda que sej Gallica 67. Unguento contra piolhos 68. Unguento contra lombrigas 69. Unguento Optimo para as carnosidades do membro 70. Unguento Romano para tudo 71. Unguento rosado e fresco, lavado com agoa rosada 72. Unguento composto refrigerante
--	--

Fonte: Colecção de varias receitas, 1766. Elaborada pela autora.

Do que foi apresentado até aqui, a obra analisada reuniu um total de 260 receitas de medicamentos produzidos nas boticas da Companhia de Jesus, estes estiveram divididos conforme gráfico da Figura 4:

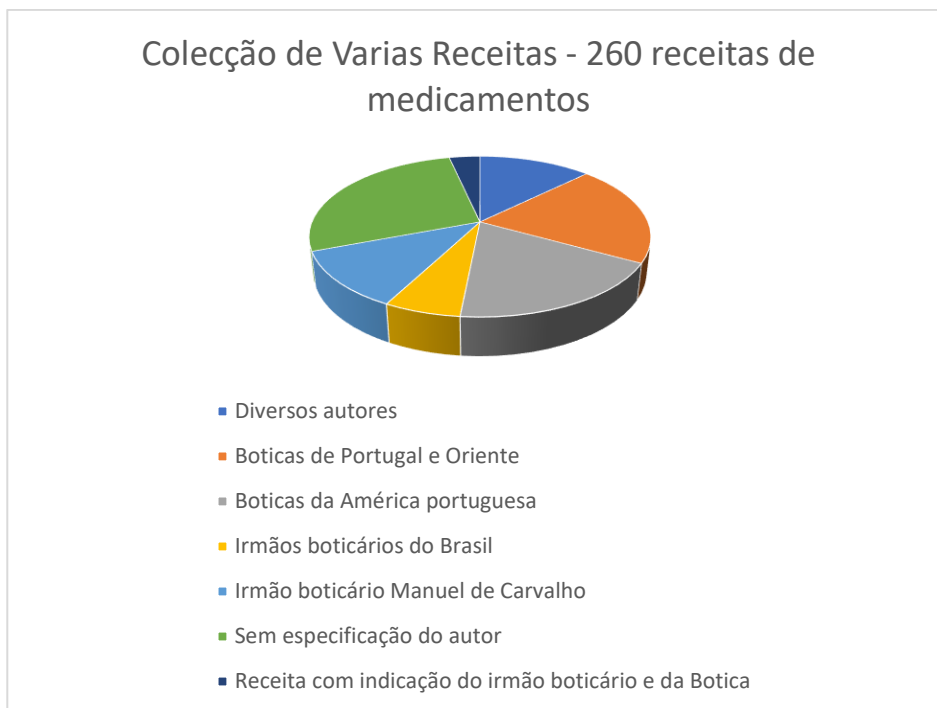


Figura 4 – Composição das receitas de medicamentos encontrados na *Colecção de varias receitas* - 1766. Elaboração da autora.

Sobre os medicamentos produzidos vale sinalizar que muitos se destacavam pela adjetivação e, conseqüentemente, propaganda de seu efeito sobre a enfermidade como é possível notar no *Bálsamo Apopletico Optimo para Molheres*, *Quintilio Optimo*, *Rosa Solis Optima*, *Solimão Optimo*, *Tartaro Emetico Optimo* e *Triaga Optima da Botica do Collegio Romano*.

Ainda no que toca a descrição da obra merece destaque não apenas a organização segundo a lógica dos verbetes do dicionário, o que direcionava de modo objetivo a consulta, mas também o *design* da mesma. Ao lado de cada letra havia desenhada uma imagem que poderia ser a de um animal, flores, frutos ou seres mitológicos. Dessa forma, temos, por exemplo, uma águia ao lado da letra A, uma doninha ao lado do D, uma fuinha, flores e figos ao lado da letra F e a figura de um Hércules menino ao lado do H (Figura 5).

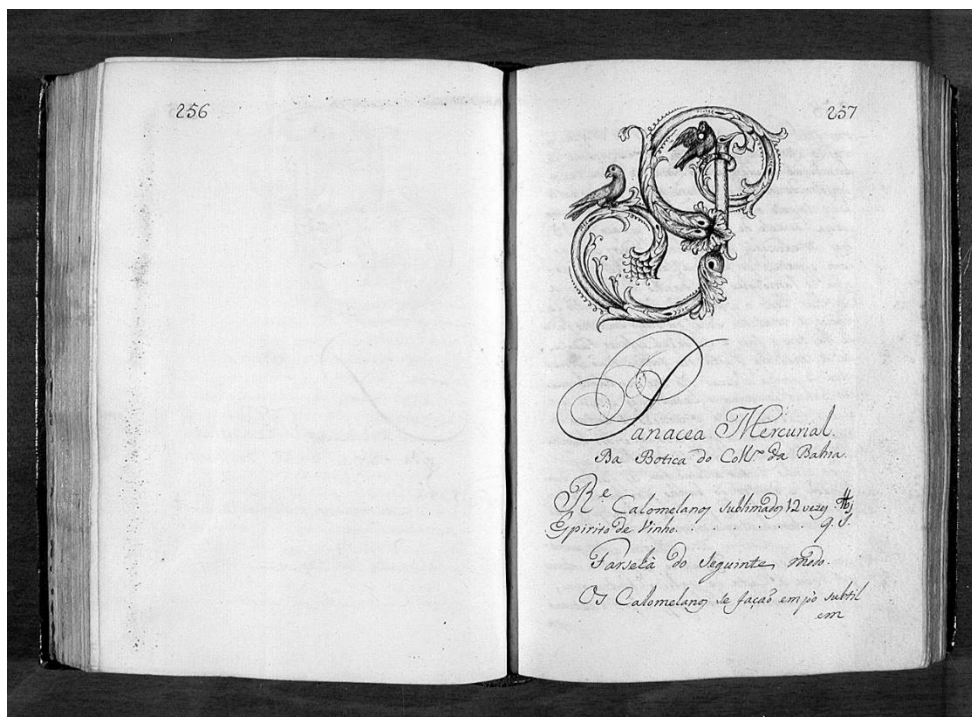


Figura 5 - *Colecção de varias receitas*, 1766, p. 257. Imagem retirada da cópia digitalizada do documento. Acervo ARSI.

A organização das receitas também obedeceu a um padrão uniforme. Após o título com o nome do medicamento, por exemplo, *Jalea Optima de Ponta de Veado*, aparecia o nome do Colégio, botica ou autor que a produzia, acompanhado dos ingredientes necessários para seu preparo, com a indicação das quantidades, pesos e símbolos e, por fim, o modo de preparo seguido da indicação para uso, as virtudes, que algumas vezes aparecia acompanhada de uma dieta alimentar⁷². Sobre o sistema de medidas adotado na *Colecção*, o autor sinalizou que:

Os pezos de que comummente estamos usando he a libra, a meia libra, a onça, a meia onça, a oitava, a meia oitava, o escropulo, o grão, e o meio grão. A libra commua, ou civil, por outro nome arretel, que he o que vulgarmente se uza de 16 onças, pela qual compras e vendem, não só em todos os tratos mercantis, mas também todos os farmacêuticos, aos simples e ainda os mesmos compostos, mas quando he para manipulação de algum composto, sempre, e sem nenhuma duvida a libra há de ser de doze onças, a quem chamaremos libra medicinal. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 551)

Assim, temos conforme a Tabela 9 a seguinte organização:

⁷² A unidade de medida básica era a libra decimal de 12 onças, sendo 1 onça equivalente a 28,6848 gramas.

Tabela 9: Relação Sistema de medida e valor em gramas

SISTEMA DE MEDIDA	VALOR (grama)
Libra (Arretel)	458,9568 g
Meia libra	229,4784 g
Onça	28,6848 g
Meia onça	14,3424 g
Oitava	3,5856 g
Meia oitava	1,7928 g
Escropulo	1,1952 g
Grão	49,8 g
Meio grão	24,9 g

Fonte: *Medidas Padrão Medievais Portuguesas*, 1992. Elaborado pela autora.

Outra informação relevante foi a caracterização das unidades de medida, tanto a forma como eram sinalizadas pelos antigos, quanto sua atual e moderna sinalização⁷³. Para além das unidades de medida descritas acima, encontramos a indicação de outras formas de medida. O *Fasciculo*, foi descrito como “aquella quantidade que se pode recolher de qualquer planta, debaixo de um braço, pondo para isso as pontas dos dedos na cintura junto à parte superior do quadril, cuja quantidade se escreve assim: *Fasc.*” (*Idem*, p. 553) Acompanhando essa descrição havia ainda outras duas dignas de serem mencionadas. São elas, o *Manipulos*, apresentado como uma unidade de medida onde “tudo o que com a mão se pode apanhar, virada para baixo, e he o que comumente chamão mão chea, a qual se assina assim: *Manip.* ou *M.*” (*Ibidem*, p. 554) E, o *Pugillo*, “[...] medida de que comumente se uza nas sementes, flores, [ilegível], e he aquella quantidade que se pode apanhar com as pontas de tres dedos, cuja quantidade se assina assim: *Pug.* ou *P.*”. (*Ibidem*, p. 554)

O receituário permitiu também identificar as moléstias mais frequentes que assolavam o cotidiano das populações, bem como as formas de tratamento desenvolvidas. Para o caso da América portuguesa, temos que as fórmulas de medicamentos se destinavam,

⁷³ Estudiosos do tema afirmam que a maior parte das antigas unidades de medidas portuguesas, como medidas de peso e de capacidade, foi legado árabe. Ver Seabra (2003)

preferencialmente, para a terapêutica das doenças de pele, anemia e sífilis. Entrementes, nas boticas jesuítas foram também elaborados medicamentos de efeitos variados⁷⁴, sendo estes:

eméticos ou vomitórios 7; purgantes 6; para febres e sezonismo 4; para enfermidades das senhoras 4; para chagas e feridas 3; para vermes intestinais 3; para tumores duros 3; para apoplexias 3; para paralisia 2; para histerismo 2; para lobinhos, verrugas e cancos (não malignos) 2; para doenças dos olhos 2; para dores de cabeça 2; e um específico para cada uma das seguintes enfermidades: do peito, coração, estômago, cólicas, disenterias, varíola (remédio que se apresenta não como eficaz em todos os casos, mas útil), reumatismo, gota, hidropisia, epilepsia, escorbuto, insônia e mordeduras de cobras.(LEITE, 1956: 13)

Das diversas formulações contidas na *Colecção*, sem dúvida, grande destaque obteve, como anteriormente mencionado, a *Triaga Brasílica Celeberrima em todo aquella novo Mundo da Botica do Collegio da Bahia*. (SANTOS, 2003) No receituário havia a indicação do local onde se poderiam encontrar muitos dos ingredientes das receitas como, por exemplo, os vários necessários para a preparação da *Triaga Brasílica*⁷⁵. O autor da *Colecção* sinalizou que itens como *erva-caacicá* (*Euphorbia pilulifera* L.), *erva-de-sangue* (*Cuphea glutinosa*), *raiz de capeba* (*Pothomorphe umbellata*), *raiz de jaborandi* (*Pilocarpus microphyllus*), *raiz de jarro* (*Zantedeschia aethiopica*), *raiz de pagimirio* (*Cassia* L.), *sementes de neambus* (*Coriandrum sativum*), *cipó-de-cobra* (*Jatropha elliptica*), e *jararacas* (*Bothrops jararaca*) eram facilmente encontrados no Colégio da Bahia ou em sua quinta.

A criação de *jararacas* pelos jesuítas, por exemplo, se dava em função da preparação dos chamados *trociscos de víboras* ou *jararacas*, feitos após a carne seca das jararacas ter passado pelo processo de pilagem e virado um pó, que era então misturado a outras substâncias para ganhar a forma de pastilha. Na descrição da *Triaga de Andrômaco*, Bruno Leite (2013) sinalizou que o modo de preparo dos *trociscos de jararaca* dos jesuítas se assemelhava em praticamente tudo com o preparo dos *trociscos* ou *patilhas de víbora* assinalando que:

[...] era feita com a carne de víbora, especialmente uma serpente deste tipo fêmea e não prenhe. Tomava-se a serpente e cortava-lhe a cabeça e a cauda porque acreditava-se que nestas regiões havia um alto teor de substância venenosa. Isto feito, deixava-se secar o corpo da serpente e, uma vez seco, tirava-lhe a escama e a espinha. Depois,

⁷⁴ Da variedade dos remédios aqueles de qualidade mais comum em diversas receitas foram os que se destinaram a combater a hidropsia (edemas generalizados ligados a distúrbios na circulação de sangue), apoplexia (fluxo de sangue no interior de um órgão – hemorragia), gota (elevação de ácido úrico no sangue, o que provoca surtos de artrite aguda), sendo também de efeito emético (provoca vômito), dioforético (transpiração abundante), purgante (limpa/esvazia os intestinos) e vesicatório (formação de bolhas quando aplicado na pele).

⁷⁵ Ver Anexo O.

o que havia sobrado era pilado até virar pó e com isso, misturando-lhe outras substâncias, fazia disso os trociscos ou pastilhas de víbora. (LEITE, 2012: 06)

Dos diversos medicamentos de efeito polivalente como a *Triaga* acima mencionada contidos na *Colecção de varias receitas* temos, entre tantos outros, a *Manteiga de Chumbo* e o *Unguento de azougue*, que em sua ampla serventia destacavam-se pelo fato de contribuir:

[Manteiga de Chumbo] para defecar a sarna e todo comichão cutâneo; é bom para as empalas e chagas de cabeça ou de outra qualquer parte; é muito defecativa e serve para toda inflamação procedida do fígado e para tirar qualquer pano e sinal da cara. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 212)

Serve [Unguento de azougue] para excitar o fluxo da boca com muita brevidade, para qualquer casta de galico, para a boba antiga, sarna e empigens. Untão com ele todas as articulações, fomentando por algum peso [ilegível] se as vezes necessário for. (*Idem*, p. 457)

Conforme sinalizamos anteriormente, algumas das receitas acima listadas foram produzidas em diferentes boticas jesuítas que estiveram ligadas ao Império português. Tal fato abre espaço para refletirmos sobre o intercâmbio do conhecimento botânico entre estas, além de apontar para o processo de operação em rede dentro da Companhia de Jesus. Das receitas manipuladas na América portuguesa presentes na *Colecção de varias receitas* se destacaram quatro pelo fato de também serem produzidas em outras boticas jesuítas de Portugal e do Oriente. Este foi o caso do *Balsamo Apopletico*, produzido nas boticas da Bahia, Macau e São Roque, e indicado para a “todo tipo de apoplexia, [além de] rebate vertigens, conforta o cérebro, resiste aos ares corruptos e preserva da peste”⁷⁶. O mesmo deveria ser inalado, conforme indicação na receita ou mesmo ingerido “pela boca para excitar o acto venereo” (*Ibidem*, p. 66)

Na formulação de tal medicamento, nas boticas da Bahia e Macau, se utilizava “almíscar, âmbar griz, olio de canella, olio de cravo, olio de manjerona, olio de pos de Rhodes, olio de alfazema, olio de salva, olio de noz moscada expresso, bálsamo do Brasil e poz de çapatos [?]”, perfazendo um total de 11 ingredientes. (*Ibidem*, p. 65) Já na formulação do mesmo medicamento na botica de São Roque, com exceção da *salva* e do *pó de çapato*, todos os outros ingredientes fizeram parte da composição, sendo a eles acrescentado “âmbar concentrado, olio de alambre e olio de arruda”. (*Ibidem*, p. 68) Interessante de perceber foi que a *Copaíba*, (*Copaifera langsdorffii*) também conhecida como *Bálsamo do Brasil* ou *dos jesuítas*, planta típica da América, apareceu como ingrediente comum dessa receita, fosse ela

⁷⁶ Ver Anexos B e C.

fabricada no Novo Mundo, no Reino ou no Oriente, o que permite vislumbrar a dimensão alcançada pelo intercâmbio botânico entre a rede de boticas, além do processo de operação em bloco da Companhia.

Outro ponto que mereceu nossa atenção foi o que disse respeito ao modo de preparo das receitas, uma vez que mesmo utilizando alguns ingredientes diferentes se conservou o igual. Assim, na preparação do *Balsamo Apoplético* dever-se-ia:

Em gral de marfim se deite o âmbar e o almíscar, e se reduzão ao pó mais sutil que se puder, ajuntaselhe a algalia, e se faça huma boa incorporação, depois se ajunte o Balsamo do Brasil e se incorpore da mesma sorte, e incorporado se lhe ajunte o olio expresso de noz moscada, e com este completa uma boa incorporação, e em boa consistencia se guarde para o uzo em caixa de marfim, vidro de estanho bem tapado. Advirtase que o Balsamo do Brasil se não leve ao fogo, porque se faz em godilhoens. Se o Balsamo ficar liquido se lhe ajunte mais olio de noz moscada, que isto se julgar necessário para que o Balsamo fique mais exato, e se estiver alto de ponto, se abaixara com olio de manjerona destilado. Os poz de Sapato se desfazem em gral a parte com quanto baste dos ditos olios, e depois de bem desfeitos, se ajuntem os outros muitos para o Balsamo ficar com a cor que se requer. (*Ibidem*, p. 66)

Para além do medicamento acima mencionado, na *Colecção de varias receitas* também se encontrou o *bálsamo do Brasil* ou *dos jesuítas* como matéria-prima utilizada na fabricação de diversos outros medicamentos como, por exemplo, o *Bálsamo para Empigen* (doenças de pelo), o *Bálsamo Apoplético*, a *Caçoula admiravel*, o *Emplastro para dores de cabeça*, o *Linimento para Empige*, a *Pillula Hiterica*, a *Tintura estomacal*, a *Triaga Brasília*, a *Nova Triaga Brasília*, os *Trociscos de jararaca*, o *Unguento de azougue*, *Unguento para empijas* e o *Unguento preservativo das erpes*⁷⁷.

Cabe sinalizar que além da *Copaíba* outros ingredientes da flora e fauna foram comuns a diversas receitas como o caso do *âmbar*, *almíscar*, de qualidade sudorífica, *ópio* (anfião), *flores* como rosas e papoulas, *olhos de caranguejo* (carbonato de cálcio - CaCO_3), ingrediente de efeito absorvente e consolidante, *cinzas de coruja*, *frutas*, como a laranja, *açafrão*, *cravo*, *canela*, *noz moscada*, *sal*, *sebo de cabrito*, *água rosada* e *água de flor*, *sangue de bode*, *dente de javali*, *água ardente* e *sândalos*. Além disso, se usou em abundância elementos químicos, conforme veremos mais adiante, tais como *mercúrio* (Hg), *enxofre* (S), também denominado *flor de enxofar*, *chumbo* (Pb), *antimônio* (Sb), conhecido comumente como *chumbo dos filósofos*, *pedra de cervar dos químicos*, *pedra de saturno* ou *saturno dos filósofos*. Bem como

⁷⁷ Esses medicamentos eram, em sua maioria, de uso polivalente, sendo aplicado desde doenças de pele, passando pela cicatrização de feridas, até dores de cabeça e herpes.

seus compostos, por exemplo, o *vitriolo calcinado* (H_2SO_4 – ácido sulfúrico diluído) e o *sal de chumbo* ($\text{Pb}(\text{C}_2\text{H}_3\text{O}_2)_2$ – acetato de chumbo).

Seguindo dentro da perspectiva dos medicamentos produzidos em mais de uma botica jesuíta, encontramos um remédio de efeito admirável, como o próprio nome propagandeou, o *Emplastro admiravel para a Espinhella*, produto das boticas do Colégio da Bahia e de São Roque⁷⁸. O medicamento era indicado para “qualquer fraqueza da boca do estomago, e para a espinhella, aplicada em couro de luva no lugar da dita espinhella por 15 dias, ou até se desfazer”. (*Ibidem*, p. 120) Dentre seus ingredientes em comum, tanto na receita preparada na botica da Bahia, quanto na de São Roque, havia *almacega do Brasil* (*Protium hpaphyllum*), acompanhada da advertência de que deveria estar em consistência pura e limpa. Além disso, o autor advertiu que:

a almacega posta de per si ao fogo tem perigo de se queimar, por isto se esta não for pura, será melhor derreter tudo junto, e depois coar todo o composto para ficar puro de qualquer immundicia, e estando ja frio se farão medalioens e se guardem para o uso. (*Ibidem*)

Outro medicamento produzido em boticas diferentes, mas com ingrediente comum da América foi a *Massa para Cezoens* oriunda das boticas dos Colégios do Rio de Janeiro, Macau e Santo Antão⁷⁹. Entre *sais de losna* (*Artemises absinthium*), *xarope de roman azedo* (*Punica granatum*) e outros, a receita utilizou a *quina* (*Cinchona officinalis*), comumente denominada *pó dos jesuítas*, *pozes de farango ou querango*, em consistência de pó sutil⁸⁰. Planta facilmente encontrada em áreas montanhosas da América central, como Bolívia, Costa Rica e Peru, mas também na África e Sudeste Asiático, foi exportada pelos jesuítas para o Velho Mundo, se constituindo em ingrediente para diversas receitas⁸¹.

⁷⁸ *Espinhela caída* era o nome dado na Bahia a doença que tem como característica forte dor na boca do estômago, nas costas e pernas, acompanhada de cansaço anormal, quando o indivíduo é submetido a esforço físico. Em Pernambuco é conhecida como *Peito aberto* ou *Arca caída*. Ver anexos 4 e 5.

⁷⁹ Ver Anexos F e G.

⁸⁰ *Quina*: Planta da família das Rubiáceas, também conhecida como *chichona vermelha*, *casca peruana* e *casca dos jesuítas*. Na porção espanhola da América a quina também era conhecida pela seguinte nomenclatura: *quinaquina*, *kin- kina*, *corteza peruviana*, *loja*, *chinachina*, *ó china- canna*, *corteza febril*, *genciana índica*, *antiquartanario peruviano* y *palo de calenturas*. Na verdade, quina é a casca que cobre o tronco e as ramificações dessa árvore. Existem várias espécies da família da Rubiáceas, tais espécies são ricas em quinino, indicado no tratamento da malária. Ver <http://www.plantasquecuram.com.br/ervas/quina.html#.WW5rcYjys2w>. Acessada em julho de 2017.

⁸¹ Junto com a quina outro ingrediente muito utilizado nas receitas dos medicamentos foi a alquino ou *pozes jesuítas*.

A *quinina* foi largamente utilizada no combate a males como febre, indigestão, doenças da boca e da garganta, tratamento da malária e câncer por sua propriedade febrífuga, antimalárica, tonificante, adstringente e cicatrizante, sendo, portanto, capaz de estimular as funções intestinais, gástricas e hepáticas⁸². Autores que se dedicaram ao estudo sobre a interação entre o colonizador e os nativos no que toca especificamente a medicina, ressaltaram haver controvérsia sobre o descobrimento da *quina do Peru*, sendo a versão mais conhecida proveniente da Província de Loja em 1636. (POLETTTO, 2013)

A descrição para a indicação desse medicamento era a mesma nas boticas do Rio de Janeiro e Macau, sinalizando o autor que sua serventia esteve atrelada a “toda a casta de febres, que vem com frio, tomase pela manhã, e à tarde, ou em massa, ou desfeita em meia oitava de agoa de chicoria, ou almeirão na dose de [ilegível]”. (COLECÇÃO DE VARIAS RECEITAS, 1766: 215) Já a descrição da botica do Colégio de Santo Antão foi mais específica destacando que “serve para terçans e quartans. A cura he toda a quantidade dita; tomara o doente todos os dias pela manhã em jejum hua porção athe se acabarem, mas no dia da vazão tomara taobem hua da porção depois da vazão: podese taobem tomar feita em pirola”. (*Ibidem*)

A *Agoa Otalmica Romana* foi outro medicamento que se destacou por se constituir em receita preparada em mais de uma botica jesuíta, no caso Recife e Macau, onde apareceu apenas com a denominação *Agoa Otalmica*⁸³. O medicamento servia, como o próprio nome sugeriu, para “qualquer bellida [ferida] ou inflamação dos olhos”, devendo ser utilizado como uma espécie de colírio várias vezes ao dia. (*Ibidem*, p. 22) Na receita da botica do Colégio do Recife havia ainda a advertência de que, após dissolver em almofariz o *quintilio*⁸⁴ em pó, *alcanfor*⁸⁵ e o *cristal mineral* com as diversas águas, (*rozada, de funcho* (*Foeniculum vulgare* Mill.), *de eufazema* (*Lavandula eufinallis*) e *de celidonio* (*Chelidonium majus* L.)), se deveria colocar o preparado no sol por um período de 20 dias, sacolejando o frasco duas vezes ao dia para que finalmente pudesse ser utilizado. Na receita da botica de Macau a instrução que chamou nossa atenção dizia respeito a necessidade de colocar a mistura preparada em “infuzas por oito dias, então se ponha a destilar em banho de Maria, e tendo destilado tres partes, se guarde o que esta no recipiente em vidro bem tapado, para uso”. (*Ibidem*, p. 36)

⁸² Quinina: É um alcalóide de gosto amargo que tem funções antitérmica, antimalárica e analgésica, e fórmula química $C_{20}H_{24}N_2O_2$

⁸³ Ver anexos H e I.

⁸⁴ Quintilio: é uma preparação de antimônio em pó.

⁸⁵ O alcanfor é extraído da *alcanforeira* (*Cinnamomum camphora*), usado sob forma de água ou álcool canforado.

A obra aqui analisada trouxe, além das receitas de medicamentos, receitas de alguns ingredientes necessários ao preparo dos remédios. Este foi o caso do *quintilio* utilizado na receita mencionada acima e acrescentado da qualidade *optimo*, produzido pela botica do Colégio da Bahia⁸⁶. O autor sinalizou que para a formulação do mesmo se usavam basicamente dois ingredientes, a saber: *antimônio cru* e *salitre*. O antimônio (Sb) é um elemento químico pertencente ao grupo 15 da tabela periódica, encontrado em estado sólido. Foi descoberto no século XV, mas era conhecido desde a Antiguidade, por sua utilização como cosmético e para fins medicinais. (TOMA, 2012) A receita destacou que o primeiro passo era transformá-lo em pó grosso para misturar ao *salitre* (NaNO₃ ou KNO₃), que também deveria passar pelo mesmo processo de redução. Após isso:

Se deite dentro de hum almifariz grande de ferro, ou bronze, e este se ponha em lugar descoberto, hum pouco afastado donde esteja gente, porque o fumo faz mal. Cheguese ele então, com hum ferro ou braza acceza, e logo arderá, e se fundirá, estando quali frio, se dê huma pancada no almofariz para que despregue. Tire-se o que esta no fundo, que terá a cor de [ilegível] por baixo e por sima amarelo. As escorias que estão a borda da Maria, e do almofariz de cor pardamente, se [ilegível] por inuteiz. A massa se pize logo em almofariz em pó fino, e se passe por tamiz fino: este pó se deite em alguidar vidrado, ou couza semelhante, e acomodada, para se levarem [quantidade] póz: em sima destes se deite suficiente quantidade de agoa morna, e com colher ou espátula de pão de mechas, e lavem muito bem: deixem-se assentar no fundo, e estando agoa clara, esta se lhe deite fora por inclinação: deite-se então nova porção de agoa menos morna, e em tudo se faça como a primeira vez. Continuem-se-lhe as mesmas lavações athe que a agoa não tenha sabor de salitre, e os poz estejam doces, e estez bem escorrido: se deitem na pedra de preparar, e nesta com que [ilegível] baste de agoa da chuva, ou de cisterna se preparem os ditos poz, de sorte que nem noz dedos, nem noz dentes, se lhe sinta aspereza alguma, e que mereção o nome de álcool; e estando afim acabarão de preparar com agoa rozada, ou de flor, e estando a massa em boa consistencia, se formem dentro em pratos castelinhos, e se sequem a sombra, e estando bem seccos se guardem para o uzo. (*Ibidem*, p. 345-347)

O autor ainda registrou que a massa antes de cozida ganhava a denominação de *fígado de antimônio* (Óxido de antimônio sulfurado)⁸⁷:

E he só aquella porção, que tem a cor de fígado. Estas agoas de todas as lavações, depois de filtradas, ou bem claras se levão ao fogo em tijela de barro nova vidrada a ferver, e a consumir toda a humidade. No fundo restará o salitre, o qual depois de seco se guardara em vidro bem tapado para o uzo. A este lhe dão o nome de Nitro dioforético. (*Ibidem*, p. 347)

Cabe aqui um parêntese relevante para sinalizar que a linguagem química no século XVIII identificava as substâncias através de uma nomenclatura que ressaltava suas qualidades,

⁸⁶ Ver Anexo J.

⁸⁷ A fórmula química do fígado de antimônio (óxido de antimônio sulfurado) é Sb₂SO₂.

derivando muitas vezes de termos astrológicos de forte caráter alquímico. Dessa forma, conforme apontou Regina Carvalho:

Era comum a existência de dez a quinze nomes diferentes para designar uma determinada substância química. A linguagem dos químicos continha uma multiplicidade de nomes empíricos e tradicionais, tais como “fígado de antimônio”, “manteiga de arsênio”, “safrão de Marte”, “flor de bismuto”, “sal da sabedoria” etc. (cf. Santos, 1998). Havia alguma sistematização e certas propriedades comuns aos materiais permitiam estabelecer grupos ou classes de substâncias, tais como cais, piritas e vitríolos (cf. Maar, 1999). Diferentemente dos objetivos da ciência, a linguagem alquímica era simbólica, figurativa e variável, com o propósito de dificultar a comunicação e o entendimento. A compreensão da linguagem alquímica era restrita aos iniciados, garantindo o caráter hermético e oculto do conhecimento. Para os alquimistas, o conhecimento não deveria ser revelado a todos, e quem o detinha possuiria poder. (CARVALHO, 2012: 760)

A necessidade de esclarecer essa outra denominação que o antimônio teve ao passar pelo processo de cozimento (aquecimento) se deu pelo fato deste se constituir em parte do ingrediente de outras receitas, quando aparece com essa nomenclatura.

O ingrediente, *quintilio optimo*, que utilizava essa substância servia para “apolplexia, paralezia, terçans e todas as demais enfermidades em que se necessita vomitar, servem também para dele se fazer o vinho hemetico, tártaro hemetico e xarope hemetico”, medicamentos de efeito vomitório⁸⁸. (*Ibidem*, p. 348) Conforme podemos observar a receita advertiu para o caráter tóxico da manipulação do antimônio (Sb), por isso, o cuidado ao destacar que era necessário fazê-lo em lugar afastado de onde houvesse gente. O mesmo processo de mudança de nomenclatura ocorria com o *salitre*, que após passar por processo de cozimento e secagem, era denominado de *nitro dioforetico*. Por fim, a receita vinha acompanhada da seguinte recomendação: “para esta operação darse bem feita se ha de a fundir, pizar e lavar tudo no mesmo dia, e que este seja de sol. Para o quintilio sahir bem amarelo como gemas de ovos se deve fazer de 16 de Novembro athe 25 de Dezembro”. (*Idem*)

Dentro de uma perspectiva da medicina encantada, ainda presente no século XVIII, apareceu a instrução de que, além do *quintilio*, outro ingrediente encontrado em diversas receitas, os *pozes sympaticos*, deveriam ser, preferencialmente, preparados entre o período de 20 de Julho a 20 de Agosto. Outra instrução curiosa que constou na *Colecção de varias receitas* dentro de um item intitulado *Memoria muito util de varias noticias e advertencias*, deu conta

⁸⁸ O pó de *quintilio*, *pozes de quintilio*, muito utilizado nas receitas reunidas na *Colecção de varias receitas* era chamado de *Crocus metalorum* ou *Terra Santa*.

de que o tratamento para a sarna adquiriria maiores chances de êxito se praticado “no minguante da lua”. (*Ibidem*, p. 515)

A *Colecção* trouxe ainda a receita de outro ingrediente bastante utilizado na fabricação de diversos medicamentos. O *Solimão optimo* da botica do Colégio da Bahia que servia, misturado à *agoa de cal* (solução de hidróxido de cal - $\text{Ca}(\text{OH})_2$)⁸⁹, para o tratamento de úlceras venéreas e sórdidas, quando deveria ser aplicado externamente, mas também na forma de unguento para “consumir as carnes superfluas para a sarna e para as erpes, e ultimamente serve para com ele se fazer o mercurio doce sublimado, e outras operaçoens chymicas”⁹⁰. (*Ibidem*, p. 375)

Na mesma receita se encontrou a advertência de que o *mercurio sublimado doce*, também conhecido como *aguila branca*, *calomelanos* ou *dragão amansado*, que é o cloreto mercurioso (Hg_2Cl_2), “he este hum dos mais prontos venenos tomado interior, como caustico, e mui corrosivo, que he”. (*Idem*) Sem dúvida, a propriedade corrosiva mencionada pelo autor é oriunda do ingrediente denominado *vitriolo calcinado*, hoje conhecido como ácido sulfúrico (H_2SO_4). Junto desse ingrediente, que também entrava na receita no estado em pó, constavam *azougue vivo*, designação comum atribuída ao mercúrio (Hg), *agoa regia* (mistura altamente corrosiva de ácido nítrico e ácido clorídrico)⁹¹ e *sal decrepitado em pó*. A receita do *Solimão optimo* se preparava da seguinte maneira:

Em huma tijela de barro vidrada, ou de vidro, deite-se o azougue, e em sima de elle deite a água regia: expondo-se ao sol por tempo de trez ou quatro horaz, que tanto existira a fervencia que faz, acabada a qual se ponha o vazo em banho de arêa a evaporar toda a agoa forte, e que fique a matéria seca, e estando fria se tire, e se faça em pó em gral de pedra: a este pó se ajuntara do vitriolo, e sal de cada hum tanta quantidade: e que faz pezarem os póz: estes depoez de bem misturados, se deitem dentro de huma cucurbita de barro vidrado, ou vazo piramidal, que tenha de altura palmo e meio: na boca de ele ponha hum leite com as juntaz bem tapadas, e se lhe faça hum buraquinho no meyo, entao se ponha esta cucurbita em huma fornalha com fogo lento, o qual se va augmentado de hora em hora athe [ilegível], e neste se conserve athe completar doze horas de fogo, e se deixe esfriar no mesmo lugar; e estando frio se destape com sentido, e se lhe separe a massa branca, que estará sublimada: esta se guarda para o uso em vidro bem tapado. Haja cautella de que quando se faz esta operação não passe a vista por sima dos fumos dela. Este he hum potente veneno corrosivo, e juntamente o metodo optimo de o fazer. (*Colecção de Varias Receitas*, 1766: 373-374)

⁸⁹ A *agoa de cal* consistiu em uma solução de hidróxido de cal.

⁹⁰ Ver Anexo K.

⁹¹ A *agoa regia* derivou da mistura de ácido nítrico (HNO_3) e ácido clorídrico (HCL).

O verbete *M* da obra aqui analisada trouxe também a forma de se preparar o *mercúrio sublimado doce*, destacando como principais ingredientes o *solimão* e o *azougue vivo*⁹². Sua indicação se dava para tirar todas as obstruções, para depurar a massa do sangue, para matar lombrigas “e para curar a boba, purga por câmara os humores sorozos, e em particular se se misturar com algum medicamento cydragoso, ele se continua a dar por muito tempo provoca a salivação”. (*Ibidem*, 220) Nesta formulação era indicado que após o processo de esfriamento do produto era necessário que:

se deite em gral de pedra muito limpo, e se faça em pó, e feito isto se deite em outra garrafa e ponha ao fogo, se faça tudo como se fez da primeira vez, esta operação se repita athe quinta vez, fazendo em todas como na primeira, e então se prove na língua para ver se esta doce, os póz, e se o estiverem guardemse em vidro bem tapado para o uso, [...]. (*Ibidem*, p. 219)

Além da indicação de provar do preparado para identificar se estava com sabor adocicado, o autor advertiu que o sublimado que deveria ser aproveitado era necessariamente o branco, “porque o que esta por sima do branco, que he hú pó pardo se aproveita para servir nas chagas externas em lugar do precipitado vermelho”. (*Idem*) Por fim, nesta receita se encontrou a mesma advertência quanto a necessidade de cautela na produção, mantendo os vapores longe dos olhos durante as operações.

Contudo, encontramos outras receitas e formas de preparo de medicamentos que tiveram o mercúrio (Hg), ou *azougue vivo*, como ingrediente principal. (TOMA, 2012) Esse metal líquido em temperatura ambiente e que pertencente ao grupo 12 era conhecido desde a Antiguidade. Os riscos à saúde mais associados ao seu uso foram descritos como dores e tremores pelo corpo, fraqueza muscular, inflamação e sangramento na gengiva, bem como mudanças de humor e agressividade. Na *Colecção de varias receitas* sua utilização se deu em outras duas formas, são elas: o *Mercurio Doce Lavado*, que além da *agoa regia* ou *forte*, levava em sua composição *agoa salgada* e deveria ser ingerido na forma de pílulas para⁹³:

provocar o fluxo da boca, também se applica exteriormente com muito bom sucesso mixto nas pomadas, as sarnas, tinha, empigens, erpes e demais corrupções da cutis. A sua quantidade he misturar em cada huma onça de pomada, ou unguento hua oitava destes pos. (*Ibidem*, p. 221-222)

⁹² Ver Anexo L.

⁹³ Ver Anexo L.

E o *Mercurio Alkalissatus*⁹⁴. Nesta formulação o mesmo vinha acompanhado de *olhos de carangueijo* também chamado de *coral preparado* (carbonato de cálcio - CaCO_3), considerado ingrediente com alto poder de absorção indicado para o tratamento de problemas estomacais, de rins e bexigas. Porém, as páginas da obra careceram de informações sobre como conseguir ingrediente tão peculiar. O modo de preparo foi descrito com simplicidade, bastando misturar os ingredientes “athe que nada apareça do azougue”, sem necessidade de passar por processo de cozimento, devendo, em seguida, ser guardado em vidro bem tapado para utilização posterior. Não encontramos também a virtude, ou seja, indicação, para qual essa receita possuía serventia como nas demais descrições.

Dentre alguns processos químicos, a *Colecção de varias receitas* descreveu o processo de produção da *Pedra infernal optima*, o nitrato de prata (AgNO_3), da botica do Colégio da Bahia⁹⁵. Nesta receita, os ingredientes eram prata pura (Ag) e *agoa regia* ou *forte* e sua serventia se dava para “abrir fontes, para exterminar as verrugas, para consumir as carnes supérfluas e calozas das ulceras, e para outros semelhantes efeitos”. (TOMA, 2012: 270) Esse cautério era produzido da seguinte forma:

Tomase a prata em limaduras ou bocadinhos finos, lançase em vazo de vidro grosso apropriado, em huma sopeira da India, com agoa regia, ponhase em banho área secco, que fique enterrado o vazo athe o meio, e com fogo brando athe que ferva, e fervendo, se lhe aumente o fogo athe gastar toda a agoa e ficar a materia seca no fundo do vazo. Continuise o fogo, e principiara a dita materia a liquidarse outra vez e ficara como azeite; e estando desta sorte se lhe tirará levemente alguma espuma que terá pelas bordas, para que a materia fique bem seca, porque se esta se lhe não tirar, facilmente humidece e se liquida. E, estando ainda branda, se lance nas formas se as houver, e senão lancese sobre huma pedra liza; e antes que endureça se corte ao comprido ou na forma que quiserem, e se guarde em vidro bem tapado para uzo. Não se toque com as mãos, mas pegue-se-lhe com papel ou outra alguma couza. Toda esta operação se deve fazer em lugar onde não faça vento algum, e quando se fizer desvie-se a cara de sima da operação, e quando se vazar nos canais, se houver alguma impuridade no fundo, se não deite. A prata de galão, ou franja queimada, lavada e enxuta, he a melhor para se fazer esta pedra. (*Ibidem*, p. 269-270)

Mais uma vez encontramos o autor advertindo sobre a necessidade de cautela no manuseio das operações para se chegar ao produto final, entre elas a produção em local apartado de vento e o cuidado em evitar o toque com as mãos. Isso se explica pelo fato de que esse metal, subproduto da mineração do chumbo encontrado em estado sólido, ser altamente tóxico quando puro, conforme descrito na receita. Esse medicamento produzido na América portuguesa,

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Ver Anexo N.

quando em composto como o nitrato (AgNO_3), possui efeito antisséptico, se mostrando eficiente no combate a irritações de membranas mucosas da boca, garganta, olhos e ouvidos.

A *Calcinação do cobre* foi outro processo descrito que apareceu na *Colecção*, e junto com o *Chumbo queimado* se constituiu em medicamento de uso externo⁹⁶. Nessa receita o autor destacou que:

Para se calcinar o cobre bem, se tomão algumas laminas de Me [ou Ne?], e depois de se fazerem finas com hu martello, se cortão co huma tizoura em muitas partes, as quais se hirão deitando dentro de hum cadinho camada das ditas partes, e camada de enxofar em pó [enxofre – S], assim se continurá athe estar cheio, advertindo que a primeira, e ultima camadas sempre hade ser de enxofar, e feito isto se tapará o cadinho com hum tijolo da grandeza da boca do mesmo, e a juntura se tapará barrandoa muito bem, o tijolo terá no meio hu buraquinho para por Me exalar alguns vapores, e então se meta em fornalha aberta, com fogo forte por espaço de trez horas, athe que não saia mais vapores, e depois se deixe esfriar tudo, e logo se tire de dentro do cadinho a materia que nelle estiver, e se faça em po, e se prepare na pedra em agoa ou vinagre, e depois de seco se guarde para uso. (*Ibidem*, p. 83-84)

Chamou atenção na receita acima mencionada a utilização de enxofre (S), conhecido como *enxofar* ou *flor de enxofar*, bem como a indicação da produção do *Chumbo queimado*, acompanhado da advertência de que “no chumbo queimado não se tapa o cadinho, nem se prepara na pedra”. (TOMA, 2012: 84) Além dessas duas receitas em que os irmãos boticários lançavam mão de ingredientes químicos, encontrados na *Colecção de varias receitas* alguns outros medicamentos, conforme Tabela 10:

Tabela 10: Relação medicamento, ingrediente químico e aplicação (virtude)

MEDICAMENTO	INGREDIENTE QUÍMICO	VIRTUDE
Caustico ou Massa optima contra cancros	Solimão em pó	Exterminar o cancro
Ethiope Mineral com fogo	Mercúrio vivo e flores de enxofar (Enxofre – S)	Matar lombrigas
Espirito de Mindereri	Sal volátil de amoníaco	Qualquer inflamação interna de febres
Emulsão optima contra polluçoens involuntárias	Sal de Chumbo	Polluçoens involuntaruias e noturnas
Oleo de ouro	Ouro	Feridas do peito, qualquer tumor escropulozo,
Panacea Mercurial	Calomelanos (Mercúrio – Hg) sublimados 12 vezes	Para toda a casta de gallico, obstruçoens, mal scorbutico, lombrigas,

⁹⁶ A calcinação é uma reação química de decomposição térmica. Esse processo consiste em submeter o material em questão a temperaturas elevadas (geralmente abaixo do ponto de fusão), podendo ser necessária a abstenção de ar atmosférico. Ver anexo M.

		erpes e qualquer escoriação da cute
Pillulas Mercuriais	Mercurio doce	Purgar as enfermidades venéreas, nas obstruções, na melancolia, e em todas as demais enfermidades que procedem de humores [ilegível]
Pillulas contra obstruções gálicas e males da cabeça	Calomelanos (Mercúrio – Hg) e Tartaro vitriolado (Sulfato de Potássio)	Enfermidades gallicas e da cabeça
Pozes contra Asma, e optimo	Flor de enxofre (Enxofre – S)	Asma
Poz contra lombrigas	Mercurio dioforetico com fogo	Matar lombrigas
Poz anti-pleuríticos	Antimonio dioforetico	Qualquer casta de pleurizes e diffluxões catarreais por mais rebeldes que sejam
Tizania Laxativa Mompliacensis	Antimonio cru (Sb) e Azougue vivo (Hg)	Qualquer infecção gallica
Vinho Emetico	Antimonio em pó (Sb)	Apoplexia, paralisia, terçãs e em todas as demais enfermidades que se necessita fazer vomitar e purgar
Unguento Caustico	Solimão em pó	Contra lobinhos ⁹⁷

Fonte: *Colecção de varias receitas*, 1766. Elaborada pela autora.

O manejo e a utilização dos metais marcaram diversas etapas do desenvolvimento da humanidade, conforme patente na ideia de *Idade dos Metais* como uma das divisões da trajetória do homem. Nesse percurso, se convencionou subdividi-la em três outros momentos, a saber: *Idade do Bronze*, *do Cobre* e *do Ferro*, períodos estes que se caracterizaram, de modo geral, pela utilização da metalurgia na relação homem/matéria:

Para cada nova mudança de comportamento correspondiam o domínio e o uso de uma nova matéria-prima e aqueles mais eficientes nesse aspecto preponderavam sobre os outros, principalmente, porque, desde sempre, as matérias-primas novas se destinavam em primeiro lugar para fins bélicos e só depois assumiam um aspecto doméstico ou caseiro. Assim como hoje, preponderava quem detinha o conhecimento e reservas do que se configurava como estratégico, e, assim como os alimentos, os materiais sempre acompanharam o Homem ao longo de sua história evolutiva: quanto mais avançada a civilização, mais estratégicos os materiais à sua disposição e mais elaborados e eficientes os artefatos e equipamentos produzidos. (NAVARRO, 2006: 02)

⁹⁷ Cisto sebáceo sobre a pele.

Ao longo do decurso da humanidade, os metais passaram a ser progressivamente inseridos na produção de medicamentos. Assim, se tornou comum durante a Época Moderna, por exemplo, que compostos de mercúrio (Hg) fossem utilizados externamente no tratamento de doenças dermatológicas e sífilis, ao passo que internamente seu uso se dava como substância diurética. Já os derivados de arsênio (As) e de antimônio (Sb) eram mais apropriados para o tratamento dos diversos tipos de câncer e, mesmo para lepra.

Na produção desses compostos foi bastante comum a inserção de outros elementos químicos como ouro (Au), prata (Ag), cobre (Cu), ferro (Fe), chumbo (Pb) e estanho (Sn). (MAAR, 1999) Além disso, no mesmo período, houve o desenvolvimento de certa quantidade de remédios sintéticos como os sais de mercúrio, de antimônio e o sal de Glauber, entre outros. Bem como processos de isolamento e determinação estrutural de substâncias ativas através do estudo de plantas consagradas pelo uso popular e presentes em farmacopeias da época.

Dada a importância das plantas para a medicina da época, a química desenvolveu com esta uma estreita relação, o que permitiu um rápido aprofundamento de seus campos específicos⁹⁸. O século XVIII foi marcado, entre outros aspectos, pelo intenso debate acerca da natureza da combustão, abrindo espaço para que homens do cabedal de François Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) e Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794) formulassem teorias explicativas sobre esse fenômeno⁹⁹. Nesse período, diversas substâncias ativas foram conhecidas e introduzidas nas terapêuticas de cura e produção de medicamentos, algumas permanecendo até os dias de hoje, conforme o caso dos alcaloides de *Cinchona* e de *Papaver*¹⁰⁰.

As farmacopeias da Época Moderna nos forneceram grande exemplo dessa aproximação, entre a química e a medicina, conforme o caso da obra de João Curvo Semedo (1635-1719), *Poliantéia Medicinal*, 1697, onde no *Tratado Segundo* o antimônio e seus compostos receberam destaque, assim como a química e sua aplicação na fabricação de remédios ocuparam todo o *Tratado Terceiro*¹⁰¹. A *Farmacopéia Lusitana*, 1704, do boticário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Caetano de Santo Antônio (1660-1739) trouxe, já

⁹⁸ Ver Filgueiras (1999).

⁹⁹ O cenário francês desempenhou papel fundamental na evolução da química, culminando na introdução de uma nova nomenclatura química por Lavoisier e seus pares.

¹⁰⁰ Ver Viegas Júnior e Bolzani (2006).

¹⁰¹ A associação que se estabeleceu entre química e medicina pode ser verificada desde o século XVI, sob a constituição da *iatroquímica*, prática terapêutica que levou a produção de medicamentos sintéticos.

em sua segunda edição em 1711, a incorporação de conceitos iatroquímicos, sendo o próprio título da obra alterado para *Farmacopéia Lusitana Reformada. Método Prático de preparar os medicamentos na forma galênica e química*.

Nesse cenário, diversas outras obras mereceram destaque, como, por exemplo, algumas elaboradas a partir da vivência cotidiana dos autores na América portuguesa. Esse foi o caso de Rodrigues de Abreu (1682-1752), com a obra *Historiologia Médica*, 1733, que apresentou parte dedicada a química visível no item intitulado *Basta de Física, passemos à Botânica, Anatomia e Química, partes da teoria moderna, que dizem se requerem essencialmente para o médico*.

O mesmo se verificou com a obra de Luís Gomes Ferreira (1686-1764), *Erário Mineral*, 1735, que em seu *Tratado Quinto* apresentava um componente sob o título de *Da rara virtude do óleo de ouro; das muitas enfermidades para que serve, e observações de curas excelentíssimas que com ele se têm feito*. Nesta parte, o autor ressaltou as virtudes do óleo de ouro sinalizando que “serve o óleo de ouro para a maior parte dos afetos cirúrgicos, como adiante se mostrará. O óleo de ouro se faz com sal, água forte e ouro; cuja receita anda em vários autores, e por essa causa não a exponho”. (FERREIRA, 1733: 265) Interessante destacar que, sob o prisma da química moderna, a descrição do método de dissolução do ouro com água régia, mistura de ácidos nítrico, ou água forte e clorídrico, está correta, conforme destacou Filgueiras (1999). Sobre a utilização desse metal em medicamentos produzidos ao longo do século XVIII, Júnia Furtado (2005) ao analisar o *Erário Mineral* (1735) também sublinhou o potencial valor curativo do ouro ao sinalizar que:

Luís Gomes Ferreira o receitava como panaceia médica para vários tipos de doença, e dedicou um capítulo inteiro do *Erário Mineral* às suas virtudes terapêuticas. O louro era recomendado por uma “medicina solar” que defendia ser ele o quinto elemento, pois do corpo mais perfeito, ou do corpo de perfeitas misturas, que resiste à corrupção, um remédio pode ser obtido, capaz de curar a corrupção de outros corpos”. Gomes Ferreira não apenas atribuía virtudes mágicas ao ouro, como demonstrava empiricamente, pelo relato de inúmeros casos, sua capacidade curativa. Na época, até a real Academia de Ciências de Paris dera sua aprovação a um elixir à base do metal, que vinha sendo comercializado na cidade, testado empiricamente por seus pares. (FURTADO, 2005: 98-99)

Conforme visto, a aplicação da química na medicina ganhou impulso cada vez maior no decorrer do século XVIII, ilustrando tanto o estado de conhecimento da disciplina, quanto de sua utilização na prática médica. Tal fato foi aparece claramente na produção de medicamentos

químicos, que encontrou em João Curvo Semedo e Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762) grandes divulgadores¹⁰².

Assim, como os grandes nomes da medicina laica, os jesuítas demonstraram afinação com o conhecimento farmacológico que se desenvolvia. No aviamento de remédios compostos, ou seja, aqueles que em sua elaboração empregavam ingredientes de dois ou mais reinos da natureza, o quantitativo de medicamentos químicos se centrou em 30% das fórmulas encontradas na *Colecção de varias receitas*. Na confecção destes, os jesuítas utilizavam apenas o princípio ativo isolado da planta ou do animal, sendo esse processo conseguido pelo emprego de técnicas de destilação¹⁰³ e calcinação¹⁰⁴.

Ponto que confirmou a utilização do princípio ativo de certos ingredientes nas receitas de medicamentos foi a organização na obra analisada nesse trabalho de item em separado dedicado a explicação do significado e da forma de produção de determinados ingredientes intitulado *Memoria muito util de varias noticias e advertencias*¹⁰⁵, já mencionada. Esta veio acompanhada de outras informações valiosas que estiveram disponibilizadas a parte da apresentação e descrição dos medicamentos. Neste item encontram-se diversas listagens e tipologias de medicamentos como os *Remédios Alterantes*¹⁰⁶, *Alexipharmacos ou Contravenenos Comuns, e Simples para o interno*¹⁰⁷, *Anti-Selticos ou contra a podridão*¹⁰⁸, *Confortativos optimos para membros particulares*¹⁰⁹, *Contravenenos para casos particulares*¹¹⁰, *Purgantes*¹¹¹. Bem como uma variedade de águas como, *agoas quentes*¹¹², *agoas temperadas*¹¹³ e *agoas frias*¹¹⁴.

Sobre os medicamentos em específico é relevante destacar ainda que há outras listas informativas, buscado facilitar o manejo daqueles que se utilizassem da obra conforme o caso dos *Medicamentos que se costumão pedir debaixo de hum só nome*¹¹⁵ e *Medicamentos que se*

¹⁰² Ver Dias (2005).

¹⁰³ Ação de separar os elementos de fácil evaporação, voláteis, dos elementos que são fixos de uma substância.

¹⁰⁴ Ver nota 38.

¹⁰⁵ Ver *Colecção de varias receitas* (1766) páginas 507-519.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 522-523.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 524-525.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 526-527.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 528.

¹¹⁰ *Idem*, p. 529.

¹¹¹ *Idem*, p. 530-532.

¹¹² *Idem*, p. 535.

¹¹³ *Idem*, p. 536.

¹¹⁴ *Idem*, p. 537.

¹¹⁵ *Idem*, p. 538-541.

*costumão pedir absolutamente sem determinação de qualidade*¹¹⁶. Além de um conjunto de *Regras geraes mais uzuaes*¹¹⁷ e duas indexações, a saber: *Index dos sucedâneos, que se uzão nas Boticas tirados de vários Authores, e chamados de qui pro quo*¹¹⁸ e *Index em que pela ordem alfabética se mostram as Dosis dos mais comuns Remedios que se applicão no uso interno, tanto Simpleces, como Compostos*¹¹⁹. Além disso, a *Colecção de varias receitas* trouxe em sua composição uma *Explicação de varios Caracteres da Arte Chimica tirados de varios autores*, onde ao longo de 12 páginas, foram apresentados os símbolos referentes aos elementos e processos químicos como, por exemplo, aço, antimônio, ferro, vitriolo e etc¹²⁰.

Apesar dos inicianos não apresentarem uma postura refratária quanto ao conhecimento das práticas realizadas pelos químicos, não podemos afirmar que se distanciassem da interpretação da doença em função do desequilíbrio de humores, de tradição hipocrático galena ou mesmo das ideias ambientalistas. Nesse sentido, a produção de medicamentos de origem mineral, derivados, sobretudo, de metais clássicos como, por exemplo, ouro (Au), prata (Ag), mercúrio (Hg), chumbo (Pb) e antimônio (Sb) e de não metais, como o Enxofre (S), desempenharam igualmente a função de restabelecer o equilíbrio do corpo humano.

Dos medicamentos químicos encontrados na *Colecção de varias receitas* encontramos um total de 75 fórmulas, número significativo se considerarmos o grau de complexidade necessário para sua elaboração. Deste montante, 33 medicamentos químicos foram produzidos nas boticas dos Colégios jesuítas da América portuguesa, conforme observa-se na Tabela 11:

Tabela 11: Relação botica ou irmão boticário e medicamento

BOTICA/IRMÃO BOTICÁRIO	MEDICAMENTO
Colégio do Recife	Agoa Benedeta
Colégio da Bahia	Agoa de Canella
Irmão Manuel de Carvalho	Agoa de Cordova
Colégio do Recife e Irmão Manuel de Carvalho	Agoa Otalmica
Irmão Manuel de Carvalho	Balsamo de Fezes de Ouro
Irmão Manuel de Carvalho	Balsamo para Empigens

¹¹⁶ *Idem*, p. 545-548.

¹¹⁷ *Idem*, p. 555-560.

¹¹⁸ *Idem*, p. 563-569.

¹¹⁹ *Idem*, p. 587-609.

¹²⁰ *Idem*, p. 573-584.

Irmão Manuel de Carvalho	Emplastro de Enxofar
Irmão Manuel de Carvalho	Emplastro Sigillado
Irmão Francisco da Silva	Leite Virginal
Irmão Francisco da Silva	Manteiga de Chumbo
Irmão Manuel de Carvalho	Massa para tomar o fluxo de sangue das hemorragias
Colégio da Bahia	Olio de Canella
Colégio da Bahia	Panacea Mercurial
Colégio da Bahia	Pillulas Angelicas
Colégio da Bahia	Pillulas Hemeticas
Colégio da Bahia	Pillulas de Rezina de Batata
Colégio da Bahia	Pillulas de Rezina de Jalapa
Colégio da Bahia	Quintilio Optimo
Colégio da Bahia	Rezina de Batata
Colégio da Bahia	Solimão Optimo
Colégio da Bahia	Tartaro Emetico optimo
Colégio da Bahia	Tintura de Alambre
Irmão Manuel de Carvalho	Tintura de Coral
Colégio do Recife	Tizania Laxativa Mompliacensis
Colégio da Bahia	Triaga Brasília Reformada
Colégio da Bahia e Irmão Francisco da Silva	Unguento de Azougue
Irmão Manuel de Carvalho	Unguento Celeste
Colégio da Bahia	Unguento para Comichoens
Colégio da Bahia	Unguento contra sarnas
Irmão Manuel Diniz e Irmão Francisco da Silva	Unguento para emijas
Irmão Francisco da Silva	Unguento de Fezes de Ouro
Colégio da Bahia	Vinho Emetico
Colégio da Bahia	Xarope Emetico

Fonte: *Colecção de varias receitas*, 1766. Elaborada pela autora.

Por todo o exposto, a análise da *Colecção de varias receitas* nos permite refletir sobre a responsabilidade atribuída aos jesuítas pelo atraso científico, tanto em Portugal, quanto na América portuguesa. A presença de livros de medicina e farmácia nas diversas boticas jesuítas, como já apontado, bem como os remédios químicos produzidos nesses espaços e por esses irmãos, e os instrumentos e técnicas necessárias ao desenvolvimento de tal processo permitem refutar o discurso antijesuíta.

Em suas boticas, estivessem elas localizadas no Oriente, na Europa ou no Novo Mundo, os inicianos produziram ciência. A *Colecção de varias receitas* nos deu essa dimensão ao lançar luz sobre o desenvolvimento de um tipo de escrita, que se distanciou da perspectiva missionária, e guardou profundas relações com o desbravamento e conhecimento do mundo natural não em função da curiosidade ou necessidade. Além disso, em suas terapêuticas de cura, a partir da produção de medicamentos, foi permitido observar o processo de interação da medicina com a química, bastante comum ao longo do período estudado. Por fim, deve-se destacar que considerada também como parte da memória da Ordem, diante de um contexto de iminente dissolução, a obra analisada neste trabalho apontou para a diversidade de atuação dos jesuítas, marcando sua presença no mundo científico com uma contribuição que não pode e nem deve ser desprezada.

CONCLUSÃO

Os estudos históricos relativos às ciências, por um longo tempo, se centraram em ressaltar a descrição de acontecimentos e o protagonismo de nomes e instituições, desenvolvendo uma escrita que priorizou refletir sobre as ciências a partir de modelos explicativos para o aparecimento da ciência moderna (séculos XVI-XVIII). Essa perspectiva de caráter linear evolutivo encontrou terreno fértil no Brasil, quando um grupo de intelectuais, conhecido como “geração de 1870”, teve como incumbência a tarefa de considerar a questão da identidade nacional a partir de aspectos culturais e científicos.

Em termos de produção e atividade científica foi apontado um alto grau de comprometimento do país em função de seu passado colonial, associando o atraso nesse campo à colonização portuguesa. Pois, se as luzes não haviam tocado a metrópole, certamente não haveria condições de aqui alcançar. Em face desse cenário de estéril incentivo à produção de ciências, foi destacado como uma das prováveis causas a educação promovida pelos jesuítas à população colonial. Assim, diversos trabalhos ligados ao campo temático da história das ciências apontaram para a responsabilidade da Companhia de Jesus no estabelecimento de um clima desfavorável para o desenvolvimento e produção científica.

A partir dos anos 1960 os estudos relativos à história das ciências contaram com novas referências para a reflexão sobre a atividade científica, com abordagens que evocaram o impacto dos estudos sociais sobre as mesmas. Desse modo, se assistiu a partir da década de 1980, ao aparecimento de novos objetos de pesquisa que conferiram destaque para o intercâmbio cultural, ressaltando as contribuições da ciência nativa, por exemplo. A percepção das ciências enquanto atividade social coletiva permitiu, portanto, que agentes sociais antes ignorados pudessem ser incorporados à escrita da história das ciências. Em vista disso, a atividade científica passou a ser mensurada também a partir da atuação das ordens religiosas, oferecendo os jesuítas uma contribuição significativa.

Cumprindo o objetivo geral desse estudo apresentamos a inserção da Companhia de Jesus na atividade e debate científico da Época Moderna (séculos XVI-XVIII), ao sublinhar a atuação diversificada destes no campo científico, onde se verificou a execução de papéis como, por exemplo, de astrônomos, matemáticos, engenheiros, médicos e boticários. Destarte essa variedade de ofícios, se verificou como prática comum a oferta daquilo que se denominou

serviços de saúde, a partir do desenvolvimento de terapêuticas de cura e da produção de medicamentos para lidar com as doenças e os surtos epidêmicos que assolavam o cotidiano.

Interpretações iniciais sobre os jesuítas no exercício dos ofícios de cura guardaram relação com a noção de caridade que norteou o trabalho missionário, tendo em vista que a salvação do indivíduo resultou e esteve atrelada à salvação do outro. Entretanto, se verificou que as práticas de cura e o aviamento de medicamentos faziam parte da cultura científica dos jesuítas, inspirados por concepções médico farmacológicas de cunho hipocrático galênico e iatroquímico. Com a sinalização dessas práticas, atingimos o primeiro objetivo específico desse trabalho, pois assim como os diversos agentes sociais do período, os jesuítas estiveram inseridos no contexto médico farmacológico do século XVIII, praticando uma terapêutica de cura que enxergou a enfermidade, entre outras explicações, a partir do desequilíbrio de humores. Na busca por restabelecer a saúde estes produziram remédios que visavam reequilibrar e reorganizar as funções corporais a partir da utilização de plantas nativas oriundas, sobretudo da América portuguesa, e da utilização de elementos químicos e seus compostos, como por exemplo, ouro (Au), prata (Ag), mercúrio (Hg), antimônio (Sb) e enxofre (S) de potencial curativo.

Para o caso da exploração do mundo natural, o contato com as populações nativas proporcionou o conhecimento de uma variada gama de espécies vegetais que eram extraídas diretamente da natureza ou plantadas nas quintas e jardins dos Colégios jesuítas. Houve, ainda, a aclimação de espécies oriundas de outras regiões do Império português, conforme evidente na listagem dos ingredientes necessários ao preparo de diversas receitas de medicamentos presente na *Colecção de varias receitas*, 1766.

Tal fato nos permitiu dar conta do segundo objetivo específico desse trabalho, indicando os jesuítas como responsáveis por produzir um conhecimento científico que resultou da mescla de elementos de uma bagagem cultural científica de base europeia, com aquilo que foi observado e absorvido do saber nativo, refutando, dessa forma, a ideia de que o aviamento de medicamentos pelas boticas jesuítas obedeceu a lógica do improvisado para suprir a necessidade e carência de abastecimento de remédios para o caso das áreas coloniais. Sinalizamos, além disso, que sua atuação também não pode ser interpretada como fruto da curiosidade, tendo em vista o constante fluxo de comunicação entre os inicianos, trocando informações fosse por meio da produção de cadernos manuscritos, anunciando descobertas sobre a flora e fauna local, ou mesmo pela troca de correspondência na forma de cartas ânuas, estivessem eles dispersos pelo Novo Mundo, Oriente ou Europa.

Esse cenário de circulação de conhecimento científico nos propiciou alcançar o terceiro e último objetivo específico, a partir do entendimento de que as boticas jesuítas constituíram uma rede de intercâmbio de produtos e saberes, consolidando a Ordem enquanto entidade portadora de poder político. Cientes de que o jogo político se faz presente desde que se estabeleceu a vida em sociedade, tal fato implicou refletir sobre as relações de poder que se estabeleceram entre as boticas jesuítas e o Estado português. Nesse sentido, considerar essas relações remeteu necessariamente a compreender o mundo moderno a partir da coexistência de poderes paralelos e concorrentes, enxergando-o através de uma constelação de poderes, com isso, refutando a ideia que encerrou o Estado, e suas relações em sociedade, em blocos monolíticos e homogêneos.

Esse conceito dilatado de Estado sinalizou para o entendimento do mesmo a partir de uma perspectiva plural, com ênfase no choque de interesses de grupo e instituições da sociedade que se constituíram em jogos de poder. Dessa forma, a operação das boticas jesuítas, com a produção de medicamentos e circulação de conhecimento científico, promovido através de sua rede de intercâmbio, pode ser compreendida por meio do modelo corporativo das relações de poder. Em alguns momentos, a Ordem deixou de lado determinações do ordenamento jurídico em nome de salvaguardar direitos com base em regimentos próprios, em uma nítida constituição de poder paralelo ao poder do Estado. Em outros, recorreu ao próprio poder régio, buscando intervenção favorável às demandas que também iam de encontro a esse ordenamento, evidenciando, assim, que a concorrência de poderes paralelos foi a lógica que regeu as ações políticas no período Moderno, confirmando nossa primeira hipótese de pesquisa.

O século XVIII em Portugal foi também um período marcado por reformas de caráter administrativo, econômico e social empreendidas por obra do Marquês Pombal, durante o reinado de D. José I. Para a Companhia de Jesus esse cenário gerou apreensão e incerteza quanto ao futuro, tendo em vista o decreto de expulsão dos mesmos do reino e seus domínios de 1759.

Reunidos em Roma desde então, e inseridos no contexto científico do *Coleccionismo*, a elaboração da *Colecção de varias receitas* guardou relação com a iniciativa de preservação da memória da instituição, ressaltando sua atuação e conhecimento no campo do saber médico farmacológico, a partir da formulação de uma escrita científica. Não obstante, para além dessa questão da rememoração, a produção de tal obra demonstrou a afinação dos jesuítas com a atividade científica característica da modernidade, uma vez que a fórmula de seus medicamentos resultou da união de produtos de origem natural como, por exemplo, a quina, ipecacuanha, copaíba, entre outros, com ácidos e sais de mercúrio (Hg), antimônio (Sb), vitriolo

calcinado (H_2SO_4 – ácido sulfúrico diluído), sal de chumbo ($\text{Pb}(\text{C}_2\text{H}_3\text{O}_2)_2$ – acetato de chumbo) e etc, por meio de processos químicos como a destilação e a calcinação, confirmando também nossa segunda hipótese.

Ressaltamos, por fim, que os medicamentos produzidos pelas boticas jesuítas, que ganharam o mundo na forma de emplastros, triagas, pílulas e infusões, conferiram não apenas popularidade aos jesuítas. Mas, sobretudo, permitiram enxergar o lugar ocupado por estes no cenário médico farmacológico do mundo moderno, a partir da atividade que desenvolveram em suas boticas, vistas como espaços de produção científica, ponto esse que, além de confirmar a terceira hipótese desse trabalho, nos permitiu ir de encontro a interpretações reducionistas da atuação da Companhia de Jesus na seara científica.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

FONTES PRIMÁRIAS:

FONTES MANUSCRITAS:

Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.

Cód. Opp. NN. 17 – *Colecção de várias receitas e segredos particulares da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macau e do Brasil. Compostas e experimentadas pelos melhores médicos e boticários mais celebres que tem havido nestas Partes. Aumentada com alguns índices e notícias muito curiosas e necessárias para a boa direção e acerto contra as enfermidades.* Roma, MDCCLXVI.

Cód. Opp. NN. 17, pp. 400-412 - *Notícia breve dos lugares onde se achão alguns simples que compoem a triaga sobredita* [brasilica]

Arquivo do Museu do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro.

Papéis relativos à Fazenda de Campos Novos e de Campos dos Goytacazes registrou. Sobre a botica de Campos Novos. (85.20.4)

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT.

Privilégio concedido ao Padre Alexandre Botelho para a sua Água Febrífuga. Chancelaria de D. João V. Liv. 91. fls. 269-270.

Biblioteca Virtual del Paraguay, Assunção.

MONTENEGRO, Pedro de. *Materia Medica Misioneira*, 1710.

Biblioteca Digital Hispánica, Madri.

MONTENEGRO, Pedro de. *Libro primero de la propiedad y birtudes de los arboles, plantas de las misiones y provincias de Tucuman, com algunas del Brasil e del Oriente*, obra de 1711.

Wellcome Institute for the History of Medicine, Londres.

COSTA, Affonso da. *Árvore da Vida dilatada em vistosos e salutíferos ramos ornados de muitas aprasiveis e saudaveis folhas em que se deixão ver muitos e singulares remedios assim simples como compostos, que a Arte, a experiencia, industria e a curiosidade descobrio para curar com facilidade quase todas as doenças e queixas a que o corpo humano está sujeito principalmente em terras distituidas de Medicos e Boticas.* Província de Goa, c. 1720.

FONTES IMPRESSAS:

ACOSTA, José. *História Natural e Moral das Índias*. Madrid, 1792.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Ordenações Filipinas*. vols. 1 a 5; Edição de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro de 1870. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> Acessado em junho de 2017.

- ANCHIETA, José de. Carta do Ir. José de Anchieta ao P. Diego Laynes (São Vicente, 1 de junho de 1560). In LEITE, Serafim (Org.). *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil* (1558 – 1563). Coimbra: Tipografia de Atlântida, 1958.
- _____. *Cartas - Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta*, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.
- _____. *Cartas - Correspondência Ativa e Passiva*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- _____. Informação da província do Brasil para nossos Padres, 1585. In: *Cartas jesuíticas III*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1988.
- CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1580). Ana Maria de Azevedo (ed. lit). – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- CARDOSO, Armando S. J. *Cartas Jesuíticas I* (1549-1560). Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia – Edusp, 1988.
- _____. *Cartas Jesuíticas II* (1550-1568). Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia – Edusp, 1988.
- Constituições da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil: 1576*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GUERREIRO, Fernão. *Relação anual das Coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas suas missões nos anos de 1600 - 1609*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.
- LIVRO de Tombos das escrituras das cousas que pertenceram ao Collegio de São Sebastião da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, v. 82, 1962.
- MELLO, Sebastião Joseph de Carvalho. Alvará, porque V. Majestade há por bem confirmar o Regimento, intitulado: *Diretório, que se deve observar nas Povações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*: Na forma acima declarada. Para V. Majestade. Filipe Joseph da Gama o fez, 1757.
- MONTEIRO, Jácome. Relação da província do Brasil (1610). In LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. v. VIII.
- PISO, Guilherme. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1957.
- SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 5ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: A. J. Fernando Lopes, 1865.

FONTES SECUNDÁRIAS:

ARTIGOS:

- ABREU, Marcelo. Coleção e cidade: imagens urbanas e prática de colecionar. *Anais do Museu Histórico Nacional*, vol. 33, 2001.
- ALONSO, Angela. Reforma sem revolução. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 2007.
- Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/reformasemrevolucao>
Acessado em junho de 2017.
- AMARO, Ana Maria. A famosa Pedra Cordial de Goa ou de Gaspar António. *Revista de Cultura*. Macau, 1988/89.

- _____. Influência da farmacopeia chinesa no receituário das Boticas da Companhia de Jesus. *Revista de Cultura*. Macau, v. 30, 1997.
- BALDINI, Ugo. As Assistências Ibéricas da Companhia de Jesus e a atividade científica nas missões asiáticas (1578 – 1640): Alguns aspectos culturais e institucionais. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 54(2), 1998, p. 195-246.
- BARROCA, M.J. Medidas-Padrão Medievais Portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª Série, vol. 9, Porto, 1992. pp. 53–85.
- BEINART, William. MIDDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. *Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009. p. 160-180.
- BELLINI, Lígia. Medicina e saber erudito em Portugal no Renascimento. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, Departamento de história/PUC, v. 27, n. 1, p. 43-74, 2001.
- _____. Notas sobre representação do corpo e cultura médica no Portugal Moderno. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 61, p. 97-108, Jan./Abr. 2011.
- BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.
- BITTAR, Marisa; FERREIRA, Amarílio. Pluralidade linguística, escola de bê-a-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 86, p. 171-195, abril 2004.
- Disponível em <http://cedes.unicamp.br> Acesso em maio de 2017.
- BRACHT, Fabiano. Os Remédios do Oriente: textos médicos da Índia Portuguesa do século XVIII. *Anais do IV Encontro Internacional de Jovens Investigadores em história Moderna*. Porto, 2015.
- CALAINHO, Daniela. Jesuítas e Medicina Colonial. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, 2005.
- CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. O tempo corruptor: colecionismo, preservação e construção do passado. In *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*: Londrina, 2005.
- CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. *Dominguezia*, vol. 27(1), 2011.
- CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Esboço Bibliográfico de Valentin Stansel (1621 – 1705), Matemático Jesuíta e Missionário na Bahia. *Ideação*, Feira de Santana, nº 3, p. 159 – 182, jan./jun., 1999.
- _____. Cientistas e religiosos. *Revista Com Ciência*. Número 65, Maio de 2005.
- CARDOSO, Walter; [et. al.] Para uma história das ciências no Brasil colonial. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência (RSBHC)*, São Paulo, Número 01, 1985.
- CARDOSO, Walter; NOVAIS, Fernando & D'AMBRÓSIO, Ubiratan. “Para uma história das ciências no Brasil colonial”. In *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência (RSBHC)*. Número 01, 1985.
- CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 13, n. 23, p. 13-32, jan./jun. 2011.
- CARVALHO, Regina Simplício. Lavoisier e a sistematização da nomenclatura química. *Scientia & Studia*. São Paulo, v. 10, n. 4, p. 759-71, 2012.
- COELHO, Maria Filomena C. Justiça e representação na América portuguesa. *Revista Múltipla (UPIS)*, v. 21, p. 71-86, 2006.
- DEBUS, Allen. A ciência e as humanidades: a função renovadora da indagação histórica. *Revista da SBHC*, v. 5, 1991, p. 3-13.
- DIAS, Jose Pedro Souza. Problemas e perspectivas na história das origens da farmácia em Portugal, comunicação apresentada no *I Congresso das Ciências Farmacêuticas*. Lisboa, nov., 1982.
- _____. Documentos sobre duas boticas da Companhia de Jesus em Lisboa: Colégio de Santo Antão e Casa Professa de São Roque. *Economia e Sociedade*, nº 88/89, Évora, 2009. (pp. 295-312)

- _____. Homens e medicamentos: uma introdução à História da farmácia e da terapêutica. Lisboa: 2005. Disponível em: <http://www.ff.ul.pt/~jpsdias/docs/Homens-e-medicamentos-partel.pdf>. Acessado em agosto 2017.
- DIAS, Maria Odila. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do IHGB*, vol. 278, p. 105-170, 1968.
- FILGUEIRAS, Carlos. Origens da ciência no Brasil. *Química Nova*, São Paulo, 13(3), 1990.
- _____. Havia alguma ciência no Brasil setecentista? *Química Nova*, São Paulo, 21(3), 1998.
- FLECK, Eliane Cristina Deckmann. Sobre martírios e curas: medicina e edificação nas reduções jesuítico-guaranis (século XVII). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXI, n. 1, p. 35-50, junho 2005.
- _____. Caridad y ciencia en tierras tan pobres de médicos y boticas: Medicina e Missão na América Meridional (séculos XVII e XVIII). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.
- _____. POLETO, Roberto. Circulação e produção de saberes e práticas científicas na América meridional no século XVIII: uma análise do manuscrito *Materia medica missionaria* de Pedro Montenegro (1710). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out.-dez. 2012, p. 1121-1138.
- FRANÇOSO, Mariana. Alguns comentários à *Historia Naturalis Brasiliae*. *Cadernos de Etnolinguística*, volume 2, número 1, fev/2010.
- Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/vol2:1> Acesso em 14/04/2016
- FURTADO, J.F. 2005. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas Colonial. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, XLI:89-105.
- GESTEIRA, Heloísa M; TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. As fazendas jesuíticas em Campos dos Goitacazes: práticas médicas e circulação de ideias no império português (séculos XVI ao XVIII). *Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica* - N. 27-2, 2009.
- GOMES, Maria Vitória de Azevedo. A Casa dos Vinte e Quatro e a representação da arte de botica. *Boletim da Escola Superior de Farmácia*, 1949, vol. III.
- GUERRA, F. Carvalho; ALVES, A. Correia – Breve notícia histórica sobre as farmacopeias portuguesas até ao século XIX. Lisboa: Academia das Ciências, 1986. p. 815-834 (Sep. de História e desenvolvimento da ciência em Portugal, Vol. II), p. 818-820)
- HADDAD, Thomás. Christoph Clavius, S.J. on the reality of Ptolemaic cosmology: Ex suppositione reasoning and the problem of (dis)continuity of early modern natural philosophy. *Organon* (Varsóvia/Int. Union of History and Philosophy of Science), v. 41, p. 195-204, 2009.
- IMPEY, Oliver; MACGREGOR, Arthur (Ed.). Gabinetes, Boticas e Bibliotecas. *Episteme*. Porto Alegre, nº 20, suplemento especial, p. 11-17, jan./jun. 2005.
- JANEIRA, Ana Luísa. A configuração epistemológica do colecionismo moderno (séculos XV-XVIII). *Episteme*, Porto Alegre, n. 20, jan./jun. 2005.
- _____. Primórdios do colecionismo moderno em espaços de produção do saber e do gosto. *Memorandum 10*. Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, abr/2006.
- KURY, Lorelay Brilhante, CAMENIZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. *Anais do Museu histórico nacional*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 57-85, 1997.
- LEITE, Serafim. Os jesuítas no Brasil e a medicina. *Revista Petrus Nonius*. Lisboa, separata nº 1, 1956.
- LEITE, Bruno M. Boto. Medicina de Padre: Estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: *Biblioteca Nacional*, 2011.
- _____. Mezinhas antigas e modernas: A invenção da triaga brasílica pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial. São Paulo. *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.

- MARQUES, Vera Regina Beltrão. Remédios secretos: saberes e poderes. *49º Congresso Internacional de Americanistas. Problemas Urbanos e de Saúde no Brasil: Sección Medicina y Salud*. jul. 1997. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congresos/contenido/49CAI/Marques.htm> Acessado em junho de 2017
- MARTINS, Roberto de A. História e História da Ciência: Encontros e Desencontros. *Actas do 1º Congresso Luso Brasileiro de História da Ciência e da Técnica*. (Universidade de Évora e Universidade de Aveiro, 22 a 27 de Outubro) , Évora: Universidade de Évora, 2001.
- MARTINS, Renata Maria de Almeida. O manuscrito do Catálogo do Colégio Jesuítico de Santo Alexandre em Belém do Grão-Pará (1720) da Coleção Lamago do arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEBUSP). *Revista IEB*, São Paulo, n. 49, p. 183- 202, mar./set. 2009.
- MASIERO, Luciana. Escola Medica Salernitana, Procedimentos Cirúrgicos Estéticos e Trotula De Ruggiero: Um Trabalho de Campo em Salerno (Itália). *TRIM*, 11 (2016), pp. 27-44.
- MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Cortados pela raiz. *Revista de História*. Rio de Janeiro: RHBN, 2009.
- Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/especialexpulsaodosjesuitascortadospela-raiz>. Acessado em julho 2017.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. A geração de 1870 e a invenção simbólica do Brasil. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*, Natal: 2013.
- NAVARRO, R. F. A Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*. v.1, 1, 2006.
- PAGE, Carlos; FLACHS, Maria Cristina Vera de. Textos Clássicos de Medicina en la Botica Jesuítica del Paraguay. *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*. Madrid, 13 (2010). P. 117-135.
- PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. São Paulo: *Cadernos IG/UNICAMP*, Volume 6, número 1, 1996.
- PIERI, Fábio. *et. al.* Óleo de copaíba (*Copaifera* sp.): histórico, extração, aplicações industriais e propriedades medicinais. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*. Botucatu, v.11, n.4, 2009.
- PINA, Luís de. História da História de Medicina em Portugal. *Separata da revista Imprensa Médica*, fev. 1956, v. XX.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. A arte farmacêutica no século XVIII, a farmácia conventual e o inventário da Botica do Convento e Nossa Senhora do Carmo (Aveiro). *Ágora. Estudos Clássicos em debate* 14.1 (2012), pp. 227-268.
- POLETO, Roberto. Descoberta de fármacos e produção literária: um estudo sobre a quina do Peru (séculos XVII e XVIII). In *Anais eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História*. ANPUH: Natal, 2013.
- RAFFAINI, Patrícia. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, 3: 159-164, 1993.
- RIBEIRO, Maria de Azambuja; BULHÕES, Arthur Feitosa de. Os colégios jesuítas de Portugal e a Revolução Científica: Inácio Monteiro e a recepção das novas teorias da luz em Portugal. *História Unisinos*, 18(1): 27-34, janeiro/abril, 2014.
- SALDAÑA, Juan J; CATALA, Jose. Ciencia colonial y Roles profesionales en la America Española del siglo XVIII. *Quipu*, vol. 6, n. 3, septiembre-diciembre de 1989, pp. 387-403.
- SANTOS, Georgina Silva dos. A Arte de Sangrar na Lisboa do Antigo Regime. *Tempo*: Rio de Janeiro, nº 19, vol. 10, Julho de 2005. p. 43-60.

SEABRA, Luís Lopes. Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI. Portugalia, Nova Série, XXIV, Faculdade de Letras, Porto, 2003.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 2, p. 219-237, maio/ago. 2008.

TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. A farmacopeia jesuítica: o exemplo das fazendas do Colégio do Rio de Janeiro. *Anais da ANPUH*, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As “livrarias” dos jesuítas no Brasil colonial, segundo os documentos do Archivum Romano Societatis Iesu. *Cauriensia*, universidade de extremadura, vol. VI (2011) 275-302.

VEIGA, Vladimir F. Junior. PINTO, Angelo C. O GÊNERO *Copaifera L.* *Química. Nova*, Vol. 25, No. 2, 273-286, 2002.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência e Modernidade no Brasil: Um balanço historiográfico. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0770.pdf> Acessado em junho de 2017.

VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. História e Historiografia da Ciência. *Escritos - Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=346&ID_M=2064.

VIEGAS JR, Cláudio. BOLZANI, Vanderlan da Silva. Os produtos naturais e a química medicinal moderna. *Quim. Nova*, Vol. 29, No. 2, 326-337, 2006.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *A pluralidade de perspectivas sobre a doença no período colonial*. *Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2010.

WITTER, Nikelen. Curar como Arte e Ofício: contribuições para um debate historiográfico sobre a saúde, doença e cura. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 13-25, 2005.

DISSERTAÇÕES E TESES:

CASTAÑEDA, Julio Vera. *La vida social de la botica del Colegio Máximo de San Miguel: apuntes sobre las prácticas farmacéuticas de los jesuitas en el reino de Chile (S. XVII – XVIII)*. Monografia. Santiago: Universidad de Chile, 2016.

DIAS, Jose Pedro Souza. *Inovação técnica e sociedade na farmácia de Lisboa setecentista*. Tese de Doutorado. Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa, 1991.

GOMES, Leonardo Gonçalves. *A Farmacopéia Tubalense de 1735 e a construção de um modelo para a farmácia portuguesa setecentista*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores, 2012.

MAIA, Patrícia Albano. *Práticas terapêuticas jesuíticas no Império colonial português: medicamentos e boticas no século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Fernando Santiago dos. *As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil: história e ciência na Triaga Brasília (séculos XVII – XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. *A farmacopéia jesuítica na América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII*. Dissertação (Mestrado em História Social), Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2011.

LIVROS:

ABREU, José Rodrigues de. *Historiologia Medica, Fundada e Estabelecida nos Principios de George Ernesto Sthal, famigeradíssimo Escritor do presente Seculo, e ajustada ao uso Pratico deste Paiz*. Lisboa: Oficina da Musica, 1733-1752. 3 vols.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. *O que é história da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Da alquimia à química*. São Paulo: Landy, 2001.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2001.

ARAÚJO, Maria Benedita. *O conhecimento empírico dos fármacos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Cosmos, 1992.

ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte*. Sintra: Publicações Europa-América, LTDA, 2000.

ASSUNÇÃO, Paulo de. *A terra dos Brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)*. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. *Negócios Jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: EdUSP, 2009.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4ª edição (1ª edição 1943), 1963.

_____. *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2ª edição (1ª edição 1955), 1994.

AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

BASSO, Paula. *A Farmácia e o Medicamento: uma história concisa*. Lisboa: Correios de Portugal, 2004.

BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BLOM, Philipp. *Ter e mater: uma história íntima de colecionadores e coleções*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e Latino*. Edição de 1712, vol. II.

_____. *Diccionario da Lingua portugueza, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo. L-Z. Lisboa, na Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/dicionarios/bluteau/buscaDicionarioPlChave.asp>. Acessado em Junho 2017.

BOBBIO, Norberto. [et. al.]. *Dicionário de política*. 5ª ed. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil 1580-1620*. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

D. Caetano de Santo Antonio. *Pharmacopea Lusitana*. Coimbra: Impressão de João Antunes, 1704.

_____. *Pharmacopea Lusitana Reformada*. Lisboa: Real Mosteiro de São Vicente de Fora, 1711.

DANTES, Maria Amélia M. *A Ciência na América Latina – Uma História a ser Contada*. Módulo de História da América do curso de atualização da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, maio, 1992.

_____. A implantação das ciências no Brasil – Um debate historiográfico. In ALVES, José J. de Alencar (Org.). *Múltiplas faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2005.

DELUMEAU, Jean. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Estampa, 1984.

DIAS, Jose Pedro Souza. *A Farmácia e a História*. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica. Lisboa: 2005. Disponível em: <<http://www.ff.ul.pt/paginas/jpsdias/histsocfarm/Farmacia-e-Historia.pdf>>. Acesso em: 20/07/2016.

_____. *História da farmácia portuguesa desde os primeiros séculos da monarquia até o presente*. Lisboa: Tip. Franco-Portuguesa, 1866.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2006.

_____. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Império. In PONTES, Carlos Fidélis. (org.). *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*/ Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Antônio Paulo Ciríaco. *Missionários jesuítas no Brasil no tempo de Pombal*. Porto Alegre: Edições Globo, 1941.

FERREIRA, Luiz Gomes. *Erario Mineral*. Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1735.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. *Entre a caridade e a ciência: a prática missionária e científica da Companhia de Jesus* (América platina, séculos XVII e XVIII). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

_____; POLETTO, Roberto. Os colégios e boticas da Companhia de Jesus como centros de formação intelectual e de difusão da cultura científica na América platina setecentista. In AMANTINO, Marcia; FLECK, Eliane Cristina Deckmann; ENGEMANN, Carlos. (orgs.). *A Companhia de Jesus na América por seus colégios e fazendas: aproximações entre Brasil e Argentina* (século XVIII). Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 51ª edição (1ª edição 1933), 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A América Portuguesa e a circulação de plantas, séculos XVI - XVIII. In: Lorelai Kury. (Org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil - séculos XVI - XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estudio, 2013.

GURGEL, Cristina. *Doenças e curas: o Brasil nos primeiros séculos*. São Paulo: Contexto, 2010.

HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1966.

HENRIQUES, Isabel Castro & MARGARIDO, Alfredo. *Plantas e Conhecimento do Mundo nos Séculos XV e XVI*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

HERSOM, Bella. *Cristãos novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

HESPANHA, António M. *As Vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal, séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras cartas do Brasil [1551-1555]*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

- KOK, Glória. *Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos galilaicos*. Lisboa: D. Quixote, 1986.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LAFUENTE, António. La ciência periférica y su especialidad historiográfica. In SALDAÑA, Juan J. *El perfil de la ciencia en América*. México, Sociedad Latinoamericana de Historia de la Ciencia y la Tecnología, 1986.
- LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2005.
- LEITE, Bruno M. B. “Verdes que em vosso tempo se mostrou. Das boticas jesuítas da província do Brasil, séculos XVII-XVIII”. In KURY, Lorelai [et al.]. *Usos e circulação de plantas no Brasil, séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália/Civilização Brasileira, 1938.
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000.
- _____. LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549 – 1760)*. Lisboa: Brotéria, 1953.
- _____. *Serviços de saúde da Companhia de Jesus no Brasil (1544-1760)*. Lisboa: Typpografia do Porto, 1956.
- LEMONS, Maximiniano. *História da medicina em Portugal: doutrina e instituições*. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 1989.
- LINDEMANN, Mary. *Medicina e Sociedade no início da Europa Moderna – Novas abordagens da história europeia*. Lisboa: Replicação, Ltda, 2002.
- LINK, Luther. *O diabo: a máscara sem rosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MAAR, Juergen Heinrich. *Pequena História da Química*. Florianópolis: Papa Livro, 1999.
- MAIA, Carlos Alvarez. A domesticação da história das ciências pelo sistema das ciências. In SOARES, Luiz Carlos. *Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco ensaios de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.
- _____. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes. Precondições para o aparecimento dos sciences studies*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- MALAGRIDA, Gabriel. Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755, pelo padre Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus, Missionário Apostólico. Lisboa, 1756. In: MURY, Paulo. *História de Gabriel Malagrida da Companhia de Jesus*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cia, 1875.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. *Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil setecentista*. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- MARTÍN, Carmen. VALVERDE, José Luiz. *La farmacia en la américa colonial: el arte de preparar medicamentos*. Granada: Universidad de granada y hermandad farmacéutica granadina, 1995.
- MERTON, Robert K. *Science, technology and society in seventeenth-century England*. Nova York: Free Press, 1970.
- MESGRAVIS, Laima. *A santa casa de misericórdia de São Paulo (1599-1884): contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. São Paulo: Conselho Estadual Cultural, 1976.
- MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1979.
- MULLET, Michael. *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva, 1985.

- PISO, Willem. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Ministério da educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro, 1957.
- PITA, João Rui. *História da Farmácia*. Coimbra: Minerva, 1998.
- REDONDI, Pietro. El oficio del historiador de las ciencias y de las técnicas. In LAFUENTE, António; SALDAÑA, Juan (Orgs.) *Historia de las Ciencias*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1987.
- RÉMOND, Réne (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- RIBEIRO, Lourival. *Medicina no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: GB, 1971.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência nos trópicos – A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RICOEUR, Paul. *The Just*. Chicago: The Univ. Chicago Press, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- RODRIGUES, Francisco. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*. Porto: Edições do Apostolado de Imprensa, 1935.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. História da Ciência. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 5ª edição (1ª edição 1949), 1978.
- RODRIGUES, Lopes. *Anchieta e a Medicina*. Belo Horizonte: Edições Apollo, 1934.
- ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 2º volume, 7ª edição (1ª edição 1888), 1980.
- SANTOS, Fernando Santiago dos. *As plantas brasileiras, os jesuítas e os indígenas do Brasil: história e ciência na Triaga Brasília (séc. XVII-XVIII)*. São Paulo: Caso do Novo Autor editora, 2009.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- SARTON, George. *Introduction to the History of Science*. Baltimore: Williams & Wilkins, 1927.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*. São Paulo: Edusc, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Finep, 1979.
- SEMEDO, João Curvo. *Polyanthea Medicinal. Noticias Galenicis e Chymicas, Repatidas em tres Tratados*. Lisboa: Oficina de Miguel Deslandes, 1697.
- SILVA, Raquel Henriques da. Prefácio. In BRIGOLA, José Carlos. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil: A ciência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª edição (1ª edição 1944), 1976.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo na terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- TOMA, Henrique Eisi. *Elementos químicos e seus compostos*. São Paulo: Blucher, 2012.
- VERISSIMO, Ignácio José. *Pombal, os jesuítas e o Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961.

APÊNDICE A

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS JESUÍTAS DA BAHIA, RECIFE E RIO DE JANEIRO¹²¹



¹²¹ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Agência Nacional de Águas – ANA e Departamento Nacional de Infraestrutura e transporte – DNIT, 2017. Elaboração de Ludmilson Silva e da autora.

APÊNDICE B

TABELA DE ARTES E OFÍCIOS DOS JESUÍTAS NO BRASIL ¹²²

Artes e ofícios de construção	Arquitetos e mestres de obras, carpinteiros, entalhadores, embutidores, marceneiros, tanoeiros, torneiros, serralheiros, pedreiros, canteiros, marmoeiros, ferreiros, serralheiros, fundidores e construtores navais
Belas artes	Escultores, estatuários, pintores, douradores, oleiros, barristas (azulejos), cantores, músicos e regentes de coro
Manufaturas	Alfaiates, bordadores, tecelões, sapateiros (sapateiros, alpercatas, artífices de sola e curtidores de peles)
Ofícios de administração	Administradores de engenhos e fazendas, pastores, agricultores, procuradores, pescarias e salinas
Serviços de saúde	Enfermeiros, cirurgiões e boticários ou farmacêuticos
Ofícios singulares	Calígrafo, ourives de prata, cartógrafo, fabricante de cal, químico e papelero
Ofícios domésticos	Dispenseiro, porteiro, cozinheiro e roupeiro
Outros ofícios	Mestres de meninos, diretores de Congregação Marianas, bibliotecários, encadernadores, tipógrafos, impressores, barbeiros, cabeleireiros, pilotos

¹²² Fonte: Leite (1953, p. 39). Elaboração da autora.

APÊNDICE C

LISTA DE JESUÍTAS BOTICÁRIOS NO BRASIL COLONIAL¹²³

NOME	LOCAL DE ATUAÇÃO	ENTRADA NA COMPANHIA	OUTRAS INFORMAÇÕES
André da Costa	Olinda	1685	-
André Henriques	Colégio de Olinda e Colégio Rio de Janeiro	1664	-
Antônio dos Santos	Colégio de Olinda	1709	Mestre de meninos, enfermeiro dos escravos e soto-ministro.
Antônio Fonseca	Maranhão	1734	-
Antonio Gomes	Colégio do Recife	Não informado	-
Antônio Soares	Colégio do Rio de Janeiro	1731	-
Bento Gomes	Colégio de Olinda	1682	Atuou como sapateiro no Colégio da Bahia.
Caetano de Oliveira	Colégio do Rio de Janeiro	1630	"Insignis pharmacopola" e "Optimus" enfermeiro.
Clemente Ferreiro	Colégio da Bahia	1681	-
Domingos Alberti	Colégio da Bahia	1625	-
Domingos de Brito	Rio de Janeiro	1740	-
Domingos Coelho	Maranhão	1675	-
Domingos de Lemos	Colégio da Bahia	1690	Muito considerado.
Domingos Pereira	Colégio do Rio de Janeiro	1728	Cirurgião, enfermeiro e soto-ministro.
Francisco Gaia	Colégio do Pará	1700	-
Francisco da Silva	Colégio da Bahia	1717	"Insignis pharmacopola e enfermeiro. Atuou no RJ (1737) e SP (1732). Organizou os serviços de farmácia de Olinda.
Inácio de Passos	Colégio do Rio de Janeiro	1706	Foi oferecida a quantia de 40.000 cruzados para abrir estabelecimento próprio ou em sociedade.

¹²³ Fonte: Leite (1953, p. 99-100). Elaboração da autora.

João Baptista	São Paulo e Santos	1724	-
João da Silva	São Paulo	1718	-
João de Oliveira	Não informado	1743	-
José Cardoso	Colégio da Bahia	1676	-
José Freire	Colégio de Olinda e Colégio do Recife	1736	-
José Lopes	Colégio da Bahia	1702	Bom farmacêutico. Faleceu no Colégio do Recife.
José Lourenço	Colégio de Olinda e Colégio Bahia	1719	Já devia ser farmacêutico ao entrar para a Companhia. Qualificado como "insigne" em sua arte.
José de Passos	Maranhão	1720	Saiu da Companhia em 1733.
José Romão	Colégio do Pará e no Maranhão	1746	Saiu da Companhia em 1750.
Lourenço Alvares	Colégio do Pará	1737	-
Lourenço de Sousa	Colégio da Bahia	1753	-
Luís Pinheiro	Colégio de São Paulo	1730	Discípulo do mestre farmacêutico Francisco da Silva (Colégio de São Paulo).
Manuel de Andrade	Maranhão	1736	Saiu da Companhia em 1752.
Manuel Coelho	Bahia e Sul	1599	-
Manuel da Cruz	Colégio do Pará	1732	Saiu da Companhia em 1751.
Manuel Dinis	Colégio do Recife e Colégio de Olinda	1729	"Preparado para doenças de pele" (Bálsamo para impigens).
Manuel da Fonseca	Colégio do Pará	1753	-
Manuel Girão	Colégio do Rio de Janeiro	1722	Foi farmacêutico no Colégio de Santos.
Manuel Gomes	Colégio de Olinda	1729	Saiu da Companhia entre 1735/36.
Manuel Gomes	Colégio do Pará	1745	-
Manuel da Luz	Colégio e Seminário da Paraíba do Norte	1754	-
Manuel Rodrigues	Maranhão	1656	Enfermeiro e artes de construção.
Manuel Tristão	Colégio da Bahia e Colégio de Olinda	1568	Foi o primeiro boticário/farmacêutico da Companhia no Brasil. Deixou a

			"Collecção de Receitas Medicinais".
Pedro Antonio Natalini	Colégio de São Paulo	1675	Foi enfermeiro, ajudante do procurador e soto- ministro.
Pedro Cunha	Colégio do Recife	1738	-
Pedro Dias	Bahia e Olinda	1641	Foi reitor em vários Colégios.
Sebastião Teixeira	Colégio da Bahia	1738	Ajudante do farmacêutico entre 1745/48. Depois farmacêutico em SP (1757). Passou ao Colégio do RJ.
Tomé (Tomás) Duarte	Não informado	1726	Saiu da Companhia em 1737.

ANEXO A

PRIVILÉGIO CONCEDIDO AO PADRE ALEXANDRE BOTELHO PARA A SUA ÁGUA FEBRÍFUGA

[Botica do Colégio de Santo Antão]

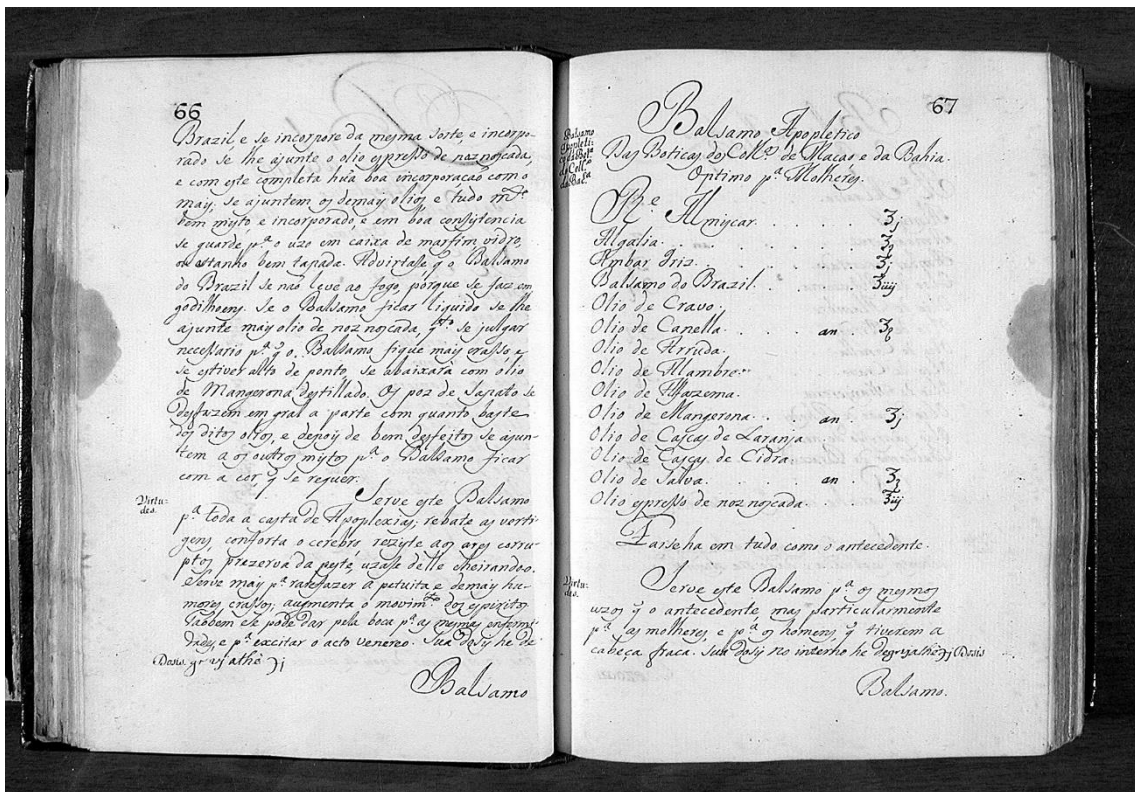
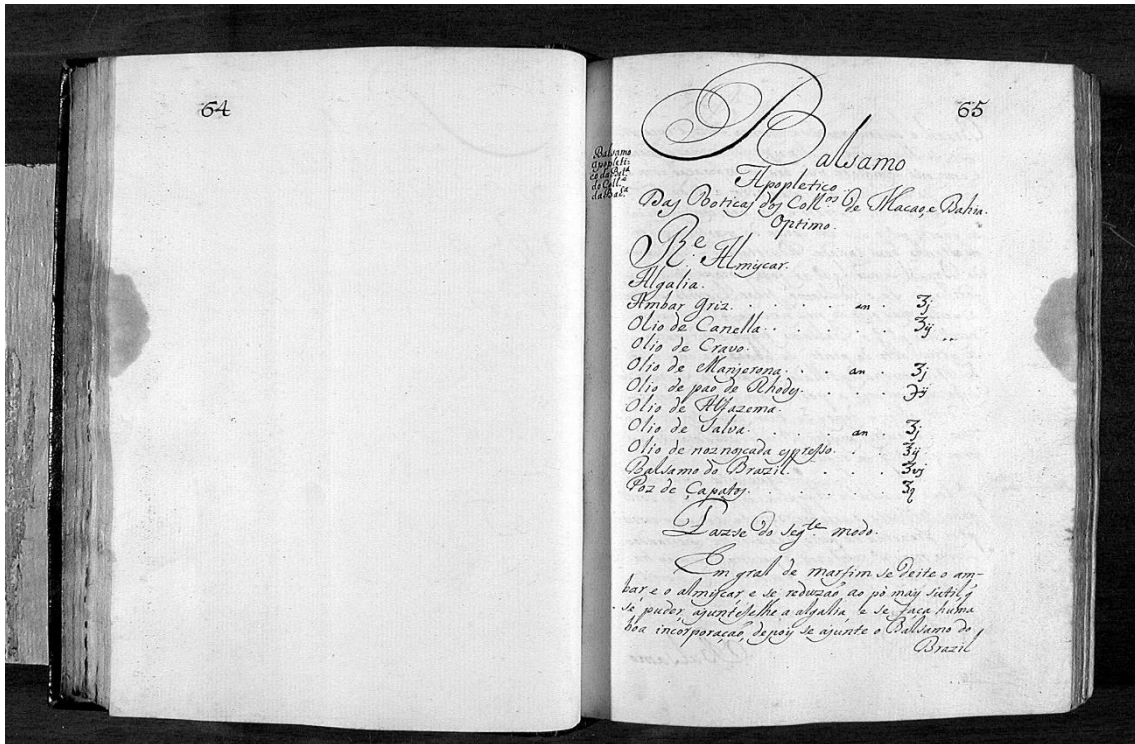
1735, 20 de Outubro.

Dom João por Graça de Ds Rey de Portugal (...) faço saber que com licença de seu Prelado Alexandre Botelho religioso da Companhia de Jezus Boticario do Collegio de Santo Antão da mesma Companhia desta cidade de Lixa. occidental me representou por sua petição que elle supplicante tinha feito e experimentado o Remedio de huma agoa chamada Febrefuga quase infalivel para toda a sorte de febres intermitentes quotidianas treçans, simples dobres puras espurias inveteradas Recentes sós ou complicadas correspondendo este Remedio a agoa que se chamava de Inglaterra que fizera Fernando Mendes naquelle Reyno pois huma e outra agoa tinha a mesma côr e gosto e se tomava com os mesmos Regimentos mas a agoa do suplicante hera com mais instantaneos effeitos como se tinha visto por experiencia assim no Hospital Real desta corte como em outras casas particulares conhecendosse em todas as curas que as febres não resistião mais do que quando muito athe ao quarto copo como se provava pellas certidoens dos Medicos juradas e do Enfermeiro Mor do Hospital o Conde de São Miguel motivo porque o Suppe. pertendia com utilidade e credito grande do Reyno introduzir por todo elle e suas conquistas e ainda para fora este utilissimo Remedio como nome de agoa Febrefuga de Portugal do nome do Suplicante e da Botica do Collegio em que assestia para o que repartia cada cura em quatro garrafas levando todas na cuberta lacre vermelho em que se estamparia o sinete de que usava a companhia de Jesus e no seu circullo com o nome do Collegio sem que por cada cura se pagasse mais do que quatro mil reis nesta corte e nas demais partes não excederia o suppe.. mais do que custasse o transporte de cada cura e nas Conquistas a daria com a comodidade possivel nas quais partes todas faria o Suppe. pôr prompto o Remedio para todas as pessoas que necessitarem e se quisessem o vallor delle pello preço referido e a sua proporção quando só quizessem parte da cura no que haveria consideravel utillidade para o Reyno todo não só pella efficacia e mayor virtude deste remedio sem se adulterar como se experimentava na agoa de Inglaterra, mas porque a daquelle Reyno se vendia neste por sette mil e quinhentos rs cada cura ou seja com vicio ou na contingencia de o haver e para que a pureza deste remedio que introduzia o Suppe. se consevasse sempre e não houvesse quem falcificasse o mesmo remedio com perniciosas consequencias contra o bem publico e credito do remedio referido e da Botica em que se fazia pertendia o suppe. que eu fosse servido concederlhe Privilegio para se fabricar o dito remedio somente na referida Botica prohibindo a todas e quaisquer pessoas sem excepção alguma o fabricar a dita agoa Febrefuga neste Reyno e suas Conquistas e Dominios sem Privilégio ou expressa licença minha como tambem que não uzassem do lacre vermelho com o sello asima referido com que se havião de fechar as garrafas da agoa que se vendessem no dito Reyno e conquistas, sob pemna de se perderem quaisquer curas que se achacem pagando os transgressores do Privilegio quese procurava quinhentos mil reis a metade para o acuzador e a outra metade para captivos me pedia fosse servido com attenção do que se refferia conceder o Privilegio à Botica do Collegio em que o supplicante hera Boticario na forma referida. Tendo considerado ao que o supplicante me fas presente, Hey por bem fazerlhe merce de conceder Privilegio para a Botica do Collegio de Santo Antão emquanto se fabricar nella com a mesma perfeição o remedio da agoa Febrefuga de que o suppe. fas menção que corresponde a agoa que se chama de Inglaterra a qual correrâ por todo o Reyno e suas conquistas com o nome de agoa Febrefuga de Portugal e com o nome do suppe. e da Botica do Collegio de santo Antão em que assiste repartindo em cada cura, digo repartindo cada cura em quatro garrafas levando todas na coberta o lacre vermelho em que se estampará o sinete de que uza a

Companhia de Jesus e no seu circullo com o nome do Collegio e por cada cura se não levará mais nesta corte do que quatro mil rs e nas mais partes do Reyno não excederá o suppe. mais que aquillo que custar o transporte de cada cura e nas conquistas se dará com a comudidade possivel e em todas as partes fará o suplicante por prompto este remedio para se não exprimentar falta delle e pella utillidade que resulta aos meus vassallos e a todo o Reyno e conquistas do dito Remedio não so pella moderação do preço por se vender a agoa que vem de Inglaterra neste Reyno por sette mil e quinhentos reis cada cura ou seja com vicio ou na contingencia de o haver e para que não adultere o dito remedio da agoa Febrefuga composto pello suppe. sou servido que nenhum Boticario ou outra qualquer pessoa de qualquer qualidade ou estado que seja possa fazer a dita agoa neste Reyno e suas conquistas sem Previlégio ou expreça licença minha com pemna de perderem todas as curas que se acharem e de quinhentos mil rs a metade para o acuzador e a outra metade para captivos. Este Previlégio concedo à dita Botica do Collegio de Santo Antão emquanto Eu assim o houver por bem e não mandar o contrário. Pello que mando a todos os Provedores, corregedores e juizes de fora das comarcas do reyno e suas conquistas e aos corregedores e juizes do crime destas cidades e mais justiças a que esta Provizão for apresentada a cumprão e guardem inteiramente como nella se conthem sem a isso porem duvida alguma quando lhe for requerido por parte do ditto Collegio, e vallerá posto que sem effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo (...).

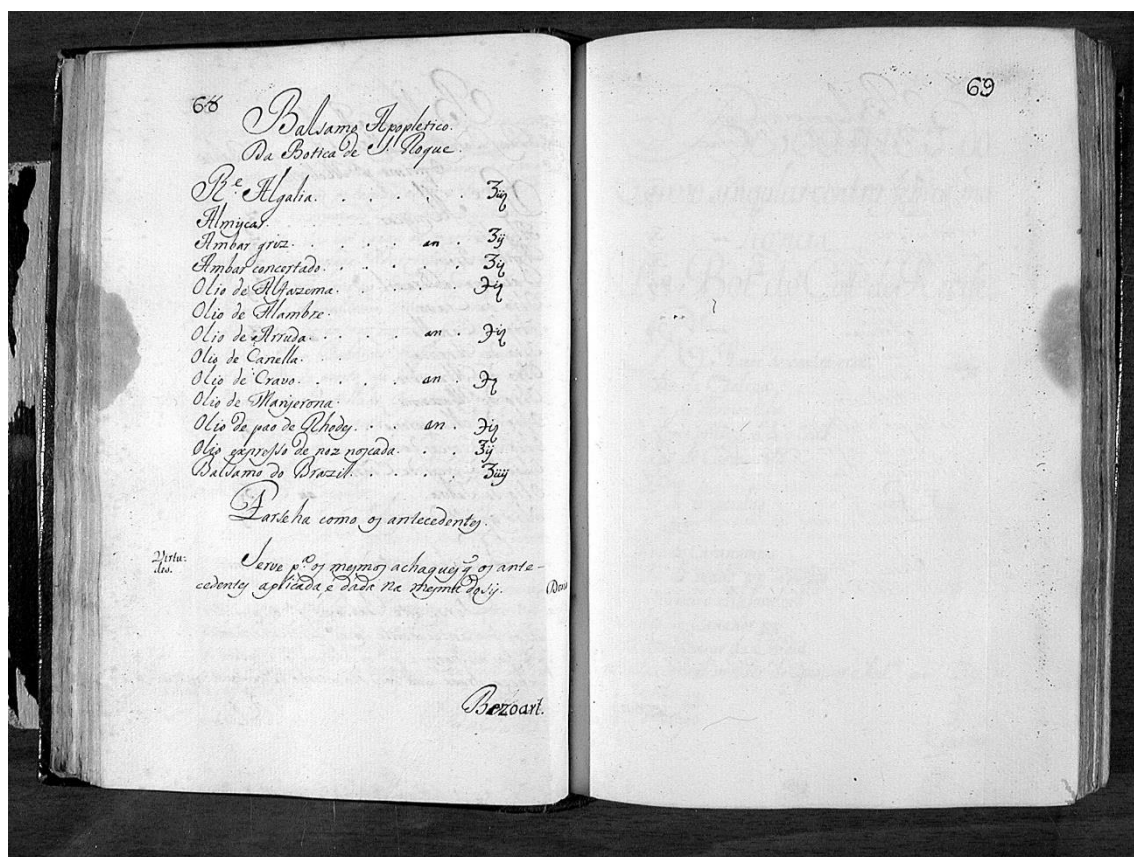
ANTT - Chancelaria de D. João V . Liv. 91. fls. 269-270.

ANEXO B

RECEITA DO BALSAMO APOPLETICO DAS BOTICAS DOS COLEGIOS DE MACAU
E BAHIA. OPTIMO.

ANEXO C

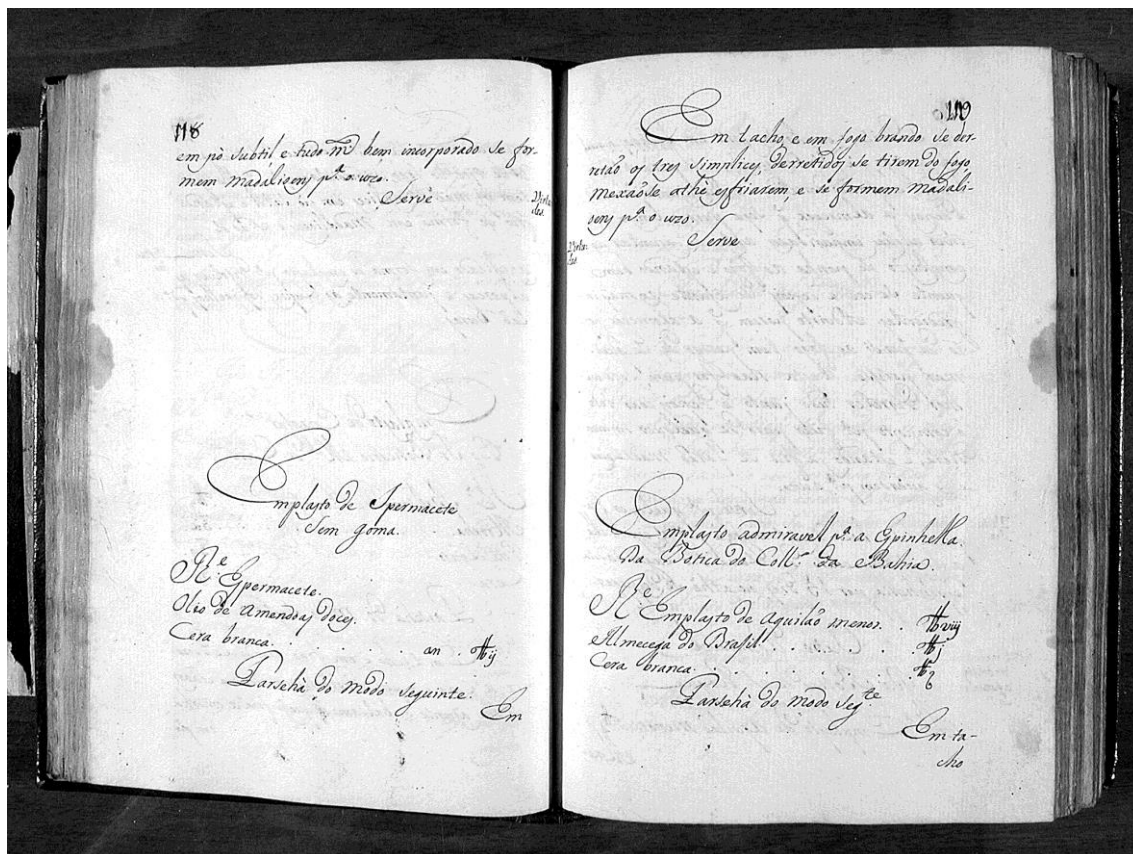
RECEITA DO BALSAMO APOPLETICO DA BOTICA DE SÃO ROQUE



Colecção de varias receitas, 1766, p. 68.

ANEXO D

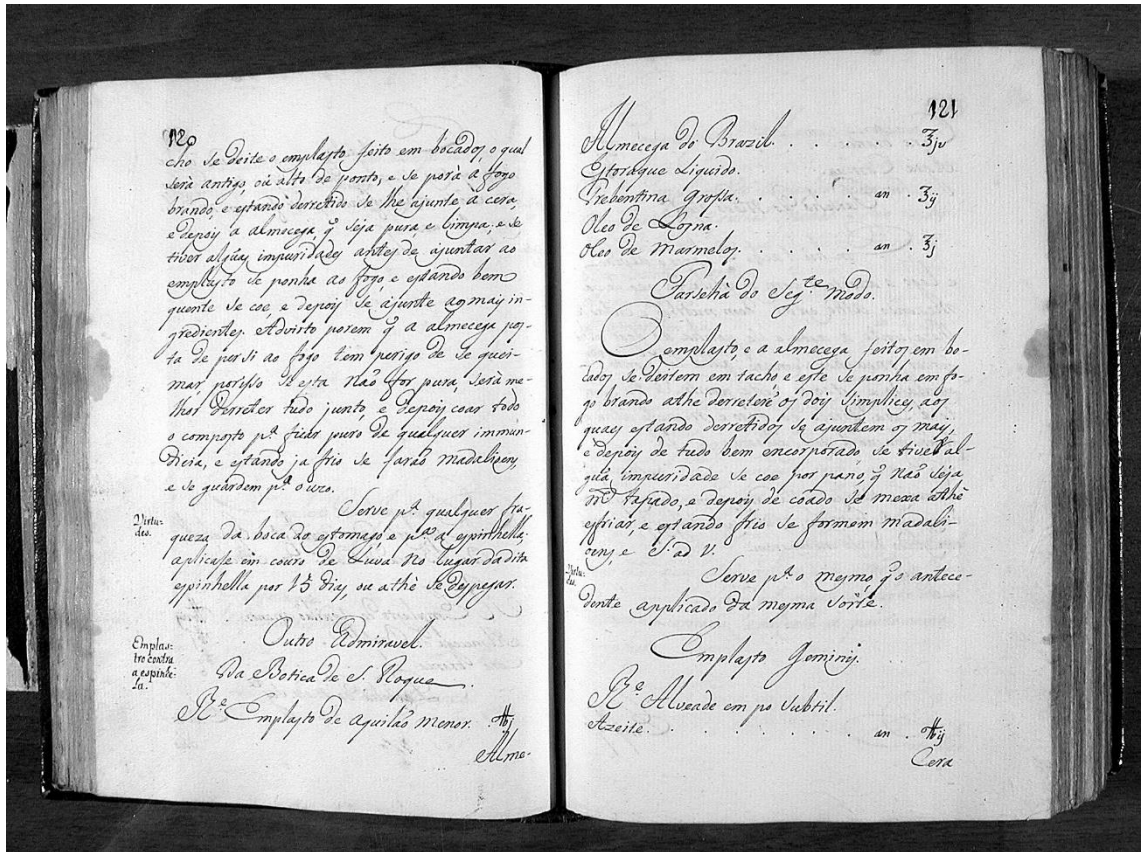
RECEITA DO EMPLASTRO ADMIRAVEL PARA A ESPINHELLA DA BOTICA DO COLÉGIO DA BAHIA



Colecção de varias receitas, 1766, p. 119.

ANEXO E

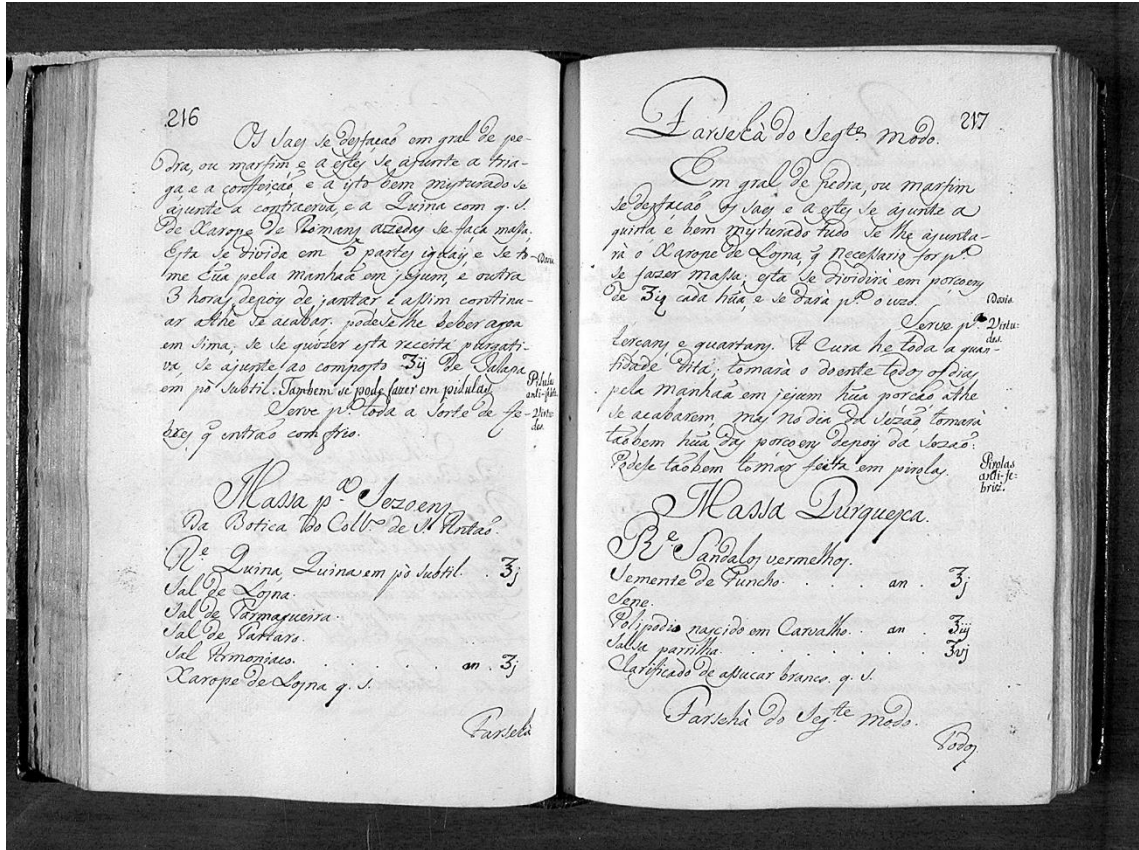
OUTRO ADMIRAVEL DA BOTICA DE SÃO ROQUE



Colecção de varias receitas, 1766, p. 120-121.

ANEXO G

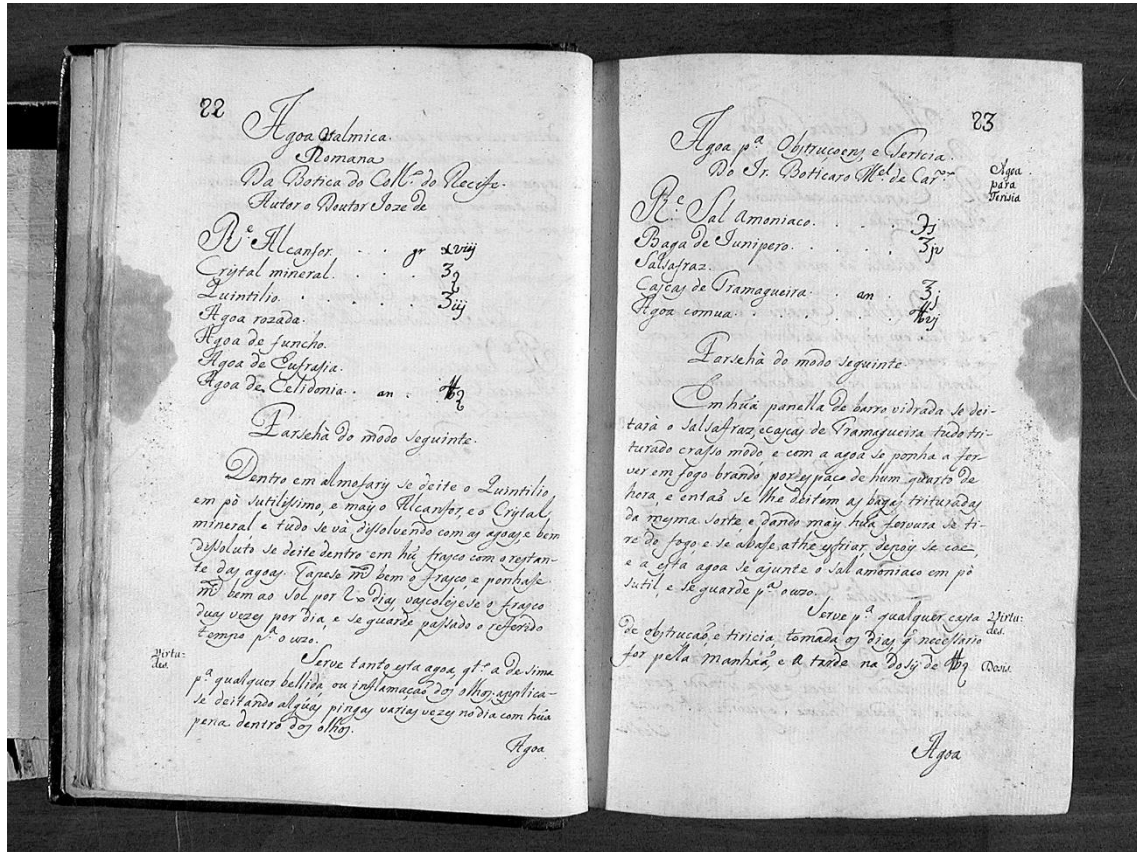
MASSA PARA CEZOENS DA BOTICA DO COLÉGIO DE SANTO ANTÃO



Colecção de varias receitas, 1766, p. 214-215.

ANEXO H

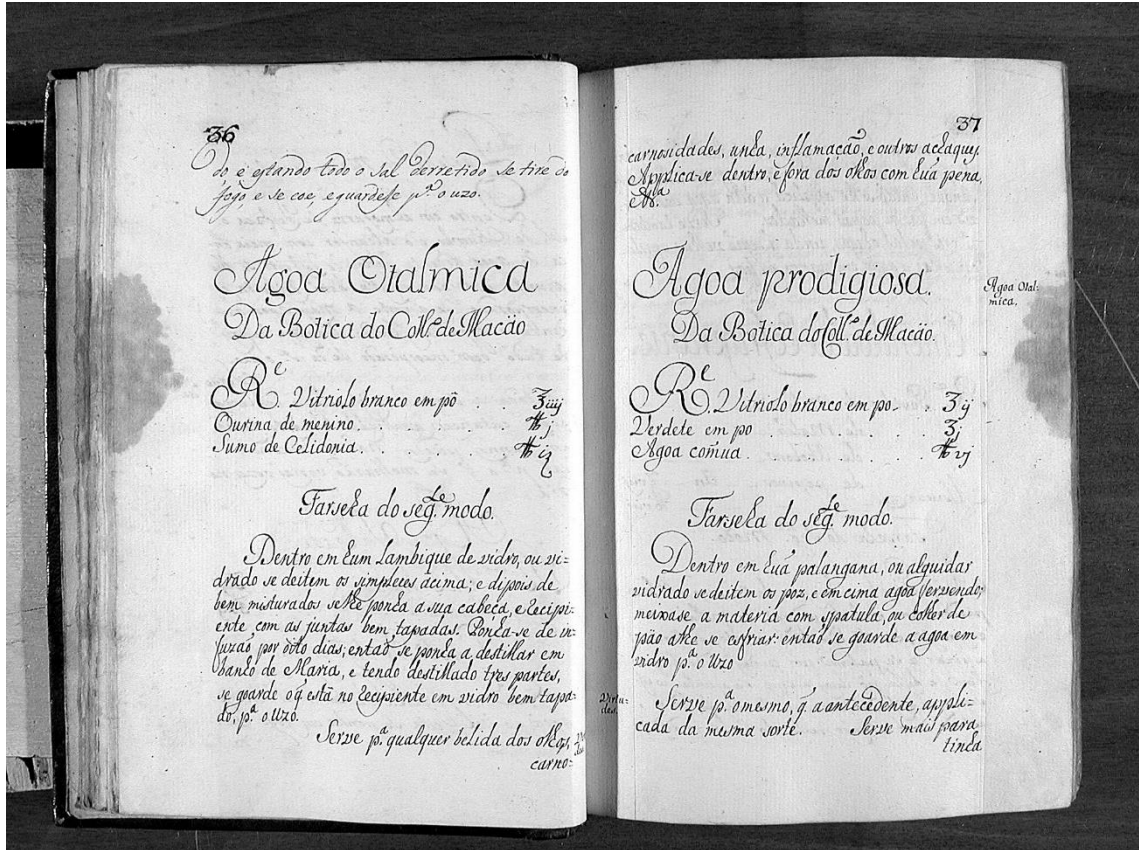
AGOA OTALMICA ROMANA DA BOTICA DO COLÉGIO DO RECIFE



Colecção de varias receitas, 1766, p.22.

ANEXO I

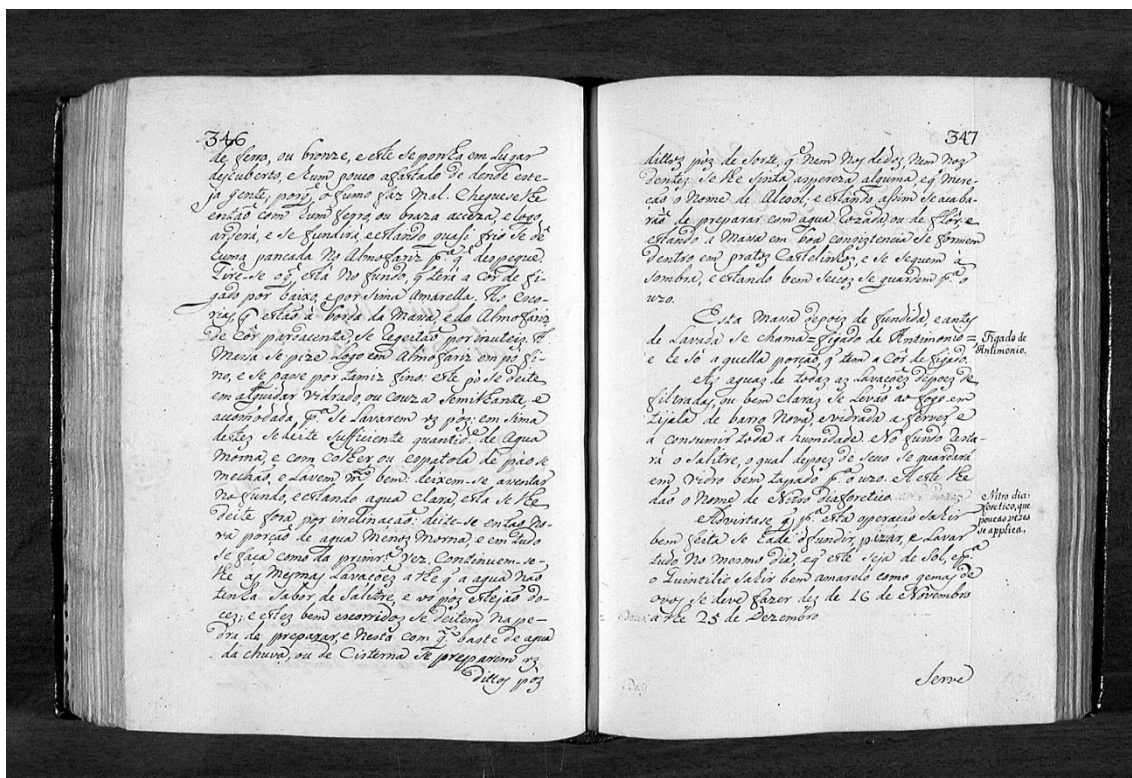
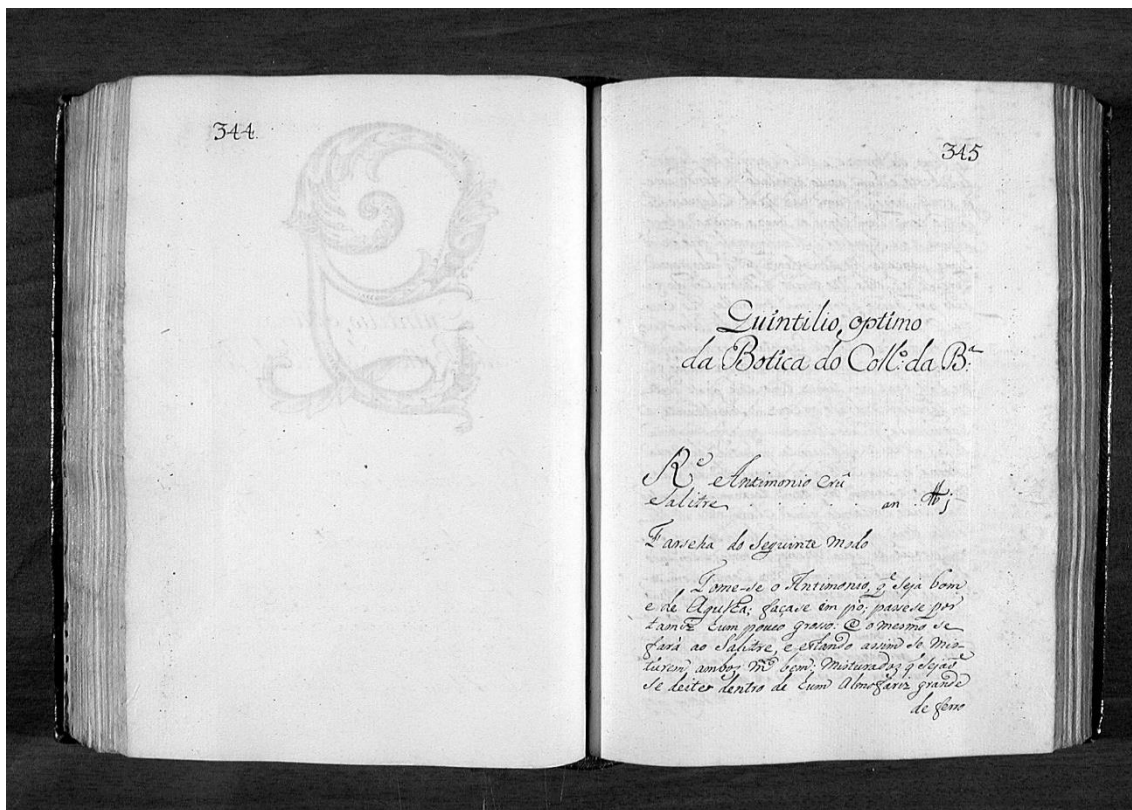
AGOA OTALMICA DA BOTICA DO COLÉGIO DE MACAU

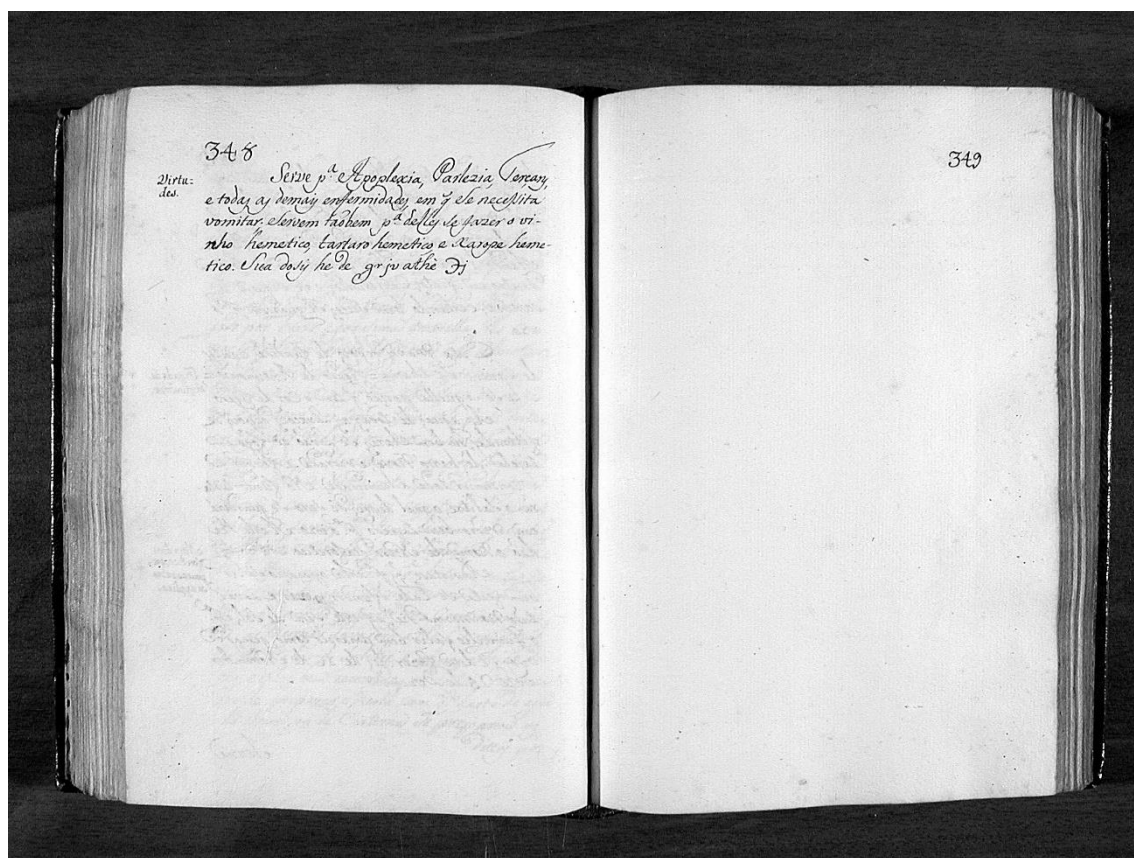


Colecção de varias receitas, 1766, p. 36.

ANEXO J

QUINTILIO OPTIMO DA BOTICA DO COLÉGIO DA BAHIA

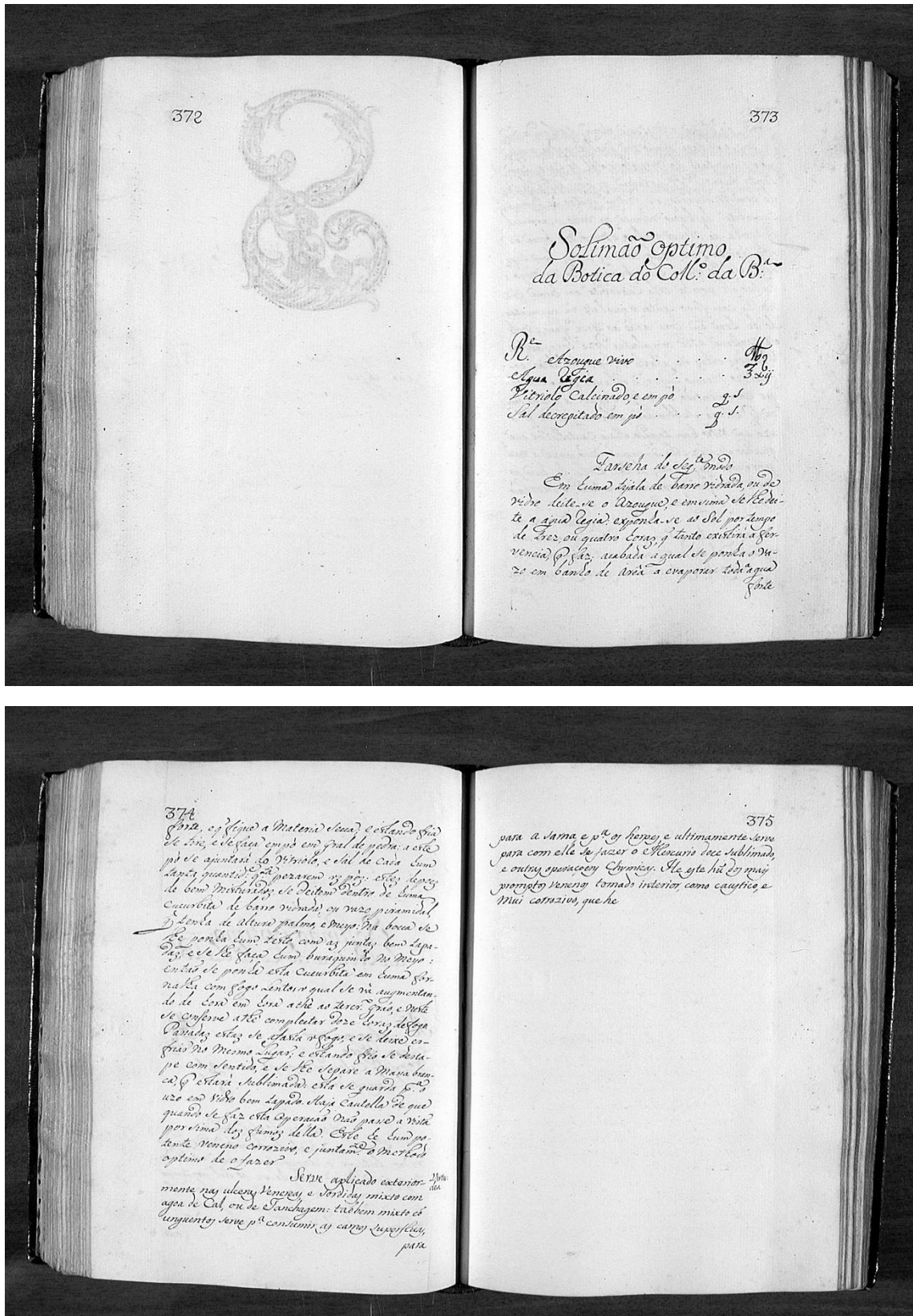


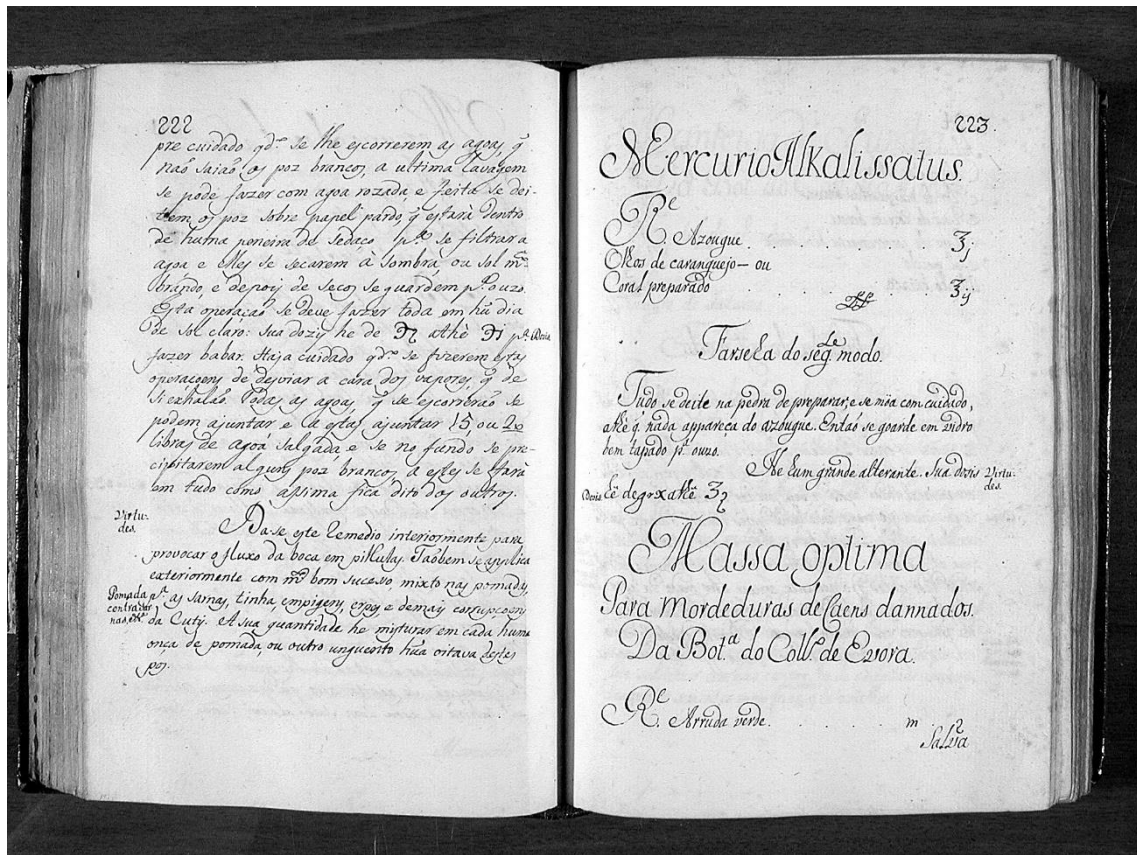


Colecção de varias receitas, 1766, p. 345-348.

ANEXO K

SOLIMÃO OPTIMO DA BOTICA DO COLÉGIO DA BAHIA

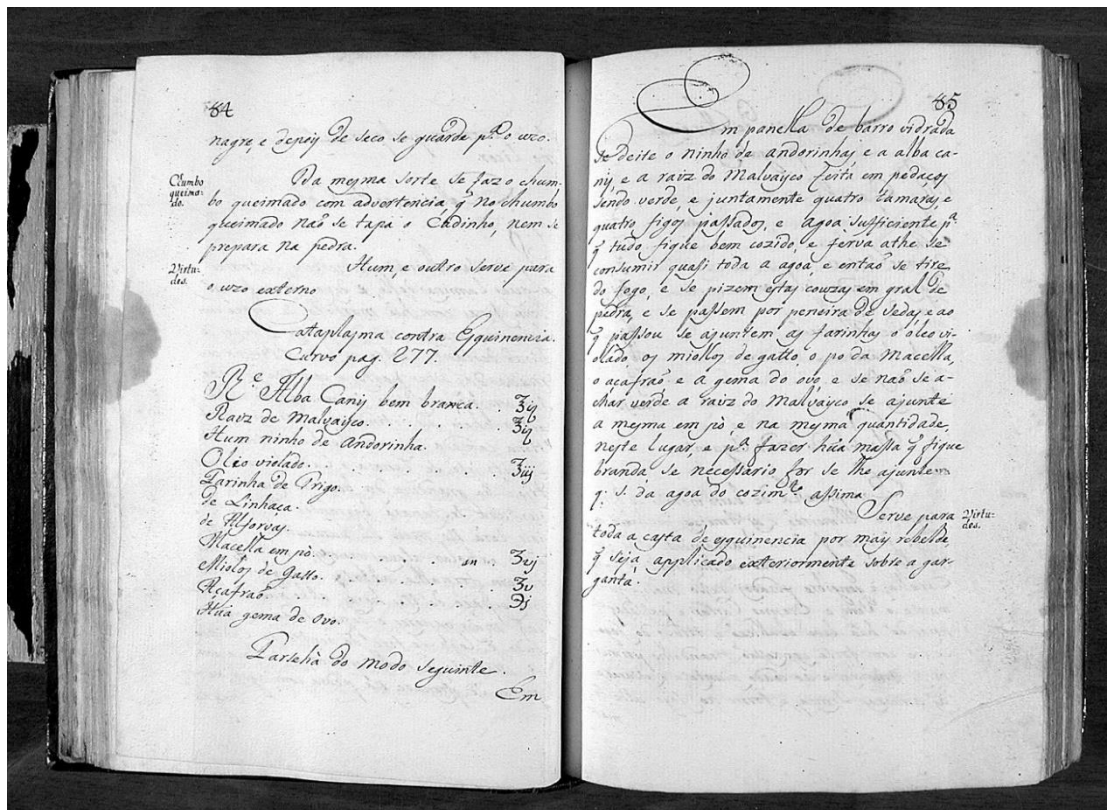
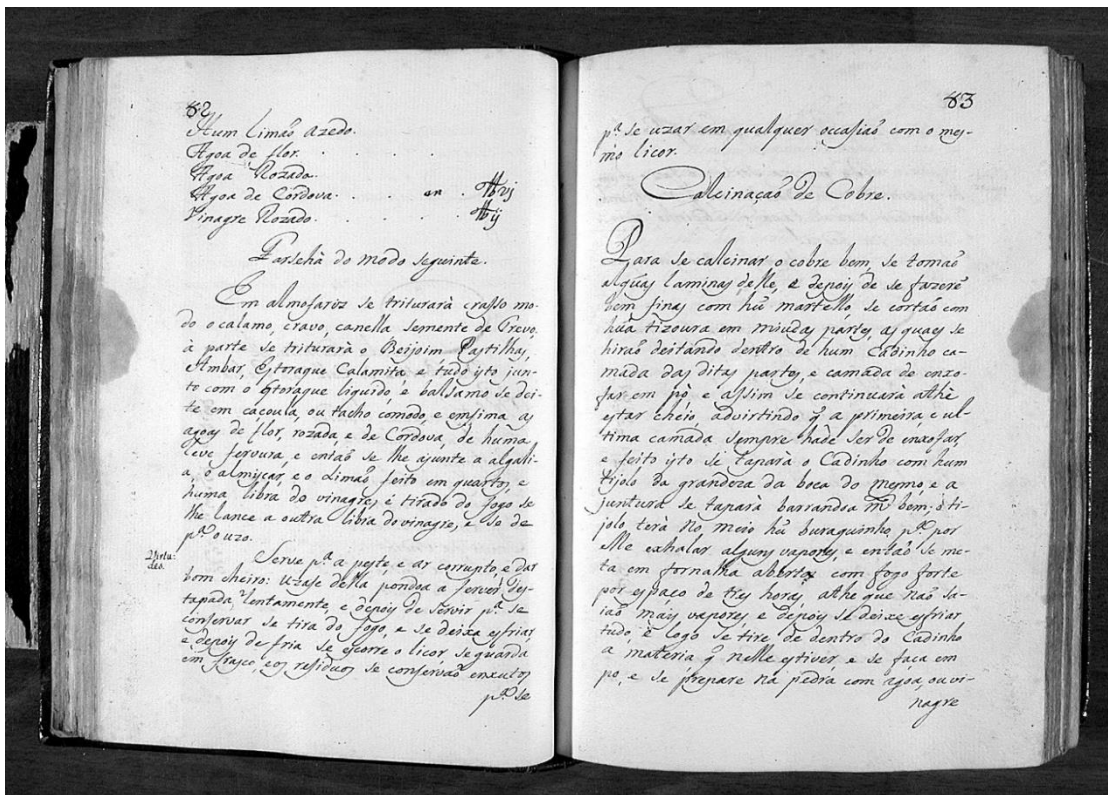




Colecção de varias receitas, 1766, p. 218-223.

ANEXO M

CALCINAÇÃO DO COBRE



ANEXO O

NOTÍCIA BREVE DOS LUGARES ONDE SE ACHÃO ALGUNS SIMPLICES QUE COMPOEM A TRIAGA SOBREDITA [BRASÍLICA]

Cascas de angelica: na Tujupeba, Pernambuco ou sertão.
 Cascas de Ibiraé: no Camamu e sertões da Bahia.
 Erva caacica: no Collegio da Bahia.
 Erva do sangue: no Collegio da Bahia.
 Jararacas: no Camamu, Tujupeba, sertão e na quinta do Collegio da Bahia.
 Mel de Abelhas ou de pao: na Tujupeba, Porto Seguro, Capivaras, Camamu e sertão.
 Raiz de abutua: em Pernambuco, Camamu, Aldeia do Spirito Santo e no sertão.
 Raiz de acoro: de Portugal.
 Raiz de aipo: na Bahia e Portugal.
 Raiz de angericó: em Pernambuco, Tujupeba e Jaboatão.
 Raiz de aristoloquia redonda: em Portugal.
 Raiz de batata do campo ou batatinha: no Rio de Janeiro e no sertão.
 Raiz de capeba: no Collegio da Bahia e Pernambuco.
 Raiz de contra-erva, ou caapia, ou pica de macaco: na Tujupeba e Pernambuco.
 Raiz de jaborandi: na quinta do Collegio da Bahia, Pernambuco e sertão.
 Raiz de junça: de Portugal.
 Raiz de limoeiro: em qualquer parte.
 Raiz de malvaisco: de Portugal.
 Raiz de mil-homens: em Pernambuco, Camamu, Aldeia do Spirito Santo e no sertão.
 Raiz de orelha de onça: na Tujupeba, Canabrava, Saco dos Morcegos e no sertão.
 Raiz de pagimirioba: na quinta do Collegio da Bahia e Pernambuco.
 Raiz de pecoacoanha branca ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco e sertão.
 Raiz de pecoacoanha negra ou sipó: no Jaboatão, Pernambuco e sertão.
 Raiz de jerebeba: na Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.
 Semente de neampus: no Collegio da Bahia e sertão.
 Semente de pindaiba: na Aldeia do Spirito Santo, Capivaras e sertão.
 Sipó de cobras: na quinta do Collegio da Bahia e no sertão

ARSI - Opp. NN. 17, pp. 400-412

ANEXO P

NOTICIA DO ANTIDOTO OU NOVA TRIAGA BRASILICA QUE SE FAZ NO COLLEGIO DA COMPANHIA DE JESUS DA BAHIA COM AS VIRTUDES E PROPRIEDADES DELLA EXPERIMENTADAS HÁ MUITOS ANNOS EM VARIAS ENFERMIDADES.

A *Triaga Brasilica* hé um Anditodo ou Panacea composta, imitação da Triaga de Roma e de Veneza, de varias plantas, raízes, ervas e drogas do Brasil, que a natureza dotou de tão excelentes virtudes, que cada huma por si só pode servir em lugar da Triaga de Europa; pois com algumas das raízes, de que se compoem este Antidoto, se curão nos Brazis de qualquer peçonha e mordedura de animais venenosos, como tambem de outras varias [408] enfermidades, só com mastigá-llas. E a experiencia tem mostrado há tantos anos para cá que, se não hé melhor que a Triaga da Europa, ao menos não lhe hé inferior em cousa alguma; e muitos Professores de Medicina só uzavão desta, por ser a que nas occasioens lhe obrava mais prontamente. Hé esta Triaga efficacíssima contra todo o veneno (excepto os corrosivos), como hé o solimão e outros semelhantes causticos, ainda que contra estes, dado pezo de huma athé duas oitavas, ainda ajuda a os expellir vom vomitos; e dipois, com remédios anodenos, que se costumão applicar a semelhantes venenos, faz a cura mais facil e mais segura.

Serve contra qualquer bebida de veneno, ainda que seja de ervas frias e venosas, e para mordeduras de qualquer qualidade de cobras e outros animais peçonhentos, tomando pella boca o pezo de huma athé duas oitavas desfeita em vinho, caldo, ou em qualquer cousa potavel, e isto de quatro em quatro horas, athé se sentir aliviado o enfermo, untando-lhe tambem com ella os pulsos, nariz e coração, e pondo-a na mordedura em forma de emplastro desfeita em vinho ou sumo de limão.

Serve tambem para [409] qualquer dor interna, como de estomago, vomitos, colicas, flatos e pontadas, principalmente se forem causadas de frio; para lombrigas e qualquer humor corrupto que se gere nos intestinos. Hé remedio para estancar cursos, applicada no pezo de meya oitava em agoas apprpoadas a estas doenças e pondo sobre o embigo hum parxe com ella.

Serva mais para qualquer achaque de cabeça cauzado de intemperança fria, como hé paralisia, epileisia, apopleisia, melancolia, applicando juntamente os remedios universais que se costumão nestes achaques. Hé boa contra a peste e doenças epidemicas. Nas febres malignas tem mostrado grande afficacia, tomando logo huma oitava desfeita em agoa santo, ou em outra qualquer agoa cordeal, e isto tres ou quatro vezes no dia. Hé potente contra as bexigas e sarampão, pois ajuda a natureza a expelli-las para fora, e ao mesmo tempo corrige a má qualidade do humor corrupto. Assim mesmo, tomando-a em tempo de bexigas, ou de outras doenças contagiosas e epidêmicas, todas as manhans em pezo e quantidade de meya oitava desfeita em vinho, serve para a preservação: e os que uzão dela nestes tempos, ou se livrão dos tais achaques, ou, se os tem, [410] livrão muito melhor que os outros que dela não uzarão.

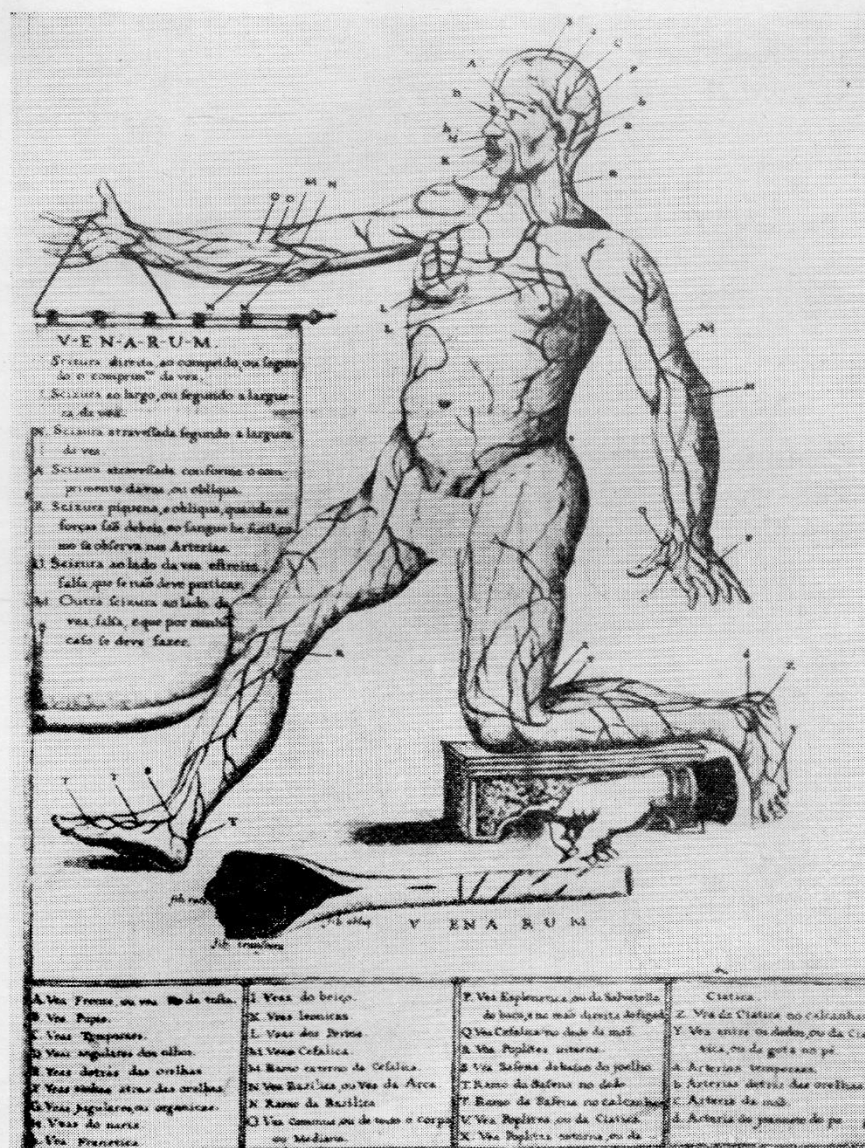
Hé assim mesmo celebre e experimentado remédio para as enfermidades históricas, como para a soffocação da madre, accidentes uterinos, convulsão, flatos, dores, retenção dos menstruos, para a opilação da madre, para corroborá-la dipois do parto, facilitá-lo, expellir as páreas, e para os fluxos demasiados, e finalmente para quase todas as doenças das mulheres.

Serve tambem para as crianças que tem febres, colicas, e outras enfermidades causadas de lombrigas.

ARSI - *Colecção de varias receitas*, 1766: 407-410

ANEXO Q

A FLEBOTOMIA DOS JESUÍTAS



A Flebotomia dos Jesuítas.
Da Coleção de Várias Receitas...

